



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Napoleão dos Santos Queiroz

**A CIÊNCIA ORGANIZACIONAL PÓS-SETENTA
À LUZ DAS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS
DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA**

Salvador - Bahia

2004

NAPOLEÃO DOS SANTOS QUEIROZ

**A CIÊNCIA ORGANIZACIONAL PÓS-SETENTA À LUZ DAS
VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA
ECONOMIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de DOUTOR em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elizabeth Loiola

Salvador - Bahia

2004

NAPOLEÃO DOS SANTOS QUEIROZ**A CIÊNCIA ORGANIZACIONAL PÓS-SETENTA À LUZ DAS
VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA
ECONOMIA**

Tese para obtenção do grau de Doutor em Administração

Banca Examinadora:

Prof^ª Dra. Elizabeth Regina Loiola da Cruz Souza _____
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos _____
Universidade Federal da Bahia

Prof^ª Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer _____
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Pedro Lincoln Mattos _____
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Décio Zylbersztajn _____
Universidade de São Paulo

A

Maria do Socorro, Kleber e Caroline.

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas das quais sou devedor que considero a elaboração do conhecimento um processo coletivo de aprendizagem.

Devo mencionar, em primeiro lugar, a professora Elizabeth Loiola que tem sido uma orientadora e uma amiga, além de honrar-me com a parceria em alguns trabalhos acadêmicos.

Quero também manifestar meus agradecimentos aos professores Antônio Virgílio, José Célio, Maria do Carmo, Marcus Alban, Rogério Quintella e Tânia Fischer, pelas críticas e sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento de minhas idéias tempestivas e intempestivas.

Agradeço a Anaélia e Cilícia que fizeram, de forma eficiente e exaustiva, o trabalho de secretariado em diferentes momentos, no decorrer do processo de elaboração; e a Aída Carla Costa, pela revisão e apuros, tendo contribuído para a força e a clareza deste trabalho.

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA (NPGA), pelo apoio, infra-estrutura, qualidade e simpatia de seus professores, pesquisadores e funcionários.

Aos meus colegas da UFS, particularmente ao professor Eduardo Farias, pelo estímulo recebido para a concretização desta importante etapa de formação científica.

Finalmente, quero salientar que as falhas e/ou lacunas que acaso estejam contidas nesta tese, são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

Esta tese objetivou analisar as vertentes sociológicas de pensamento, denominadas Socioeconomias Francesas e Sociologia Neo-institucionalista, e o corpo conceitual da Nova Economia Institucional – NEI, identificando suas convergências e divergências, para contribuir para o desenvolvimento e a consolidação da Ciência Organizacional. A tentativa de buscar aproximações entre a Nova Economia Institucionalista, a Sociologia Neo-institucionalista e as Socioeconomias Francesas, que se integram no paradigma evolucionário, foi estimulada, inicialmente, pela constatação de que vários autores vinculados a essas diferentes vertentes de pensamento guiavam pesquisas e desenvolviam teorias em busca de respostas a questões muito semelhantes. Sua questão de pesquisa foi: As vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia contribuem para o desenvolvimento e a consolidação da Ciência Organizacional, situando-a no eixo epistemológico/metodológico de construção, de desconstrução ou de reconstrução? Guiando a busca por evidências, conteúdos e argumentos que nos permitissem encontrar respostas para a questão de pesquisa antes registrada, as suposições levantadas foram: a) Há nas Ciências Sociais, notadamente na Nova Economia Institucional, na Sociologia Neo-institucionalista e nas Socioeconomias Francesas, movimentos em busca de convergência de idéias tendo como foco a organização, que, amparados na interdisciplinaridade e hibridações, tendem a levar ao desenvolvimento e à consolidação da Ciência Organizacional; b) O desenvolvimento dessas abordagens interdisciplinares no campo das Ciências Sociais, em geral, e do conhecimento organizacional, em particular, sugere a constituição de um novo tipo de epistemologia, a inter-regional, além dos tipos já consagrados e difundidos na literatura – a geral e a regional; c) As abordagens mencionadas na letra a situam-se no eixo epistemológico/metodológico de reconstrução e no âmbito da Ciência Evolucionária; d) As diferentes categorias básicas de análise das vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia enfocadas nesta tese são complementares e podem representar hierarquias em evolução, assim como são conciliáveis outros princípios metodológicos. De natureza teórica, a tese foi desenvolvida com base em revisão de literatura e análise de conteúdos para a construção de seu modelo de análise. Verificamos, analisando a produção de autores filiados a vertentes institucionalistas da economia e da sociologia com base no modelo de análise proposto, tentativas consistentes e com rigor metodológico de transpor dicotomias teórico-metodológicas clássicas e de desenvolver estudos tendo como referência a interdisciplinaridade, a hibridação e a transespecificidade. Essas tentativas mostraram-se consistentes, validando os pressupostos antes mencionados. Dessa forma, podemos concluir que há efetivamente um movimento de desenvolvimento e de consolidação da Ciência Organizacional, situado no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista, tendo como foco vertentes institucionalistas da economia e da sociologia.

Palavras-chave: Ciência Organizacional; Epistemologia Organizacional; Eixos Epistemológicos: Construcionista, Desconstrucionista e Reconstrucionista; Vertentes Institucionalistas da Sociologia e da Economia.

ABSTRACT

This thesis objectified to analyze the sources sociological of thought, called Frenches' Socioeconomies and Neo-institutional Sociology, and the conceptual body of the New Institutional Economics - NEI, identifying its convergences and divergences, to contribute to the development and the consolidation of Organizational Science. The attempt to search approaches between New Institutional Economics, the Neo-institutional Sociology and the Frenches' Socioeconomies, that integrate themselves in the evolutionary paradigm, it was stimulated, initially, for the evidence of that some entailed authors to these different sources of thought guided research and developed theories in search of answers the very similar questions. Its question of research was: The institutional sources of Sociology and the Economics contribute for the development and the consolidation of Organizational Science, pointing out it in the epistemological/ methodological axle of construction, deconstruction or reconstruction? Guiding the search for evidences, contents and arguments that allowed them to find answers for the question of research before registered, the raised assumptions had been: a) There is in Social Sciences, noticeably in the New Institutional Economics, Neo-institutional Sociology and the Frenches' Socioeconomies, movements in search of convergence of ideas having as focus the organization, that, supported in the interdisciplinary and hybridizing, tends to lead to the development and the consolidation of Organizational Science; b) The development of these boarding interdisciplinary in the field of Social Sciences, in general, and of the organizational knowledge, in particular, suggests the constitution of a new type of epistemology, the interregional, beyond the consecrated and spread out types already in literature? the generality and the regional; c) The boarding mentioned in the letter place it in the epistemological/ methodological axle of reconstructing and the scope of Evolutionary Science; d) The different basic categories of analysis of the institutional sources of focused Sociology and the Economics in this thesis are complementary and can represent hierarchies in evolution, as well as are conciliated other methodologies principles. Of theoretical nature, the thesis was developed on the basis of revision of literature and analysis of contents for the construction of its model of analysis. We verify, analyzing the production of affiliated authors to the institutional sources of the economics and sociology on the basis of the considered model of analysis, consistent attempts and with methodology severity to transpose classic dichotomies theoretician-methodologies and to develop studies having as reference the interdisciplinary, the hybridizing and the transpecified. These attempts had revealed consistent, validating the presumptions before mentioned. In this way, we can conclude that it effectively has a movement of development and consolidation of Organizational Science, situated in the reconstructing epistemological/ methodological axle, having as focus at the sources institutional of the economics and sociology.

Keywords: Organization Science; Organizational Epistemology; Epistemologies Axes: Construction, Deconstruction and Reconstruction; Institutional approaches of the Sociology and Economics.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	CONHECIMENTO CIENTÍFICO E SEUS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS/METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: UMA PROPOSTA DE MODELO DE ANÁLISE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	23
2.1	CONHECIMENTO CIENTÍFICO E EPISTEMOLOGIA	23
2.2	DISCUSSÃO SOBRE AS LÓGICAS DA DESCOBERTA E OS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS/METODOLÓGICOS CONSTRUCIONISTA, DESCONSTRUCIONISTA E RECONSTRUCIONISTA DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	31
3.	DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA	45
3.1	PROBLEMATIZAÇÃO	45
3.2	PROBLEMA DE PESQUISA	56
3.3	SUPOSIÇÕES	56
3.4	OBJETIVOS	57
3.4.1	<i>Geral</i>	57
3.4.2	Específicos	57
3.5	NATUREZA DA TESE	58
4.	EXERCÍCIOS DE EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	59
4.1	GÊNESE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	59
4.2	NATUREZA E O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL	67
5.	MATRIZ INSTITUCIONAL DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	76
5.1	CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL NO MUNDO OCIDENTAL	76
5.2	ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL	85
6.	EVOLUÇÃO DAS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA ECONOMIA: CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIAS	109
6.1	PREÂMBULO	109
6.2	VERTENTES INSTITUCIONALISTAS PRECURSORAS DA TEORIA ECONÔMICA DA FIRMA	112
6.2.1	A teoria da Organização Industrial – OI: a ponte entre a economia neoclássica e a nova economia institucional	112
6.2.2	A teoria behaviorista da Firma nos estudos organizacionais: ponto de chegada ou de partida?	117

6.3	VERTENTES DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA – (NEI)	123
6.3.1	Análise neo-schumpeteriana da firma e a atual aproximação em prol da Ciência Organizacional	123
6.3.2	Aproximações da Nova Economia Institucional e a Ciência Organizacional, na visão williamsoniana	131
7.	EVOLUÇÃO DAS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA, INCLUINDO AS ABORDAGENS FRANCESAS DA SOCIOECONOMIA	144
7.1	DA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL À TEORIA INSTITUCIONAL: UM NOTÓRIO PROCESSO APROXIMATIVO PARA UMA SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA	144
7.1.1	A Ecologia Organizacional (ou Ecologia de Populações)	148
7.1.2	A Teoria Institucional	156
7.2	VERTENTES INSTITUCIONALISTAS FRANCESAS : A TEORIA DA REGULAÇÃO E A ECONOMIA DAS CONVENÇÕES	166
7.2.1	Preâmbulos	166
7.2.2	A Escola ou Teoria da Regulação e a Teoria Econômica da Firma na visão de alguns Regulacionistas	168
7.2.3	A Economia das Convenções: semelhanças e diferenças em relação ‘as demais vertentes institucionalistas	179
8.	UMA RETROSPECTIVA DAS FORMAS DE CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL	185
8.1	PREÂMBULOS	185
8.2	EM BUSCA DE UMA TEORIA HISTÓRICA INSTITUCIONALISTA DA CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA GRANDE EMPRESA	192
8.2.1	A perspectiva Chandleriana	192
8.2.2	Uma retrospectiva histórica das configurações organizacionais pós-chandleriana	200
8.3	CONFIGURAÇÕES HÍBRIDAS RECENTES: PARA ALÉM DA HIERARQUIA E DO MERCADO	211
9.	EXISTE UM EVOLUIR DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL ?	217
9.1	PREÂMBULOS	217
9.2	EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL PÓS-SETENTA	218
9.3	PROGRESSO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL – A PROPOSTA DE WILLIAMSON	224
9.4	AJUSTANDO O FOCO INSTITUCIONALISTA DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL	233
10.	APLICAÇÃO DA MATRIZ CONCEITUAL INTEGRADA: UMA PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO DAS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA	246
10.1	VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA: APROXIMAÇÕES POR SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	246
10.2	NATUREZA DA COORDENAÇÃO. OS MECANISMOS DE GOVERNANÇA	248
10.3	NATUREZA DA ESCOLHA METODOLÓGICA	252
10.4	INTERSECCÕES ENTRE ABORDAGENS METODOLÓGICAS SINCRÔNICAS E	257

	DIACRÔNICAS DE VIÉS INSTITUCIONALISTA	
10.5	PERSPECTIVAS EVOLUCIONÁRIAS: FILOGENÉTICA E ONTOGENÉTICA DA FIRMA	259
10.6	NATUREZA DA RACIONALIDADE	264
10.7	DIFERENTES, PORÉM COMPLEMENTARES, CATEGORIAS INSTITUCIONALISTAS BÁSICAS DE ANÁLISE DAS FIRMAS/ORGANIZAÇÕES: UNIDADES E NÍVEIS DE HIERARQUIZAÇÃO	266
10.8	APLICAÇÕES DA MATRIZ CONCEITUAL INTEGRADA NAS PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS E INSTITUCIONALISTA DO CONHECIMENTO	272
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS SOBRE A CIÊNCIA ORGANIZACIONAL	277
11.1	UMA BREVE RETROSPECTIVA	277
11.2	PRINCIPAIS CONCLUSÕES	287
11.3	RESULTADOS ESPERADOS	290
11.4	LIMITES DO TRABALHO	292
11.5	PERSPECTIVAS	293
	<i>REFERÊNCIAS</i>	297

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– Matriz Institucional da Gênese do Conhecimento Organizacional	66
QUADRO 2	– Matriz Institucional: eixos epistemológicos/metodológicos de produção e desenvolvimento do campo do conhecimento organizacional	74
QUADRO 3	– Matriz Institucional de referência para a consolidação da Ciência Organizacional	84
QUADRO 4	– Matriz Institucional do marco de Referência Epistemológico Organizacional Brasileiro	107
QUADRO 5	– Matriz Conceitual Integrada da Ciência Organizacional de Viés Institucionalista	271
QUADRO 6	– Aplicação da Matriz Conceitual Integrada do Conhecimento Organizacional no Viés Epistemológico	273
QUADRO 7	– Aplicação da Matriz Conceitual Integrada da Ciência Organizacional no Viés Institucionalista	274

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	–	Representação Gráfica do Modelo de Análise	44
FIGURA 2	–	Hierarquização de categorias (unidades e níveis) de análise e as formas de configuração organizacional no capitalismo contemporâneo	269

1. INTRODUÇÃO

A TESE OBJETIVA ANALISAR AS VERTENTES SOCIOLÓGICAS DE PENSAMENTO, DENOMINADAS SOCIOECONOMIAS FRANCESAS E SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA, E O CORPO CONCEITUAL DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL – NEI, IDENTIFICANDO SUAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS, PARA CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.

A tentativa de buscar aproximações entre a Nova Economia Institucionalista, a Sociologia Neo-institucionalista e as Socioeconomias Francesas, que se integram no paradigma evolucionário, foi estimulada, inicialmente, pela constatação de que vários autores vinculados a essas diferentes vertentes de pensamento guiam as suas pesquisas e desenvolvem teorias em busca de respostas a questões muito semelhantes. Essas questões e as respostas dadas pelos seus autores nortearam parte substantiva das discussões preliminares à formulação desta tese, assim como funcionaram como fonte de estímulo para a escolha da sua temática.

NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE ORGANIZAÇÕES VEM SENDO CARACTERIZADO POR DIVERSOS AUTORES COMO EM PROCESSO DE CRISE. NA DÉCADA DE 70, UMA PARCELA DE

ESTUDIOSOS, VINCULADA À TEORIA ORGANIZACIONAL, ACREDITAVA NUM PROCESSO DE SÍNTESE, TENDO COMO PONTO DE CONVERGÊNCIA A TEORIA CONTINGENCIAL, PARA SUPERAR A CRISE. POSTERIORMENTE, A SAÍDA PROPOSTA POR OUTRO CONJUNTO DE ESTUDIOSOS FOI A DE ADOÇÃO DA DESCONSTRUÇÃO COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO, DE ANÁLISE E DE TEORIZAÇÃO. TRATAVA-SE, NA VERDADE, DE PROPOSTA DE DESCONSTRUÇÃO DOS PÓS-MODERNOS DO CAMPO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DO *MAINSTREAM* DA TEORIA ORGANIZACIONAL. HODIERNAMENTE, ESSE ÚLTIMO CONJUNTO DE ESTUDIOSOS VEM SENDO RESPONSABILIZADO PELA CRESCENTE FRAGMENTAÇÃO DOS CAMPOS DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL.

O EMBATE ENTRE AQUELES DOIS CONJUNTOS DE ABORDAGENS FOI MARCANTE: PRODUZIU RUPTURAS, MAS, SIMULTANEAMENTE, REFORÇOU A TRAJETÓRIA NORMAL; FEZ EMERGIR NOVAS TEMÁTICAS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO, MAS, TAMBÉM PROMOVEU O FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE TEMÁTICAS E MÉTODOS TRADICIONAIS; DIFUNDIU O ENFOQUE INTERDISCIPLINAR, MAS, CONCOMITANTEMENTE, COLOCOU-SE O RISCO DE PERDA DE IDENTIDADE DA DISCIPLINA. OUTRAS EVIDÊNCIAS DO ELEVADO GRAU DE CONTESTAÇÃO DO CAMPO SÃO SUA DIVISÃO ENTRE: TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES ANTERIOR E POSTERIOR A SETENTA; TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES E GERENCIALISMO; TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS; POSITIVISTAS E NÃO-POSITIVISTAS; CONSTRUCIONISTAS E DESCONSTRUCIONISTAS; NEO-TAYLORISTAS E PÓS-FORDISTAS, E ADEPTOS DA VISÃO DE ORGANIZAÇÕES COMO PROCESSO OU COMO PRODUTO. TUDO ISSO DEPREENDEMOS DE REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA

SOBRE O ESTADO D'ARTE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL E DA EPISTEMOLOGIA ORGANIZACIONAL, REALIZADA NO CURSO DE ELABORAÇÃO DESTA TESE.

NA DÉCADA DE 40, O CAMPO DISCIPLINAR DA ADMINISTRAÇÃO JÁ HAVIA EXPERIMENTADO UMA CRISE, QUE RESULTOU EM SUA BIFURCAÇÃO ENTRE TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES E GERENCIALISMO. NOVAMENTE, DESDE A DÉCADA DE 70, A CRISE REINSTALOU-SE, ATINGINDO O SEU AUGE NA DÉCADA DE 80 COM O EMBATE ENTRE OS PARTIDÁRIOS DA PROPOSTA DA TEORIA CONTINGENCIAL COMO FORNECENDO AS BASES PRINCIPAIS PARA UM PROCESSO DE SÍNTESE CONSTRUCIONISTA DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL E OS FILIADOS À VERTENTE PÓS-MODERNISTA/PÓS-ESTRUTURALISTA E DESCONSTRUCIONISTA DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. EM OUTRAS PALAVRAS, PODEMOS DIZER QUE, NOS ANOS 80, O CONFRONTO ENVOLVIA UM GRUPO DE ESTUDIOSOS QUE POSTULAVA O SENTIDO DA DESCONSTRUÇÃO DA TEORIA ORGANIZACIONAL, QUE TERMINOU CONSTITUINDO O CAMPO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, E OUTRO QUE DEFENDIA A IDÉIA DO FORTALECIMENTO DO *MAINSTREAM* DA TEORIA CONTINGENCIAL A PARTIR DA INCORPORAÇÃO DE NOVAS VERTENTES A ESSE CORPO TEÓRICO.

Adicionalmente, verificamos que, na década 70, proliferaram teorias, associadas a esforços para entender o processo de mudança das organizações do mundo globalizado e dos mercados compactados desenvolvidos por outro conjunto de estudiosos da Sociologia e da Economia. Exemplares desses esforços de produção teórica, na década de setenta, nos campos da sociologia e da economia, são: Jeffrey Pfeffer e Gerald Salancik (1978) com o livro “O Controle Externo das Organizações”, gerando a teoria da dependência de recursos; John

Meyer e Brian Rowan (1977), que escreveram o hoje celebre artigo sobre o processo de institucionalização que deu origem à sociologia neo-institucionalista; Hannan e Freeman (1977), com um artigo seminal sobre a ecologia das populações organizacionais, abordagem essa hoje mais conhecida como Ecologia Organizacional; e Oliver Williamson (1975) com o seu livro *Markets and Hierarchies*, que deflagrou o processo de consolidação da vertente Econômica dos Custos de Transação.

Constatamos também existirem em curso propostas de integração e de compatibilização de saberes produzidos sobre organizações a partir de diferentes enfoques e abordagens. Assim, a medida em que avançávamos na revisão de bibliografia íamos verificando que, além de perguntas de pesquisa em comum, muitos autores dos campos de saber da sociologia e da economia estavam empenhados em um projeto de reconstrução do conhecimento organizacional.

COM O CRESCIMENTO DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS COM O FOCO NAS ORGANIZAÇÕES NOS CAMPOS DA ECONOMIA E DA SOCIOLOGIA, O EMBATE ENTRE CORRENTES DE PENSAMENTO NO CAMPO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL TRANSCENDEU, MAIS RECENTEMENTE, AS FRONTEIRAS DA TEORIA DA ORGANIZAÇÃO E DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, PASSANDO A ENVOLVER ESTUDIOSOS DO CAMPO DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA. PARTE DESSES ÚLTIMOS ESTUDIOSOS TEM ADOTADO POSTURAS EPISTEMOLÓGICAS DIFERENCIADAS, QUE SÃO, ESSENCIALMENTE, DE NATUREZA RECONSTRUTIVISTA, TRADUZINDO-SE NA REALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS DE CONVERGÊNCIA TEÓRICO-METODOLÓGICA, TENDO COMO REFERÊNCIA A CIÊNCIA ORGANIZACIONAL. ESSA CONSTATAÇÃO FORTALECEU MAIS AINDA A DECISÃO EM RELAÇÃO AO TEMA DESTA TESE – EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL – E A SEUS OBJETOS EMPÍRICO E

CONSTRUÍDO, RESPECTIVAMENTE – CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL E CIÊNCIA ORGANIZACIONAL --, COMO PROPORCIONOU UM MAIOR REFINAMENTO DE SEU PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS.

ASSIM, TOMANDO COMO REFERÊNCIA O PROCESSO RECONSTRUCIONISTA DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, CENTRADO EM ABORDAGENS EVOLUCIONÁRIAS INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA, O RECORTE DE ANÁLISE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL ADOTADO NESTA TESE COMPREENDE: A SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA; A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA E; AS SOCIOECONOMIAS FRANCESAS. TRATA-SE, NA VERDADE, DE INVESTIGAR SE: AS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, SITUANDO-A NO EIXO EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO DE CONSTRUÇÃO, DE DESCONSTRUÇÃO OU DE RECONSTRUÇÃO? GUIANDO A BUSCA POR EVIDÊNCIAS, CONTEÚDOS E ARGUMENTOS QUE NOS PERMITISSEM ENCONTRAR RESPOSTAS PARA A QUESTÃO DE PESQUISA ANTES REGISTRADA, AS SUPOSIÇÕES LEVANTADAS FORAM:

- a) Há nas Ciências Sociais, notadamente na Nova Economia Institucional, na Sociologia Neo-institucionalista e nas Socioeconomias Francesas, movimentos em busca de convergência de idéias tendo como foco a organização, que, amparados na interdisciplinaridade e hibridações, tendem a levar ao desenvolvimento e à consolidação da Ciência Organizacional.
- b) O desenvolvimento dessas abordagens interdisciplinares no campo das Ciências Sociais, em geral, e do conhecimento organizacional, em particular, sugere a

constituição de um novo tipo de epistemologia, a inter-regional, além dos tipos já consagrados e difundidos na literatura – a geral e a regional.

- c) As abordagens mencionadas na letra a situam-se no eixo epistemológico/metodológico de reconstrução e no âmbito da Ciência Evolucionária.
- d) As diferentes categorias básicas de análise das vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia enfocadas nesta tese são complementares e podem representar hierarquias em evolução, assim como são conciliáveis outros princípios metodológicos.

OS RESULTADOS DE TODO O TRABALHO DE PESQUISA REALIZADO AO LONGO DA ELABORAÇÃO DESTA TESE ESTÃO CONSIGNADOS EM 10 CAPÍTULOS, FORA ESTA INTRODUÇÃO, QUE CONSTITUI O CAPÍTULO 1. NO CAPÍTULO 2, SÃO DISCUTIDOS E DEFINIDOS CONCEITOS DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E SENSO COMUM, DE EPISTEMOLOGIA E SUAS TIPOLOGIAS, E, SIMULTANEAMENTE, SÃO APRESENTADAS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE O PROGRESSO DA CIÊNCIA, EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA. ATENÇÃO ESPECIAL FOI DIRIGIDA À INVESTIGAÇÃO E DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DE EPISTEMOLOGIA GERAL, REGIONAL E INTER-REGIONAL, DOS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS-METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO, DECONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO, E DE CIÊNCIA NORMAL, CIÊNCIA CONTRA NORMAL E CIÊNCIA EVOLUCIONÁRIA, PORQUE TAIS CONCEITOS ERAM ESTRATÉGICOS PARA O MODELO DE ANÁLISE ADOTADO PARA ELABORAÇÃO DESTA TESE. ESTE CAPÍTULO REGISTRA, TAMBÉM, O CONCEITO DE EPISTEMOLOGIA ORGANIZACIONAL, ABRAÇADO NESTA TESE.

Já o terceiro capítulo discute os procedimentos metodológicos adotados. Dessa forma, registra que esta tese é de natureza teórica e que, por isso, centra-se em pesquisa bibliográfica e análise de conteúdos. Além disso, apresenta a problematização de seu objeto empírico – o conhecimento organizacional – e apresenta o seu objeto construído – a Ciência Organizacional, na forma de seu problema de pesquisa, delimitando-o também por meio de suas suposições e da definição de seu período de análise.

Denominado de “Exercícios de Epistemologia Organizacional”, o quarto capítulo, por sua vez, apresenta dois subitens. O primeiro deles focaliza a gênese do conhecimento organizacional, que se realiza na confluência de muitas abordagens e contribuições como de Marx e sua crítica ao capitalismo; de Braverman e sua discussão sobre as origens da gerência científica; de Weber e o seu modelo burocrático capitalista; de Coase (1937), Barnard (1938) e Williamson (1996), cujos estudos focalizam a origem e a natureza da firma/organização; de Foucault e sua arqueogenealogia; e dos estudos históricos institucionalistas de Chandler (1962; 1977; 1990) sobre configurações organizacionais. Em síntese, defendemos que na gênese do conhecimento organizacional estão diferentes interpretações epistemológicas que buscam conhecer e criticar seu objeto, a organização. Para fundamentar tal posição, o subitem apresenta uma breve retrospectiva das diferentes abordagens que, do ponto de vista do autor desta tese, estão na gênese do conhecimento organizacional e, adicionalmente, lhe dão consistência, validade e legitimidade, enquanto campo de conhecimento científico. O seu segundo subitem focaliza a natureza e o desenvolvimento do conhecimento organizacional que vão constituir as bases de fundação da Ciência Organizacional. A análise desse conhecimento é realizada a partir de seu enquadramento nos eixos epistemológicos/metodológicos de construção, desconstrução e reconstrução. São ressaltadas como contribuições: 1) construcionista -- o positivismo de Comte; o funcionalismo de Parsons; a teoria da ação de Weber, a discussão sobre a riqueza das nações de Smith; e

aportes teóricos/metodológicos dos velhos institucionalistas da Sociologia e da Economia, a exemplo de Veblen, Schumpeter e Spencer; e da síntese neoclássica de Marshall e Walras; 2) desconstrucionista – abordagens da teoria-crítica; abordagens marxianas/marxistas; abordagens pós-modernistas/pós-estruturalistas; e abordagem foucaultiana da genealogia do poder; e 3) reconstrucionista – abordagem foucaultiana da arqueologia do saber; abordagem habermasiana da razão comunicativa; abordagem giddensiana da modernização reflexiva; e as novas abordagens institucionalistas da Sociologia e da Economia. O capítulo finaliza-se com a definição de Ciência Organizacional como de natureza interdisciplinar, que se constitui na interseção de diferentes disciplinas das ciências sociais, cujo objeto é a organização sócio-econômica capitalista, tem como foco de delimitação teórico-empírico o contexto institucional/ organizacional das estruturas de governança, situadas, mais precisamente, entre a hierarquia (organização interna) e as híbridas, classificando-a como epistemologia inter-regional.

O capítulo 5, intitulado de “A Matriz Institucional do Conhecimento Organizacional” subdivide-se, também, em duas partes. Na primeira parte, analisamos a matriz institucional do conhecimento organizacional, conforme se apresentava na década de 90. Seguindo essa análise, postulamos que esse conhecimento foi gerado ao abrigo de três grandes programas de pesquisas -- a Ciência Normal, a Ciência Contra Normal e a Ciência Evolucionária -- os quais, por sua vez, mostravam uma relação estreita como os eixos epistemológicos/metodológicos de construção, de desconstrução e de reconstrução, respectivamente. Apresentamos, ao final desta parte, a matriz institucional de consolidação da Ciência organizacional, na qual estão realçadas as possibilidades de aproximações e interpenetrações entre a NEI, a Sociologia Neo-institucionalista, situadas no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista, para dar suporte ao nosso argumento de que são essas vertentes que podem fornecer parte das bases para a consolidação da Ciência Organizacional. Os estudos organizacionais no Brasil são

tema da segunda parte deste capítulo que, ao seu final, contém um quadro resumo do marco de referência do conhecimento organizacional aqui produzido por eixos epistemológicos/metodológicos, autores predominantes, autores estrangeiros mais citados, enfoque da disciplina e os países mais influentes. Trata-se, na verdade, de pesquisa sobre parte da produção brasileira que terminou realçando avanços já registrados e peculiaridades de nosso *mainstream*, e identificando grupos de pesquisa que estão empenhados em programas de pesquisa evolucionários, seja em vertentes neo-schumpeterianas, seja ainda na vertente da NEI/ECT, ou seja, também na abordagem Ecologia Organizacional, embora essa última ainda com relativamente menor expressão.

O sexto capítulo trata da evolução do pensamento institucionalista na Economia, com ênfase em convergências e divergências. Logo em sua abertura, afirmamos que, nem sempre, a relação entre a teoria econômica da firma e o conhecimento organizacional apresentou sintonia. Mas, houve na teoria econômica da firma uma proliferação de vertentes heterodoxas no decorrer do século XX que, no viés desconstrucionista, buscaram questionar e propor alternativas aos postulados do “*mainstream*”. Essas novas abordagens têm “invadido”, com relativo êxito, o espaço do Conhecimento Organizacional, contribuindo para o registro de avanços no seu eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista. Este capítulo inclui análises sobre a Teoria de Organização Industrial–OI e sobre a teoria behaviorista da firma, que são precursoras da Teoria Econômica Institucionalista da Firma; sobre abordagens neo-schumpeterianas e sobre a ECT. Ao analisarmos as vertentes anteriormente referidas, ficaram evidentes não só os movimentos de aproximação entre seus principais autores, os principais construtos teórico/metodológicos que favorecem ou criam obstáculos a tal movimento, assim como a inserção desses movimentos de aproximação no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista. Com base nessas evidências, argumentamos ainda que tais movimentos criam bases sólidas para a evolução da Ciência Organizacional, mas também ressaltamos a

existência de um dilema entre abstração e realismo que tem acompanhado as vertentes enfocadas. Assim, se escolhem a primeira alternativa, retornam aos braços da Economia e aos fundamentos neoclássicos, enquanto se optam pelo realismo, “invadem”, gradativamente, o campo do conhecimento organizacional, em uma perspectiva reconstrucionista. Essa invasão do campo organizacional tem sido criticada por autores desse campo construcionistas e desconstrucionistas. Apesar dessa crítica, demonstramos que o movimento em prol da aproximação tem crescido.

Já o sétimo capítulo trata da evolução do pensamento institucionalista na Sociologia, destacando o pioneirismo da disciplina para a evolução do conhecimento organizacional. Estudos voltados para a análise da instituição e para os processos de institucionalização tendem a aproximar os campos da Sociologia, da Economia e da Ciência Política e têm favorecido a consolidação da Ciência Organizacional, a exemplo das relações interativas empreendidas por autores da teoria institucional e da ecologia organizacional, como mostramos neste capítulo. Nele são enfocadas: a abordagem Ecologia das populações, que emergiu a partir do artigo pioneiro de Hannan e Freeman (1977); a Teoria

Institucional, que toma como referência a fenomenologia de Berger e Luckman (1966), enfatizando as dimensões simbólicas das organizações e da realidade organizacional como socialmente construída e institucionalmente sustentada, enquanto enxerga as instituições como sistemas de valores e normas que moldam os contextos de interações; a Teoria da Regulação e a Economia das Convenções, ambas de origem francesa e de natureza, primordialmente, reconstrucionista, e que buscam reduzir a distância entre os campos da Sociologia e da Economia.

No capítulo 8, intitulado “Uma Retrospectiva das Formas de Configuração Organizacional”, procuramos traçar a evolução dessas configurações, a partir dos estudos pioneiros de Chandler Júnior e apresentamos também uma análise pós-chandleriana, que procura dar conta da diversidade de configurações de populações organizacionais no capitalismo contemporâneo, que são, simultaneamente, constructo teórico e manifestação empírica. Ressaltamos que em função da nova centralidade da inovação como fator de competitividade no mundo dos negócios, novas configurações organizacionais emergiram, apresentando-se como um dos campos de estudo da Ciência Organizacional.

O nono capítulo busca responder à questão básica: existe um evoluir da Ciência Organizacional? Procurando demonstrar que sim, começamos reafirmando que houve, nos

últimos trinta anos, uma proliferação de vertentes sociológicas e econômicas, que geraram impactos sobre o conhecimento organizacional. Na Economia, esse fenômeno foi denominado por Possas (1997) como a “cheia” do *mainstream*. Mas, ao nosso ver, essa cheia também atingiu as margens de outros diferentes campos das Ciências Sociais, favorecendo a aproximação entre vertentes, autores e campos de conhecimento, além de originar e/ou consolidar ciências de natureza interdisciplinar, a exemplo da Ciência Organizacional. Após o registro dos argumentos que dão sustentação à resposta positiva à questão inicial, apresentamos uma matriz conceitual integrada na perspectiva institucionalista pós-setenta.

O décimo capítulo, “A Aplicação da Matriz Conceitual Integrada: Uma Perspectiva de Integração das Vertentes Institucionalistas da Sociologia e da Economia,” procura desenvolver aplicações que fundamentam as relações de complementaridade entre as vertentes estudadas. Assim, apresenta um exercício de matriz conceitual integrada, envolvendo as vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia, salientando as aproximações entre essas vertentes, suas semelhanças e diferenças, e sinalizando para as relações de complementaridade que levam ao reconhecimento da contribuição institucionalista para a Ciência Organizacional. Como os leitores irão perceber, vários exercícios epistemológicos de análise das vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia foram realizados ao longo desta tese, envolvendo discussões sobre a gênese de diversas abordagens, seus desenvolvimentos mais recentes, seus construtos basilares. Também abarcaram esforços para delimitar seus principais conceitos, a visão de homem subjacente, em particular quanto à natureza de sua racionalidade -- se substantiva, limitada, instrumental --, suas escolhas metodológicas -- individualismo e holismo metodológico -- e a noção de coordenação incorporada -- mercado, hierarquia e híbridas. Foram mapeados ainda inúmeros movimentos de aproximação realizados por autores filiados às diversas abordagens que estavam sob análise nesta tese, sem negligenciar as principais críticas já endereçadas, as lacunas já

verificadas e impasses que, por ventura, tivessem se evidenciado, seja ao longo do próprio desenvolvimento e amadurecimento de cada abordagem em si, seja como reflexo dos movimentos de aproximação realizados. Focalizaram, outrossim, as categorias e os níveis de análise em cada abordagem enfocada para evidenciar suas possíveis relações, a partir do que sobressairam-se a natureza intimamente relacionada e de complementaridade entre elas.

Por fim, o décimo primeiro capítulo retoma as principais evidências levantadas ao longo do esforço de pesquisa bibliográfica para que, em confronto com o problema e as suposições de pesquisa, pudéssemos avançar as nossas conclusões. Além disso, registra os resultados alcançados com a elaboração da tese e aponta perspectivas de desenvolvimento de novas linhas de pesquisa.

2. CONHECIMENTO CIENTÍFICO E SEUS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS/METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: UMA PROPOSTA DE MODELO DE ANÁLISE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

2.1 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E EPISTEMOLOGIA

COMECEMOS EXPLICITANDO A NECESSIDADE DE DEFINIR O QUE É CONHECIMENTO CIENTÍFICO E EPISTEMOLOGIA. SEGUINDO DEMO (2000), CONSIDERAMOS QUE DEFINIR É COLOCAR LIMITES, É SIMPLIFICAR PARA TORNAR MAIS CLARO. CERTAMENTE QUANDO PROCURAMOS DEFINIR, CORREMOS O RISCO DE EMPOBRECER O FENÔMENO OU MESMO DETURPA-LO. É PRECISO TER EM MENTE QUE TODA BOA DEFINIÇÃO É AQUELA QUE RECONHECE SEUS LIMITES E INCONGRUÊNCIAS. POR ISSO, TEMOS QUE RECONHECER UM PRIMEIRO LIMITE DAS DEFINIÇÕES QUE VAMOS EMPREENDER. ESSAS DEFINIÇÕES SUPÕEM O PONTO DE VISTA DE QUEM ESTÁ DEFININDO.

“DEFINIR SIGNIFICA INTERFERÊNCIA DO SUJEITO SOBRE O OBJETO, NÃO APENAS OLHAR ATENTO QUE BUSCA DESCOBRIR SEM TOCAR [...] AO DEFINIR TERMOS, USAMOS TERMOS AINDA NÃO DEFINIDOS. TODA DEFINIÇÃO INCLUI REGRESSÃO AO INFINITO, RAZÃO PELA QUAL NUCA É COMPLETA, CABENDO-LHE CONSTANTE REVISÃO” (DEMO, 2000, P.14-15).

AINDA SEGUINDO DEMO (2000), TEMOS QUE CONHECIMENTO CIENTÍFICO É DIFERENTE DE SENSO COMUM; NÃO É TAMBÉM SABEDORIA OU BOM-SENSE, NEM IDEOLOGIA. CONHECIMENTO CIENTÍFICO É AQUELE QUE ADOTA O QUESTIONAMENTO COMO MÉTODO. O CONHECIMENTO CIENTÍFICO PRECISA SATISFAZER A CRITÉRIOS DE QUALIDADE FORMAL E POLÍTICA.

SÃO CRITÉRIOS DE QUALIDADE FORMAL: COERÊNCIA – AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO NO TEXTO, FLUÊNCIA ENTRE PREMISSAS E CONCLUSÕES; SISTEMATICIDADE – ESFORÇO NO SENTIDO DE DAR CONTA DO TEMA, O QUE NÃO SIGNIFICA EXIGÊNCIA DE ESGOTA-LO PORQUE NENHUM TEMA É PASSÍVEL DE SER ESGOTADO; CONSISTÊNCIA – PORQUE FAZER CIÊNCIA É SABER ARGUMENTAR, DEMONSTRANDO DOMÍNIO LÓGICO, MAS, SOBRETUDO, CAPACIDADE DE RECONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS; ORIGINALIDADE – LOGICAMENTE QUE EM UMA DIMENSÃO RELATIVA, QUE A FAZ QUASE PRODUTO DO ESFORÇO DE RECONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO; OBJETIVAÇÃO – COMPROMISSO METODOLÓGICO DE DAR CONTA DA REALIDADE O MAIS PRÓXIMO POSSÍVEL DO QUE ELA É; DISCUTIBILIDADE -- A CONJUGAÇÃO DE CRÍTICA E AUTO-CRÍTICA ; AS FUNDAMENTAÇÕES PRECISAM SER BEM FEITAS PARA QUE POSSAM SER DESMONTADAS E SUPERADAS (DEMO, 2000).

JÁ OS CRITÉRIOS POLÍTICOS DEMARCATÓRIOS DA CIENTIFICIDADE SÃO: INTERSUBJETIVIDADE, QUE CORRESPONDE AOS CONSENSOS DOMINANTES ENTRE PROFESSORES, CIENTISTAS E PESQUISADORES, QUE TERMINAM POR DEFINIR O QUE É E O QUE NÃO É VÁLIDO; AUTORIDADE POR MÉRITO – RECONHECIMENTO DE QUEM CONQUISTOU PELOS SEUS TRABALHOS O RESPEITO DE SEUS PARES; RELEVÂNCIA SOCIAL – FOCO EM TEMAS DE

INTERESSE DA SOCIEDADE; ÉTICA – OU SEJA, A QUEM SERVE O
CONHECIMENTO CIENTÍFICO? (DEMO, 2000).

A epistemologia é o campo de estudo da teoria do conhecimento. Esse é seu sentido geral, mas há também um sentido restrito. Portanto ao tratar do tema epistemologia, faz-se mister, a princípio, tecer algumas considerações sobre seu significado geral, bem como analisar suas inter-relações com as diferentes perspectivas epistemológicas que constituem as Ciências Sociais, o que permite realçar as suas especificidades.¹

Estaríamos a tratar, então, de epistemologia ou epistemologias? Popelard e Vernant (1997) e Soler (2000), entre outros, reconhecem a diversidade relativa de abordagens, mas identificam duas características que definem um estudo epistemológico: a) a reflexão sobre as ciências, aparecendo como uma meta disciplina; b) a análise crítica do conhecimento, especialmente o conhecimento científico.

Em sua acepção mais geral, a epistemologia teria como objeto o conhecimento científico, seus pressupostos, seus conceitos e seus métodos. Assim, conquistaria seu estatuto na reflexão sobre as ciências e articular-se-ia com outras disciplinas: a filosofia do

¹ Popelard e Vernant (1997) assinalam que o termo aparece, pela primeira vez, na edição de 1906 na Larousse ilustrada. O termo provém, duplamente, do grego episteme que significa conhecimento ou ciência; e logos que significa linguagem, discurso, julgamento ou estudo científico.

conhecimento; a filosofia das ciências; a lógica; a história das ciências; a filosofia da linguagem; a epistemologia genética piagetiana; e a sociologia do conhecimento.

Soler (2000) ressalta que os estudos epistemológicos anglófonos empregam o termo “epistemologia”, na maioria dos casos, como sinônimo de “teoria do conhecimento”. Já os estudos francófonos compreendem o termo com um sentido mais estrito, utilizando-o, unicamente, para qualificar a reflexão sobre o conhecimento especificamente científico, reservando a expressão “teoria do conhecimento” ao estudo do conhecimento em geral (científico e não-científico).

Essa mesma autora traça a distinção entre epistemologia geral e regional, ou seja, o interesse demonstrado por uma ciência, em geral, ou por algumas das ciências, em particular. No primeiro caso, a epistemologia trata de interrogar o conceito de ciência, perquirindo a natureza dos métodos científicos e propondo, eventualmente, critérios de cientificidade que permitem, de um lado, demarcar a verdadeira ciência das falsas ciências e, de outro, precisar as especificidades culturais de cada ciência.²

Soler (2000) salienta que uma epistemologia regional está focalizada em uma disciplina científica, fornecendo uma caracterização detalhada de seu objeto, de seus conceitos e de seus métodos próprios, analisando e discutindo suas

² Na mesma linha, Japiassu (1977, p. 16) distingue três tipos de epistemologia: global (geral); particular (especulativa ou científica); e específica (conforme as características apresentadas por Soler, 2000), mas acrescentando as possíveis relações que a epistemologia mantém com outras disciplinas.

hipóteses fundamentais e avaliando o grau de confiabilidade de seus resultados.

Disso decorre, afirma a autora, uma oposição cerrada entre os adeptos daquelas duas abordagens epistemológicas. A geral, por estar muito desacreditada, é acusada de tomar como objeto uma pura abstração - a ciência (singular) -, sendo apresentada como um amontoado de generalidades, inclusive inexatas, do tipo “existe um método científico único, absolutamente confiável”. Ademais, costuma ser rotulada de obra de filósofos, com a exploração, às vezes, abusiva da ciência para estabelecer tal ou qual concepção filosófica predominante, levando ao enfraquecimento, do ponto de vista metodológico, uma vez que se recusa a examinar e a considerar os detalhes reais das ciências.

A epistemologia regional, em contrapartida, tem por objeto a ciência “tal como se faz”. Para realizar tal perspectiva, desenvolve estudos minuciosos, apoiados na história da ciência, aparentando, crêem seus adeptos, corrigir as errôneas conclusões da epistemologia geral. Os mais radicais dos regionalistas recusam toda possibilidade de enunciar generalidades sobre as ciências, sustentando que só há uma

epistemologia autêntica, ou seja, a regional.³

Prisioneira dessa dupla filiação, a epistemologia teria por função resolver o problema geral das relações entre a Filosofia e as Ciências. Assim, nos últimos trinta anos, a ambigüidade do discurso epistemológico (conforme anunciado por Japiassu, 1977) aumentou, a nosso ver, como reflexo das diferentes interpretações sobre as “lógicas da descoberta científica”; das tentativas de desconstrução do conceito de ciência; das discussões em torno de uma nova teoria em lugar do discurso científico; e da ênfase no “fim do sujeito”, como proposto pelos pós-modernistas/pós-estruturalistas.

Por outro lado, Japiassu (1977) também assinalaria que as epistemologias contemporâneas repartem-se, segundo confirmam a primazia ao sujeito, ao objeto ou à interação entre ambos. Contudo, em sua observação, as epistemologias, atualmente vivas e significativas, estão centradas nas interações entre sujeito e objeto: a epistemologia fenomenológica, ilustrada por Husserl; a construtivista/estruturalista de Piaget; a histórica de Bachelard; a “arqueológica” de Foucault; e a racionalista crítica de Popper.

Na década de setenta, o campo epistêmico seria entendido como aquele no qual o conhecimento científico chegou a um grau de objetividade reconhecido que inclui o estudo das teorias, da reflexão epistemológica, da metodologia e das técnicas de investigação. Nesses termos, Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) agrupariam os principais quadros de referência em metodologia, em quatro “matrizes disciplinares”: 1) o positivismo (Durkheim, Comte, entre outros); 2) o compreensivo (Weber; Bourdieu; Merleau-Ponty); 3) o estrutural

³ Ladriere (1977), por sua vez, fazendo uso de Piaget, diz que a epistemologia deve submeter a noção de ciência a um estudo crítico e que seu desenvolvimento atual é interno às próprias práticas científicas.

funcionalismo (Malinowski; Readclife - Brown e Parsons); e 4) o estruturalismo (Levi-Strauss, Barthes, Foucault, Piaget, Lacan, Marx e Althusser).

Vale lembrar que, no último período referido, as matrizes disciplinares das Ciências Sociais eram menos complexas, e a perspectiva desconstrucionista (pós-modernista/pós-estruturalista), que se firmaria a partir do trabalho de Lyotard (1979) e, nos estudos organizacionais, com o de Burrell e Morgan (1979), ainda estava em processo de formação.

Com o avanço da complexidade do campo das Ciências Sociais, as “matrizes disciplinares” de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), e de Japiassu (1977) mostraram-se insuficientes para organizar e questionar os pressupostos, métodos e conceitos dos conhecimentos científicos produzidos, haja vista as profundas alterações que começaram a emergir, tanto de natureza epistemológica, quanto metodológica, sobretudo estimulada pelo desencanto da comunidade científica frente aos postulados positivistas.

Algumas dessas discussões tiveram início com o seminário internacional sobre filosofia da Ciência, realizado em Londres, ainda em 1965, destacando-se, no conjunto de sua programação, um evento intitulado “a crítica e o desenvolvimento do conhecimento”, que contou com a participação de proeminentes epistemólogos, a exemplo de Popper, Lakatos, Musgrave, Toulmin, Kuhn, Feyrabend e Masterman. Os desdobramentos das profícuas discussões então ocorridas aconteceriam na década seguinte, com o surgimento de uma valiosa produção acadêmica referente ao tema.

Na década de oitenta, por sua vez, surgiriam as abordagens pós-modernistas/pós-estruturalistas, iniciados por Lyotard (1979) e pelos denominados nietzscheanos franceses. Entretanto, tais abordagens redundariam em novas insuficiências, a exemplo de uma desencantada proposta de fragmentação, pautada em uma perspectiva de localização multicultural da Ciência, cujo relativismo radical vem sendo muito criticado desde então.

Em função das insuficiências teórico-metodológicas desses quadros de referência, colocou-se a necessidade de revisões das principais interpretações epistemológicas que influenciaram as Ciências Sociais no decorrer do século XX e que trouxeram decisivas contribuições para o conhecimento organizacional, conforme se observa no Quadro 1. Surgiu, então, uma diversidade de vertentes epistemológicas que passaram a apresentar-se em uma relação de complementaridade interpretativa, com ênfase na interdisciplinaridade, renunciando o relativo ocaso de velhos embates entre marxistas e não-marxistas, modernos e pós-modernos, estruturalistas e pós-estruturalistas.

Encontramos em Piaget (1973, p. 142) a proposição de multiplicação de “novos ramos do saber, nascidos, precisamente, da conjunção entre disciplinas vizinhas, mas procurando novos objetivos que se reflitam sobre as ciências-mãe, enriquecendo-as”. Ao mesmo tempo,

Piaget (1973) reconheceria que esses novos ramos do saber não estavam localizados apenas no âmbito das ciências exatas, mas também nas Ciências Humanas, nesse último caso, por certo, de forma modesta, mas com o sentido de complementaridade, de hibridação, já estabelecido.

Nessa perspectiva, Piaget destacaria as recombinações por “hibridação” das disciplinas de natureza interdisciplinar, apontando para a existência de eixos epistemológicos/metodológico, visando reorganizar os domínios de saber “por trocas que consistem, na realidade, em recombinações construtivas” (PIAGET, op.cit, p. 141).

Canclini (2003), na perspectiva dos estudos culturais e interdisciplinares, mostra a relevância do conceito de hibridação em tempos de globalização. Para ele, a hibridação ocorre quando processos socioculturais, nos quais estruturas ou práticas discretas pré-existentes se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Segundo o mesmo autor, os processos de hibridação multiplicaram-se extraordinariamente e tornaram-se objetos de estudos dos mais relevantes no século XX.

Para ilustrar como essa discussão apresenta-se, cada vez mais, complexa e rica, basta verificar como surgiram outras abordagens científicas no decorrer do século XX de natureza interdisciplinar, híbrida, que não se enquadravam nas classificações de epistemologias geral e regional. Desenvolveu-se, assim, a nosso ver, um novo tipo de epistemologia, a inter-regional, constituída por diversas abordagens, caracterizadas pela natureza interdisciplinar de suas reflexões epistemológicas e por especificidades em sua “lógica de descoberta”.

De fato, as contribuições epistemológicas no campo das Ciências Sociais têm-se desenvolvido nos diferentes planos: geral, regional e inter-regional. Exemplos dessas diferentes epistemologias são: as abordagens cognitivistas/conexionistas, pós-modernistas/pós-estruturalistas, estruturalistas/construtivistas, positivistas/funcionalistas, retoricista, a teoria crítica e o sistema autopoiese. Em todas essas epistemologias, sobrelevam a

vontade de conhecer, intervir e interpretar variados fenômenos que compõem a realidade.

Mas, houve, recentemente, a nosso ver, um crescimento da ênfase em epistemologias inter-regionais, podendo essa expansão ser atribuída à emergência de abordagens de natureza híbrida, surgidas das interseções entre diferentes disciplinas, a exemplo da Ergonomia, da Ciência Cognitiva e da Ciência Organizacional⁴. A esse respeito, citamos que observamos em autores, como Habermas, Piaget, Foucault, Giddens, a

⁴ Para evitar a ambigüidade pelo uso paralelo de termos, tais como teoria das organizações; teoria organizacional; teoria da administração; estudos organizacionais; ciência das organizações; ciência da organização; ciências gerenciais; ciências administrativas, temos a registrar: 1) ao nos referirmos a autores, vertentes ou eixos epistemológicos, usaremos as expressões que os diferentes autores utilizam; 2) ou, então, utilizaremos as expressões " conhecimento organizacional" ou " disciplina" ; 3) as expressões que são utilizadas, corriqueiramente, na proposta desta tese são as seguintes: disciplina, saber, conhecimento organizacional, epistemologia organizacional e, especialmente, ciência organizacional ou ciência da organização (singularizando). Vale registrar que Clegg, Hardy e Nord (1996) questionam o uso dos termos " teoria das organizações" e/ou " ciência organizacional" , posição esta defendida pelos autores que discordamos nesta tese.

utilização de conhecimentos oriundos de diferentes campos de saber, como o educacional, o sociológico, o econômico e o organizacional, que extrapolam os limites internos de cada uma das suas disciplinas de origem, o que os torna praticantes de uma epistemologia inter-regional.

Vale ressaltar, no entanto, que o processo epistemológico de natureza inter-regional também traz a possibilidade de repercussões negativas no âmago dos saberes constituídos, podendo gerar a perda total ou parcial da identidade de um determinado campo de saber. Isso porque, as abordagens ao perseguirem uma abertura inter-regional, ou seja, ao envolverem simultaneamente vários outros campos de conhecimento e múltiplas abordagens, instala-se a possibilidade de “invasão” de conceitos e de idéias absorvidas de outra(s) disciplina(s), contaminando, assim, a disciplina-sujeito da intervenção,

desconstituindo parte de sua identidade por desfocalizar seu objeto de análise.

Estabelecidos esses pressupostos básicos, podemos avançar em nossa análise no sentido de definir epistemologia organizacional, que é uma das condições necessárias para que possamos avançar na delimitação de nosso modelo de análise conceitual. Epistemologia organizacional corresponde, então, ao estudo sobre o conhecimento organizacional. Nesse sentido, a epistemologia está preocupada em entender a origem, a natureza, os métodos, a validade desse conhecimento.

Para os propósitos desta tese, as abordagens sobre como evolui o conhecimento científico, assim como os métodos de produção desse conhecimento fornecem parte dos argumentos para desvelar parte da natureza de seu objeto. Por essa razão, a seguir, vamos nos deter na discussão das diferentes lógicas de descoberta do conhecimento científico e dos eixos epistemológicos/metodológicos construcionista, desconstrucionista e

reconstrucionista, no âmbito das Ciências Humanas, em geral, e do conhecimento organizacional, em particular.

2.2 DISCUSSÃO SOBRE AS LÓGICAS DA DESCOBERTA E OS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS/METODOLÓGICOS CONSTRUCIONISTA, DESCONSTRUCIONISTA E RECONSTRUCIONISTA DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.

Ao tratar das metodologias modernas e das “lógicas da descoberta”, presentes na filosofia da ciência contemporânea, Lakatos (1998, p. 22) afirma que elas consistem em um conjunto de regras ou sistemas de apreciação, servindo de teorias da racionalidade científica, critérios de demarcação ou definições de ciência⁵.

Na década de setenta, parte das controvérsias sobre as diferentes explicações para as “lógicas da descoberta” científicas foram apresentadas nas teses do racionalismo falsificacionista de Popper, na estrutura das revoluções científicas de Kuhn, na metodologia dos programas de pesquisa de Lakatos, na epistemologia evolucionária de Toulmin, no anarquismo metodológico de Feyrabend, entre outros⁶.

COMO RESULTADOS DAS INSUFICIÊNCIAS DESSAS DIFERENTES

“LÓGICAS”, OCORRERAM, NAS DÉCADAS SEGUINTE, PROPOSTAS QUE

⁵ Uma literatura foi constituída nas três últimas décadas do século XX, procurando entender a lógica da descoberta do conhecimento científico, destacando-se: Piaget (1973); de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), Toulmin (1979); Popper (1975; 1978); Ladrière (1977); Kuhn (1979; 2001); Feyrabend (1989); Lakatos (1978); Lakatos e Musgrave (1979); Bunge (1980); Blaug (1999); Bombassaro (1992); Popelard e Vernant (1997); Zanotti (1997); Dow (1997); Gayon (1999); Mäki (1993; 2002); Soler (2000); e, no Brasil, Japiassu (1977; 1981); Harres (2000); Demo (2000 a; 2000 b; 2001 a; 2001 b); Monastério (199?); Abrantes (2002), entre outros.

⁶ Ladrière (1977, p. 16), por exemplo, reconhece que “não é possível uma metodologia das Ciências Humanas, tomando como norma diretora uma idéia de cientificidade já constituída.” Por outro lado [...], diz que, na realidade histórica de seu devir, o procedimento

LEVARAM A COMUNIDADE CIENTÍFICA A ESCOLHER ENTRE AS SEGUINTE ALTERNATIVAS: 1) REFORÇAR AS POSIÇÕES ANTERIORES; 2) BUSCAR UMA SAÍDA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO, NA PERSPECTIVA DE UM PLURALISMO METODOLÓGICO; OU 3) DESENVOLVER UMA PERSPECTIVA MAIS “À ESQUERDA” DE POPPER, KUHN E FEYRABEND, DENOMINADA DE NOVA RETÓRICA, E ENCAMPADA POR PERELMAN (NO DIREITO), RORTY (NA FILOSOFIA), MCCLOSKEY (NA ECONOMIA) E, DE CERTA FORMA, CLEGG E OUTROS (NAS “CONVERSAÇÕES” DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS).

Se as propostas de Feyrabend de anarquismo metodológico trouxeram uma perspectiva desconstrucionista para as Ciências, a nova retórica propõe descer mais um degrau em que a produção do conhecimento científico passa a ser vista como mero exercício de retórica ou “conversações”. Essas propostas de conversações adentraram o contexto do conhecimento organizacional e foram mais difundidas no Brasil após a publicação do *Handbook*.

Esse processo “conversacional” também envolveu sérias discussões metodológicas no contexto acadêmico da Economia, conquanto pareça não se ter apresentado como uma alternativa ao pensamento neoclássico. Esse imbróglio metodológico que, nas ciências exatas, provocou efeitos nefastos, atravessando todo o século XX,

também influenciou, sobremaneira, o desenvolvimento das Ciências Sociais.

Vale ressaltar, no entanto, que o caminho mais provável a ser seguido tanto na disciplina Economia como no conhecimento organizacional parece ser o do pluralismo metodológico, acompanhando a tendência atual de parte expressiva dos diversos campos das Ciências Sociais.

Na década de noventa, especialmente, o pluralismo epistemológico/ metodológico difundiu-se em vários campos disciplinares que se tornaram, cada vez mais, complexos, inclusive pela utilização de saberes interdisciplinares. Ainda nesse contexto, passou a ser observado o uso simultâneo de diferentes epistemologias, explorando suas relações de complementaridade.

Uma breve discussão sobre as “lógicas da descoberta”, nas diferentes interpretações que entrelaçam as bases epistemológicas e as metodologias explicativas sobre a história da produção do conhecimento científico no século XX, pode ser rastreada nas idéias desconstrucionistas de Popper, Kuhn, Feyrabend, Rorty e, de outro modo, nas teses reconstrucionistas, pautadas em Lakatos, Toulmin e, a nosso

ver, em uma perspectiva epistemológica institucionalista que associa as diferentes contribuições da Sociologia e da Economia.

De uma perspectiva reconstrucionista e tomando-se como referência contribuições de Lakatos, Toulmin e dos institucionalistas, em particular, observamos que, apesar das contradições e das insuficiências das diferentes interpretações para a lógica da descoberta, existe um ponto em comum nos argumentos desses autores: o reconhecimento da relevância do contexto institucional/evolucionário para o progresso do conhecimento científico.

Para demonstrar essa linha de argumentação, tomemos como ponto de partida o argumento de Popper (1975; 1978) sobre a cientificidade de uma teoria científica, centrado no critério de falsificacionismo. Com essa postulação, Popper (1975,1978) procura desconstruir os postulados positivistas vigentes à época, trazendo o relativismo para a seara da Ciência. Em sua lógica, o uso persistente da refutabilidade na avaliação da teoria passa a fazer parte do cotidiano do trabalho científico.

Analisando essa proposição popperiana, Lakatos (1998) mostra que o critério da falsificabilidade não resolve a questão da cientificidade das teorias por ignorar a obstinação dos cientistas na defesa das teorias científicas, os quais não abandonam uma teoria apenas

porque os fatos a contradizem. Pelo contrário, normalmente lançam mão de alguma hipótese auxiliar para explicar o que chamam de mera anomalia, ignorando e dirigindo a atenção para outros problemas. Ora se os cientistas falam de anomalias e de casos rebeldes, não de refutações, pode-se continuar perguntando: o que distingue o conhecimento científico da ignorância, a ciência da pseudo-ciência?⁷ (LAKATOS, op. cit., p. 14).

Lakatos diz que uma resposta inicial a essa indagação foi fornecida no século XX pelos “lógicos indutivos” que procuraram definir as probabilidades de diferentes teorias, relativamente, à totalidade dos elementos probatórios. Contudo, continua argumentando Lakatos, Popper contestaria essa explicação, apresentando a tese da falsificabilidade das teorias científicas.

EM SEGUIDA, AINDA DE ACORDO COM LAKATOS, KUHN APONTARIA A
INGENUIDADE FALSIFICACIONISTA DE POPPER, AO PRECONIZAR O
RELATIVISMO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO, VISTO COMO UM CONJUNTO
DE PARADIGMAS ESTABELECIDOS E LEGITIMADOS PELA COMUNIDADE
CIENTÍFICA QUE, AO ENTRAR EM CRISE, GERARIA AS “REVOLUÇÕES”
CIENTÍFICAS. NA SEQUÊNCIA PARADIGMA – ANOMALIAS – CRISE –
REVOLUÇÃO (NOVO PARADIGMA), ESTARIAM CONSTITUÍDOS OS ELEMENTOS

⁷ Para Lakatos (1998, p. 12), o traço que distingue o comportamento científico é um certo ceticismo, mesmo em relação às teorias mais acalentadas. Na mesma visão, afirma, de forma categórica, que aderir cegamente a uma teoria não é uma virtude, mas um crime intelectual. No entanto, observamos que a maior parte dos críticos popperianos não conseguem desconstruir o critério do falsificacionismo, restringindo-se a mapear explicações sobre a matriz institucional da descoberta científica, a exemplo de Lakatos, Kuhn e Toulmin, aspecto que, de fato, nos interessa, particularmente, neste capítulo.

DA ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS KUHNIANAS. KUHN SERIA
ACUSADO POR BUNGE, POPPER E LAKATOS DE TRAÇAR UMA IMAGEM
IRRACIONAL DO DEBATE CIENTÍFICO.

Ao que nos parece, Lakatos apresenta uma resposta àquela indagação, de natureza reconstrucionista, com sua proposta de Metodologia de Programas de Pesquisa Científica (MPPC). Segundo a ótica lakatosiana, um programa de pesquisa seria constituído por um núcleo duro, hipóteses auxiliares (cinturão protetor), e por uma heurística, sendo de natureza degenerativo ou progressivo. Assim, segundo ele, as revoluções científicas acontecem quando existem dois programas rivais (um progressivo e outro degenerativo), fazendo com que os cientistas tendam a aderir ao programa progressivo⁸.

Em síntese, Lakatos salienta que a história da ciência refuta tanto Popper quanto Kuhn, ou seja, não há refutação sem uma teoria melhor ou, então, as revoluções científicas seriam mudanças de visão, súbitas e irracionais. Segundo ele, o que geralmente ocorre é que os programas progressivos de investigação substituem os degenerativos.

Toulmin (1979), por sua vez, questiona Popper, Kuhn e Lakatos, procurando uma outra explicação para a lógica da descoberta, a partir da combinação da perspectiva evolucionária com as idéias lakatosianas, nas quais o contexto

⁸ Interpretando essa questão sob o âmbito da NEI, parece que essa solução, apresentada por Lakatos a respeito da atitude da comunidade científica ou do pesquisador em relação ao contexto institucional de seu programa de pesquisa, tende, de certa forma, a favorecer o oportunismo, ou seja, o auto-interesse dos agentes (cf Williamson, 1975; 1985).

evolucionário constitui uma explicação para o progresso científico. Essa tese leva Toulmin para o centro do debate epistemológico entre racionalidade e história, apontando para uma tendência aproximativa entre as duas grandes correntes de pensamento: absolutistas e relativistas, com o objetivo de buscar a superação das insuficiências das análises racionais e históricas.

Baseado em Toulmin, Gayon (1999) afirma não serem novidades as tentativas para explicar as mudanças científicas, como resultantes de processos análogos à seleção natural. Desse modo, a epistemologia evolucionista explicaria as mudanças do conhecimento, fazendo uso de analogias entre genes e conceitos científicos, organizacionais, espécies biológicas e disciplinas científicas.

Lamas (1998) considera que Toulmin diferencia-se tanto das posições epistemológicas falsificacionistas quanto das relativistas. Para Lamas, o modelo evolucionista de Toulmin resultaria da convergência entre o falsificacionista de Popper e o relativista de Khun. De acordo com o modelo evolucionista de Toulmin, a mudança do conhecimento ocorreria, então, de forma gradual, parcial e submetida à seleção crítica da comunidade científica⁹, em função de um duplo processo: de variação conceitual e de seleção intelectual. Assim, ao

⁹ Uma análise enriquecedora pode ser apreendida das "populações conceituais", extraídas do velho e do novo institucionalismo da sociologia e da economia, buscando a compreensão da lógica do conhecimento científico, especialmente a partir do conceito de matriz institucional.

preconizar a existência de uma genealogia conceitual, Toulmin [...] “permite realizar tanto uma análise diacrônica quanto sincrônica da mudança científica” (Lamas, op. cit, p. 285-286).

Para Toulmin (*apud* HARRES, 2000, p. 52), não só pode haver uma sensível aproximação entre diferentes eixos epistemológicos/metodológicos, como as conseqüências poderiam ser desastrosas, se cada uma das visões antes discutidas sobre o progresso do conhecimento científico fosse levada ao extremo. De um lado, porque a visão popperiana descarta o humano da construção científica, limitando e/ou mitificando a ciência, ao levar em conta apenas a racionalidade e, do outro, porque a visão khuniana tudo relativiza, inclusive a noção de verdade, impossibilitando “uma possível diferenciação entre a ciência e as outras formas de conhecimento”.

Clemisson (*apud* HARRES, op. cit., p. 54) reconhece que a síntese toulminiana mostra uma descrição acurada da atividade científica, em que o trabalho do cientista constitui-se, ao mesmo tempo, nos contextos da Ciência Normal e da

Ciência Revolucionária. Já Porlan (*apud* HARRES, 2000, p. 53) afirma existir, na proposta toulminiana, uma ecologia conceitual/intelectual determinante na evolução dos conceitos, tanto no plano coletivo quanto no individual, inclusive envolvendo os meta-conceitos, na medida em que [...] “se o conhecimento modifica-se historicamente, o mesmo deve ocorrer com os critérios para avaliá-lo”. Ressaltamos que a originalidade de Toulmin consiste em aplicar o esquema darwiniano, ao que ele denomina de populações conceituais, em uma visão do conhecimento que procura organizar-se em sistemas proposicionais dinâmicos.

Na ótica toulminiana, as disciplinas são explicáveis, na medida em que se caracterizam por um corpo de conceitos, métodos e objetivos. Na condição de “entidades históricas”, as disciplinas desenvolvem-se em um padrão evolucionário, ou seja, de variação, seleção e retenção de características, em que as unidades de seleção são, em um

nível, os conceitos e, em outro, as próprias disciplinas científicas. Assim, a ciência evolui, segundo Toulmin, por meio da avaliação conceitual, determinando:

o que constitui problema para a disciplina e que hipóteses serão testadas; quais experimentos serão conduzidos; quais dados serão analisados; como a observação será organizada e classificada; e quais percepções serão selecionadas como fatos relevantes¹⁰ (HARRES, op. cit., p. 54).

Analisando-se a ênfase na ecologia conceitual, ou melhor, a teoria evolucionária toulmoniana de mudança científica, identificamos que Toulmin busca contrapor-se ao “catastrofismo” de Kuhn, mas, por outro lado, seu pensamento parece ficar a meio termo entre as idéias de Popper, Veblen e Lakatos¹¹. Assim, sua visão apontaria para um relativismo moderado da mudança conceitual da Ciência, misturando-se fatores históricos, psico-

¹⁰ Em nossa opinião, as insuficiências teóricas das diferentes epistemologias estariam associadas à gênese, à natureza e ao desenvolvimento de uma dada disciplina no contexto espaço-tempo. Desse modo, a epistemologia Toulminiana reconstrói-se, buscando a transposição dos pólos dicotômicos: individual/coletivo; histórico/genealógico; sincrônico/diacrônico.

¹¹ Em sua análise, Harres (op. cit., p. 49) destaca que Toulmin discorda de vários argumentos estabelecidos por Kuhn, a exemplo da separação entre Ciência Normal

sociais e ideológicos na compreensão da lógica da descoberta, surgindo unidades de variação da teoria científica, no lugar das microrevoluções kuhnianas.

[...] as teorias comumente aceitas em cada fase servem de ponto de partida para grande número de variantes sugeridas; mas em que apenas reduzida fração dessas variantes de fato sobrevive e se estabelece no corpo de idéias, transmitido à geração seguinte... (cf. TOULMIN, 1979, p. 57).

Enfim, com sua epistemologia evolucionista, Toulmin acrescenta o contexto institucional às variantes (os contextos individual e coletivo) no processo competitivo de seleção dos MPPC de Lakatos, ao considerar que os mecanismos ambientais selecionam as melhores variedades de programas científicos para um determinado contexto espaço-tempo.

AVANCEMOS, AGORA, NA DELIMITAÇÃO DOS CONCEITOS DE CIÊNCIA NORMAL, DE CIÊNCIA CONTRA NORMAL E DE CIÊNCIA EVOLUCIONÁRIA. AO FAZER OPOSIÇÃO AO QUADRO POSITIVISTA, A TESE KUHNIANA SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO CONSTITUI A NOÇÃO DE PARADIGMA CIENTÍFICO, QUE APRESENTA UMA VISÃO DIFERENCIADA SOBRE O PROCESSO EVOLUTIVO DA CIÊNCIA, CONFORME JÁ FOI REGISTRADO ANTERIORMENTE. SEGUNDO KHUN, A ATIVIDADE CIENTÍFICA DESCREVERIA

e Ciência Contra-Normal, e do conhecimento entendido como paradigma, bem

DOIS CAMINHOS DISTINTOS: A DA CIÊNCIA NORMAL – CN E A DA RUPTURA
REVOLUCIONÁRIA, ROTULADA POR PARTE DA COMUNIDADE CIENTÍFICA
COMO CIÊNCIA CONTRA-NORMAL - CCN. COM BASE NAS IDÉIAS DE TOULMIM
SOBRE O PROGRESSO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO, PODEMOS AVANÇAR A
POSIÇÃO QUE PARECE HAVER TAMBÉM UMA CIÊNCIA EVOLUCIONÁRIA -- CE.

No contexto dos estudos organizacionais, Clegg e Hardy (1998) entendem CN como “consenso ortodoxo”, funcionalismo ou teoria da contingência estrutural - TCE¹². A Ciência Normal, então, seria caracterizada pelo consenso de paradigma, pela “fé ortodoxa”, pelas grandes narrativas, pelas totalidades, pelo essencialismo, pelo determinismo, pela conformidade e pelo debate fechado. Para eles, a CN constitui um caminho “errado” que busca a uniformidade, o consenso, a unidade, a centralização, a institucionalização e a concentração do conhecimento.

como do programa de pesquisa, na visão de Lakatos.

¹² Clegg e Hardy (1999: 28) colocam, no manto da Ciência Normal/funcionalista, várias tendências institucionalistas, exemplificadas na ecologia populacional, na economia organizacional, na teoria contingencial, entre outras que, tendo evoluído

Em contrapartida, Clegg e Hardy (1998) consideram que a Ciência Contra-Normal seria caracterizada pelo localismo, pela diversidade, pelas conversações desconectadas, pela descontinuidade, por menus diferentes, pela fragmentação, pelo conjunto paralelo de opções não-relacionadas, pelo relativismo, pelo dissenso, pela contradição, pela ambigüidade e, particularmente, pela diferença.

Já para Reed (1998), a Ciência Contra-Normal, revolucionária, segue os postulados kuhnianos, ocorrendo quando os pressupostos comuns sobre o objeto de estudo, os modelos de interpretação e o próprio conhecimento são expostos à crítica e à reavaliação contínua.

Desse modo, surgem abordagens alternativas que desafiam a supremacia do funcionalismo e da Ciência Normal. Marsden e Towlnley (1998) denominam tais abordagens alternativas de “Contra

sob o arcabouço da Ciência Normal, permanecem impulsionando a teoria

Ciência”, uma vez que visam criticar e substituir as hipóteses, as abordagens e os métodos da Ciência Normal.

Tanto a Ciência Normal quanto a Ciência Contra Normal ou Contra Ciência descreveriam modos diferentes de se fazer o conhecimento no campo dos estudos organizacionais, relacionando-se, portanto, com a teoria organizacional.

Ainda no campo do conhecimento organizacional, a Ciência Evolucionária, que descreveria o modo de produção de conhecimento científico na Ciência Organizacional, seria aquele que se caracteriza pela busca de complementaridade entre diferentes perspectivas epistemológicas, tanto no campo estrito da teoria organizacional como no campo de outras áreas de conhecimento. Sua ênfase é a interdisciplinaridade do conhecimento, que não significa mera justaposição de proposições diferenciadas sobre objetos

comuns ou similares de investigação, nem uma coleção de generalidades.

A interdisciplinaridade define-se em dois níveis. Primeiro em nível epistemológico porque o processo de apreensão do fenômeno nunca é linearmente lógico; é sempre incompleto e deturpante da realidade. Em nível ontológico, porque se a realidade é complexa, apresenta-se “multifacetada, extremamente prismática e escorregadia; a mente precisa simplificar para explicar, mas deve saber que está fazendo interferência formalizante [...]. [Mas de uma perspectiva inversa ao modernismo formalista], não é a realidade que tem que caber nos métodos, são esses que precisam saber captar a realidade, moldando-se a ela” (DEMO, 2000, p.72). Seu método preponderante é o de reconstrução de conhecimento.

Falamos até aqui em eixos epistemológicos/metodológicos construcionista, desconstrucionista e reconstrucionista. Vamos agora procurar

defini-los. Para delimitarmos o conceito de método construcionista, retomamos o conceito kuhniano de “Ciência Normal”, no qual a pesquisa está firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas e que busca resolver três tipos de problema: a determinação do fato significativo, a harmonização dos fatos com a teoria e a articulação da teoria, em uma perspectiva acrítica. Falar em construcionismo pode, paradoxalmente, sugerir excesso de criatividade ou simples transmissão reprodutiva.

A ruptura revolucionária que levaria à emergência de um novo paradigma seria fruto do avanço não-cumulativo do saber, contrariamente ao processo cumulativo, construtivista, associado à evolução da Ciência Normal. Logo, o surgimento de um novo paradigma não se daria de modo lento e gradual, mas repentinamente,

desconstruindo o conhecimento anterior
13.

Na perspectiva de Marsden e Townley (1998), o conceito de desconstrução apresentar-se-ia como uma contribuição pós-modernista/pós-estruturalista, embora se possam identificar, nos estudos marxistas e nas teses do não-mercado a utilização do eixo epistemológico/metodológico desconstrucionista.

No mesmo sentido, Rickards (1999), tratando de termos pós-modernos, destaca que a desconstrução, popularizada por Derrida, revela possibilidades ocultas frente a uma posição moderna, previamente estabelecida, que tenta reivindicar no texto uma verdade absoluta que não pode ser sustentada. Assim, a desconstrução revela atitudes ocultas sobre gênero, raça, sexualidade e status social, podendo palavras específicas, metáforas e estilo global indicarem outros caminhos.

Lengler *et al* (2002) apontam Paul de Man (que faz parte da Escola literária de Yale) como seguidor de Derrida e um dos maiores divulgadores da desconstrução como método de análise, que busca significações no texto. Assim, afirmam que o método desconstrucionista:

[...] envolve a identificação de elementos textuais, a construção de significados e, por fim sua desconstrução, fase na qual o pesquisador desafia as perspectivas dominantes de significado. A primeira fase tem a finalidade de permitir ao pesquisador a identificação dos atributos

¹³ Essa tese kuhniana é contestada por autores diversos, exemplificados em Veblen, Lakatos e Toulmin.

presentes no texto, tais como linguagem e personagens. Posteriormente, a crítica desconstrutivista volta sua atenção para a revisitação do “o quê” do texto. A identificação de atributos e gêneros serve como impulsionador para a exploração desconstrutivista do que não é percebido, inconsciente e não-presente na superfície do significado. [...]O método da desconstrução tem uma importante função na descoberta e revelação de elementos que ficam, por força de um sistema hegemônico, sufocadas sob um elemento dominante (LEGLER, VIEIRA e FACHIN, 2002, p. 87 e 90).

Demo (2000) refere-se ao questionamento desconstrutivo como uma das faces relevantes da discussão dita pós-moderna na ciência, que, em lugar de discutir apenas as teorias dentro do sistema, questionou a própria idéia de teoria, desnudando suas fragilidades e tachando-a de “metanarrativa circular”. Qualquer questionamento já é por si desconstrutivo. Mas o questionamento desconstrutivo não pode sucumbir à tentação pós-moderna do relativismo, porque “se tudo já vale porque nada vale, isso não se aplica menos a ele mesmo” (Demo, 2000).

Enfim, o método da desconstrução da CCN contrapõe-se ao método construcionista da CN, refletindo a crítica à Ciência Normal por não ter privilegiado o acesso aos significados dos textos que produz, desconsiderando que a linguagem em si mesma traz um fardo de significados que escapa ao controle dos escritos. Por sua vez, a desconstrução, como método e técnica, cria textos que também podem ser desconstruídos, revelando suas limitações e contradições.

Por outro lado, inúmeros autores e/ou vertentes teóricas têm abraçado o eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista¹⁴. Bases epistemológicas desse eixo são encontradas em Lakatos (1998) e de Habermas (2ª fase/1989), em Giddens (2002); em Demo (2001a e 2001b) e em autores filiados às novas vertentes institucionalistas da Economia e da Sociologia¹⁵.

Especialmente Demo (2000) chama a atenção para o fato de que conhecemos com base no que já conhecemos, aprendemos do que outros já aprenderam. Nesse processo, dificilmente refazemos conhecimento novo, o máximo que fazemos é retomar o conhecimento disponível e o refazemos com as próprias

¹⁴ Em nossa perspectiva, o termo reconstrução não possui o mesmo significado atribuído na análise dialética, como se fosse uma nova síntese. Assim, o termo estaria associado a uma terceira via, ou seja, visando à transposição dos embates entre construcionistas e desconstrucionistas.

¹⁵ A respeito dessa última, vale ressaltar que essas vertentes constituem o cerne do viés construcionista, conforme nos propomos a analisar no decorrer desta tese.

mãos. Reconstruir significa pesquisar e elaborar, impreterivelmente, sendo a pesquisa entendida tanto como procedimento de fabricação de conhecimento, como parte integrante de todo o processo reconstutivo de conhecimento.

Na perspectiva reconstrucionista, a história das ciências é uma reconstrução que pressupõe uma metodologia, podendo ser uma convenção, uma definição de ciência ou um conjunto de regras do jogo científico que, a nosso ver, compõem a matriz institucional do conhecimento, a qual desenvolveremos mais adiante. Lakatos (1998) e Abrantes (2000) reconhecem a relevância de comparar tais metodologias, a partir das reconstruções racionais identificadas no passado do conhecimento científico.

No contexto do conhecimento organizacional, Reed (1998), por sua vez, assinala que nem o conservadorismo da Ciência Normal e muito menos o relativismo da ciência revolucionária apresentaram respostas suficientes para o desenvolvimento da disciplina. Assim, propõe uma terceira via, buscando reconstruir a história da teoria organizacional, de

forma a redescobrir as narrativas analíticas e os discursos éticos que moldaram seu desenvolvimento e legitimaram sua essência.

NESSE SENTIDO, AFIRMA QUE A CIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA–
CR/DESCONSTRUCIONISTA PROMETE LIBERDADE INTELECTUAL ILIMITADA,
MAS AO CUSTO DO ISOLAMENTO E DA FRAGMENTAÇÃO, ENQUANTO A
CN/CONSTRUCIONISTA CONSTITUI UM CONSENSO ANTIQUADO, SUSTENTADO
POR CONSTANTE VIGILÂNCIA E CONTROLE INTELECTUAIS. JÁ A CIÊNCIA
EVOLUCIONÁRIA/RECONSTRUCIONISTA, DE ACORDO COM A INTERPRETAÇÃO
QUE FIZEMOS DO PENSAMENTO DO AUTOR, BUSCA RECONSTRUIR A HISTÓRIA
DA TEORIA ORGANIZACIONAL, A PARTIR DA INTERAÇÃO ENTRE O CONTEXTO
SOCIAL E AS IDÉIAS TEÓRICAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES
ESTRUTURAIS NECESSÁRIAS À INOVAÇÃO CONCEITUAL.

Reed, em sua visão reconstrucionista, aponta que a teoria organizacional deve seguir os seguintes postulados básicos: 1) que não seja nem reducionista nem determinista; 2) que venha a realizar a mediação analítica e metodológica entre as restrições do localismo e a grandiosidade do globalismo; 3) que resista às limitações do conservadorismo (Ciência Normal) e às distorções do relativismo (Ciência Contra Normal). Em outros termos, a teoria organizacional deveria ser considerada “como uma rede

contestável e contestada de conceitos e teorias que travam batalhas para impor certos significados em detrimento de outros...”. (REED, 1998, p. 82).

Reed exemplifica a sua visão de ciência reconstrucionista, apontando para as teses giddensianas que enfatizam a natureza, simultaneamente, constituída e constituinte da ação e da estrutura na reprodução organizacional. No entanto, chama a atenção para o fato de que a dicotomia ação versus estrutura permanece sendo motivo de tensão nos estudos organizacionais. A concepção de Reed aproxima-se do que entendemos por reconstrução, ou seja, caminho metodológico que abre a possibilidade de superação ou, pelo menos, de reconciliação entre pares dicotômicos, como, por exemplo, a velha e desgastada dicotomia construcionistas versus desconstrucionistas.

NA PERSPECTIVA DE UMA EPISTEMOLOGIA ORGANIZACIONAL, ESTA
TESE CONSIDERA QUE O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL TEM SIDO
PRODUZIDO A PARTIR DOS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS/METODOLÓGICOS

CONSTRUCIONISTA, DESCONSTRUCIONISTA E RECONSTRUCIONISTA. MAS A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL MOSTRA-SE MAIS AFINADA COM OS POSTULADOS LAKATOSIANOS E INSTITUCIONALISTA/EVOLUCIONÁRIOS DO QUE COM OS POSTULADOS KHUNIANOS, COMO VEREMOS NO CAPÍTULO 3.

É IMPORTANTE REGISTRAR ADEMAIS QUE O EIXO EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO RECONSTRUCIONISTA NÃO DISPENSA, CONTUDO, A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO EM TORNO DO FENÔMENO QUE SE QUER CONHECER. POR ISSO, É QUE DONALDSON (1998), POR EXEMPLO, SALIENTA QUE EM CADA TEORIA, INCLUSIVE NA TCE, EXISTE UMA “CIÊNCIA NORMAL” E UMA “CIÊNCIA CONTRA NORMAL” EM SEU INTERIOR (FIGURA 1).

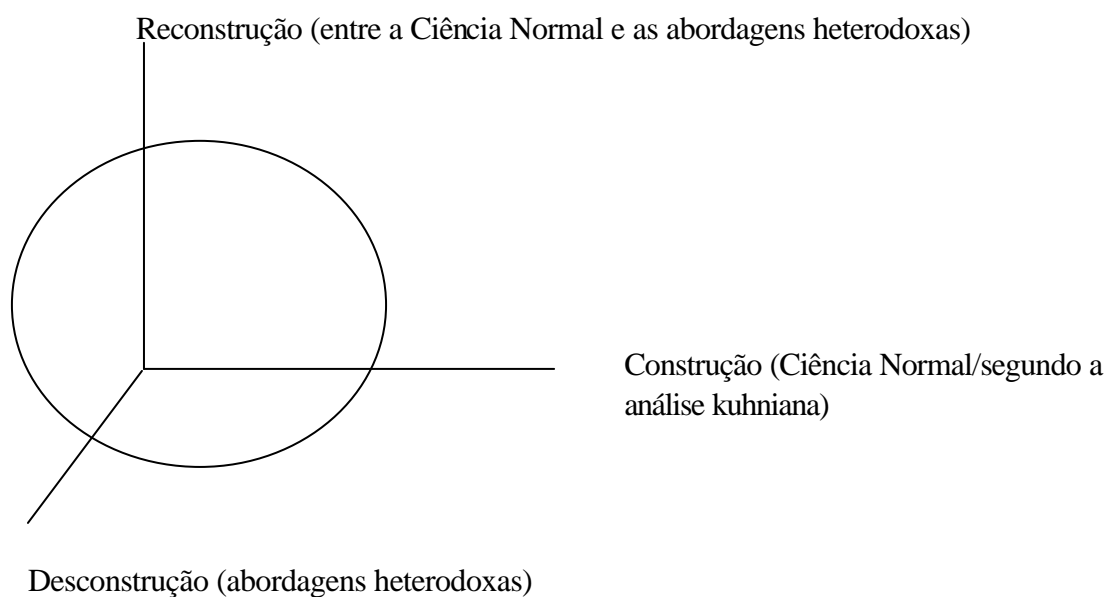


FIG. 1 : REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO MODELO DE ANÁLISE

3. DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA

3.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

Ao traçar o panorama pré-setenta do conhecimento organizacional, partimos de Burrell (1998), que questiona a produção realizada ao abrigo da CN. Assim, segundo ele, o campo de análise organizacional nos anos 60 era, ilusoriamente, simples, repleto de ingenuidades; as organizações eram vistas no contexto da modernidade, da superioridade institucional das estruturas burocráticas e tomando-se como referência de análise os tipos ideais weberianos.

Burrell questionou a ascensão da Teoria Contingencial-Estruturalista – TCE que, ao se apresentar como teoria-síntese, não procurou argüir aqueles pressupostos simplistas, “uma vez que ainda estava sendo testada, normalmente, por meio de ênfase quantitativa, utilizando os

métodos positivistas-padrões na busca de conclusões gerenciais relevantes” (BURREL, 1998, p. 439).

Em sua análise, o referido autor também assinala que os autores organizacionais daquele período eram influenciados pela ideologia da Guerra Fria, enfatizando uma espécie de movimento de natureza corporativista, concebendo suas tarefas como as de buscar a cientificidade do campo, além de a de adicionar a Ciência Administrativa à lista dos campos gerenciais relevantes, no mesmo patamar da pesquisa operacional e da Economia. Essa visão bureliana do conhecimento organizacional pré-setenta parece incompleta e parcial, considerando-se que suas críticas têm o objetivo de desconstruir a TCE.

Consideramos que a falta de consideração de Burrel sobre a gênese, a natureza e o desenvolvimento da disciplina fez com que tratasse o conhecimento organizacional como mero objeto de retórica desconstrucionista, com base em argumentos associados à sua formação básica em Sociologia. Tal procedimento foi importante para ele, na medida em que lhe abriu um espaço de reconhecimento no meio acadêmico contestatório à Teoria Organizacional.

Sem dúvida, parte das críticas de Burrel é procedente. Todavia, ao se concentrar na incomensurabilidade de paradigmas e nas confrontações entre construcionistas versus desconstrucionistas, Burrel incorreu em falhas, uma vez que ele não aprofundou sua análise das questões tratadas pelos estudiosos do campo da teoria organizacional pré-setenta.

Acreditamos que Burrel não conseguiu perceber o alcance da evolução do conhecimento organizacional na primeira metade do século XX, nem tampouco se interessou em analisar os processos de construção, desconstrução e reconstrução, acontecidos no interior do *mainstream* daquele campo. Embora apresentando respostas insuficientes para problemas organizacionais, a Ciência Contra Normal, situado no eixo epistemológico/metodológico desconstrucionista, não pode ser relegada a um segundo plano, considerando-se que as críticas

desconstrucionistas abriram novas janelas de oportunidade de produção de conhecimento. O mesmo não pode ser dito de contraciência bureliana, que não produziu uma alternativa metodológica consistente para a Ciência Organizacional, como está subentendido na análise de Bertero (1998).

Burrel parece não ter percebido as mudanças conceituais que atingiram a sociedade ocidental naquela década - na moda, na música, na política, no movimento estudantil, entre outros aspectos - que levaram ao questionamento das velhas estruturas burocráticas no interior do próprio *mainstream*, como as desenvolvidas no âmbito de abordagem do Desenvolvimento Organizacional (DO) que desenvolvem nova roupagem conceitual, levando ao ressurgimento do programa de pesquisa construcionista.

Os desconstrucionistas radicais, a exemplo de Burrel, desconsideraram qualquer possibilidade de interpenetrações e possibilidades de aproximações, com as idéias geradas pelo eixo epistemológico/metodológico construcionista pré-setenta. Ao mesmo tempo, criaram uma camisa de força, pelo fato de não fazerem nenhum tipo de concessão conceitual e, como decorrência dessa miopia, não vislumbraram a emergência de processos reconstrucionistas que, incorporados ao campo do conhecimento organizacional, impactariam tanto sobre autores e vertentes construcionistas quanto sobre desconstrucionistas.

De fato, o século XX pode ser considerado o século da organização e do *management*, da institucionalização dessas disciplinas, com a proliferação de Escolas de Administração, além de uma pujante produção acadêmica que, independentemente de sua qualidade, gerou uma enorme difusão de aprendizes da disciplina em todo o mundo, capitalista e não-capitalista. Originalmente, organização e *management se confundiam* na teoria e na prática do campo de conhecimento Administração. No entanto, esse campo de conhecimento sofreria um processo de ruptura conceitual e epistemológica, resultando na bifurcação da disciplina em dois ramos: organização e gerencialismo.

No final da década de quarenta, essa bifurcação consagrou-se, em termos de uma “separação amigável”, o que, ao nosso ver, conduziu a teoria do *management* (também denominada de gerencialismo) a se constituir na “caixa preta”¹⁶ do conhecimento organizacional. Desde então, suas postulações vêm sendo duramente criticadas, chegando alguns de seus críticos a rotulá-las como provérbios ou senso comum (cf. SIMON, 1947).

De acordo com Motta (1986), o livro de March e Simon demarca a transição da Teoria da Administração para a Teoria da Organização, isto é, “a tentativa de estudar o sistema social em administração se exerce, com vistas à sua maior eficiência, face às determinações estruturais e comportamentais. A preocupação com a produtividade dá lugar à preocupação com a eficiência do sistema” (MOTTA, 1986, p.13). Sobre March e Simon, é muito clara a influência dos trabalhos de Max Weber, na versão funcionalista de Talcott Parsons, ainda de acordo com Motta (1986). A organização é vista como uma rede de tomada de decisão, cuja eficiência dependerá da articulação de uma série de fatores estruturais e comportamentais. O foco da teoria será sobre esse processo de articulação (MOTTA, 1986, p.14). Mais recentemente, a clivagem entre esses dois subramos da disciplina Administração parece que ficou estabelecida na compreensão da organização como processo ou como entidade. Os estudos organizacionais referem-se “às organizações como objetos empíricos, como discurso teórico e ao organizar como processo social e às intersecções e hiatos entre elas e em seu interior” (CLEGG; HARDY, 1999, p.30). Por extensão, ocorreu uma nova ruptura, dessa vez, entre a Teoria da Organização e os Estudos Organizacionais.

¹⁶ Alusão à teoria da firma, como interpretada pela economia neoclássica. Ademais, antes dessa ruptura, e também anteriormente ao surgimento das primeiras escolas de Administração nos Estados Unidos, no início do século XX, a gênese da disciplina já estava identificada, como atestam as diferentes interpretações epistemológicas.

Diferentes caminhos para os estudos organizacionais pós-setenta foram vislumbrados por autores distintos, como Prestes Motta (1986) e Donaldson (1995). As críticas de Donaldson (1995), por exemplo, são direcionadas para as teorias que denomina com anti-administração¹⁷. Para ele, a solução para o impasse e desestruturação existentes no campo dos estudos organizacionais seria um processo de integração que levasse suas teorias para o âmbito da Teoria Contingencial, enquanto síntese. Donaldson (op. cit.) não consegue identificar a possibilidade de haver um macro processo de integração entre vertentes das ciências sociais, conforme postulado nesta tese. Ao contrário de Donaldson, Williamson (1993a e 1993b) propõe um processo de consolidação, a partir de um evoluindo da Ciência Organizacional. Essa proposta de Williamson foi um dos pontos de partida para formulação desta tese. Procuramos demonstrar as possibilidades de aproximação entre abordagens neo-institucionalista no campo da economia e da sociologia para a consolidação da Ciência Organizacional.

A tentativa de buscar a aproximação entre a Nova Economia Institucional, a Sociologia Neo-institucionalista e as Socioeconomias Francesas, que se integram no paradigma evolucionário, foi estimulada, inicialmente, pela constatação de que vários autores vinculados a essas diferentes escolas de pensamento guiam as suas pesquisas e desenvolvem teorias perseguindo respostas a questões muito semelhantes. Exemplos dessas questões são: Porque há tantos tipos de organizações? (Hannan e Freeman, 1977, p. 936; Baum, 1998, p. 137); o que é a firma? Uma perspectiva histórica (Chandler, 1992); por que as firmas diferem e qual a importância disso? (Nelson, 1991 e Nelson e Winter, 1982); por que firmas existem?

¹⁷ Donaldson (1995) examina cinco principais teorias organizacionais contemporâneas originadas nos Estados Unidos: ecologia organizacional; teoria institucional; dependência de recursos; teoria da agência e economia dos custos de transação.

(Coase, 1937 e Williamson, 1975); o que a economia tem a dizer sobre o papel das firmas em uma economia de mercado? (Winter, 1991, p. 179).

PARA ALÉM DAS DIFERENÇAS, AS RESPOSTAS DADAS PELOS AUTORES ÀQUELAS QUESTÕES TAMBÉM APRESENTAM PONTOS DE CONVERGÊNCIA? DE ACORDO COM O PONTO DE VISTA DEFENDIDO NESTA TESE, PARECE QUE SIM.

A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA, IDENTIFICAMOS EXISTIREM:

- 1) Esforços com vistas à aproximação entre diferentes abordagens, associados à perspectiva de reconstrução de uma Ciência Organizacional, a exemplo de: Williamson (1993); Dosi, Teece e Winter, (1992); Carrol e Teece, (199); Baron e Hannan, (1994); Nelson, (1995); e Chandler Jr., (1998). Para tanto, tentam superar obstáculos metodológicos (individualismo metodológico x holismo metodológico) e assumem pressupostos comuns: Racionalidade limitada, incerteza e desequilíbrio.
- 2) Que muitos desses esforços são realizados por autores que se enquadram em vertentes teóricas institucionalistas, que se enquadram no paradigma evolucionário.
- 3) Que os trabalhos desenvolvidos sob o abrigo das vertentes teóricas anteriormente mencionadas baseiam-se em unidades de análise que são, nitidamente, complementares: rotina (Nelson e Winter); transação (Coase, Common e Williamson); firma (Chandler); população (Hannan e Freeman); redes e interfirmas (Hage, Grandori); instituição (North, Williamson); convenções (Dupuy); indivíduo (Mecling e Jensen); e indústria (Scherer).
- 4) Que tais trabalhos mapeiam, adicionalmente, configurações organizacionais, destacando-se a forma multidivisional (Chandler Jr.); as híbridas (Williamson,

1993); as embrionicas (Clegg, 1998); as populações (Hannan e Freeman, 1977), entre outras.

São tantas as convergências já mapeadas entre os estudos anteriormente referidos que estimulam a continuação de investimentos no sentido de integrar diversas abordagens do campo dos estudos organizacionais, tendo em vista a consolidação da Ciência Organizacional. Postura similar apresentam Cunha (1993) e Hall (*apud* Cunha,1993). Segundo eles “[...] nunca como hoje, parece evidente a necessidade de proceder à combinação de quadros teóricos anteriormente tidos como divergentes ou mesmo inconciliáveis.”¹⁸.

Dosi, Teece e Winter (1992) enfatizam a necessidade de integração entre a Nova Economia Institucionalista, a Teoria Ecológica de Hannan e Freeman, a Teoria Evolucionária de Nelson e Winter, a Teoria dos Custos de Transação de Coase e Williamson, e a Economia Organizacional de Chandler Jr. e Teece. A “coalescência.”¹⁹ dessas perspectivas produziria, ainda segundo os mesmos autores, os fundamentos da Economia Organizacional. Advogam a elaboração de uma matriz de convivência corporativa.

¹⁸ Contrapondo-se a essa postura, Osborn e Hagedorn (1997) contestam a visão multifacetada presente nos estudos sobre alianças interorganizacionais e redes, apresentados em número especial do *Academy of Management Journal*. Mesmo criticando a miscelânea teórica e metodológica, refletida nos artigos da revista mencionada, Osborn e Hagedorn usam, todavia, conceitos de alianças sob as perspectivas da Economia, da Estratégia Corporativa e do Campo Interorganizacional.

¹⁹ A expressão “ coalescence” não possui termo similar na língua portuguesa, todavia, optamos pela tradução de coalescência com o intuito de manter seu sentido originário, que significa unir em um único corpo ou grupo, tornar juntos, fundir, fazer crescer o esforço unificador. (*Webster’s New World Dictionary*).

ESTA PROPOSTA TEM A VER COM O ARCABOUÇO TEÓRICO DESTA TESE, CONSIDERANDO QUE A BUSCA DE UMA MATRIZ DE CONVIVÊNCIA CORPORATIVA, PRETENDIDA PELOS AUTORES, UNIFICA IMPLICITAMENTE OS PRESSUPOSTOS EVOLUCIONÁRIOS NEO-SCHUMPETERIANOS COM OS DA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL, DA ECT E DA ECONOMIA ORGANIZACIONAL.

GRANDORI (1998, P.VI), AO COMENTAR OS TRABALHOS SOBRE REDES INTERORGANIZACIONAIS, PUBLICADOS EM NÚMERO ESPECIAL DA CONCEITUADA REVISTA “*ORGANIZATION STUDIES*”, DESTACOU O FATO DE QUE TAIS ESTUDOS, EM CONJUNTO, REPRESENTAVAM UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR, VISÃO ESSA QUE ERA, POR SUA VEZ, FRUTO DO DIÁLOGO ENTRE ABORDAGENS ECONÔMICAS E SOCIOLÓGICAS, INTEGRADAS AO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E A MODELOS GERENCIAIS :

the papers selected for this issue are particularly appropriate for making an interdisciplinary and distinctively organizational contribution to network research, because they originate from a deliberately interdisciplinary endeavour, devoted particularly to sustaining the dialogue between economic and sociological approaches as integrated in the development of organization and management models capable de explaining and improving the organizational solutions currently relevant and diffused in Europe (...)

A autora comentou, ainda, que os *papers*, que compunham aquele número especial da *Organization Studies*, ofereciam uma integração entre perspectivas com diferentes orientações disciplinares, explorando suas complementaridades e equivalências, mais do que, como é mais freqüentemente o caso, suas diferenças. Ela destacou, em particular, os esforços de integração entre as perspectivas da Nova Economia Institucional, da Sociologia Neo-institucionalista e da Ecologia Organizacional, que são, também de acordo com seu ponto de vista, relacionadas umas às outras na tradição da Ciência Organizacional. (GRANDORI, 1998).

Os estudos de Williamson (1993 e 1996) conformam, por sua vez, uma das propostas de convergência. Williamson, ao acenar para a possibilidade de um evoluindo da Ciência Organizacional, teve o mérito de trazer novamente à discussão uma questão central nos estudos sobre organizações: existe efetivamente a possibilidade de construção de uma epistemologia organizacional? Mesmo que a proposta de Williamson de uma Ciência Organizacional pareça ser, ainda, limitada e insuficiente, é importante retomá-la para que se possa analisá-la de forma mais acurada e complexa, inclusive incorporando-se contribuições de outras vertentes teóricas, que aparentam similaridades no eixo discursivo selecionado, a exemplo da Sociologia Neo-Institucionalista e das Socioeconomias Francesas, à discussão.

Lopes Júnior (1995) coloca, por seu turno, outros argumentos que evidenciam a importância das organizações, destacando as proposições de Perrow, como as mais instigantes e provocativas, especialmente quando diz: “se as organizações são tão importantes na atualidade, argumenta Perrow, é porque elas já absorveram a sociedade”.

Com efeito, as mudanças acontecidas no âmbito das organizações, especialmente para aquelas que assumiram um novo direcionamento, levam a modificações em suas estratégias e estruturas. As organizações estavam “voltadas para dentro” e passam também a estar “voltadas para fora” (CLEGG E HARDY, 1996). Esse acréscimo de foco reflete o impacto decorrente do processo de compactação de mercados, que tem estimulado, adicionalmente, o surgimento de novos arranjos de natureza inteorganizacional, o que pode ser evidenciado a partir de leituras sobre a história econômica da firma²⁰. Redes interorganizacionais, alianças estratégicas, “franchising” e cadeias produtivas exemplificam algumas dessas novas configurações, que se tornam, gradativamente, objeto de estudo, por exemplo, no campo das Populações de Organizações, em detrimento do foco na firma individualizada²¹.

Mazzali e Costa (1997) ilustram novo esforço de aproximação, dessa vez entre um conjunto mais diversificado de autores e, conseqüentemente, de abordagens. Segundo eles, na explicitação das bases de geração do conhecimento organizacional e de sua efetiva utilização pelas organizações sobressai o enfoque das competências necessárias à efetivação da produção, cuja origem remonta a Schumpeter (1912 e 1943), à Knight (1921) e à Penrose

²⁰ Ao fazer a retrospectiva da história da firma, Chandler Jr. (1990; 1992) analisou a evolução das seguintes configurações da forma – U (centralizada) à forma – M (multivisional), configurações essas, ainda voltadas para a organização interna/individualizada, com o reconhecimento posterior de novas configurações, destacando-se: a forma-J (empresa japonesa) Aoki (1990) e Coriat (1994), levando às formas híbridas (Williamson, 1985) – configurações voltadas para as relações interorganizacionais. Maiores detalhes a respeito das configurações inter e intra-organizacional ver: Chandler Jr. (1990 e 1992); Williamson (1975, 1985 e 1993); Coriat (1994); Coriat e Weinstein (1995), e Aoki (1990).

²¹ Estudos de Agranoff e do Instituto Universitário Ortega y Gasset (1998) representam uma análise muito pertinente da aplicação de redes na administração pública, mais especificamente de alianças de empresas rurais, sendo examinadas seis alianças como exemplos de organizações públicas modernas.

(1959). Ainda nesse domínio, contribuições mais recentes são: Richardson (1972); Nelson e Winter (1982); Teece (1986 e 1988); Dosi, Teece e Winter (1992); e de um grupo de autores franceses – Gaffard (1990) e Faray (1990) – e italianos – Amendola e Bruno (1990).

Enfim, reconhecemos que as tentativas de aproximação já desenvolvidas representam a fronteira cujos limites esta tese de doutorado vai procurar deslocar. De fato, as diferentes tendências teóricas convergem, mas, ainda, apresentam certas lacunas que precisam ser preenchidas. O esforço para preenchimento de algumas dessas lacunas não pode desconhecer as críticas, consagradas às iniciativas de integração, já realizadas por Donaldson (1985; 1990; 1995); Clegg e Hardy (1996); Guerreiro Ramos (1982); McKelvey (1997); Morgan (1996); Alter e Hage (1993); Perrow (1985; 1990; 1992); Silverman (1970), entre outros.

Na perspectiva da epistemologia organizacional, esta tese defende o ponto de vista de haver um amplo processo de produção de conhecimento, que se realiza nos três eixos epistemológicos/metodológicos de construção, desconstrução e reconstrução, a partir dos quais analisamos o progresso do conhecimento organizacional e a sua contribuição para o progresso da Ciência Organizacional. Esses eixos guardam relações com diferentes epistemologias: a Ciência Normal é construcionista; a Ciência Contra-Normal é desconstrucionista e as vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia são reconstrucionistas.²²

²² Vale ressaltar que os eixos epistemológicos não se esgotam nas visões apresentadas nesta tese. Nesse sentido, salientamos a existência de, pelo menos, três perspectivas desconstrucionistas: as pós-modernistas/pós-estruturalistas; a marxista; e as teses do não-mercado. Em termos reconstrucionistas (além das vertentes institucionalistas analisadas), destacamos as teses de Giddens (1991; 2002) da modernização reflexiva e de Habermas (1989), com sua tese da racionalidade comunicativa. Do mesmo modo, também acreditamos existirem

ENTENDEMOS A EPISTEMOLOGIA ORGANIZACIONAL COMO AQUELE CAMPO QUE SE CONSTITUI POR INTERSEÇÕES DE DIFERENTES EPISTEMOLOGIAS, UMA VEZ QUE O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL É, INTRINSECAMENTE, DE NATUREZA HÍBRIDA/INTERDISCIPLINAR. SOBRE ESSA NATUREZA, RIOS (1986) AFIRMA QUE “A TAREFA ATUAL, PORTANTO, É DE REFORMULAÇÃO DA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DE PESQUISA COMPARATIVA E DE AMPLA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA”. ESSA POSTULAÇÃO POTENCIALIZA, AO NOSSO VER, UMA VISÃO MAIS ACURADA DA LÓGICA DA DESCOBERTA, A PARTIR DA ANÁLISE DA MATRIZ INSTITUCIONAL E DOS PROGRAMAS DE PESQUISA QUE SE APRESENTAM NOS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS/METODOLÓGICOS ANTERIORMENTE REFERIDOS.

No intento de buscar essa macro integração, assinalamos e reconhecemos que:

- 1) Houve duas rupturas no âmbito da disciplina Administração. A primeira delas constituiu-se na separação entre organização (Teoria da Organização) e gerencialismo, enquanto a segunda consagrou a separação entre Teoria da Organização e Estudos Organizacionais.
- 2) Surgiram várias vertentes de estudos sobre organizações no âmbito das disciplinas Economia e Sociologia, que são de natureza evolucionária.

outras perspectivas construcionistas relevantes, além da teoria contingencial-estruturalista – TCE.

- 3) Existe processo em curso de desenvolvimento e consolidação da Ciência Organizacional, conforme definido por Williamson (1993), apesar do processo de desconstrução teórica preconizado pelos pós-modernistas/pós-estruturalistas²³.
- 4) As conseqüências do processo de desconstrução têm suscitado, entre outros aspectos, a banalização do ensino de administração, enfraquecendo as possibilidades de consolidação dessa área de conhecimento.
- 5) Parte da desconstrução promovida pelos autores pós-modernistas/pós-estruturalistas, infelizmente, incorpora à teoria das organizações uma linguagem quase pautada no senso comum.
- 6) Em oposição ao postulado por Donaldson, as posições dos autores situados nos eixos epistemológicos de desconstrução e de reconstrução não reconhecem como ponto de chegada a Teoria Contingencial.
- 7) A convergência entre vertentes teóricas sobre organizações situadas nos eixos epistemológicos/metodológicos de construção, de desconstrução e de reconstrução para a consolidação da Ciência Organizacional implica o equacionamento de problemas ligados à epistemologia organizacional.

Quanto ao período de análise desta tese, consideramos os últimos trinta anos, a partir da década de setenta, quando se manifestou, mais fortemente, o interesse

²³ Vale ressaltar que outros autores também tratam desse processo de (re)construção, porém, não fazem parte do recorte escolhido para o desenvolvimento desta tese de doutorado (nota do autor).

acadêmico pelas vertentes de pensamento focalizadas e quando começaram a crescer a produção dentro de cada vertente e a aparecer propostas de integração, de convergência, assim como as críticas a essas propostas.

3.2 PROBLEMA DE PESQUISA

AS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, SITUANDO-A NO EIXO EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO DE CONSTRUÇÃO, DE DECONSTRUÇÃO OU DE RECONSTRUÇÃO?

3.3 SUPOSIÇÕES

- a) Há nas Ciências Sociais, notadamente na Nova Economia Institucional, na Sociologia Neo-institucionalista e nas Socioeconomias Francesas, movimentos em busca de convergência de idéias tendo como foco a organização, que, amparados na interdisciplinaridade e hibridações, tendem a levar ao desenvolvimento e à consolidação da Ciência Organizacional.

- b) O desenvolvimento dessas abordagens interdisciplinares no campo das Ciências Sociais, em geral, e do conhecimento organizacional, em particular, sugere a constituição de um novo tipo de epistemologia, a inter-regional, além dos tipos já consagrados e difundidos na literatura – a geral e a regional.
- c) As abordagens mencionadas na letra a situam-se no eixo epistemológico/metodológico de reconstrução e no âmbito Ciência Evolucionária.
- d) As diferentes categorias básicas de análise das vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia enfocadas nesta tese são complementares e podem representar hierarquias em evolução, assim como são conciliáveis outros princípios metodológicos.

3.4 OBJETIVOS

3.4.1 Geral

ANALISAR AS VERTENTES SOCIOLÓGICAS DE PENSAMENTO, DENOMINADAS SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA E SOCIOECONOMIAS FRANCESAS, E O CORPO CONCEITUAL DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL – NEI, IDENTIFICANDO SUAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS, PARA CONTRIBUIR NO SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO E DA CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.

3.4.2 Específicos:

- DELIMITAR O CONCEITO DE CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, A PARTIR DO RECORTE ESTABELECIDO.
- IDENTIFICAR AS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS VERTENTES TEÓRICAS SELECIONADAS, VISANDO ANALISAR A POSSIBILIDADE DE CONVERGÊNCIA DE PROPÓSITOS, ESPECIALMENTE QUANTO SUAS DIFERENTES CATEGORIAS DE ANÁLISE, SUAS VISÕES SOBRE A RACIONALIDADE HUMANA, E SUAS BASES METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS, NO SENTIDO DE CONTRIBUIR PARA A RECONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.
- ANALISAR O ENQUADRAMENTO DAS VERTENTES SELECIONADAS NO QUADRO CONCEITUAL DE ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO.

3.5 A NATUREZA DA TESE

A tese assenta-se na análise teórica enquanto construção explicativa²⁴, procurando mapear as fronteiras do conhecimento da disciplina Ciência Organizacional. Para tanto, focaliza a gênese do conhecimento organizacional e o seu desenvolvimento, tomando como referência a Teoria Organizacional e os Estudos Organizacionais, subramos da disciplina

²⁴ Conforme Demo (2000:30-31).

Administração, seja ainda por meio da análise da produção teórica sobre organizações em vertentes institucionalistas da Economia e da Sociologia, para evidenciar os fundamentos da Ciência Organizacional. Essa Ciência Organizacional é de natureza interdisciplinar, tendo se constituído como fruto da confluência de conhecimentos sobre o fenômeno organização, os quais foram gerados em diferentes campos de saber e disciplinas. As vertentes institucionalistas econômicas e sociológicas (Nova Economia Institucionalista, Sociologia Neo-institucionalista e as Socioeconomias Francesas) constituíram o recorte da análise aqui empreendida para a reconstrução de teorias e quadros de referência que pudessem evidenciar a consolidação da Ciência Organizacional pós-setenta. Em síntese, buscamos verificar a emergência de uma nova epistemologia organizacional, de natureza interregional e reconstrutivista.

Vale registrar que a pesquisa empírica não foi considerada, tendo em vista as peculiaridades do objeto desta tese. O estabelecimento de suposições para esta tese foi realizado a partir da análise bibliográfica em diferentes campos de conhecimento. A análise dessa bibliografia levou à construção do referencial teórico, a partir do qual desenvolvemos capacidades explicativa e argumentativa, dentro do contexto de questionamento sistemático crítico e reconstrutivo²⁵.

²⁵ Conforme Demo (2000).

4. EXERCÍCIOS DE EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

4.1 A GÊNESE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

Na confluência de muitas abordagens opera-se a gênese do conhecimento organizacional, conforme pode ser observado no Quadro 1. Contribuições muito importantes para essa gênese advêm das análises de autores tão diversos, como Marx e sua crítica ao capitalismo; Braverman e sua discussão sobre as origens da gerência científica; Weber e o seu modelo burocrático capitalista; Coase (1937), Barnard (1938) e Williamson (1996), cujos estudos focalizam a origem e a natureza da firma/organização; Foucault e sua arqueogenealogia; e os estudos históricos institucionalistas de Chandler (1962;

1977; 1990) sobre configurações organizacionais.

Consideramos, portanto, que a gênese da disciplina pode ser identificada nas diferentes interpretações epistemológicas que buscam conhecer e criticar seu objeto, a organização, as quais se confundem no hibridismo da própria disciplina. Para fundamentar essa posição, fizemos uma breve retrospectiva das diferentes abordagens que estão na gênese do conhecimento organizacional, as quais lhe dão consistência, validade e legitimidade, enquanto campo de conhecimento organizacional científico.

Tomemos, de início, a arqueogenealogia do saber/poder foucaultiano. Nessa perspectiva, o homem é visto como objeto de poder e de saber. Já o conhecimento organizacional, enquanto disciplina/campo de conhecimento, estaria associada à emergência de um determinado espaço de produção de saber e de poder, ou seja, a fábrica, da mesma forma que a escola, o hospital, os manicômios e as prisões estariam conectados ao surgimento das disciplinas pedagógica, médica e jurídica, respectivamente.

Ao enunciar uma matriz do saber a partir do conceito de arqueologia, Foucault (1966; 1972) parte da premissa de que o homem, como objeto de conhecimento, é uma invenção recente, originada no século XVIII, quando surgem os primeiros espaços de produção de saber e de poder. Por outro lado, ao explicar os três modelos que delineiam as regiões epistemológicas, salienta que as ciências humanas existem na interseção das regiões estabelecidas: a Biologia (a vida), a Economia (o trabalho) e a Filosofia (a linguagem). Em sua análise discursiva, Foucault singulariza as regras de formação da arqueologia do saber, a partir dos seguintes níveis: 1) dos objetos; 2) dos tipos enunciativos; 3) dos conceitos; e 4) dos temas e teorias, isto é, das estratégias. Evidentemente, estamos diante de uma análise epistemológica importante para o entendimento da gênese do conhecimento organizacional, a qual, como regra, situa-se fora do Campo da Ciência Normal.

Em síntese, baseando-nos em Foucault, podemos dizer que o nascimento (arqueológico) do conhecimento organizacional ocorreu com o surgimento de um espaço delimitado – a fábrica -, no qual se definiria uma relação específica de produção de conhecimento, idéia que seria complementada pelo autor, com a enunciação da noção genealógica do poder, mais particularmente, de uma microfísica do poder²⁶.

Também as teses marxiana e marxista²⁷ fundamentam um outro entendimento para a gênese do conhecimento organizacional. Na monumental obra “O Capital”, Marx identifica a gênese e as contradições históricas do capitalismo ao mesmo tempo em que procurar definir as relações sociais e econômicas da sociedade organizacional capitalista.

²⁶ Ao colocar em segundo plano a arqueologia Foucaultiana do saber, Clegg e outros (1996) espelham em suas trajetórias epistemológicas a desconsideração desse aspecto, talvez por estar ofuscado pelo deslumbramento das teses pós-modernistas da desconstrução, deixando-se levar mais pela genealogia do poder, ou seja, enfatizando apenas a microfísica do poder nas organizações, vista como a saída que encontraram para o impasse contemporâneo do marxismo que Clegg tinha abraçado nas décadas 70/80.

²⁷ A abordagem marxista apresenta-se, desde a década de noventa do século passado, em um contexto de campo teórico em crise, em que muitos de seus integrantes migraram para outras perspectivas: 1) desconstrucionistas (visando manter a coerência) que se transvestiram em pós-modernistas, microfísicos do poder foucaultiano ou revisionistas do marxismo; 2) algumas vertentes buscaram um meio termo, como se verifica nas recentes investidas dos regulacionistas; 3) outras(os), definitivamente, cederam à atração dos modos de vida e de produção capitalista. Além das controvérsias, a abordagem marxista e seus pertinentes questionamentos continuam influenciando, criticamente, o desenvolvimento dos estudos organizacionais. Não obstante, há um sentimento de que a história da contribuição marxista parece, ainda, passar ao largo do conhecimento organizacional, todavia uma análise completa dessa outra literatura desconstrucionista foge ao escopo desta tese.

Com o foco na análise da degradação do trabalho no século XX, Braverman (1977), por sua vez, estudou as origens da gerência científica, a partir do surgimento do taylorismo que seria apresentado como a concretização do nascimento da Administração como disciplina. Então, de acordo com as proposições desse último autor, a gênese do conhecimento organizacional e, mais notadamente, a constituição da disciplina administração científica estariam diretamente relacionadas à evolução do sistema capitalista.

Ao analisar a abordagem marxista do conhecimento organizacional, verificamos que ela está centrada na desconstrução do capitalismo, que é visto como um sistema que promove e se sustenta na alienação e na exploração do trabalho, classificando-se como Ciência Contra Normal. Outros autores de origem europeia, mas também norte-americanos e brasileiros, debruçaram-se sobre a crítica da divisão do trabalho, sob a influência de Marx, de Gramsci e de Braverman, sendo essas idéias difundidas no decorrer das décadas de 70/80 através de periódicos, como *Sociologie du travail* e *the British Journal of Sociology*.

Como decorrência, as análises marxistas e marxianas tiveram uma influência decisiva na consolidação da sociologia do trabalho e, mais particularmente, da escola do processo do trabalho. Enfim, a abordagem marxista trouxe contribuições relevantes para a gênese do conhecimento organizacional, destacando-se no conjunto dessas contribuições os estudos sobre a origem da gerência científica e sobre o parcelamento das tarefas, além de influenciar novos caminhos do conhecimento organizacional na década de setenta, a exemplo das teses sobre o neotaylorismo.²⁸

Outra contribuição clássica que está na gênese do conhecimento organizacional é a de Weber que, em suas obras “A ética protestante e o espírito do capitalismo” e “Economia e

²⁸ Ainda na perspectiva de análise do modo de produção taylorista/fordista, o marxismo também contribuiria, naquela década, para a origem da teoria francesa da regulação - TR cuja origem está diretamente relacionada à tese de Aglieta (1974), que hoje apresenta uma parte de seus integrantes, convergindo para o viés

Sociedade”, desenvolve uma explicação sobre a origem da sociedade moderna capitalista e uma análise do processo de burocratização do mundo contemporâneo. Assim, ao tratar dos tipos de dominação (carismática; patrimonialista; e racional-legal), Weber fez uma análise sistemática da dominação racional-legal, denominada por ele de burocrática, que se baseia na razão (instrumental) e no direito, típica do capitalismo avançado e do Estado moderno. Seus trabalhos dão, em parte, suporte a estudos desenvolvidos no âmbito da Ciência Normal da organização, mas também influenciaram abordagens situadas no campo da Ciência Contra Normal.

No campo da Ciência Normal e dentro do eixo epistemológico/metodológico construcionista, destacamos a influência weberiana sobre a vertente sociológica funcionalista norte-americana, de Talcott Parsons e seus principais seguidores, Peter Blau, P. Selznick, A. Etzioni, Robert K. Merton, Alvin Gouldner, M. Crozier e R. Presthus. No campo da Ciência Contra Normal e de metodologia desconstrucionista, ressaltamos a contribuição à análise do processo de dominação burocrática no capitalismo nas diferentes perspectivas de Lobrot, Lapassade, Mouzelis, Pagès, Castoriades e dos brasileiros Tragtenberg e Prestes Motta.²⁹

Conhecimentos produzidos no campo da Economia também influenciaram a gênese do conhecimento organizacional. Do *mainstream* clássico/neoclássico, identificamos contribuições pioneiras em Smith e Marshall. Em “A riqueza das Nações”, publicado em 1776, Smith já enfatizava no livro I (capítulos de I a IV) a relevância da divisão do trabalho, situando-a como a mola propulsora do aumento de produção, que seria limitado pela extensão do mercado. Desse modo, as vantagens da divisão do trabalho estariam associadas ao aprimoramento da destreza, à economia do tempo e à utilização da maquinaria.

institucionalista. Mais adiante, argumentaremos que essa é uma das correntes teóricas que convergem para a consolidação da Ciência Organizacional.

Já Marshall, em seus “Princípios da Economia”, publicado pela primeira vez em 1890, tratava de vários aspectos que constituiriam a gênese do conhecimento organizacional. Marshall postulava, por exemplo, que a eficiência aumentava com a organização. Também focalizou os conceitos sociológicos durkheimiano de diferenciação e integração, os quais se tornariam, a *posteriori*, muito caros ao conhecimento organizacional de viés construcionista e também reconstrucionista. Além dessas contribuições marshallianas para a gênese do conhecimento organizacional, acrescentamos: as teses sobre indústrias especializadas concentradas em certas localidades; os conceitos de economias de escala e de escopo; a discussão sobre a relevância da aprendizagem industrial; a análise sobre as vantagens da grande empresa ou de grupos de empresas associadas, sobre o papel da direção das empresas, sobre a importância da capacidade gerencial, sobre a crescente complexidade dos negócios e o conceito de empresa representativa.

Lamentavelmente, essas contribuições marshallianas para o conhecimento organizacional ficaram obscurecidas pela força dos princípios de equilíbrio parcial, de informações perfeitas e de racionalidade ilimitada, e pela elevada abstração de seu modelo de análise, que induziram o realce de seu conceito de firma representativa, o qual abolia a importância tanto das economias de escala e de escopo como da aprendizagem para o desenvolvimento da firma e sua sustentação no mercado, o que, por sua vez, deu força ao tratamento da firma como uma “caixa preta”.

A firma/organização estaria, então, representada no modelo marshalliano como uma mera abstração secundária, uma vez que o mercado predominava, via formação de preços: uma “mão invisível” regularia esse mercado, mantendo-o em equilíbrio, de acordo com os pressupostos da concorrência perfeita e da simetria de informações.

²⁹ É importante registrar que essas contribuições sofrem também influências

Outra abordagem que procura explicar a origem das organizações surge, mais recentemente. Trata-se da Nova Economia Institucionalista (NEI). Contrapondo-se aos postulados neoclássicos, ela explica a origem e a natureza da firma/organização como resultado da coordenação da atividade econômica mediada pelo mecanismo de preço. A coordenação da atividade submetida ao princípio de hierarquia se coloca como uma alternativa ao princípio da coordenação pelo mercado, quando os custos de transação gerados nessa última alternativa mostram-se superiores aos da primeira. A escolha entre a estrutura de governança mercado e a estrutura de governança hierarquia ocorre em função das características das transações envolvidas, que se revelam através das economias de escala e dos custos de transação. Por extensão, as empresas resultam de uma série de inovações organizacionais, realizadas com o objetivo de economizar em custos de transação.

OS CUSTOS DE TRANSAÇÃO SÃO, POR SUA VEZ, DETERMINADOS, TAMBÉM, PELA EXISTÊNCIA DE CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS BÁSICAS DOS ATORES ENVOLVIDOS NAS TRANSAÇÕES, COMO RACIONALIDADE LIMITADA E OPORTUNISMO, E PELA INCERTEZA E COMPLEXIDADE QUE CARACTERIZAM O AMBIENTE NO QUAL AS TRANSAÇÕES SE EFETIVAM. RACIONALIDADE LIMITADA, COMPLEXIDADE E INCERTEZA AMBIENTAL SÃO INGREDIENTES DE UM CENÁRIO NO QUAL IMPERA A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES ENTRE OS AGENTES ENVOLVIDOS EM TRANSAÇÕES ESPECÍFICAS E CRIAM AS CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA QUE ESSES AGENTES ADOTEM INICIATIVAS OPORTUNISTAS (CF. COASE, 1937; BARNARD, 1938; WILLIAMSON, 1975; 1985). MAS, ENQUANTO AS CONTRIBUIÇÕES RELATADAS ANTERIORMENTE RELACIONAM-SE À GÊNESE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL, AS CONTRIBUIÇÕES DA NEI SÃO

CONSIDERADAS NESTA TESE COMO UM DOS PILARES DA DISCIPLINA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, EMERGÊNCIA ESSA QUE SE DARÁ MAIS RECENTEMENTE E QUE SERÁ PROFUNDAMENTE ANALISADA EM CAPÍTULO PRÓXIMO.

Em suma, contribuições weberianas, marxianas, bravermanianas, smithianas/marshallianas, constituíram as bases para a gênese do Conhecimento Organizacional (Quadro 1). Esse conhecimento organizacional conformou e consolidou a disciplina Administração, que, mais tarde, bifurcou-se em dois grandes ramos: organizações e gerencialismo. A evolução do conhecimento organizacional é o foco desta tese, uma vez que os argumentos sobre a gênese e consolidação da Ciência Organizacional ficarão evidentes, através do rastreamento dessa evolução. Assim, reforçamos nossa idéia de que a Ciência organizacional se constitui nas interseções das contribuições teóricas aqui discutidas e registradas no Quadro 1 e de novas contribuições que serão discutidas no próximo item e sintetizadas nos Quadros 2 e 3, situando-se no plano epistemológico/metodológico inter-regional.

Principais autores segundo as perspectivas estabelecidas	Categorias/ unidades de análise	Foco de análise	A lógica da descoberta	O método	Contexto disciplinar
Weber	A sociedade capitalista	O ethos protestante e o espírito do capitalismo	Racionalidade instrumental e a dominação burocrática	Compreensivo/Construtivista	Sociologia
Marx	O capital	O modo de produção capitalista	A constituição do capital enquanto categoria complexa do capitalismo e suas formas concretas: a mercadoria, o trabalho assalariado e a forma dinheiro	Materialismo histórico/Desconstrutivista	Economia/sociologia
Braverman	O trabalho sob o capitalismo	A Gerência da fábrica e seus impactos sobre o empregado na linha de produção	O parcelamento da tarefa, a separação do planejamento da execução do trabalho, a alienação e degradação do trabalho.	Materialismo histórico/Desconstrutivista	Administração
Foucault	Espaços de produção de saber/poder	O nascimento de saberes/poderes contextualizados	A arqueogenealogia do saber/poder.	Estruturalismo (desconstrutivista /reconstrutivista)	Sociologia

Adam Smith/	A renda, produção e trabalho	O crescimento econômico	A divisão do trabalho, a especialização da produção com base nos fatores de produção, a mão invisível do mercado e a economia estacionária.	Positivismo/Construtivista	Economia
Marshall	O mercado (procura, oferta e preço) e a firma	A formação de preços e o equilíbrio parcial	Concorrência Perfeita, a firma representativa, indústria espacialmente localizada, aprendizagem, formalização, abstração.	Positivismo Construtivista	Economia
Coase / Williamson	A transação	A origem e a natureza da firma: os custos de transação	O sentido da coordenação econômica: imperfeições do mercado, incerteza, ativos específicos, racionalidade limitada que condicionam os custos de transação levam ao surgimento da firma.	Individualismo/holismo metodológico/Reconstrutivista	Economia

Quadro 1 Matriz Institucional da Gênese do Conhecimento Organizacional

4.2 A NATUREZA E O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL

COMO JÁ FOI REGISTRADO ANTES, A GÊNESE, O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL NÃO SE RESUMEM ÀS VERTENTES EPISTEMOLÓGICAS REGISTRADAS NO QUADRO 1. A ELAS DEVEM SER AGREGADAS OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA QUE POSSAMOS DELIMITAR A GÊNESE DA REFERIDA DISCIPLINA. O QUE SERÁ FEITO EM CAPÍTULO MAIS ADIANTE. POR HORA, SINTETIZAMOS O QUE FOI DISCUTIDO NO ITEM ANTERIOR, APONTANDO QUE A GÊNESE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL FOI ALIMENTADA POR CONTRIBUIÇÕES ADVINDAS DE DIFERENTES ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS, O QUE, AO NOSSO VER, ASSEGUROU, EM PARTE, O ESTATUTO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO À PRODUÇÃO DENTRO DA DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO. NO ENTANTO, HOUE A BIFURCAÇÃO DA DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO EM DOIS RAMOS: TEORIA ORGANIZACIONAL/ORGANIZAÇÕES E GERENCIALISMO. POSTERIORMENTE, NOVA BIFURCAÇÃO NOS CAMINHOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO LEVOU À SEPARAÇÃO ENTRE TEORIA ORGANIZACIONAL E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. NESTE ITEM, A RETROSPECTIVA DO PROCESSO DE EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL VAI SER REALIZADA ENFATIZANDO-SE A PRODUÇÃO NOS ESTUDOS ORGANIZAÇÕES, NA TEORIA ORGANIZACIONAL E CAMPOS OUTROS CORRELATOS A FIM DE QUE POSSAMOS COMPREENDER AS MUDANÇAS ACONTECIDAS NO PLANO INTER-REGIONAL DA DISCIPLINA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.

APESAR DA BIFURCAÇÃO DA DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO TER OCORRIDO NA DÉCADA DE 40, SÓ BEM MAIS TARDE, JÁ NA DÉCADA DE 90, A

TEORIA DA ORGANIZAÇÃO SOFRERIA QUESTIONAMENTOS, PASSANDO A SE CARACTERIZAR COMO UM CAMPO TEORICAMENTE “CONTESTADO” (REED, 1998), DESTACANDO-SE AS CRÍTICAS PÓS-MODERNAS QUE APONTARIAM COMO ÚNICA SAÍDA, PARA A CRISE, O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. ESSA PROPOSIÇÃO PÓS-MODERNA GANHA MATERIALIDADE NO RECONHECIMENTO DO CAMINHO METODOLÓGICO DE “CONVERSAÇÕES” ENTRE DIFERENTES VERTENTES TEÓRICAS. AO ANALISARMOS AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS QUE SE REALIZARAM NA VERTENTE EPISTEMOLÓGICA PÓS-MODERNISTA/PÓS-ESTRUTURALISTA NO CAMPO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, VAMOS DEFENDER E ARGUMENTAR QUE TAL PROPOSIÇÃO TROUXE O RISCO DE BANALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO NA DISCIPLINA ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, A EXEMPLO DO QUE OCORREU ANTES COM O GERENCIALISMO.

A EXEMPLO DA QUE FOI REALIZADA NO ITEM ANTERIOR, ESSA RETROSPECTIVA VAI SER EMPREENDIDA PRIVILEGIANDO-SE QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS/METODOLÓGICAS. SENÃO VEJAMOS. ATÉ AQUI PROCURAMOS DEMONSTRAR QUE A GÊNESE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL OCORREU COMO RESULTADO DE INTERSEÇÕES ENTRE CONTRIBUIÇÕES GERADAS NO ÂMBITO DE DIFERENTES DISCIPLINAS, AS QUAIS SE CONSTITUÍRAM, POR SUA VEZ, ADOTANDO OS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS / METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO, DE DESCONSTRUÇÃO E DE RECONSTRUÇÃO. MAS SEGUNDO A VISÃO CORRENTE, O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO, NOTADAMENTE DE SEUS RAMOS TEORIA ORGANIZACIONAL E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS,

REALIZOU-SE, ESSENCIALMENTE, DENTRO DOS EIXOS METODOLÓGICOS CONSTRUCIONISTA E DESCONSTRUCIONISTA, RESPECTIVAMENTE.

O PRIMEIRO EIXO, EM NOSSA OPINIÃO, ESTÁ CONSTITUÍDO PELO QUE FOI DENOMINADO DE CIÊNCIA NORMAL (NA PERSPECTIVA KUHNIANA) DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL, DECORRENTE DAS EXPLICAÇÕES POSITIVISTAS/FUNCIONALISTAS QUE, ENTRE OUTROS ASPECTOS, ENFATIZAM A RACIONALIDADE CIENTÍFICA, O CARÁTER IRREFUTÁVEL DA CIÊNCIA E A CERTEZA METODOLÓGICA. ESSA PERSPECTIVA CONSTRUCIONISTA APRESENTAR-SE-IA CONSOLIDADA EM MEADOS DA DÉCADA DE SETENTA, A PARTIR DA SÍNTESE EMPREENDIDA PELA TEORIA CONTINGENCIAL-ESTRUTURALISTA – (TCE).

O segundo eixo corresponde às teses desconstrucionistas que, a nosso ver, são representadas pelas seguintes vertentes: a marxista; as abordagens do não-mercado (POLANYI, 1944; e outros); e os pós-modernistas/pós-estruturalistas que predominaram no decorrer da década de noventa do século XX, postulando, entre outros aspectos, a diversidade dos estudos organizacionais, o combate à ciência, à racionalidade e à certeza do método científico, além de enfatizarem a incomensurabilidade de paradigmas,

argumento central defendido pelos mais radicais.

Interessante assinalar que o termo “modernismo” já esteve associado à desconstrução do velho, do arcaico e do tradicional, com ênfase no novo e no presente, baseado na crença do progresso do conhecimento, a partir da experiência e por meio do método científico (PETERS, 2000, p. 16).

EM “A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA” (1979), LYOTARD DIRECIONA A CRÍTICA PARA OS GRANDES RELATOS (OU AS GRANDES NARRATIVAS) QUE CONSTITUEM A MODERNIDADE E QUE FUNCIONAM COMO PRÁTICAS DE LEGITIMAÇÃO DO PROGRESSO, DO CONHECIMENTO E DAS INSTITUIÇÕES. NESSE SENTIDO, O PÓS-MODERNISMO É, ANTES DE TUDO, ANTI-EPISTEME, INSTITUIÇÃO E ANTI-CIÊNCIA ORGANIZACIONAL .

Entre construcionistas e desconstrucionistas, esta tese defende a existência de um terceiro eixo, representado por autores e vertentes que não se encaixam plenamente em nenhum dos eixos anteriores. Assim, alguns desses autores estariam situados no plano epistemológico geral (a exemplo de Giddens e Habermas que têm influenciado diferentes disciplinas nos planos regional e inter-regional), além dos autores identificados por suas contribuições institucionalistas, na Sociologia e na Economia, que estão situados no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista e dão suporte à perspectiva de desenvolvimento e de consolidação da Ciência Organizacional.

Aqui abrimos um parêntese para fazermos uma ressalva: ao analisarmos o processo epistemológico no campo das Ciências Sociais, especialmente em relação aos estudos organizacionais e à teoria organizacional, chegamos à conclusão de que há evidentes imbricações entre as produções realizadas ao abrigo dos três diferentes eixos epistemológicos/metodológicos, independentemente do objeto de investigação e da epistemologia escolhida.

Ademais, as classificações das diferentes abordagens entre os eixos epistemológicos/metodológicos parecem depender também dos quadros de referência de quem as realiza.

Exemplificamos: para os pós-modernistas/pós-estruturalistas, o marxismo é moderno, construcionista, favorecedor da contestada meta-narrativa, neste caso, merecedor de ser desconstruído. Todavia, certas correntes marxistas dos estudos organizacionais situam-se no eixo epistemológico/metodológico desconstrucionista, analisando o discurso ideológico capitalista, buscando explicações para a divisão parcelada do trabalho, as lutas de classes e as contradições capital/trabalho. Do mesmo modo, ainda no campo do conhecimento organizacional, somos, nesta tese, desconstrucionistas, ao questionarmos o niilismo, o relativismo e a tal “incomensurabilidade de paradigmas” que constituem os fundamentos pós-modernistas/pós-estruturalistas dos estudos organizacionais. Por sua vez, também somos construcionistas, na medida em que nos posicionamos ao lado da Ciência, da racionalidade e das instituições. Mas somos, sobretudo, reconstrucionistas, na medida em que defendemos a possibilidade de desenvolvimento e de consolidação da Ciência Organizacional, como resultado da confluência, em uma perspectiva interdisciplinar, de saberes produzidos no âmbito de diferentes abordagens, situadas em diferentes disciplinas. Isso nos inspira inferir que, além de denotarem eixos epistemológicos/metodológicos específicos, construção, desconstrução e reconstrução são movimentos inerentes ao processo de produção do conhecimento científico.

Ademais, retomamos o argumento de que a emergência de campos de estudos interdisciplinares trouxe consigo a evidência de que as abordagens a eles vinculadas tendiam a transitar entre os eixos epistemológicos/metodológicos da construção, da desconstrução e, de um novo eixo, de reconstrução. Enfim, reconhecemos em diferentes autores de várias

tendências, navegações nas ondas desses eixos, ora construindo ora desconstruindo e, até mesmo, reconstruindo o conhecimento organizacional.

Além dos aspectos referidos no parágrafo anterior, um outro contribui para borrar os limites entre um e outro eixo: no decorrer da história acadêmica de autores e vertentes observamos, com relativa frequência, mudanças de eixos epistemológicos/metodológicos. Na maioria dos casos, no entanto, os autores mantêm coerência metodológica no decorrer do tempo, realizando suas produções dentro de determinado eixo epistemológico/metodológico, com mudanças, apenas, em seus enfoques. Exemplos de autores que mudaram de enfoque, mas que persistiram no mesmo eixo epistemológico, no campo dos estudos organizacionais, são os que abandonaram as teses marxistas, situadas no eixo metodológico desconstrucionista, mas que prosseguiram desconstruindo com as teses pós-modernistas/pós-estruturalistas.

Em suma, ser construcionistas, desconstrucionista ou reconstrucionistas, depende do ângulo em que nos posicionemos na análise, mas também reflete um posicionamento epistemológico e metodológico, quando a referência é a produção de conhecimento científico.

Assim, cada vertente de pensamento pode apresentar-se em um eixo preponderante em um determinado momento³⁰. A Ciência dita Normal é construcionista; A Ciência Contra Normal e suas vertentes pós-modernistas/pós-estruturalistas são, essencialmente, desconstrucionistas e, entre esses dois eixos, encontram-se propostas situadas no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista do conhecimento da Ciência Evolucionária.

³⁰ Os neo-schumpeterianos Nelson e Winter (1982), por exemplo, podem ser considerados desconstrucionistas para os neoclássicos da Economia, construcionistas para os pós-modernistas dos estudos organizacionais, e reconstrucionistas para os que defendem o progresso (institucionalista) da Ciência da Organização.

Nos anos setenta do século XX, aparece uma proposta de síntese no campo dos estudos organizacionais, baseada na sociologia funcionalista, de tradição anglo-americana, a partir da teoria contingencial-estruturalista – (TCE), que se apresenta como uma teoria geral da administração/ organizações.

Essa teoria pretendia ser a síntese das teorias anteriores e posteriores à década de setenta, e preconizava que as novas perspectivas teóricas deveriam apenas incorporar-se a ela que era a principal representante do “*mainstream*”. Esse é o processo da Teoria Organizacional, situado no eixo epistemológico/metodológico construcionista, que tem como defensores mais entusiasmados, dentre outros: Pfeffer (1993) que analisa as barreiras à produção do conhecimento nas organizações, e Donaldson, (1995) que se coloca contra a proliferação de paradigmas no campo dos estudos organizacionais.

Na década de setenta, concomitantemente à consolidação da síntese construcionista, ecoou um processo de desconstrução do conhecimento organizacional, a partir da proposta de “marco de referência acional” de Silverman (1970),³¹ que se contrapõe ao funcionalismo imperante no “*mainstream*” da teoria das organizações.

Esse processo de desconstrução seria reforçado nas décadas seguintes pelas críticas ao *mainstream* da teoria da organização advindas de diferentes tendências, destacando-se: a escola do processo do trabalho, a análise discursiva foucaultiana e a teoria crítica, essa última embasada na Escola de Frankfurt, como

³¹Esta proposta está de acordo com os postulados extraídos da fenomenologia de Berger e Luckman, Schutz e Husserl.

as mais importantes. Na década de noventa, ocorreria, enfim, a consolidação do processo desconstrucionista em torno da vertente pós-modernista/pós-estruturalista dos estudos organizacionais.

A vertente pós-modernista/pós-estruturalista das organizações¹³ tem seus fundamentos extraídos de Nietzsche, de Kuhn e da denominada escola nietzcheana francesa: Derrida, Deleuze, Baudrillard e Lyotard trazem como premissas básicas a incomensurabilidade de paradigmas, a descontinuidade, o relativismo e a diversidade, convergindo para um processo de abertura que procura destruir toda a possibilidade de síntese, como postulado pelos construcionistas.

Desse modo, racionalidade, categorias (unidades e níveis) de análise, hierarquização, mecanismos de coordenação, instituição e a própria noção de organização soam incompatíveis na análise pós-modernista/pós-estruturalista³². Resta indagar, então: a teoria organizacional pode abraçar o artifício da desconstrução, conforme explicitado nos postulados pós-modernistas/pós-estruturalistas, sem

³² Vale ressaltar que a Economia apresenta-se, no contexto epistemológico, na condição de ser uma ciência moderna. E a Ciência da Organização, por sua natureza, também acompanha essa condição por estar baseada nos postulados da racionalidade, não necessariamente cartesiana, mas que também não significa atender aos requisitos da irracionalidade, propostas pelos pós-modernistas das organizações.

perder sua identidade enquanto disciplina?

Consideramos que, na atualidade, nem no plano epistemológico geral, nem tampouco no regional dos diferentes campos disciplinares das Ciências Sociais, nem ainda no plano inter-regional dos novos saberes interdisciplinares, aquela questão encontra uma resposta satisfatória. Assim, permitimos-nos fazer um exercício de elaboração de uma matriz institucional composta pelos diferentes eixos epistemológicos/metodológicos que levou ao desenvolvimento do campo do saber organizacional para que possamos ir, gradativamente, construindo os nossos argumentos sobre as possibilidades de desenvolvimento e de consolidação da Ciência da Organização(Quadro 2).

Eixos Epistemológicos/metodológicos	Perspectivas	Vertentes Básicas	Principais Autores	Métodos/Técnicas	Contribuições teóricas no campo do saber organizacional
Construção	Modernos	Funcionalismo/ Positivismo Compreensivo Evolucionismo/ Institucionalismo Pensamento Clássico Síntese neoclássica	Durkheim Comte Parsons Weber Darwin; Veblen, Spencer Schumpeter; Smith; Marshall; Walras.	Modelos Taxinomias Tipologias Predição Seleção Natural Abstração Formalização Equilíbrio	Teoria contingencial Teoria da burocracia Velhos institucionalismos da Sociologia e da Economia Teoria do Mercado
Desconstrução	Modernos Pós- modernos	Estruturalismo Teoria crítica Fenomenologia Marxiana Pós-modernismo ou pós- estruturalismo. Teses do não- mercado	Foucault Adorno, Benjamin, Horkheimer, Marcuse Schutz Husserl Marx Nietzsche; Feyrabend Loytard; Deleuze; Derrida; Baudrillard; Guattari Morin Boaventura dos Santos Polanyi, Dalton e Kula	Análise discursiva Teoria crítica Interacionismo simbólico. Materialismo Histórico Desconstrução como atitude crítica e política Incompatibilidade de paradigmas Método etnográfico A economia de mercado, constituindo um dos enclaves sociais	Escola estruturalista Teoria crítica Construção social da realidade; Simbolismo organizacional Escola do processo de trabalho Pós-modernismo das organizações Abordagens Antropológicas
Reconstrução	Além de modernos e pós- modernos	Modernização reflexiva; Racionalidade comunicativa; Processo interativo Epistemológico no viés do institucionalismo da Sociologia e da Economia; Regulacionistas e Convencionalistas	Giddens Habermas Nelson e Winter Williamson Meyer e Rowan Hannan e Freeman Castels ;Coriat ; Boyer; Dupuy; Beccatini; Chandler	Metodologia Reflexiva Razão comunicativa Convivialidade metodológica entre diferentes epistemologias; contradições, relações e cruzamentos institucionalistas	Reflexividade institucional Racionalidade comunicativa Reconstruções de viés institucionalista Ciência Organizacional

Quadro 2 – Matriz Institucional: eixos epistemológicos/metodológicos de produção e desenvolvimento do campo do conhecimento organizacional

No quadro 2, podemos ver diferentes abordagens do conhecimento organizacional vinculadas a seus eixos epistemológicos/ metodológicos: 1) construcionista -- o positivismo de Comte; o funcionalismo de Parsons; a teoria da ação de Weber, a discussão sobre a riqueza das nações de Smith; e os velhos institucionalistas da Sociologia e da Economia, a exemplo de Veblen, Schumpeter e Spencer; e da síntese neoclássica de Marshall e Walras; 2) desconstrucionista – abordagens da teoria-crítica; abordagens marxianas/marxistas; abordagens pós-modernista; e abordagem foulcoutiana da genealogia do poder; e 3) reconstrucionista – abordagem foulcoutiana da arqueologia do saber; abordagem habermasiana da razão comunicativa; abordagem giddensiana da modernização reflexiva; e as novas abordagens institucionalistas da Sociologia e da Economia.

Essas epistemologias, não obstante apresentem diferenças, não são mutuamente excludentes no contexto de uma epistemologia organizacional. Ao contrário, suas proposições são complementares tendo em vista a gênese, o desenvolvimento e a consolidação da Ciência Organizacional. Cada um a seu modo -- Marx, Weber, Williamson, Foucault, Habermas, Giddens, Rorty, Lyotard, entre outros -- apresentam visões que auxiliam o entendimento sobre o desenvolvimento do conhecimento sobre organizações, que impactaram os ramos da Teoria das Organizações e Estudos Organizacionais da disciplina Administração, assim como criaram as condições para o desenvolvimento e a consolidação da Ciência Organizacional.

Em síntese, a epistemologia organizacional apresenta-se nos pontos de confluência entre diferentes epistemologias do campo das Ciências Sociais, tendo como objeto de análise a organização. O arcabouço teórico constituído em torno desse objeto passou a dar corpo a uma disciplina de natureza interdisciplinar – A Ciência Organizacional. Para nosso propósito, conceituamos a Ciência Organizacional como aquela que se apresenta no campo de produção de conhecimento interdisciplinar, existindo na interseção de diferentes disciplinas que constituem as ciências sociais (o plano inter-regional), cujo objeto de análise é a organização

sócio-econômica capitalista, tendo como foco de delimitação teórico-empírico o contexto institucional/ organizacional das estruturas de governança, situadas, mais precisamente, entre a hierarquia (organização interna) e as híbridas.

5. MATRIZ INSTITUCIONAL DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

5.1 CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL NO MUNDO OCIDENTAL

Ao analisar a matriz institucional que prevaleceu no conhecimento organizacional da década de 1990, identificamos um cenário constituído por programas de pesquisa distribuídos entre três eixos epistemológicos/metodológicos: a Ciência Normal (eixo construcionista); a Ciência Contra-Normal (eixo desconstrucionista); e a Ciência Evolucionária (eixo reconstrucionista), que trouxe consigo a perspectiva de progresso da Ciência Organizacional.

Clegg, Hardy e Nord (1996) identificaram a década de 90 como um momento propício às conversações entre os diferentes paradigmas que conseguem conviver em permanente estado de tensões, em um contexto de diversidade, estabelecido no “contestado” campo dos estudos organizacionais.

Segundo eles, para entender a complexa rede do conhecimento organizacional que se desenvolveu no século XX, basta verificar a proliferação e a influência de programas de pesquisa provenientes de diferentes campos das Ciências Sociais que se apresentaram nele,

competitivamente. A nosso ver, esses programas conseguiram garantir a sobrevivência institucional, respaldando-se nas regras do jogo do conhecimento científico, como também na evidente qualidade de parte de seus jogadores.

Na perspectiva da racionalidade (moderna/positivista), o *mainstream* também buscou construir, desconstruir e reconstruir internamente seu programa de pesquisa. Suas regras, seus hábitos, seus conceitos e seus costumes metodológicos foram modificando-se de forma inercial, lenta e gradual, mesmo apresentando, em seus diversos programas, evidentes sinais degenerativos. Inferimos, pois, que a CN procurou moldar-se, mas sem abandonar a velha tradição do conhecimento moderno, racional e pleno de uma cientificidade a toda prova. Contudo, vale ressaltar que as variantes conceituais da CN nem sempre se apresentam puramente positivistas: alguns programas construcionistas são mais afeitos a essas características, ao passo que outros se configuram até com

algumas características metodológicas contestadoras próprias da CCN.

Assim, a CN tem procurado permanecer em evidência, “modernizando-se” a partir de acréscimos, exemplificados nas vertentes tradicionais, agora denominadas de neo-relações humanas, neo-burocráticas, neo-teoria de sistemas e, até mesmo, na teoria-síntese (contingencial-estruturalista), que vem incorporando a discussão de temas atuais como design organizacional, arquitetura organizacional e relações interorganizacionais. Apesar de esforços de atualização, a CN no campo da teoria organizacional continuou, contudo, a caracterizar-se como positivista / funcionalista, pelo predomínio de métodos quantitativos, de posturas reificadoras e de conceitos abstratos. (HUN *apud* MCKELVEY 1997).

Uma característica marcante da CN é o seu foco na organização interna/individualizada. Mesmo quando trata dos ambientes organizacionais ou das relações inter-organizações, o foco construcionista favorece a perspectiva do “voltado para dentro”, foco este que se altera a partir das análises desconstrucionistas e reconstrucionistas que

acrescentam a dimensão do “voltado para fora”, especialmente privilegiando as configurações contemporâneas de natureza híbrida.³³

Uma síntese sobre as postulações da CN da Organização, conforme Marsden e Tolwney (2001), seria a de que a gestão foi traduzida em termos de processo de alocação de recursos, orientada pelos sinais emitidos pelo mercado, imparcialmente captados pelos gerentes que, supostamente dotados de racionalidade compreensiva, buscam a maximização de resultados. Então, o imperativo para a gestão seria organizar o trabalho, pondo-o a serviço do capital e transformando-o em força produtiva.³⁴

Marsden e Townley (2001) salientam, ainda, que os estudiosos situados no campo da CCN procuram acusar os membros do campo da CN, rotulando-os

³³ Conforme posicionamentos diferentes, ver: Clegg et al (1998); Williamson (1996); Granovetter (1995), entre outros. Outrossim, salientamos que uma análise mais detalhada desse assunto apresenta-se no capítulo VIII desta tese.

³⁴ Marsden e Tolwney insistem, assim, na tese desconstrucionista, procurando ampliar o fosso entre a Ciência da Organização e a da Administração, mantendo fechada a “caixa preta” do gerencialismo.

de gerencialistas, funcionalistas, empiristas abstratos e acusando-os de reificarem os objetivos da gerência como sendo os da organização. Essa reificação, continuam argumentando aqueles autores, teria levado à clivagem entre organização formal e informal, ou entre o que a gerência diz que deveria acontecer e os contra-objetivos de seus subordinados, sendo explicado pela ciência “normal” como resultado do confronto entre racionalidade e irracionalidade.³⁵

Já no campo da CCN da Organização, identificamos as seguintes abordagens: o paradigma interpretativo; o marco de referência acional de Silverman, que se constitui em mais um método para analisar as relações dentro das organizações do que em uma teoria de análise; os trabalhos de Clegg (na década

³⁵ Em oposição à CN, portanto, encontram-se os filiados à CCN, no eixo desconstrucionista, a exemplo dos marxistas, dos pós-modernistas/pós-estruturalistas, dos adeptos das teses do não-mercado e, mais recentemente, dos retoricistas. Vale frisar que essas vertentes constituem uma ampla perspectiva desconstrucionista, inclusive, enfrentando-se mutuamente. Por sua vez, parte dos fundamentos metodológicos dos desconstrucionistas está pautada no interacionismo simbólico; na etnometodologia; na dramaturgia social; no método dialético marxista; na nova retórica e, por fim, no pluralismo metodológico, para onde convergem todas as alternativas anteriores, mais particularmente, a perspectiva do retoricismo conversacional que impregnou o conhecimento organizacional na década de noventa, como visto em Clegg, Hardy e Nord (1996).

de oitenta) e seus variados colaboradores, centrados no conceito radical de poder; os estudos sobre processo de trabalho na linha bravermaniana; os enfoques culturalistas, pautados em conceitos, tais como: controle, resistência, afetividade, gênero e sexualidade; e, finalmente, os estudos organizacionais baseados na concepção foucaultiana de poder que se apresentam, mais hodiernamente, no contexto da disciplina.

Vale ressaltar, todavia, que a CCN que ora analisamos tem como parte essencial de seus fundamentos desconstrucionistas³⁶ os desdobramentos pós-modernistas/pós-estruturalistas, como já foi mencionado, constituindo-se em uma abordagem, até certo ponto, contraditória ao lidar com o conhecimento organizacional, haja vista que, em sua essência, rejeita as idéias de organização e de administração.

³⁶ Para Rufino dos Santos (2001, p. 50), desconstrucionismo pode ser identificado como desmonte de sentido [...], anarquismo [...], niilismo [...], lixo charmoso [...], um saber e deve ser lido como um poder [...]. Além dele, não há nada, não pode haver nada.

De outra forma, podemos reafirmar que o pós-estruturalismo e o pós-modernismo representam um acerto de contas de velhos marxistas e de autores que pegaram carona na crítica ao marxismo face às desilusões da década de oitenta/noventa do século XX. Um exemplo é Althusser que foi rotulado por parte de seus críticos como “estrutural funcionalista”, mesmo tendo influenciado, sobremaneira, muitos pós-estruturalistas. Vale notar que o mesmo raciocínio hoje é usado nas críticas à teoria da escolha racional.

Não obstante, os desconstrucionistas têm apresentado variadas contribuições, a exemplo do marxismo “puro”, dos bravermanianos e, mais recentemente, dos paradoxais neo-retoricistas que pregam as “conversações” como único caminho metodológico que parecem ter influenciado o *Handbook* de Clegg, Hardy e Nord (1996)³⁷. Para o que nos interessa,

³⁷ Esse retoricismo é criticado, tanto pelos construcionistas quanto pelos reconstrucionistas, por sua tentativa de demolir a idéia de ciência (mesmo que digam em algum momento, o contrário) e pelo paradoxo em relação às

focalizaremos a análise crítica no desconstrucionismo pós-modernista/pós-estruturalista.

“A condição pós-moderna” de Lyotard, publicado originariamente em 1979, representou um ataque as metanarrativas, ao questionar certas “verdades” ditas modernas. O ataque pós-modernista de Lyotard está, todavia, voltado contra tudo e contra todos, desafiando não só as metas narrativas, mas também demolindo conceitos básicos, como totalidade, evolução ou progresso, instituições (a universidade e a racionalidade ocidental, por exemplo), com suporte em postulados nietzscheanos³⁸.

Peters (2000) assinala que é impossível, depois de Foucault, Derrida, Deleuze e Lyotard, retornar inocentemente ao sujeito fenomenológico hegeliano. Para ele, o “eclipse do Nietzsche francês” assinala o “fim” do pós-estruturalismo, na medida em que houve uma exaustão da crítica ao sujeito, mas não significa o abandono total do projeto desconstrucionista. Se assim o fosse, não haveria possibilidade de reconstruir os discursos, as grandes narrativas, a meta narrativa universal que estão sempre presentes e que fazem parte do processo de institucionalização das epistemes. Afinal, a atitude combativa do pós-

demais vertentes desconstrucionistas, ao ser justificada a legitimidade da globalização capitalista na pós-modernidade.

³⁸ De outro modo, verificamos que parte da desilusão (nihilismo) de Nietzsche e, por conseguinte, seu grito de revolta, está associado “ à prática política de regimes autoritários e a uma posição, explicitamente, anti-instituições” , envolvendo uma crítica das idéias e das instituições “ modernas” , exemplificados na democracia, no liberalismo, no humanismo, na “ liberdade” , na verdade, na igualdade, no casamento, na ciência e na educação. Assim, o nihilismo Nietzscheano, como já foi dito, é anti-método, anti-evolucionário e anti-instituição.

modernismo/pós-estruturalismo contra as metas narrativas não deixa de ser também uma meta narrativa.³⁹

Peters (2000) conclui sua genealogia do pós-estruturalismo, afirmando que “se virou uma página no nietzscheanismo francês”, a partir do registro das mortes de Foucault e Deleuze, e do reconhecimento de que Derrida e Lyotard (agora também falecido) afastaram-se de Nietzsche. Ademais, observa que Lyotard, em particular, não só se afastou de Nietzsche como também se aproximou de pensadores mais “seguros”, como Kant e Levinas. Para completar, indica que há uma nova geração de pensadores franceses que são, explicitamente, anti-nietzscheanos, como Vincent Descombes,

³⁹ Vale salientar que o projeto de unificação da teoria crítica, conforme projeto da RAE/2003, envolve marxistas, habermasianos, pós-estruturalistas, estruturalistas, feministas, constituindo um conjunto diferenciado e, paradoxalmente, a chamada de trabalhos parece ser mais reconstrucionista do que desconstrucionista. Assim, evidenciamos na lógica das aproximações a riqueza conceitual presente nos eixos, em que cada espécie de “teoria” - estruturalismo, psicanálise, o (neo ou pós) estruturalismo, para não falar no discurso marxista - “constitui sua própria identidade, apenas por meio da incorporação de outras identidades, por continuismo, por parasitismo, por enxertos, por transplantes de órgãos, por incorporação etc (DERRIDA 1990, *apud* PETERS, 2000, p. 83)” .

Luc Ferry e Alain Renaut (cf. SCHRIFT, 1995, *apud* PETERS, 2000, p. 78).

Simultaneamente aos fatos registrados no parágrafo anterior, surgiu na França um liberalismo racional, ferozmente antinietszscheano, tendo como alvo de crítica tanto o estruturalismo (Louis Althusser, Jacques Lacan, Claude Lévi-Strauss) quanto o pós-estruturalismo (Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean François Lyotard, Gilles Deleuze e Félix Guattari). Assim, contra a filosofia da rebelião, renasceram o humanismo, o liberalismo, o individualismo e a democracia. Em síntese, a pauta filosófica vem apontando para o “fim do niilismo, do anti-humanismo e da crítica da identidade e do sujeito” (PAVEL, 1989, *apud* PETERS, *op. cit.*, p. 79).

Mas não se pode retornar ao sujeito humanista como se nada houvesse acontecido. Afinal, processos de (des) e (re) construção envolvem complexas relações epistemológicas marxianas, habermasianas, nietzscheanas e de tantas outras narrativas.

A Ciência Normal, prisioneira do rigor metodológico, da racionalidade (instrumental) moderna, positivista em sua essência, não consegue perceber que o embate com os pós-modernistas apresenta-se tanto no plano epistemológico quanto no ideológico. Portanto, as teorias de organização do *anti-management* não são as teorias institucionalistas, como pensa Donaldson (1995), mas o movimento pós-modernista

com as teses nietzscheanas: anti-evolucionário, anti-método e anti-sujeito.

Da perspectiva da consolidação da Ciência Organizacional, não encontramos bases epistemológicas/metodológicas suficientes no pós-modernismo/pós-estruturalismo. Pelo seu caráter anti-institucional, o pós-estruturalismo/pós-modernismo não contém alternativas para o desenvolvimento da referida disciplina. Os autores pós-modernistas/pós-estruturalistas não vislumbram nem imaginam a possibilidade da existência de um movimento “pós-institucionalista”. Entretanto, esse movimento consegue avançar, confrontando-se com a heterodoxia (estruturalistas e pós-estruturalistas) e com os adeptos do *mainstream*.

AO DESCONSTRUIRMOS O PÓS-MODERNISMO, MESMO CONSIDERANDO QUE, POR ESSÊNCIA, ELE É DESCONSTRUTIVO, PODEMOS ENXERGAR POSSIBILIDADES RECONSTRUCIONISTAS DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL, A PARTIR DAS VARIANTES CONCEITUAIS PRESENTES NAS SEGUINTE ANTÍTESES: CONFIANÇA VERSUS ANGÚSTIA; COORDENAÇÃO VERSUS (DES) COORDENAÇÃO; ORGANIZAÇÃO VERSUS (DES) ORGANIZAÇÃO; RACIONALIDADE VERSUS (IR)RACIONALIDADE; INSTITUCIONALIZAÇÃO VERSUS (DES)INSTITUCIONALIZAÇÃO.

De fato, procuramos considerar as contribuições dos pós-estruturalistas para a crítica do jogo binário na ciência e para o uso da desconstrução como método. No outro extremo, a CN continua preservando seus pilares teórico-metodológicos fundacionais.

O momento atual parece favorecer, no entanto, aproximações entre as disciplinas, mesmo com o risco de perda parcial de identidade. Esse risco parece compensar, na medida em que ainda se identifica como necessária a busca de uma meta narrativa de cunho universal que, com certeza, mesmo não sendo atingida, ainda faz parte do enredo epistemológico de hoje e de amanhã, assim como o fez do de ontem.

A possibilidade de reconstrução é pressentida nas teses da racionalidade comunicativa de Habermas (1989), resgatando o conceito de racionalidade; na reflexibilidade institucional de Giddens, reavivando as instituições na modernidade tardia; e na reconstrução epistemológica – consubstanciada pela utilização em uma perspectiva reconstrucionista de idéias lakatosianas, toulminianas e de autores do campo da epistemologia

institucionalista/evolucionária (cf. VEBLEN, 1966; 1983; 1998; NORTH,

1981; 1994; WILLIAMSON 1996; e HODGSON 2002, entre outros).

A perspectiva de reconstrução dos institucionalistas para o progresso do conhecimento organizacional contrasta, de um lado, com as teses da desconstrução e, de outro, com as teses da Ciência Normal.

O pensamento institucionalista apresenta-se de cunho reconstrucionista, porque nele diferentes abordagens interpenetrem-se, complementando-se por semelhanças ou por diferenças conceituais.

As vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia, incluindo-se nelas as vertentes francesas da socioeconomia, em particular, procuram dar conta da análise da organização sócioeconômica capitalista, a partir da busca de alternativas para questões metodológicas, tais como: individualismo versus holismo metodológico, os diferentes tipos de racionalidade e de mecanismos de coordenação econômica, social e organizacional.

O quadro 3 sintetiza a Matriz Institucional de Referência para a Consolidação da Ciência Organizacional, na qual estão realçadas as possibilidades de aproximações e interpenetrações contemporâneas, tendo como foco de análise a organização. O destaque cabe a abordagens institucionalistas no campo da economia e da sociologia, tendo em vista a sua matriz metodológica/epistemológica essencialmente reconstrucionista. São as contribuições institucionalistas revisadas nesta tese que poderão fornecer muitas das bases para a consolidação da Ciência Organizacional.

EIXOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	VERTENTES ANALISADAS	AUTORES	LÓGICA DA DESCOBERTA	VISÕES SOBRE O CAMPO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	NOMENCLATURA DA DISCIPLINA	EXEMPLOS DE APLICAÇÕES
Construcionista	Teorias Contingencial-Estruturalista - TCE	Donaldson (1995); Pfeffer (1993); Astley e Van de Ven (1983) Woodward (1965) Grandori (1998) Krogh, Roos e Slocum (1994;1995); Grant (1996); Spender (1996a); Spender e Grant (1996b); Mizruchi e Fein (1999); Lam (2000); Nonaka e Takeuchi (1997)	Ciência Normal	Síntese/ Integração Unificação Consenso Totalidade/ Sistemicismo	Teoria das organizações	Astley e Van de Ven (apresentam quatro visões: orientação determinista (visão de seleção natural e visão de sistema estrutural) e orientação voluntarista (visão de ação coletiva e visão de escolha estratégica).
Desconstrucionista	Pós-Modernismo	Burrell (1998); Clegg e Hardy (1998); Hassard e Parker (1993), Hatch (1997); Silverman (1970) Morgan (1996)	Ciência Contra-Normal (Paradigmas; Metáforas; Pluralismo; Negação das Metanarrativas)	Diversidade Fragmentação Tensão Europa/EUA (críticas ao Norteamericocentrismo) Incompatibilidade de paradigmas	Estudos Organizacionais	Reed: racionalidade integrativa, mercado, poder; conhecimento; e justiça. Morgan: Máquinas, organismo; gêneros; culturais, sistemas políticos; prisões psíquicas; fluxo; e funcionalista. Burrell (apresenta quadro dos paradigmas sociológicos : Humanismo radical; estruturalismo radical; sociologia interpretativa e sociologia funcional.
Reconstrucionista	Vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia	Boyer (1998) Coriat (1994); Coriat e Dosi (2002) Coriat e Weinstein (1995) Theret (1998) Williamson (1993; 1996; 2000) Dosi, Teece e Winter (1990) Hannan e Freeman (1977) Carrol e Teece (1999) Tolbert e Zucker (1998) Meyer e Rowan (1977) Chandler; (1962; 1977; 1990; 1998) Giddens (1991 2001; 2002); Giddens, Ulrich e Lash (1997).	Ciência Organizacional Evolucionária (Evolução; Co-evolução; Convergências; Interpenetrações, Seleção, Retenção, Id, HM)	Convergências Interação EUA/Europa/inserção de Outros países (Brasil, Japão, Coréia, China) Campos e estratégias dos atores definem-se mutuamente (Boyer, 1998). Racionalidade comunicativa; Reflexividade institucional.	Ciência Organizacional	Morgan (cf. Burrell 1998) (Acredita na possibilidade de leituras entre as metáforas). Reed (1998) e as teses reconstrucionistas Giddensianas. As contribuições das socioeconomias francesas Dosi, Teece e Winter (1992) (por uma teoria de coerência corporativa). Williamson (1993b) (Aponta para a evolução do conhecimento organizacional); Grandori (1998) e Teece e Carroll (1999) entre outros, (acreditam na possibilidade de interação da economia organizacional; sociologia organizacional; sociologia neo-institucionalista e a nova economia institucionalista – NEI).

Quadro 3 - Matriz Institucional de Referência para a Consolidação da Ciência Organizacional

5.2 ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL

Muito se tem comentado sobre a baixa qualidade da produção de Conhecimento Organizacional no Brasil que tende a ser considerada apenas imitativa, reproduzindo, periodicamente, as tendências norte-americana e européia.

Embora reconhecendo que essa crítica aplica-se aos textos da maior parte dos autores brasileiros que estudam esse tema, não se pode deixar de reconhecer que já há no Brasil uma relativa produção focando a questão epistemológica do campo de estudos organizacionais.

AO TRATAR DA GÊNESE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL NA AMÉRICA LATINA, WAHRLICH (1979), POR EXEMPLO, ASSINALA QUE ESSE CONHECIMENTO CHEGOU E FOI DIVULGADO NO CONTINENTE POR QUATRO VIAS PRINCIPAIS: 1) ACADÊMICA, ATRAVÉS DO PAPEL TRADICIONAL DAS UNIVERSIDADES NO INTERCÂMBIO CIENTÍFICO; 2) DOS MOVIMENTOS DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, INICIADOS NA DÉCADA DE 30; 3) DA AÇÃO DIRETA OU INDIRETA DAS MISSÕES DE ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PREDOMINANTES NOS ANOS 50 E 60; E 4) DA PROGRESSIVA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS, TRAZENDO CONSIGO TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS NO PAÍS DE ORIGEM (ADMINISTRATIVAS E ORGANIZACIONAIS).

Serva (1992), por sua vez, salienta que a introdução de ideologias gerenciais em nosso contexto começou no século XIX e, após 1930, teve como principais agentes sociais (institucionais?) difusores de tecnologias gerenciais importadas, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), no setor privado, e o Departamento Administrativo do

Serviço Público (DASP)¹, no setor público. Em seguida viria a Fundação Getúlio Vargas, em 1944, e, a partir da década de 50, “a institucionalização da importação de metodologias estabelece-se, definitivamente, com a criação das Escolas Superiores de Administração” (SERVA, 1992, p. 133).

Por outro lado, Rodrigues e Carrieri (2001) apresentam uma análise baseada na argumentação de Clegg e Hardy (1996) de que “os estudos organizacionais desenvolvem-se por meio de conversações”. Nesse sentido, consideram que tais estudos iniciaram-se no Brasil há vinte anos (?) e hoje estariam em declínio. Além disso, salientam que parte expressiva da literatura hoje em uso é de origem norte-americana e britânica, influenciando, sobremaneira, a graduação e a pós-graduação no país. Assinam, ainda, que os primeiros cursos de pós-graduação em administração foram criados na década de 70, como os da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo.⁴⁰

¹ Interessante assinalar que nomes, como Guerreiro Ramos, Beatriz Wahlich e Celso Furtado, foram técnicos de Administração do Dasp. Curiosamente, Furtado, que tinha formação jurídica antes de destacar-se como um dos mais renomados economistas brasileiros, escreveria um artigo em 1938 sobre as teorias de Taylor e Fayol na Revista de Serviço Público do DASP.

⁴⁰ Alguns posicionamentos assumidos (reproduzidos) por Rodrigues e Carrieri (2001) sobre os estudos organizacionais são motivos de contestação nesta tese, como o entendimento dos autores de que os estudos organizacionais são conversações (ver a análise dessa questão no capítulo II); que tais estudos iniciaram-se no Brasil há vinte anos e que hoje estão em declínio (a respeito desses aspectos, estamos demonstrando, nesta seção, que tais estudos começaram muitos anos antes da década de 80 e que não estão em declínio, como se observa em Fischer (2001), na coletânea de análise publicada em número especial da RAC (do qual faz parte o texto dos autores), na chamada de trabalhos sobre o assunto na RAE 2003, nas

FAZENDO TAMBÉM UMA RETROSPECTIVA, FISCHER (2001) MOSTRA O QUE MUDOU NOS CINQUENTA ANOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL, DESTACANDO, DE FORMA OTIMISTA, VARIADOS ASPECTOS, A EXEMPLO DA EXPANSÃO DOS CURSOS; DA AMERICANIZAÇÃO INICIAL DOS CURRÍCULOS E O PROGRESSIVO RECONHECIMENTO DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES, TAIS COMO AS EUROPÉIAS E LATINO-AMERICANAS; DAS CRÍTICAS DESCONSTRUTIVISTAS DOS PÓS-MODERNOS QUE IMPACTARAM O “MAINSTREAM”, PROVOCANDO UMA SAUDÁVEL DESCONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO.

Fischer ainda destaca outros aspectos, como o volume de informações disponíveis que faz pensar em uma comunidade de aprendizagem tupiniquim; a descoberta do Brasil nos contextos dos estudos organizacionais; o movimento de internacionalização dos programas brasileiros; a diversidade dos programas de pós-graduação, bem como de outras modalidades de cursos, gerando uma formidável dinâmica com o mercado; a implantação de processos de avaliação e de certificação de cursos; e as recentes propostas de mudança do ensino de graduação e de pós-graduação que teriam no “campo de organizações e gestão os chamados estudos organizacionais (sic), o eixo principal dos cursos, incorporando e expressando tendências”. (FISCHER, *op. cit.*, p. 177).

Wahrlich (1954) teve o pioneirismo de traçar um quadro epistemológico original,

revistas renomadas brasileiras, tais como as Revistas de Administração de Empresas (FGV) e a Revista de Administração (USP), além do considerável aumento de artigos sobre conhecimento organizacional na ENANPAD, fazendo com que se criasse, recentemente, o Encontro Nacional dos Estudos Organizacionais – ENEO).

no viés interpretativo das diferentes teorias, pelo ângulo das concepções de outras disciplinas, como se segue: 1) a concepção dos engenheiros; 2) a dos anatomistas; 3) a dos psicólogos; 4) a concepção dos sociólogos; e, finalizando, a autora questiona se haveria uma Teoria Geral de Organização⁴¹.

JÁ NA ANÁLISE DE WAHRLICH (1958), AS TEORIAS APRESENTAM-SE DIVIDIDAS EM DOIS GRUPOS: A) A TEORIA DA ORGANIZAÇÃO FORMAL: OS ANATOMISTAS E ENGENHEIROS DA ORGANIZAÇÃO (TAYLOR, FAYOL E SEUS SEGUIDORES), INCLUINDO-SE, AINDA, OS ESTUDOS DE MAX WEBER; E B) A TEORIA DOS COMPORTAMENTALISTAS: OS PSICÓLOGOS E OS SOCIÓLOGOS DA ORGANIZAÇÃO (FOLLET, MAYO E SEUS SEGUIDORES, BARNARD, SIMON E

⁴¹ A autora já mostrava, àquela altura, o sentido de interdisciplinaridade do conhecimento organizacional, conforme se observa nos primeiros capítulos da edição original de seu livro de 1958 e nas revisões referentes às décadas de 60, 70 e parte da década de 1980. Se Wahlich tivesse seguido no encaminhamento das revisões do livro, a estrutura original de análise que usou em sua dissertação de mestrado, talvez tivesse dado continuidade ao critério de classificação das teorias nos seguintes termos: comportamentalistas (os economistas da teoria econômica behaviorista da firma); estruturalistas (da antropologia estruturalista); teoria de sistemas (já no enfoque interdisciplinar, envolvendo todas as disciplinas); abordagem fenomenológica (da filosofia); burocracia (da Ciência Política). Enfim, a contribuição inicial de Wahrlich já revelava o foco da interdisciplinaridade da teoria das organizações que, àquela época, já favorecia o eixo desconstrucionista que se consolidaria na década de 90.

SELZNICK). NA SEGUNDA EDIÇÃO DO LIVRO, A AUTORA ACRESCENTARIA MAIS UM GRUPO, “O DOS PREOCUPADOS COM A APLICAÇÃO DA TEORIA DE SISTEMAS AOS ESTUDOS DA ORGANIZAÇÃO” (WAHRLICH, 1971, P. 78).

Abreu (1982), no contexto da Ciência Normal (construcionista), aponta para quatro momentos cruciais no desenvolvimento da teoria organizacional no Brasil⁴²: 1) a Escola Clássica; 2) as Escolas das Relações Humanas e Behaviorista; 3) a Teoria Geral de Sistemas; e 4) a abordagem da Contingência Estrutural - TCE. Comparando esse esquema apresentado em seu artigo de 1969, ao que apresenta em 1982, observa-se que Abreu traçou, praticamente, toda a trajetória do “*mainstream*” naquele período.

Caso especial, entretanto, são as contribuições de Guerreiro Ramos (1966; 1982), que apresentam dois momentos distintos. O primeiro, que se caracteriza pela busca das especificidades do conhecimento organizacional no contexto brasileiro, e o segundo (em sua obra de maturidade), quando tenta entender e demarcar o que denomina de “a Nova Ciência das Organizações”, fazendo uma nítida ponte interdisciplinar entre os diferentes campos das Ciências Sociais, apresentando uma teoria da delimitação

de sistemas sociais. Em ambos os momentos, Em ambos os momentos, Guerreiros Ramos posiciona-se como o Epistemólogo organizacional brasileiro mais proeminente no viés reconstrucionista naquele período.

Outras perspectivas que contribuíram para o desenvolvimento da disciplina no Brasil referem-se às contribuições pós-setenta de Tragtenberg (1971; 1977; 1980); Lodi (1974); Prestes Motta (1974; 1986 e 2002); Paulo Roberto Motta (1979; 1993; 1997); Anna Campos (1981); Idalberto Chiavenatto (1976; 1979; 2002); Antônio Virgílio Bastos (1999; 2000; 2001).

Tragtenberg (1971; 1973; 1977), por exemplo, destaca a análise da teoria geral da administração como ideologia, em um famoso artigo publicado na RAE, em 1971, pensamento que tem a originalidade de mostrar a existência, em pleno período autoritário, de um autor brasileiro, com formação acadêmica local, apresentando uma abordagem marxista do conhecimento organizacional, isto é, situada no eixo epistemológico/metodológico desconstrucionista. Ao fazer uma análise da gênese, do desenvolvimento e da estrutura da teoria geral da administração, amparando-se mais particularmente em Marx e Weber,

⁴² Vale registrar que Clegg, Hardy e Nord (1996) questionam o uso dos termos teoria das organizações e/ou ciência organizacional, fazendo a opção para " estudos

Tragtenberg antecipou as discussões no plano internacional de Braverman (1974), Aglietta (1974) e de outros autores, as quais foram publicadas na década de setenta, a exemplo daquelas veiculadas no periódico *Revue Sociologie du travail*.

Esse esforço intelectual foi reconhecido por Weffort no prefácio da tese de Tragtenberg, que chega a assinalar que ele faz no Brasil “um esforço de apreciação crítica da Teoria Geral da Administração em seu processo de constituição histórica [...], fazendo com que seja reconhecido como um ramo particular das Ciências Sociais”⁴³ (cf. WEFFORT, 1977, p. 11).

Prestes Motta (1974; 1986; 2002), por sua vez, merece a distinção de ter, praticamente, acompanhado o desenvolvimento dos eixos epistemológicos no Brasil, construindo, desconstruindo e, de certo modo, também reconstruindo o conhecimento organizacional. No eixo desconstrucionista, Prestes Motta enfatizou as novas práticas abertas pela teoria crítica, a exemplo dos enfoques participativos na década de 80, e a discussão contestatória de todas as abordagens que se sucederam entre as décadas de 70, 80 e 90. Também apresentou uma contribuição epistemológica original, qual seja, a de classificação

organizacionais” , opção esta que permitiremos discordar no decorrer desta tese.

⁴³ Uma justa homenagem póstuma a Tragtenberg foi realizada, recentemente, em número da Revista de Administração de Empresas, em que foram destacadas as contribuições daquele autor nos campos da Sociologia, da Educação e do Conhecimento Organizacional. Parte do esforço de Tragtenberg teria prosseguimento nos estudos de Prestes Motta, alguns em co-autoria com o primeiro e, tangencialmente, recuperados pela escola do processo do trabalho e por autores regulacionistas no Brasil, mas fora do âmbito (interno) do conhecimento organizacional.

das escolas do conhecimento organizacional em prescritivas, descritivas e prescritivas-descriptivas⁴⁴.

Paulo Roberto Motta (1979; 1993; 1997) talvez seja um dos poucos estudiosos que levou o gerencialismo a sério neste país, elaborando estudos que mostraram as possibilidades de abertura da “caixa preta” em que se transformou o conhecimento organizacional em Administração. No decorrer de trintas anos de atuação, o autor manteve a coerência em seu modo de pensar, procurando dialogar com os diferentes eixos epistemológicos/metodológicos, inclusive incorporando aspectos do eixo desconstrucionista.

Uma contribuição recente é a de Bastos (1999; 2000; 2001) que empreende uma análise aprofundada das relações entre a ciência cognitiva e a ciência organizacional (coincidentalmente, ambas baseadas na interdisciplinaridade), realçando duas questões básicas, intimamente associadas: a) a natureza ontológica do fenômeno “organização”, algo que polarizaria a discussão “processo” versus “entidade” e b) a relação entre “indivíduo” e

⁴⁴ Reconhece-se que parte da produção acadêmica de Prestes Motta, publicada na RAE, lamentavelmente, ainda não foi objeto de consolidação em livro, o que levaria a uma maior divulgação e análise crítica de sua obra.

“organização”, envolvendo a discussão sobre a determinação individual ou estrutural dos fenômenos organizacionais⁴⁵ (cf. BASTOS, 2001, p. 95).

Enfim, fazendo um resumo das três últimas décadas do século XX de produções que se realizaram em cada um dos eixos epistemológico/metodológicos, temos o panorama a seguir.

Na década de setenta, parte dos autores brasileiros dividiram-se em construcionistas da Ciência Normal (àquela altura, essencialmente representada pela síntese contingencialista), a exemplo de Chiavenatto (1976; 1979); Lodi (1974); Wahrlich (1979); Motta (1979); ou em desconstrucionista da Ciência Contra Normal de viés marxista, como

⁴⁵ Ao justificar a separação entre os domínios macro e microrientados, Bastos (2001, p. 95) assinala que [...] “ uma das marcas importantes dos estudos organizacionais” refere-se à geração de subdisciplinas, aspecto que, particularmente, discordamos nesta tese. Entretanto, reconhece, no decorrer de sua análise, as contribuições das abordagens micro e macrorientadas, além de questionar desnecessárias batalhas dicotômicas no campo do conhecimento organizacional.

Tragtenberg (1971; 1977), Prestes Motta (1979) e Garcia (1979).

Na década de 80, predominaram os enfoques desconstrucionistas na teoria das organizações, influenciados pela abordagem marxista “pura”, pela escola do processo de trabalho, pelas análises foucaultianas, pela teoria crítica e pela fenomenologia. Autores como Tragtenberg (1980; 1982); Prestes Motta (1981; 1984; 1986a; 1986b; 1987); Garcia (1979); Faria (1985a; 1985b; 1987) e Venosa (1987) tomam como referência estudos relacionados à participação, à autogestão, às questões do poder (microfísica foucaultiana), à relação capital/trabalho. Por outro lado, Campos (1981) faz a análise desconstrucionista na perspectiva fenomenológica, salientando a relevância da *accountabilit*” no contexto dos Estudos Organizacionais, baseando-se, entre outras fontes, nas obras pioneiras de Berger e Luckman (1966) e de Silverman (1970).

Vale lembrar que, entre as décadas de 1970/80, Chiavenato reinaria absoluto na compilação e na divulgação do pensamento construcionista anterior e posterior a setenta, como visto em sua obra “Teoria Geral da Administração” que serve de referencial nos cursos de Administração do país, não obstante as críticas que se têm avolumado nos últimos anos. Ao final da década de 80, ainda no viés construcionista, Bethlem (1989) faria uma ampla análise comparativa da produção de conhecimento gerencial no Brasil e nos EUA, constituindo um rico manancial de informações sobre os dois países, sendo, talvez, um dos poucos estudos publicados no Brasil com tal envergadura.

Na década de noventa, os processos de desconstrução predominaram na perspectiva pós-modernista/pós-estruturalista, assim como na visão mais radical do retoricismo atrelado à filosofia neopragmatista de Rorty (1994); na Economia, em McCloskey (1983); e no Direito, em Perelman (1997), teses adotadas, no Brasil, por Lengler, Vieira, Fachin (2002); Fischer

(2001); Wood (1998) e, em parte, registradas nas notas técnicas da edição brasileira do *Handbook*, de Clegg, Hardy e Nord (1998/2001).

Os estudos organizacionais no Brasil da década, segundo Fischer, abraçaram:

temas como identidades, culturas locais, poderes locais, organizações típicas do contexto brasileiro, bem como a replicação de estudos internacionais sobre [...] interculturalidade, novas tecnologias, gênero, novas formas organizacionais, instituições e regulação, cognição e emoções no mundo do trabalho que conferem um maior estatuto de brasilidade ao que fazemos⁴⁶ (FISCHER, 2001, p. 126).

Nesse último conjunto de estudos, Fischer (2001) identifica a prevalência de uma perspectiva de desconstrução/reconstrução, no contexto da diversidade de paradigmas, uma vez que a disciplina favoreceria a convivência, a superposição e os conflitos de paradigmas em lugar da grande síntese.

Em nossa opinião, todavia, a produção dos autores em foco situa-se entre os eixos epistemológicos desconstrucionista/construcionista, parecendo-nos ou que a contribuição brasileira nesse campo não se apresenta, totalmente, de acordo com os princípios pós-modernistas radicais ou que, até mesmo, há uma adesão à proposta de integração lançada pelo *mainstream* do conhecimento organizacional. Qualquer que seja o caso, fica evidenciada a relevância dos eixos epistemológicos/metodológicos construcionista e reconstrucionista no campo brasileiro dos estudos organizacionais.⁴⁷

⁴⁶ A teoria da organização, vista como um campo, permanentemente, contestado, passa a ser denominada pelos pós-modernistas de estudos organizacionais. No Brasil, nossos estudiosos seguem a mesma trajetória, conforme Fischer (2001), Rodrigues e Carrieri (2001), Vergara e Pinto (2001), entre outros.

⁴⁷ Vale registrar dois aspectos considerados relevantes sobre os eixos epistemológicos sugeridos que são os seguintes: 1) a ciência cognitivista e a epistemologia genética piagetiana são fontes de contribuições de como esses processos são desenvolvidos na mente do pesquisador; 2) nossa proposta não

MUITO PRÓXIMO DO FOCO DESTA TESE, BRONZO E GARCIA (2000), NO EIXO EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO RECONSTRUCIONISTA, BUSCAM QUESTIONAR O MODELO DE RACIONALIDADE QUE SUSTENTA O CAMPO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL, A PARTIR DA ANÁLISE DAS BASES EPISTEMOLÓGICAS DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO CONVENCIONAL E DA CRÍTICA À TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES. POR OUTRA VIA, OS AUTORES TAMBÉM RECONHECEM QUE O CAMINHO MAIS SEGURO DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS EMPÍRICOS NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO PASSA PELO RECONHECIMENTO DA NATUREZA EPISTEMOLÓGICA, IMPLÍCITA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. ADEMAIS, PROCURAM, AINDA, ENFATIZAR A IMPORTÂNCIA DOS RECENTES PROCESSOS APROXIMATIVOS ENTRE TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES E ESTUDOS E PESQUISAS AFINS, DESENVOLVIDOS NO CAMPO DA TEORIA DA FIRMA NO ÂMBITO DA CORRENTE NEO-INSTITUCIONALISTA DA MICROECONOMIA (BRONZO E GARCIA, 2000, P. 65).

AQUI FAZEMOS UM PARÊNTESE, COM O INTUITO DE REGISTRAR QUE, ENTRE AS DÉCADAS DE 70/80, NO PLANO INTERNACIONAL, HOUVE UM MOVIMENTO NO SENTIDO DE SE AVALIAR O ALCANCE E OS LIMITES DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL, FATO ESSE QUE REPERCUTIRIA NO BRASIL, A PARTIR DO INÍCIO DA DÉCADA DE NOVENTA.

trata esses processos como rígidos, tautológicos, podendo serem verificadas mudanças de autores e vertentes em relação aos eixos no decorrer de suas trajetórias intelectuais. No entanto, na maior parte das vezes, como já foi dito, eles mantêm-se em seu eixo predominante, apenas mudando de enfoque. Um exemplo é a trajetória de Clegg (1980; 1996) que, até o final da década de setenta, estava situado no desconstrucionismo marxista; na década de oitenta, Foucaultiano; e pós-modernista, da década de noventa até o momento atual.

No processo internacional de avaliação, destacaram-se estudos, como os de Kassem (1976), comparando as características diferenciais dessa produção nos contextos europeu e norte-americano; de Astley e Van de Ven (1983), mostrando quatro visões de organização e de administração; de Astley (1985), salientando o papel desempenhado pelo “mainstream” na triagem do que considera como produção acadêmica legítima, definindo as condições para inclusão e exclusão de acessibilidade a periódicos renomados; e Pfeffer (1993), que aponta as barreiras para o avanço da Ciência Organizacional.

Já na década de noventa, Hickson (1996) destacaria o surgimento e a expansão, na década anterior, de novos periódicos em outros continentes, como o *Administrative Science Quarterly*, e o europeu *Organization Studies*, especializados na análise da qualidade da produção no campo dos estudos organizacionais. Enfatizaria, também, o surgimento de novas metodologias para comparação da produção de conhecimento organizacional em diferentes lugares, como os estudos de Üsdiken e Pasadeos (1995) que usam a metodologia de citação para comparar as produções européia e norte-americana⁴⁸.

No contexto brasileiro, Wahrlich (1958;1979) foi pioneira nesse tipo de análise, destacando em artigo da RAP alguns aspectos que caracterizavam a produção local, como a tendência reprodutiva do conhecimento produzido nos Estados Unidos para os contextos dos países da América Latina. Mesmo assim, a autora reconheceu que, em alguns momentos, os estudos realizados no Brasil apresentam certa originalidade de concepção o que “repete, pelo menos parcialmente, o que ocorreu e vem ocorrendo na

⁴⁸ Outros trabalhos podem ser considerados na perspectiva epistemológica, com diferentes posicionamentos, mas predominando a Ciência Normal construcionista, destacando-se: Pfeffer (1993); Mckelvey (1997); Koza e Thoenig (1995), entre outros.

Europa Ocidental e, mais acentuadamente, a partir das últimas décadas, nos EUA, com a inevitável defasagem de tempo” (WAHRLICH, 1979, p. 32).

O Brasil, na década de noventa, também participou do processo de avaliação da produção do conhecimento organizacional. Seus pioneiros foram: Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990). Esses autores analisaram a produção brasileira no período de 1985 a 1989, com base em 142 artigos publicados nos seguintes periódicos: Revista de Administração Pública e Revista de Administração de Empresas, ambas da Fundação Getúlio Vargas, Revista de Administração da USP, além de artigos publicados nos anais da ENANPAD. O estudo tomou como referência metodológica Burrell e Morgan (1979) que enquadram a teoria das organizações em quatro paradigmas: funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical, cruzando esses quatro paradigmas com as oito metáforas de Morgan (1980; 1986).

A década de 90 e os primeiros anos deste século têm apresentado o crescimento de estudos de avaliação de produção no Brasil, a partir da metodologia de análise de citação, identificando, nos periódicos nacionais renomados de tradição, no campo do conhecimento organizacional, as principais características, focos e locos, inclusive a forma como essa produção é inserida nos contextos acadêmicos nacional e internacional. São exemplos: Fachin (1990); Bertero e Keinert (1994); Vergara e Carvalho (1995); Carvalho e Vergara (1996); Vergara e Pinto (2001); Rodrigues e Carrieri (2000; 2001); Fischer (2001), entre outros. Em síntese, esses trabalhos de avaliação têm indicado que a produção brasileira no campo dos estudos organizacionais caracteriza-se por: presença do norte-americanocentrismo (para os casos brasileiro e europeu); conceitos universalistas (críticas endereçadas à Ciência Normal pelos pós-modernistas/pós-estruturalistas, como também pelos culturalistas); ser norteada para a abordagem funcionalista (crítica marxista e pós-modernista); falta

de maior base em estudos empíricos (como criticados em MACHADO-DA-SILVA, CUNHA E AMBONI, 1990; BERTERO e KEINERT, 1994).

Do conjunto de trabalhos registrados no parágrafo anterior, ressaltamos os de Bertero e Keinert (1994) e Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990), que mostram posicionamentos críticos em relação à produção acadêmica brasileira em seu viés epistemológico, sugerindo que, para melhorá-la, torna-se necessária a validação das teorias organizacionais através da pesquisa empírica. Reconhecemos, no entanto, que essa situação parece que foi modificada desde a publicação do *Handbook* no Brasil⁴⁹.

Especificamente Bertero e Keinert (1994), estudando a produção acadêmica de análise organizacional brasileira, no período 1961-1993, e publicada na RAE, destacam que o maior percentual (17%) do total de artigos analisados é de viés epistemológico, ou seja, são artigos cujos conteúdos são críticos ou reflexivos e que se ocupam da análise organizacional na perspectiva da teoria do conhecimento e da teoria da ciência⁵⁰. Eles criticam a

⁴⁹ A respeito dessa última crítica, acredita-se que seus autores já revisaram essa preocupação nos textos produzidos após aquelas datas.

⁵⁰ Na recente ENANPAD, 2002, Machado-da-Silva sugeriu que os autores brasileiros fizessem uso de citações referenciais brasileiras, considerando que instituições, como a ANPAD, estavam sendo reconhecidas, internacionalmente, dimensionando o progresso da comunidade acadêmica em Administração no Brasil e que, talvez assim, reduzisse a distorção das análises organizacionais no país.

predominância de enfoque epistemológico na produção acadêmica brasileira, indicando que essa perspectiva não ocupa um percentual tão grande na produção acadêmica de outros países.

NOS EUA, O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL FOI PRODUZIDO E TRATADO COMO ALGO NATURAL, LEGÍTIMO, TALVEZ PORQUE TAL PAÍS SEJA O BERÇO DE MODERNA ECONOMIA CAPITALISTA. NO ENTANTO, NO BRASIL, NA EUROPA E NOS DEMAIS CONTINENTES VERIFICOU-SE UMA PERSPECTIVA PROMISSORA DA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA, PELA NECESSIDADE DE SE ENTENDER A ORIGEM E A NATUREZA DESSE NOVO CAMPO DE CONHECIMENTO.

O artigo de Bertero e Keinert (1994), antes referido, teve o mérito de colocar em evidência a contribuição da epistemologia organizacional brasileira, não obstante sua intenção fosse, justamente, o contrário, ou seja, a de desconstruir as evidências de crescimento do campo da epistemologia organizacional, entendida pelos autores como um programa de pesquisa de viés degenerativo, posição esta que, particularmente, discordamos⁵¹.

⁵¹ Vale registrar que Bertero e Keinert utilizaram a técnica de citação com o foco na análise organizacional que foi definida pelos autores como aquela que trata de tópicos referentes à teoria organizacional, à teoria geral da administração e ao comportamento organizacional. Nesse aspecto, diferem do foco de organizações, como apresentado no texto de Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990), não permitindo identificar, claramente, as vertentes, por estarem mais centrados na relação paradigma/metáfora.

Baseando-se em análises de artigos publicados nos anais do Encontro Nacional de Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), no período de 1989 a 1993, Vergara e Carvalho (1995), Carvalho e Vergara (1996), e Vergara e Pinto (2001) refletiram sobre conseqüências da análise organizacional inspirada em autores estrangeiros. Mais recentemente, ampliando o foco original, incluíram como fonte de pesquisa, além de artigos dos anais da ENANPAD, outros da RAE, da RAP e da RAUSP, todos eles publicados no período entre 1994 e 1998. De certa forma, esse último estudo apenas confirmou os resultados anteriores, ou seja, a predominância de utilização de autores estrangeiros nos estudos organizacionais brasileiros. No entanto, o estudo também reconheceu que a citação de autores nacionais tem crescido, o que reforça a idéia do progresso de produção no campo do conhecimento organizacional no Brasil.

Um outro aspecto no estudo de Vergara e Pinto (2001) chama a atenção e requer uma análise adicional. O período escolhido, de 1994-98, justificável para complementar o estudo anterior, coincidiu com a “onda” desconstrucionista, não sendo à toa que os autores mais freqüentemente citados nos anais da ENANPAD tenham sido Clegg e Chanlat.

Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) ampliam os focos dos estudos anteriores, buscando questionar a qualidade da pesquisa científica em Administração no Brasil. Em uma síntese retrospectiva, reconhecem que a produção acadêmica no campo tem crescido, quantitativamente, e que essa produção apresenta as seguintes características: produção periférica, epistemologicamente falha, metodologicamente deficiente, sem originalidade, além de práticas, em grande escala, de um mimetismo mal informado. Apresentam, ainda, critérios para a avaliação da produção científica no Brasil, seja os prescritos pelos principais *outlets* (periódicos) do campo (no Brasil e no exterior); seja indicados por pesquisadores seniores no Brasil; seja ainda aqueles utilizados por *refeers* (comentadores) no Brasil. Propõem um

modelo para avaliar a produção acadêmica, a partir das seguintes dimensões: 1) concepção e planejamento; 2) metodologia e execução; 3) conteúdo e resultados e 4) forma de apresentação.

Em suma, na avaliação que fazemos desse último artigo, notamos uma ampliação do foco da pesquisa, ou seja, da análise organizacional para o campo da administração de empresas.⁵² Assim, se, de um lado, é louvável o escopo do artigo (que parece situar-se na interseção entre os construcionistas e os desconstrucionistas), por outro, tal escopo gera dificuldade de interpretação porque a análise dos estudos organizacionais apresenta-se limitada.⁵³

O estudo de Rodrigues e Carrieri (2001) enriquece a análise, também fazendo uma retrospectiva dos estudos anteriores, incluindo uma perspectiva comparada (nacional) com o já mencionado estudo de Pugh e Hickson (1997) (internacional). Como resultado, identificam na análise: a predominância de autores estrangeiros; a ênfase em estudos organizacionais, assim como na epistemologia e em metodologias qualitativas. No entanto, constitui, a nosso ver, um paradoxo e uma surpresa em relação à posição pós-modernista daquele período, o reconhecimento, por parte daqueles autores, do crescimento (a partir de 1996) de metodologias quantitativas que se apresentam mais pertinentes ao eixo epistemológico/metodológico construcionista.

⁵² Nesse artigo, os autores ampliam o foco de suas pesquisas anteriores, do conhecimento organizacional para o da Administração de empresas, incluindo os textos de Hoppen (1998); Vieira (1998); Luz (1998) e Martins (1996), o que faz da análise uma visão ambígua e desfocada da análise organizacional.

⁵³ As considerações finais deste capítulo ensejarão o retorno a algumas das questões abordadas pelos autores deste artigo.

No panorama geral de aspectos identificados por Rodrigues e Carrieri, destacamos a importância de autores como Berger e Luckman (1966), que constituem a principal referência nos estudos de cultura organizacional, principalmente naqueles de viés epistemológico. Ademais, ao comparar a lista de autores do *Writers on Organization* de Pugh e Hickson (1997) com a lista de autores estrangeiros citados na área temática organizações da ENANPAD, Rodrigues e Carrieri (2001)) destacam nomes ligados ao institucionalismo, a exemplo de DiMaggio (teoria institucional); Williamson (nova economia institucionalista); Hannan e Freeman (ecologia organizacional) e Chandler (história institucionalista neoschumpeteriana).

OBSERVAMOS QUE, EM AMBOS OS ESTUDOS ACIMA REFERIDOS, NÃO SÃO CONTEMPLADOS CITAÇÕES DE REGULACIONISTAS, A EXEMPLO DE CORIAT; DE AUTORES DO VELHO INSTITUCIONALISMO DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA, COMO SELZNICK E VEBLEN; E DA ECONOMIA DAS CONVENÇÕES, COMO RALLET E ORLEÁN; DE GEÓGRAFOS NEOMARSHALLIANOS, COMO STORPER E BECATTINI; DA NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA, COMO GRANOVETTER; E DE RECONSTRUCIONISTAS INDEPENDENTES, A EXEMPLO DE GIDDENS, HABERMAS E CASTELLS.

Vale registrar que Rodrigues e Carrieri (2000; 2001) chamaram a atenção para a dificuldade de se definir a identidade dos estudos organizacionais no Brasil, tendo em vista as seguintes razões: a limitação de alcance dos trabalhos em termos internacionais; a falta de suporte de um sistema de citações de certa densidade; a falta de uma sofisticação teórica e de uma revisão detalhada dos artigos, em parte, por haver uma opinião formada de que é suficiente referir-se aos trabalhos pioneiros da área ou àqueles centralmente posicionados no

sistema hierárquico reputacional⁵⁴; a falta de contestação sistemática, fundamentada em argumentos opostos; a “fragmentação no Brasil que reflete a pouca preocupação com a consolidação de conhecimento”; a ênfase excessiva na práxis e a banalização do conhecimento organizacional no país. (RODRIGUES e CARRIERI, 2001, p. 97-99).

Sem dúvida, houve, no Brasil, um novo alento “conversacional” a partir da publicação da edição brasileira do *Handbook* dos Estudos Organizacionais, no qual se configuraram, quase que nitidamente, as perspectivas das diferentes vertentes brasileiras (construcionistas, desconstrucionistas e reconstrucionistas). Fischer (2001), por exemplo, reconhece o recente progresso ou maturidade da comunidade de estudos organizacionais no Brasil que já discute, internacionalmente, sua identidade nacional⁵⁵. Essa posição otimista, que incorporamos nesta tese em relação ao conhecimento organizacional produzido no país, convive, em contrapartida, com uma avaliação da qualidade heurística negativa, feita por vários autores brasileiros, que vêem nossa produção eivada de defeitos e apresentando poucas virtudes, como foi analisada na seção anterior.

Nessa segunda perspectiva, dois textos destacam-se no Brasil, recentemente, levando-nos a uma análise complementar a propósito dessa polêmica. São eles: Fachin e Rodrigues (1998) e Bertero, Caldas e Wood (1999). O primeiro texto, que faz parte das notas técnicas da edição brasileira do *Handbook*, traça um quadro (a matriz institucional, ao nosso entender) em

⁵⁴ Vale ressaltar que os autores identificam a descontinuidade do acervo de periódicos internacionais das nossas bibliotecas como a razão para a existência do problema.

⁵⁵ Em 2003, a ENANPAD parece disposta a dar um grande passo no processo de internacionalização da comunidade acadêmica brasileira, ao abrir a matriz institucional de programas de pesquisa em administração, ao crivo de avaliação e

que se configuram mais os defeitos do que nossas virtudes, apresentando uma retrospectiva da evolução do conhecimento brasileiro sobre organizações (nos moldes da análise internacional que fizemos no capítulo anterior desta tese), salientando que “as idéias parecem, às vezes, sair do nada, não havendo preocupação com o que já foi dito sobre a matéria” (FACHIN e RODRIGUES, 1998, p. 103, grifos dos autores). O segundo estudo referenda o primeiro, concentrando-se na prescrição de critérios, baseados, em parte, na perspectiva construcionista de Pfeffer (1993), para medir ou buscar consenso sobre o que seria uma alta qualidade ou conhecimento relevante na produção acadêmica em Administração de Empresas. Assim, referendam uma proposta de “consenso”, sinalizada pelo *mainstream* construcionista⁵⁶, ao sugerir a necessidade de se atrelar a produção acadêmica nacional aos critérios internacionais de inteligibilidade (segundo Reed) e de sistematização da produção de conhecimento (segundo Pfeffer), como são identificáveis, comumente, na produção acadêmica internacional em qualquer campo de conhecimento.

Ademais, passam a impressão de retirar a Ciência Organizacional da condição de campo institucionalizado e legítimo de produção de conhecimento em relação aos demais campos das Ciências Sociais, procurando remeter a discussão para o âmbito de meras “conversações” entre diferentes “paradigmas” que dizem compor o quadro da produção de conhecimento da disciplina.⁵⁷

intercâmbio em mão-dupla com outras matrizes institucionais de outros países e continentes.

⁵⁶ Vale lembrar que o artigo de Pfeffer tem sido objeto de ácidas críticas dos desconstrucionistas, a exemplo de Clegg, Hardy e Nord (1996).

⁵⁷ A esse respeito, ver as críticas de Clegg e Hardy (1998) e a nota técnica de Rodrigues e Fachin (1998).

Algumas questões associadas às metodologias da “lógica da descoberta” do conhecimento organizacional brasileiro merecem destaque na análise de Bertero, Caldas e Wood (1999). Ao direcionarem a crítica ao funcionalismo e à tendência epistemologizante do conhecimento organizacional no Brasil (cf. BERTERO e KEINERT, 1994), fazem uso dessa argumentação de forma negativa e contraditória, na medida em que seu próprio artigo, a exemplo dos criticados, tem viés epistemológico, não apresentando, portanto, resultado de pesquisa empírica (BERTERO, CALDAS e WOOD, op. cit., p. 1999)

Machado-da-Silva tem posição contrária às duas últimas registradas, identificando avanços recentes no desenvolvimento de trabalhos empíricos e, ao mesmo tempo, alertando que os autores que ainda pensam de forma contrária baseiam-se em críticas que ele mesmo, Machado-da-Silva, fez sobre o quadro existente no Brasil, na década de oitenta. De lá para cá, reconhece que houve uma nítida evolução, inclusive de natureza qualitativa, sobre essa questão no Brasil.

Vale registrar, no entanto, que, se cientificidade é fazer uso do empirismo, Bertero, Caldas e Wood destoam da “onda” recente pautada no pluralismo metodológico. Ademais, não seria o caso de questionar se o uso de trabalhos empíricos (mesmo considerando-se o empiricismo como critério de cientificidade, apesar das críticas) não serviria apenas, no contexto periférico e ausência de produção epistemológica própria, para reproduzir e legitimar

internamente resultados de teorias/pesquisas definidas como legítimas pela comunidade acadêmica eurocentrista e/ou no norte-americanocentrista?⁵⁸.

Como resposta, permitimos-nos, nesta tese, propor outra alternativa às “conversações” retoricistas que, talvez, torne o conhecimento organizacional no Brasil mais “inteligível”, como pretendem Bertero, Caldas e Wood (1999); e Rodrigues e Fachin (1998), qual seja, a de entender a lógica da descoberta no campo dos autores organizacionais, a partir do modelo, preliminarmente, apresentado no final do capítulo 2.

Há autores, como Machado-da-Silva e Miguel Caldas, que questionam se há espaço para reconhecimento de contribuições brasileiras e latino-americanas em conhecimento organizacional⁵⁹.

⁵⁸ Nesses termos, defendem, parcialmente, os critérios de Pfeffer (1993), sem alertarem que essa perspectiva pode ser extremamente nociva à produção de conhecimento, podendo constituir uma tentativa de perda de “liberdade” para a lógica da descoberta” ou, talvez, uma elaborada perspectiva de formulação de critérios para uma nova inquisição acadêmica.

⁵⁹ Conversações unilaterais (informações verbais), conforme as apresentações dos autores citados no “ II Colóquio Internacional em Estudos Organizacionais” , realizadas em Salvador, junho de 2003, e promovidas pelo NEPOL/EAUFBA e em texto de Caldas (2003). Vale ressaltar que a análise que empreendemos a seguir

Na avaliação de Caldas (2003), a produção acadêmica em estudos organizacionais no continente latino-americano, em que se destaca a produção brasileira, apresenta-se caracterizada: 1) por um crescimento quantitativo, pautado na epistemologia funcionalista, apesar de não atender, plenamente, aos requisitos dessa tradição sociológica; 2) por uma base metodológica fraca, constituída por ensaios que reproduzem a duvidosa produção estrangeira, geralmente anglo-saxã, baseada em estudos de casos meramente descritivos e ilustrativos da teoria consolidada, sem nenhuma capacidade criativa; e 3) por um reconhecimento de que essa produção é marcada por uma grande concentração de autores estrangeiros.

Como resultado, Caldas aponta para três alternativas que essa produção latino-americana poderá assumir: 1) inserir-se na

está baseada, parcialmente, no fruto de nossa percepção e anotações do Colóquio que, se por acaso estiver incompleta ou errada, pedimos desculpas antecipadas aos autores supracitados.

produção acadêmica internacional; 2) focar-se na cultura “local”; ou 3) orientar-se para uma práxis local.

Em sua análise, a primeira alternativa esbarra na questão da competência, exigindo-se critérios para demarcar a produção do conhecimento, levando-se em conta os seguintes aspectos: referência, temática, epistemologia e metodologia importada, o que implicaria volumosos aportes de recursos financeiros, parecendo ser essa a atual alternativa adotada no Brasil pela CAPES. A segunda alternativa, segundo ele, busca o conhecimento culturalmente localizado, na brasilidade ou latinidade (desde que se tenha o cuidado com a invasão de trabalhos de “*brazilianists*”), apontando como exemplos de trabalhos culturalmente localizados os estudos organizacionais, realizados no Brasil por Prestes Motta, e os liderados por Tânia Fischer. E, por último, apresenta a alternativa voltada para a práxis local cujos riscos envolvem modismos

estrangeiros, particularmente, direcionados para o campo contestado da gestão organizacional.⁶⁰

Em nossa análise, outros fatores também ajudam a elucidar a matriz institucional do conhecimento organizacional no Brasil. Nesse sentido, o *mainstream* do pensamento organizacional no Brasil não parece seguir à risca a noção de Ciência Normal, como ocorre em outros contextos. Assim, a nosso ver, o termo *mainstream* estaria associado no Brasil a

⁶⁰ Como resposta às afirmações de Caldas, Machado da Silva acha, excessivamente, rigorosa essa avaliação e aproveita para fazer uma autocrítica, destacando que quando escreveu os dois primeiros estudos sobre o estado da arte dos estudos organizacionais e da Administração Pública, referentes à situação brasileira na década de oitenta, o contexto era bastante diferente, sendo sua avaliação, naquela época, bastante ácida, salientando que as críticas que fizera em 1990 hoje ocorrem em menor escala. Segundo ele, naquele momento, havia uma simplificação funcionalista. Assim, tudo que se produzia no campo dos estudos organizacionais que não se coadunava com a “teoria crítica” passava a ser rotulado como “funcionalista”. Ao pessimismo da década de oitenta, Machado da Silva vai ressaltar as mudanças acontecidas na década seguinte, observando uma evolução do quadro referencial brasileiro nos estudos organizacionais, com o surgimento de trabalhos, empiricamente, mais elaborados. Contrapondo-se ao atual pessimismo de Caldas, Machado da Silva polemiza, dizendo que, na atualidade, não há grandes diferenças de temáticas entre países e continentes, à exceção de pesquisas no exterior, focalizadas no gênero. Então, reconhece que a fragilidade atual brasileira reside na ausência de contextualização de conceitos universais e na necessidade de reconhecimento da diversidade cultural, ou seja, a adaptação sócio-cultural do conhecimento organizacional. Desse modo, o simples fato de se fazerem estudos com qualidade levaria ao reconhecimento universal, em uma perspectiva de Ciência Universal contextualizada. Nesse sentido, Machado-da-Silva reconhece que os dilemas da produção acadêmica em estudos organizacionais no Brasil estão diminuindo, como mostra o crescimento nos últimos vinte anos da submissão de trabalhos na ENANPAD (25 trabalhos em 1982, para 2332 em 2003). Em suma, Machado – da - Silva afirma que está institucionalizado o campo do conhecimento organizacional no Brasil, do mesmo modo que reconhece Fischer, 2001, e que, de fato, existe uma comunidade acadêmica neste campo, embora ainda apresentando altos e baixos. Assim, segundo ele, ainda se faz uso inapropriado de conceitos, sem levar em conta a coerência conceitual, além de faltar o rigor metodológico. Por outro lado, reconhece que boa parte de nossa temática tem acompanhado a produção científica internacional, mas que essa produção carece de continuidade e de formação de grupos de pesquisa, embora os já existentes tenham demonstrado boa qualidade de trabalho. E, de certa forma, respondendo às elucubrações de Caldas, faz questão de ressaltar que as temáticas são universalistas, ao contrário do localismo cultural que o mesmo insiste em enfatizar em seu argumento. Afinal, o local também pode ser universal e o que importa é trabalhar o fenômeno organizacional, buscando resultados práticos, especialmente chamando a atenção para a relevância de se buscar a contextualização do conhecimento (informação verbal).

autores renomados, indiferentes à escolha pessoal do eixo epistemológico predominante, podendo ser, a sua abordagem ao mesmo tempo, construcionista da Ciência Normal, desconstrucionista da Ciência Contra Normal pós-moderno ou, mais recentemente, reconstrucionista da Ciência Evolucionária. No Brasil, isso ocorre porque os vieses ideológico e epistemológico do autor parecem ser secundários.

Exemplificamos essa última proposição em Rodrigues, Carrieri e Da Luz (2003) que utilizam o conceito de desconstrução de forma ambígua e despretenciosa, realizando, no decorrer da análise empreendida, uma revisão da literatura, pautada em autores associados aos diferentes eixos: construcionista (a exemplo de Pfeffer e Salancik; Prahalad e Hamel; Donaldson); desconstrucionista (a exemplo de Burrell e Morgan; e Clegg e Hardy); e reconstrucionista (a exemplo de Reed; Meyer e Zucker; Scott e North).

Esse procedimento gera a seguinte indagação: essa postura acadêmica constitui um avanço contra a incomensurabilidade de paradigmas, como atestam os autores menos radicais pós-modernos ou está sendo configurado mais um artil da Ciência Normal, capturando e homogeneizando adeptos e teorias da Ciência Contra-Normal e da Ciência Evolucionária?

Assim, se analisarmos as referências utilizadas naquele estudo, verificamos que há referências a autores cujas obras situam-se nos três eixos metodológicos, corroborando com a idéia de que tudo pode, desde que se faça parte do *mainstream* do conhecimento organizacional brasileiro. Por extensão, encontramos dificuldade no processo de enquadramento de autores brasileiros nos eixos estabelecidos de produção do conhecimento organizacional, porque muitos deles, transitam em mais de um eixo, ao contrário do que, geralmente, ocorre com os autores estrangeiros. Daí

optamos por enquadrá-los no eixo mais predominante em sua produção revisada.

Apesar da dificuldade de enquadrar os autores brasileiros, verificamos a tendência atual de os mesmos se concentrarem nos eixos desconstrucionista e reconstrucionista do conhecimento organizacional. Tal fato parece refletir o esforço desses autores no sentido de acompanhar a produção acadêmica internacional, afastando-se de *mainstream* e aproximando-se do que se denominam como áreas de vanguarda, o que não quer dizer que essa escolha seja, preferencialmente, crítica.

Como regra, um dos poucos autores renomados a apresentar-se no eixo construcionista brasileiro (*mainstream* internacional) refere-se a Chiavenatto (1976; 2002) que tem se destacado nos últimos trinta anos, na linha editorial, produzindo uma infinidade de títulos

relacionados à divulgação do conhecimento organizacional.⁶¹

Ainda com foco na recente produção do conhecimento organizacional, verificamos que, da mesma forma como está acontecendo no cenário internacional, no atual contexto brasileiro, há uma predominância de estudos relacionados às pesquisas tanto culturalistas quanto institucionalistas⁶², constituindo-se o principal foco de disputa em torno de um novo *mainstream* (?), como se pode observar no Quadro 4 que referencia a produção acadêmica brasileira.

Prognosticamos que o crescimento de nossa produção acadêmica nesse campo vai exigir, nos próximos anos, que os estudos organizacionais apresentados em

⁶¹ Vale, também, ressaltar que há autores que se apresentam na matriz institucional desse conhecimento, na perspectiva reconstrucionista, procurando transpor os conjuntos binários, como interpretamos a posição de Osmar Bertero entre o funcionalismo e o marxismo revisionista. Isso ocorre de forma, explicitamente, colocada, de acordo com a postura que se espera de um Pesquisador que, há muitos anos, tem acompanhado a gênese, a natureza e o desenvolvimento da disciplina no Brasil.

⁶² Para Clegg e Hardy (1998) e Reed (1998), haveria novo embate entre conjuntos binários no contexto recente da matriz institucional do conhecimento organizacional, entre culturalistas e estruturalistas (a nosso ver, institucionalistas), fato que, com certeza, discordamos, por não levar em conta a produção acadêmica sediada nos diferentes eixos do conhecimento.

eventos, como ENANPAD, ENEO, entre outros, vai forçar a implementação de sistema de seleção regional, que se reuniam em fórum nacional dos melhores trabalhos, ao contrário da recente proposta de Bertero, Caldas e Wood (1999) de maior rigor na seleção, como forma de elevar a qualidade dos trabalhos apresentados.

Uma matriz institucional do marco de referência do conhecimento organizacional no Brasil, com destaque para seus eixos epistemológicos/metodológicos, autores predominantes, autores estrangeiros mais citados, enfoque da disciplina e os países mais influentes, será apresentado a seguir.

PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL (EIXOS)	EIXO EPISTEMOLÓGICO PREDOMINANTE	AUTORES BRASILEIROS PREDOMINANTES	ENFOQUE DA DISCIPLINA	AUTORES ESTRANGEIROS PREDOMINANTES	(CONTEXTO ACADÊMICO PREDOMINANTE)
Construção	<p>Ciência Normal (TEORIA CONTINGENCIAL ESTRUTURALIST A)</p> <p>CIÊNCIA COGNITIVA GERENCIALISTA</p>	<p>Furtado (1938); Wahlich (1958; 1979; 1986); Abreu (1969; 1982); Lodi (1974); Eurico Mata (1976); Bernardes (1993), Chiavenato (1979; 2002), entre outros</p> <p>BASTOS (2001)</p> <p>Lodi (1974); Paulo Roberto Motta (1986); Bianor Cavalcanti; Bethlen (1989); Bertero (1998); entre outros</p>	<p>Teoria das Organizações</p> <p>Ciência Gerencialista</p>	<p>Pfeffer; Woodward, Weber; Grupo de Aston; Lawrence e Lorsch; Jay Galbraith; David Nadler; Emery e Trist; Burns e Stalker; Lex Donaldson; Aldrich; Astley e Van de Ven, entre outros; Pozo (1998; 2002) Drucker, Eccles, Nohria</p>	<p>EUA/Inglaterra</p> <p>EUA/Europa / Brasil</p>

Desconstrução	Ciência Contra Normal 1) Marxista: 2) Teoria Crítica 3) Fenomenológica 4) Pós-modernista/pós-estruturalista; 5) Culturalista	Tragtenberg (1971; 1977; 1982); Prestes Motta (1986); Garcia (1979); Faria (1985); Dantas (1979), Covre (1981), entre outros. Tenório (2002) Anna Maria Campos (1981) Fischer (2001); Lengler, Vieira, e Fachin (2002). Rodrigues e Carrieri (2003); Wood (1998); entre outros. Prestes Motta e Caldas (1977), Prestes Motta e Freitas (2000)	Teoria das Organizações Teoria das Organizações Teoria das Organizações Estudos Organizacionais Estudos Organizacionais	KARL MARX; CLEGG E DUNKERLEY; BRAVERMAN, ENTRE OUTROS Escola de Frankfurt Husserl; Berger e Luckman (1979); Silverman (1971) Benson (1977) Chanlat; Clegg; Foucault; Burrell e Morgan (1979); Burrell (1998); Morgan (1996); entre outros.	Europa/América Latina (décadas 60/70 e 80) Europa Alemanha Europa/Brasil Europa/Canadá e Brasil Europa/Canadá e Brasil
---------------	--	--	---	--	--

Reconstrução	Ciência Evolucionária				
	a) Teoria da delimitação de sistemas sociais	Guerreiro Ramos (1962; 1981); Maurício Serva (1992)	Ciência das Organizações	Guerreiro Ramos; Dalton; Polanyi	Europa/Canadá e Brasil
	b) Economia dos Custos de Transação:	Zylberstajn (1998; 2000; 2002); Bueno (1999); Siffert Filho (1995); Farina (1997); Lazzarini (1998) (mais precisamente; o grupo Pensa da USP); além de Azevedo (1998); Bronzo e Garcia (2000); entre outros;	CIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES/ CIÊNCIA ORGANIZACIONAL	Williamson; Coase; Douglas North	EUA/Brasil
	c) Neo-Schumpeterianos	Pondé (1995; 2000); Possas (1990); Tigre (1998); Loiola (1998); Teixeira e Guerra (2001) (destacando os grupos de pesquisa da Unicamp e da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Machado da Silva et al (1998).; Conceição (2000; 2001); Carvalho e Vieira (2003); Prates (2000); (mais precisamente grupos de pesquisas das universidades federais de Pernambuco e do Paraná), entre outros; Zacarelli; Fischman e Leme (1980); Monteiro (1997) entre outros,	AL	Nelson e Winter; Teece; Chandler, entre outros.	EUA/Brasil
	d) Teoria Institucional	Veiga (1997); Braga (1998); Nascimento (1993); Coutinho (1990). Rallet (1999); Silveira (1994)	Foco na Economia	Meyer e Rowan; Scott; Dimaggio e Powell; Tolbert e Zucker, entre outros.	EUA/Canadá / Brasil
	e) ECOLOGIA ORGANIZACIONAL		Estudos Organizacionais	Hannan e Freeman; Baum; Singh, entre outros.	França/Brasil
	f) Regulação		Teoria Organizacional	Coriat, Boyer, Weinstein, entre outros.	EUA/Canadá / Brasil
g) Convenções		Novas teorias da empresa	Orlean, Salais, Rallet, entre outros.	França/Brasil	
			Foco na Socioeconomia		

Quadro 4 – Matriz Institucional do Marco de Referência Epistemológico Organizacional Brasileiro

6. EVOLUÇÃO DAS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA ECONOMIA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

6.1 PREÂMBULOS

A relação entre a teoria econômica da firma e o conhecimento organizacional nem sempre apresentou sintonia. No contexto da Economia, a suposição para a existência desse distanciamento em relação ao Conhecimento Organizacional, talvez, encontre respaldo em postulado neoclássico que, ao apostar na abstração em detrimento do realismo, caracteriza a firma como uma “caixa preta”, tornando-se, assim, ser desnecessário conhecer seus micro-fundamentos.

Mas, houve na teoria econômica da firma uma proliferação de vertentes surgidas no decorrer do século XX que, no viés

desconstrucionista, buscaram questionar e propor alternativas aos postulados do *mainstream*. Essas vertentes, conhecidas como heterodoxas frente ao pensamento neoclássico, tentaram reverter o processo de dominação do programa de pesquisa construcionista, presente na matriz institucional da Economia. Se, de um lado, as respostas apresentadas por essas vertentes ainda são reconhecidamente insuficientes para substituir os fundamentos do *mainstream* neoclássico, de outro, essa profícua e variada plêiade de teorias tem “invadido”, com relativo êxito, o espaço do Conhecimento Organizacional, contribuindo para o registro de avanços no seu eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista.

Especialmente as contribuições precursoras do velho institucionalismo, da teoria da organização industrial (OI), da escola behaviorista da firma, além dos recentes avanços da nova economia institucionalista (custos de transação e

neoschumpeteriana) sinalizam para uma perspectiva de abertura da “caixa preta” da firma e, por conseguinte, amplificam a possibilidade de consolidação da Ciência Organizacional.

A pioneira escola behaviorista do pensamento econômico foi responsável pela já mencionada ruptura entre as teorias da Administração e da Organização e contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento organizacional durante as décadas de 40/50 e 60. Essa Escola teve como figuras centrais March, Cyert, Williamson e o prêmio Nobel, Herbert Simon. No entanto, as contribuições geradas foram insuficientes, para promover a consolidação da Ciência Organizacional e para aproximar as proposições da vertente gerencialista do conhecimento organizacional com a teoria econômica da firma.

Mais recentemente, tentativas de aproximação entre essas literaturas aumentam com o surgimento de vertentes

do pensamento econômico, que tangenciam o seu *mainstream*. São destaques: a teoria williamsoniana dos custos de transação; a teoria da agência (de viés neoclássico); os estudos chandlerianos sobre a história da grande empresa; e a vertente denominada neoschumpeteriana ou evolucionista. A insatisfação dos autores dessas vertentes econômicas com o pensamento neoclássico (salvo aqueles filiados à teoria da agência), levou-os em direção à produção do campo de estudos organizacionais, embora não de forma explícita.

Essa aproximação é vista com desconfiança, entretanto, por construcionistas e desconstrucionistas do campo de estudos organizacionais. No primeiro caso autores, como Donaldson (1995), apresentam severas críticas ao que denominam de teorias organizacionais do “*anti-management*”. E, no segundo caso, autores, como Clegg e Hardy (1998), acreditam que essas vertentes econômicas estejam situadas no âmbito da Ciência Normal Contingencialista.

Entretanto, a história recente da teoria econômica da firma parece estar sendo recontada de uma forma que não exclui o conhecimento organizacional, como aconteceu anteriormente. Para entender a riqueza teórica em que se apresentam as diferentes vertentes vinculadas ao movimento institucionalista, especialmente quando tratam da relevância das

instituições na teoria da firma/organização, torna-se necessária uma revisão conceitual da literatura institucionalista.

Procurar as raízes do institucionalismo não constitui uma tarefa fácil, uma vez que sua trajetória confunde-se com as origens do Homem, quando do surgimento da linguagem, da escrita e dos códigos sociais (formais e informais). Entretanto, no contexto das Ciências Sociais, mais particularmente da Sociologia e da Economia, o movimento institucionalista pode ser facilmente identificado.

Na Economia, autores associados à Economia Clássica, como Smith e Ricardo, apresentam postulações que podem ser consideradas institucionalistas, a exemplo da visão de mercado como uma das instituições mais sofisticadas e mais notáveis da história do mundo ocidental (cf. Heilbroner, 1973). No entanto, o institucionalismo consolida-se na Economia, nas obras de Veblen, Commons, Mitchel e Ayres, dentre outros que, absorvendo idéias darwinianas, da filosofia pragmatista norte-americana e da Sociologia, criam uma escola econômica nos EUA que tangencia e contesta, simultaneamente, o *mainstream* clássico/neoclássico.

Esse processo contestatório consolida-se com a emergência da nova economia institucionalista que, partindo das teses neoclássicas, do behaviorismo e da teoria da organização industrial - (O.I.), traça uma nova trajetória para o movimento institucionalista, tendo como destaque as figuras de Commons (1934), Coase (1937); Barnard (1938) e Williamson (1975; 1985), que buscam explicações

para a origem e a natureza da firma/organização, alicerçados nas teorias dos direitos de propriedade e dos contratos, além de desenvolverem a “velha novidade” dos custos de transação.

6.2 VERTENTES PRECURSORAS DA TEORIA ECONÔMICA INSTITUCIONALISTA DA FIRMA

6.2.1 A teoria da Organização Industrial – OI: a ponte entre a economia neoclássica e a nova economia institucional

Ao tratarem da corporação, Marris e Mueller (1980) destacam que Alfred Marshall, com seu “*Princípios de Economia Política*,” foi, talvez, o primeiro economista a reconhecer o significado da organização industrial para a teoria econômica.

Já para Azevedo (1998), contudo, os estudos que deram origem à teoria da organização industrial (OI) datam da década de 30, a partir das contribuições seminais de Coase (1937); Hall e Hitch (1938); e Mason (1939). Buscando apresentar uma visão mais apropriada da firma, Coase, por exemplo, publicou em 1937 um pequeno ensaio eivado de originalidade, *The nature of the firm*, cuja preocupação era “entender o escopo, a abrangência e os limites de uma empresa” (AZEVEDO, 1998, p.201).

Em sua análise, Coase (*apud* AZEVEDO, 1998, p. 201) identificou que as trocas, os acordos ou qualquer outro tipo de transação entre os agentes econômicos apresentavam custos que poderiam ser de coleta de informações, de negociação ou de acordos estabelecidos entre as partes, denominando-os de custos de transação, custos esses não contemplados na teoria neoclássica.

Como decorrência, a teoria da (O.I.) apresentou-se como um ramo dissidente dos postulados microeconômicos neoclássicos (equilíbrio walrasiano, concorrência perfeita e metodologia econômica formalista e abstracionista), com o intuito de analisar o sistema de mercado e o processo de concentração tipo oligopólio, em uma perspectiva que se proponha metodologicamente realista, baseada em estudos de caso da indústria, a partir do modelo de estrutura-conduta-desempenho (E-C-D).

Dentre os autores que mais contribuíram para o desenvolvimento do programa da OI, destacam-se: Coase (1937), com os custos de transação e a origem da firma; Mason (1939), com os estudos de caso de mercados – a firma ativa; Hall e Hitch (1939), com o princípio do custo total; Bain (1962;1968), com a análise de regressões *cross-section* em nível da indústria, especialmente os estudos sobre barreiras à entrada de ingressantes potenciais; Chamberlin (1962), com os indicadores de imperfeição do mercado; e, finalmente, a consolidação da teoria nos anos setenta, através da proposta-síntese de Scherer e Roos (1990)⁶³.

Desde a Segunda Guerra Mundial,
segundo Kay (1991), a tradição

⁶³ Em nossa opinião, uma análise seqüencial do desenvolvimento da O.I. passa pela influência da velha economia institucionalista até a consolidação da teoria em 1970, na síntese de Scherer e Roos, prosseguindo nos desdobramentos subseqüentes da nova O.I. até chegar ao recente reconhecimento das

dominante na teoria da organização industrial (O.I.) tem sido baseada fortemente no paradigma estrutura - conduta-desempenho. Ao apresentar esse modelo de análise e suas principais características, o autor salienta que todos os fatores são externos à firma. Assim, conclui que nada explica por qual razão uma firma em uma indústria difere das outras.

COM CERTEZA, O TRABALHO DE SCHERER E ROOS (1990) CONSTITUIU O ÁPICE DE UM RICO MANANCIAL DE INFORMAÇÕES SOBRE OS NEGÓCIOS AMERICANOS, POR SER, PRECISAMENTE, DISTINTO DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DO GÊNERO. ENTRETANTO, SUA UNIDADE DE ANÁLISE PERMANECE SENDO A INDÚSTRIA, NÃO A FIRMA. GUIMARÃES (1979) CORROBORA COM NOSSO ENTENDIMENTO QUANDO DIZ QUE A O.I. VISA APLICAR MODELOS TEÓRICOS DE PREÇOS NAS INDÚSTRIAS.

Após essa fase, também conhecida como velha O.I, Baumol e outros (1982) contribuíram com a teoria dos mercados contestáveis, que representa uma tentativa de se fazer uma síntese entre a OI e a socioeconomia tradicional. Por sua vez,

contribuições da teoria para a nova economia institucional e, desta, para a Ciência da Organização.

Jean Tirole (1988) também trouxe uma notável contribuição à teoria, pela incorporação dos jogos cooperativos e não-cooperativos a esses estudos, de certo modo, promovendo um retorno da (OI) aos modelos abstracionistas neoclássicos.

AO BUSCAR UMA METODOLOGIA UNIFICADA PARA O CAMPO DA O.I., TIROLE (1998) REEDITA O NÚCLEO RÍGIDO DA MICROECONOMIA TRADICIONAL, DERROTANDO O REALISMO DA PROPOSTA INICIAL DA O.I. E REAFIRMANDO A FORMALIZAÇÃO COMO CRITÉRIO PRINCIPAL PARA A VALIDAÇÃO DO CAMPO. ASSIM, BUSCA FORMALIZAR ALGUMAS DAS “ESTÓRIAS INFORMAIS” (DESCRITIVAS) DOS MERCADOS REAIS, EXTRAÍDAS DAS ANÁLISES DA VELHA O.I., UTILIZANDO-AS COMO MEROS EXEMPLOS NA TEORIA DOS JOGOS (FONTENELE, 2000, P. 52).

Assim, se a abstração não constitui o “problema” da economia, mas sua força, e se o mercado continua sendo visto como uma das instituições mais sofisticadas e mais notáveis da história do capitalismo (cf. HEILBRONER, 1973), parece-nos que o retorno da O.I. às suas origens tendeu a ser bem recebido pela economia ortodoxa.

A nova O.I. evitou, de um lado, o caminho acidentado, que poderia

representar fugir aos fundamentos da Economia neoclássica, mas, por outro, contribuiu, de certa forma, com os estudos de casos baseados no realismo econômico, concorrendo para a consolidação de parte dos fundamentos da “incipiente” Ciência Organizacional.⁶⁴

Coincidência ou não, desde a década de setenta, há uma predominância de prêmios Nobel, destinados mais a autores heterodoxos e/ou a autores que tratam de aspectos relacionados a uma teoria realista da firma, como Arrow (1972), Simon (1978); Stigler⁶⁵ (1982), Coase (1991), North (1993), Nash (1994); e, mais recentemente, Joseph Stiglitz (2001).

Por outro lado, parece-nos pedir demais à Economia que abandone a abstração pelo realismo econômico (Cf. BLAUG, 1999). A teoria da O.I. até que tentou, no decorrer de sua trajetória, mas voltou

⁶⁴ Conceitos, como barreiras à entrada, novos entrantes, *Rent-seeking*, *free ride*, estratégia competitiva, vantagem competitiva, jogos cooperativos e não-cooperativos, comportamento oportunista, custos de transação, custos de informação, o próprio modelo estrutura-conduta-desempenho, entre outros, já fazem parte do vocabulário utilizado pelos estudiosos de estratégia, o que mostra a riqueza da análise da OI para a Ciência da Organização.

⁶⁵ Stigler, perguntado recentemente por que não há Prêmio Nobel em outros campos das ciências humanas e sociais, respondeu, sarcasticamente, que o prêmio de “literatura” atende às demais Ciências Sociais (Cf. Kuttner, 1998).

atrás, considerando a relevância dos atuais modelos matemáticos espelhados na teoria dos jogos que trouxeram, paradoxalmente, evidências da importância, ainda, do postulado abstracionista ortodoxo para o desenvolvimento da Ciência Econômica. De certa forma, isso demonstrou que os postulados microeconômicos neoclássicos não estão esgotados (TIROLE 1988 *apud* FONTENELE, 1995), agora incorporando os modelos de competição imperfeita (TIROLE 1988 *apud* FONTENELE [1995; 1999; 2000]) à teoria dos jogos cooperativos ou não-cooperativos para analisar o comportamento estratégico (cf. JACQUEMIM *apud* FONTENELE, 2000) e à teoria dos mercados contestáveis (TMC) de Baumol, Panzar e Willig (1982).

Ao resgatar sua identidade, a nova teoria de O.I. reagiu às críticas de não conseguir enquadrar a análise da firma, da indústria e do mercado, em um modelo microeconômico definido (Cf. JACQUEMIN [1987] e SCHMALENSEE *apud* FONTENELE [2000]).

Nesse resgate, a Teoria da O.I. trouxe como contribuição para a microeconomia a utilização de regressões *cross-section*, o que constituiu um ganho para a pesquisa empírica,

haja vista a evolução do contato com os dados, dos métodos econométricos e do uso de processamento de informações por computadores, visando ao estudo do comportamento estratégico de organização dos mercados (FONTENELE, 2000).

Analisando o retorno da OI à sua origem, ou seja, aos fundamentos neoclássicos, observamos que o programa de pesquisa da OI contempla como unidade de análise, prioritariamente, a indústria, com o objetivo de estudar os mercados reais oligopolizados, permanecendo em um segundo plano a firma, além de posicionar-se metodologicamente, de forma indefinida, situando-se entre o mundo real e o mundo da abstração neoclássica. Portanto, a firma continuou sendo vista como uma “caixa preta”.

Corroborando com esse argumento, Scherer e Roos (1990) e Fontenele (1995; 2000) apontam as seguintes razões pelas quais os economistas buscam estudar a organização industrial, como se segue: 1) formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a regulação de mercado; e 2) necessidade de compreender o funcionamento da economia industrial de mercado.

Já Guimarães (1979) aponta para uma discutível pobreza teórica da O.I.⁶⁶ que, segundo ele, estaria perdida no empirismo e na teorização incompleta, apresentando-se prisioneira dos fundamentos da microeconomia tradicional, ao mesmo tempo em que se mostra bem definida e formalizada, mas impotente para analisar o real. Suas tentativas empíricas de análise do real, nas quais predominam as noções de estática e de equilíbrio, recaem no problema central da formação de preços, segundo abordado pelo *mainstream*.

Outrossim, mesmo considerando o predomínio do pluralismo metodológico em relação às teorias da O.I. (FONTENELE 1995; 2000), ressaltamos que a sua busca por realismo metodológico, através dos estudos de caso, pode por em risco seus fundamentos econômicos, como já salientamos no capítulo 2, ao tratarmos das decorrências da epistemologia inter-regional e do risco de perda parcial de identidade de uma disciplina em relação à outra como resultado do processo de transposição de fronteiras e da competitividade das variantes conceituais que se apresentam

⁶⁶ Apesar de fazer uma proposta polêmica de correção de rumos para a teoria da O.I., Guimarães apresenta novos desvirtuamentos que, contudo, também mantêm o vetor direcionado para o processo de consolidação da Ciência da Organização, mesmo não sendo este seu propósito.

entre a OI e o conhecimento organizacional.

Analisando o ponto que nos interessa, verificamos que a teoria da O.I. e seu programa de pesquisa mostram-se relevantes para o desenvolvimento de abordagens institucionalistas no campo das Ciências Sociais e, portanto, da Ciência Organizacional.

Em síntese, a relevância da O.I. para a Ciência Organizacional pode ser vislumbrada pelo uso que faz de conceitos institucionalistas (em sua primeira fase) e pelas suas contribuições para o avanço do conhecimento sobre organizações, especialmente na área de estratégias.⁶⁷

6.2.2 A teoria behaviorista da Firma nos estudos organizacionais: ponto de chegada ou de partida?

A teoria behaviorista da firma aglutinaria, no período do pós-guerra até o final da década de setenta, figuras proeminentes e centrais, como Herbert Simon, Richard Cyert, James March e O. E. Williamson.

⁶⁷ A análise do modelo Estrutura – Conduta – Desempenho representa, ao nosso ver, o núcleo da matriz institucional do programa de pesquisa da velha O.I, tendo a indústria como unidade básica de análise.

Essa teoria que foi influenciada pelo velho institucionalismo contribuiu, sobremaneira, para os fundamentos da nova economia institucionalista (mais especificamente, a economia dos custos de transação e a economia neoschumpeteriana) e para o conhecimento organizacional anterior e posterior à década de setenta.

A riqueza de sua perspectiva teórica pode ser medida pela ampla utilização de seus conceitos por variadas tendências, tanto da Economia quanto do campo de estudos organizacionais, tais como: aprendizagem organizacional, rotinas, racionalidade limitada e incerteza.

A escola behaviorista da firma foi influenciada desde suas origens pelos fundamentos da Psicologia social e cognitiva. No primeiro caso, ao tratar, especificamente, do aspecto (psico-social) motivacional das decisões, a exemplo de Simon (1947) e, no segundo, ao pretender o desenvolvimento de uma teoria explicativa de como se adotam as decisões no interior da organização, a partir da análise do processo (cognitivo) de tomada de decisões e do impacto das decisões organizacionais sobre os objetivos e as percepções individuais.⁶⁸ (cf. os

⁶⁸ Em nossa opinião, identifica-se um lapso nos textos da disciplina Teoria Geral da Administração no Brasil. Assim, quando os textos tratam da Escola Behaviorista, o enfoque recai sobre a Psicologia Social, mais particularmente, sobre o aspecto

textos datados originariamente de BARNARD, 1938; SIMON, 1947; MARCH e SIMON, 1958; e CYERT e MARCH, 1963).

Vale recordar que, ao tratarmos dos fundamentos epistemológicos do conhecimento científico e do conhecimento organizacional no capítulo II, enfatizamos a relevância da epistemologia cognitivista/conexionista⁶⁹, para o desenvolvimento do conhecimento organizacional e que essa epistemologia apresentava-se no eixo metodológico construcionista.

Blaug (1999) e outros, ao analisarem a disputa entre organizacionistas e comportamentalistas, apontam para a ambigüidade conceitual metodológica da teoria que, embora se localize em um espaço fronteiro entre os campos da Economia Neoclássica e da Ciência Organizacional, promoveu uma persistente busca da abertura da “caixa preta” da

motivacional do comportamento organizacional, ao mesmo tempo, colocando em segundo plano os fundamentos Simonianos da decisão econômica, extraídos da Economia e da Psicologia Cognitiva.

⁶⁹ Ao contrário de Pozo (1998, 2002), Bastos (1999, 2000, 2001) não apresenta uma história da ciência cognitiva sob o prisma seqüencial linear (behaviorismo – cognitivismo – processamento da informação – connexionismo – sistemas autopoieticos). Nesse sentido, parece entender esses processos como revoluções no sentido kuhniano, podendo apresentar processos semelhantes de construção, desconstrução e reconstrução, como se postula ocorrer em relação à Ciência da Organização. Em uma análise mais elaborada, Bastos (2001) mapeia a cognição como um campo de investigação que se desenvolveu no último século, a partir de três cenários: 1) predominância inicial do domínio behaviorista; 2) surgimento, nos anos 50, do paradigma do processamento de informação (metáfora: cérebro rompendo a noção de símbolo); e 3) os novos rumos: a) arquiteturas conexionistas (metáfora: computador, arquiteturas simbólicas); b) as neurociências (aproximando mente e corpo); e c) os construtivismos (incorporando cultura e ação). Entretanto, Bastos mostra cautela no uso do(s) termo(s) ciência(s) da cognição para designar o campo.

firma⁷⁰. Apesar disso, são evidentes as dificuldades da teoria behaviorista da firma em ultrapassar o impasse metodológico entre a abstração da ortodoxia e o realismo da heterodoxia.

A despeito das insuficiências teóricas e metodológicas behavioristas, já mencionadas, verificamos que, na esteira de Simon (1947), a teoria desenvolveu-se, mostrando-se consolidada em Cyert e March (1963). Segundo McGuire (1974), os trabalhos desses últimos autores foram resultantes de extensas pesquisas sobre a firma/organização, desenvolvidas pelos autores e por outros membros da “Escola de Carnegie”, durante a década de cinquenta e início dos anos sessenta, concentrados no processo de decisão organizacional e na predição de decisões referentes a preços, produção e destinação de recursos⁷¹.

Cyert e March (1963, p. 5) revelam desacordos com o pensamento neoclássico, que podem ser traduzidos em três questões: 1) o que é a teoria?; 2) até que ponto essa teoria mostra-se deficiente?; e 3) quais seriam os métodos apropriados para melhorá-la?

Ao contestarem os pressupostos de racionalidade neoclássica de maximização de benefício e conhecimento perfeito, Cyert e March (1963) corroboram com a posição de Simon de que a firma-

⁷⁰ Uma questão que tangencia essa discussão refere-se à busca de pontos aproximativos entre a teoria behaviorista da firma e o velho institucionalismo da Economia. Com certeza, um dos pontos recai na psicologia condutivista do início do século XX.

⁷¹ A teoria behaviorista, talvez, seja, dentre as diferentes teorias da firma, a que mais contribuiu para o estudo da hierarquia, buscando fundamentos para o conhecimento organizacional, na perspectiva da análise do processo de decisão.

organização tem um objetivo mais limitado, qual seja, o de buscar benefícios satisfatórios e não-maximizadores, e que a incerteza da informação exige a análise de alternativas, determinando, em grande parte, o processo de tomada de decisões no interior da firma.

Por outro lado, ao analisarem a teoria ortodoxa da firma, chamam a atenção para duas lacunas e uma proposição: 1) a desconsideração da firma como organização; 2) a forma como a teoria descreve o processo decisório no interior da firma; e 3) as propostas de revisão da teoria⁷².

1. Esta teoria se ocupa de um conjunto particular de decisões (por exemplo: o preço e a quantidade a produzir) que se consideram funções de umas poucas variáveis omnicompreensivas (por exemplo: a demanda e os custos); 2. A teoria se serve da tática de agregação e trata de determinar as curvas de oferta e demanda total do mercado; 3. A teoria não presta atenção, nem tem interesse pelo processo real que as empresas seguem para tomar suas decisões. (CYERT e MARCH, op. cit., p. 16).

No entanto, a análise de Cyert e March, a nosso ver, apresenta-se ambígua quando

⁷² A esse respeito, a ortodoxia aponta para o argumento metodológico que reduz a prova crítica da teoria ao seu poder de predição. Essa postura, segundo eles, tem sido sustentada por renomados economistas, a exemplo de Friedman, ao afirmar que a função da teoria é construir proposições que sirvam para analisar o mundo real, não para descrevê-lo. Por outros caminhos, a ortodoxia também se defende: 1) ao demonstrar, empiricamente, que seus pressupostos são válidos; 2) ao fazer uso da análise evolucionista no viés de Alchian; 3) além “de contestar a técnica de construção teórica, considerando o fosso existente entre as propostas e a formalização insuficiente de que dispõe a teoria” (Ibidem, p. 10-15). Interessante salientarmos que a teoria evolucionária de Alchian aproxima-se e, ao mesmo tempo, afasta-se das idéias evolucionárias heterodoxas de Nelson e Winter (1982), mas, de qualquer modo, indica que a ortodoxia também possui uma teoria evolucionária em seu âmago, a exemplo das idéias de Marshall e de Alchian.

especifica as características da dita teoria convencional da firma que, na verdade, é uma teoria convencional do mercado, de acordo com os fundamentos neoclássicos, pautados na abstração, no formalismo e no equilíbrio, ao contrário da Ciência Organizacional que apresenta uma visão mais situada e realista da firma, desenvolvida por meio de um enfoque descritivo e levando em consideração suas possibilidades de desequilíbrio.⁷³

Em uma visão compatível com o conhecimento organizacional da época, Cyert e March enxergam a teoria das organizações dividida em três vertentes principais: uma sociológica, tendo como fundadores Weber, Durkheim, Pareto e Michel, centrada no fenômeno burocrático; outra de natureza psicossocial, construída em base empírica e tendo como relevância o critério da eficiência, de acordo com os trabalhos dos anos sessenta de Argyris e Likert; e,

⁷³ Nesse último caso, segundo eles, a proposta está formulada, explicitamente, desenvolvendo-se esforços para buscar essa integração. O trabalho levado a efeito pelos behavioristas em torno desse objetivo tem prosseguimento com o resgate empreendido pela Nova Economia Institucionalista – NEI, especialmente a

finalmente, uma terceira, voltada para os problemas gerenciais das organizações, de natureza administrativa, e centrada em torno dos axiomas clássicos da Administração, mas que estão baseadas nas revisões empreendidas por Barnard e Simon que recusam a teoria clássica das organizações pelo fato de esta ser, excessivamente, formalista e não operativa⁷⁴ (Ibidem, p. 17).

Como conclusão, Cyert e March assinalam que a teoria da organização oferece uma base muito reduzida para levantar uma nova teoria da firma, considerando que seus problemas não têm um caráter, especificamente, econômico. Logo, criticam as perspectivas sociológicas e psico-sociológicas de análise, por dedicarem uma maior atenção às questões de menor importância, tanto

análise coaseana da origem e da natureza da firma e, posteriormente, aprofundada por Williamson/Chandler Jr. e outros, como já foi mencionado.

⁷⁴ Mais uma vez, verifica-se a tendência da teoria econômica da firma em defender a proposta de abertura da "caixa preta" da organização, com o intuito de conhecer a hierarquia (a organização interna) e, ao mesmo tempo, afastando-se da análise do mercado, aspecto este pertinente à Economia.

para os objetivos das teorias convencionais da firma quanto para o objetivo penrosiano de prever o comportamento de uma determinada firma.

Dadas essas características da teoria da organização e da teoria da firma, ou de boa parte delas, os autores reconhecem que era preciso mais que integrar, simplesmente, uma teoria à outra. Daí sugerem a necessidade de construir uma teoria que:

1) tome a firma como unidade básica; 2) tenha como objetivo prever o comportamento da firma com respeito a decisões, tais como as referentes a preço, quantidade produzida e aplicação dos recursos; e 3) reconheça, explicitamente, como principal ponto de pesquisa o processo real seguido nas organizações para tomar uma decisão⁷⁵ (Ibid., p. 19).

⁷⁵ Realismo não é uma característica essencial buscada pelos fundamentalistas neoclássicos ou, em parte, da heterodoxia. A ambiguidade conceitual só desapareceria na análise de Cyert e March se houvesse nítida separação entre Economia, Ciência da Organização e *Management*. Recentemente, Kilduff (1993), ao utilizar o método da desconstrução para analisar o pensamento de March e Simon (1958), no livro "organizações", destaca o uso do "formato científico", utilizado pelos autores para desconstruir a teoria organizacional daquela época que, segundo eles, estaria pautada em "provérbios" e não em princípios administrativos, fato que levaria à ruptura entre organização e management, como já mencionado na parte I. Por sua vez, Kilduff assinala que essa crítica, hoje, também atingiria os fundamentos ditos "científicos", defendidos por aqueles autores behavioristas (conforme o projeto crítico desconstrucionista dos pós-modernistas/pós-estruturalistas e também da visão retoricista Rortyniana).

Tendo em vista o primeiro objetivo, Cyert e March buscam determinar os principais atributos da tomada de decisões nas firmas, procurando também identificar uma linguagem teórica apropriada para a revisão da teoria⁷⁶. Para tal, partem de conceitos básicos da teoria behaviorista da firma, tendo como pontos focais: os objetivos, as expectativas e a escolha organizacional.⁷⁷

Interessante observar como certas postulações daqueles autores são reproduzidas pelas teorias econômicas da firma pós-setenta, especialmente aquelas relacionadas à racionalidade limitada, à incerteza e, de modo especial, à aprendizagem organizacional, como em Williamson e em Teece, Nelson e Winter, entre outros.⁷⁸

Papandreou (*apud* MCGUIRE, 1974)
 assinala que o conceito de firma na
 Economia reflete o marco de referência

⁷⁶ Analisando essa perspectiva, discordamos dessa proposta por considerá-la improvável na atualidade, de acordo com os avanços da epistemologia inter-regional. Assim, em lugar da proposta dos autores, parece existir uma possível linha demarcatória, pautada nas estruturas de governança, em que se localiza o mercado, como o campo de pesquisa microeconômico da Economia, e a firma, como o campo interdisciplinar do conhecimento organizacional. Entre essas duas formas de coordenação, apresentam-se as atuais formas híbridas que podem direcionar-se, em certas circunstâncias, para um ou outro lado, embora alertando para o já mencionado risco de perda parcial de identidade que, particularmente, parece atingir mais as variantes conceituais da disciplina "invasora" do que aquelas da disciplina que está sendo "invadida".

⁷⁷ Desse modo, levam em conta dois mecanismos principais de organização, a saber: 1) um conjunto de categorias exaustivas de variáveis, e 2) um conjunto de conceitos relacionais. A respeito desse último, são extraídas quatro subteorias que vão constituir o núcleo da teoria Behaviorista sobre a tomada de decisões na firma, a saber: 1) quase-resolução do conflito; 2) tentativa de evitar a incerteza; 3) investigação seqüencial de problemas; e 4) aprendizagem organizacional (Ibid., p. 115-116).

⁷⁸ Aspectos, como processo de aprendizagem, rotinas, racionalidade limitada e incerteza, serão, posteriormente, incorporados à Nova Economia Institucional, em particular, às vertentes neo-schumpeterianas e à economia dos custos de transação.

acional, desenvolvido pela Sociologia parsoniana, uma vez que adota os seguintes pressupostos: 1) que o agente intervencionista não é a firma em si mesma, porém as pessoas que atuam em seu interior; 2) que o comportamento é condicionado tanto pela personalidade quanto pelos fatores ambientais; 3) que os processos behavioristas têm que levar em conta a cognição, a percepção, as ciências e os conhecimentos dos atores; e 4) que as recompensas ou as metas são, em geral, complexas.

Enfim, os fundamentos da teoria behaviorista da firma, sem sombra de dúvida, representam um dos pontos de partida para se chegar à Ciência Organizacional, haja vista suas contribuições para as novas vertentes institucionalistas⁷⁹. Além disso, os autores behavioristas avançaram nas décadas seguintes, trazendo novas contribuições para a disciplina, embora mantendo algumas de suas ambigüidades.

⁷⁹ A propósito, no livro de Cyert e March (1963), o capítulo IX, intitulado "um modelo de comportamento racional na administração de empresa", é de autoria de O. E. Williamson que mostra estar sintonizado com as contribuições behavioristas. Observa-se, no entanto, que Williamson, no artigo, em nenhum momento, faz referência ao seminal artigo de Coase que, tempos depois, seria considerado por ele o ponto de partida para a teoria dos custos de transação, particularmente enfatizada na nova economia institucionalista.

6.3 VERTENTES DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA – (NEI)

6.3.1. Análise neo-schumpeteriana da firma e a atual aproximação em prol da Ciência Organizacional

Existe um conjunto amplo de vertentes evolucionárias da teoria econômica da firma, ocupando lugar tanto no *mainstream* quanto nos espaços amplos da heterodoxia econômica. Especificamente em relação aos precursores da moderna economia evolucionária, destacamos: Veblen, Schumpeter e, mais recentemente, Geoffrey M. Hodgson.

Tomando-se como base o critério geográfico, podemos falar das seguintes vertentes evolucionárias neo-schumpeterianas⁸⁰: 1) a inglesa, sediada

⁸⁰ Se existem diferenças entre as perspectivas evolucionárias norte-americana (baseada em Nelson e Winter, 1982) e inglesa (sediada no grupo de Sussex), denotamos serem bem sutis. Assim, a visão inglesa parece trabalhar mais em uma linha schumpeteriana "pura", além de ajustar seu foco (macroeconômico, tecnológico) nos sistemas nacional e regional de inovação, enquanto o viés buscado pelos norte-americanos parece estar direcionado para o foco (microeconômico) da teoria da firma-organização, além de ser menos

na Universidade de Sussex (SPRU), cujos nomes mais representativos são os de Carlota Perez, C. Freeman e J. Metcalfe; 2) a norte-americana, cujo trabalho pioneiro foi o de Nelson e Winter de 1982 e que reúne, além dos dois últimos autores referidos, Teece e alguns historiadores institucionalistas, como Rosenberg e Chandler Jr; 3) a italiana, tendo como nomes de destaque Giovanni Dosi, Franco Malerba, L. Orsenigo e os historiadores Toninelli e Giannetti; 4) a francesa, cujos autores mais conhecidos são N. Foss, Foray e Amendola; 5) a brasileira, que vem se desenvolvendo em torno dos trabalhos de Possas, Pondé, Conceição, Canuto, Ferraz, Kupfer e Haguenaer e,

schumpeteriano. Outrossim, as demais vertentes evolucionárias assinaladas parecem alternar-se entre uma e outra dessas perspectivas predominantes ou, então, procurando, simplesmente, desconsiderar tais diferenças. Entretanto, vale registrar que, por razões óbvias, nossa análise evolucionária neo-schumpeteriana está voltada para o viés norte-americano.

na Bahia, em torno de Teixeira e Guerra, Loiola e Quintella.⁸¹

De outra perspectiva, Saviotti e Metcalfe (*apud* LOIOLA, 1998) apontam a existência de cinco vertentes evolucionária. Uma dessas vertentes ligar-se-ia à teoria da firma e organizações, dando origem às modernas teorias comportamentais da firma, à análise dos custos de transação e à análise da mudança tecnológica.⁸²

Tigre (1998) inclui nova corrente na teoria ou neo-schumpeteriana. Essa nova corrente é: a neo-institucionalista, que abarca, além de seus autores clássicos, a análise histórica de Chandler (1990), os trabalhos de M. Aoki, (1990) e teoria

⁸¹ Para uma leitura mais abrangente dessa vertente, ver, dentre outros: Nelson e Winter (1982); Nelson (1995), Dosi (2000); e no Brasil, Possas (1993); Kerstenetzky (1995) Conceição (2000), Pondé (2000), Loiola (1998) e Klein (1998).

⁸² Outras vertentes identificadas são as seguintes: 1) a centrada no princípio do equilíbrio e no conceito de agente principal, vertente dissidente da tradição de Veblen, Marshall e Shumpeter, produzindo pouco impacto sobre a Economia Ortodoxa; 2) a inspirada na explicação biológica evolucionária da mudança; e 3) a que enfatiza os conceitos de caos e de irreversibilidade das condutas, particularmente voltada para a teoria dos sistemas complexos.

francesa da regulação (cf. TIGRE, op. cit., p. 92). Para ele, os princípios que singularizam as teorias evolucionistas são: 1) ênfase na questão da inovação de produtos, processos e das formas de organização da produção; 2) descarta qualquer princípio de racionalidade invariante (ou substantiva) dos agentes econômicos⁸³ e 3) ênfase na propriedade de auto-organização da firma, como resultado das flutuações do mercado⁸⁴. Por último, assinala que o desenvolvimento da firma e sua capacidade de responder às mudanças dependem, segundo os evolucionistas, dos seguintes fatores: 1) aprendizagem e

⁸³ Baseados na idéia Simoniana da racionalidade Limitada/ Instrumental, os evolucionistas criticam as teorias da racionalidade substantiva que pré-define o comportamento de firmas, segundo o princípio da maximização. A esse respeito, ver Coriat e Weinstein, 1995; e Tigre, 1998.

⁸⁴ Interessante salientar, nesse último aspecto, as aproximações dos neo-schumpeterianos com a teoria de autopoiese, mencionada no capítulo I, como também com a mudança evolucionária baseada na ontogênese, visando descrever o processo endógeno de desenvolvimento da firma/organização, como se observa na visão penrosiana da firma.

rotina⁸⁵; 2) dependência de trajetória (*path dependencies*); 3) ambiente e seleção; e 4) competência central (TIGRE, op. cit., p. 98-101).

Kirat (1991) assinala que a teoria evolucionista busca questionar os limites da teoria neoclássica do equilíbrio. Assim, a analogia evolucionista é, de fato, fruto de uma velha reflexão a respeito de uma avaliação crítica das hipóteses de racionalidade e informação perfeita, ausência de incerteza e equilíbrio instantâneo cujas conclusões soam próximas daquelas que emanam da teoria behaviorista da firma.

No rastro dos behavioristas, portanto, uma literatura neo-schumpeteriana foi

⁸⁵ Vale ressaltar que as noções de aprendizagem e rotina aproximam os neo-schumpeterianos das rotinas tayloristas que, a nosso ver, aproximam-nos das rotinas Tayloristas, inclusive reforçando o processo de aprendizagem, como instituído por Marshall; ao mesmo tempo, prosseguem com as idéias de Simon, Cyert e March a respeito do processo de decisão na firma, além de incorporarem idéias extraídas de outros campos de conhecimento sobre o mesmo assunto, ambiente e seleção que mostram similaridades dos neo-schumpeterianos com a teoria institucional, a ecologia organizacional e a NEI, além de incorporarem idéias extraídas de outros campos de conhecimento sobre o mesmo assunto.

constituída em torno do conceito seminal das rotinas, a exemplo de Nelson e Winter (1982); Dosi, Gianetti e Toninelli (1992); Madhok (1997); Azevedo (1998); Miner (1991; 1996); Cohen e Bacdayan (1994); Lazanic e Mangolte (1999); e Coriat e Dosi (2002).

Na mesma linha, Miner (1996) afirma que as rotinas são vistas como um conjunto de atividades repetitivas e coordenadas, em que modelos elaborados de mudança organizacional podem ser desenvolvidos de ecologias de rotina. De outro modo, examina a seleção como um elemento básico no modelo de evolução organizacional. Nesse modelo, a ação organizacional, substancialmente, ocorre através da repetição de padrões operativos, procedimentos ou rotinas (cf. CYERT e MARCH, 1963; NELSON e WINTER, 1982).⁸⁶

Chang (1996) afirma que, no modelo evolucionário de Nelson e Winter (1982), rotinas denotam certas capacidades e regras de decisão. Desse modo, as rotinas definem uma lista de funções que são determinantes do que uma firma faz, em decorrência de diversas variáveis externas (condições de mercado) e internas (ex.:

⁸⁶ Nesse sentido, observa-se notório vínculo entre a teoria Behaviorista da firma e as teorias evolucionárias: neo-schumpeteriana (na Economia) e ecologia organizacional (na Sociologia), especialmente em alguns autores associados a essas vertentes.

estoque, maquinaria, conhecimento tecnológico), sendo os indivíduos os repositórios naturais de conhecimentos incorporados pelas rotinas.

Já Cohen e Bacdayan (1994, p. 554) entendem as rotinas organizacionais como multiação, entrelaçamento recíproco de seqüências de ações, constituindo as principais fontes de confiabilidade e rapidez do desempenho organizacional. Sem rotinas, as organizações não seriam estruturas eficientes para a ação coletiva. Ao salientarem a necessidade de avanços na teoria e na observação das rotinas organizacionais, também destacam que:

[...] rotinas e procedimentos têm sido conceitos básicos da teoria Behaviorista da firma. Desde Cyert e March (1963), porém, de fato, tem havido pequenos avanços da teoria básica desde seu trabalho *path-breaking*, fazendo muitas aplicações da teoria para interpretação de campo de observações de rotinas. Então, o *index de citações da Ciência Social*, mostra 71 citações de Cyert e March, num recente período de cinco anos, porém nenhum dos artigos citados, atenta para o desenvolvimento de uma teoria de rotinas e padrões de procedimentos operacionais. Na maior parte, o conceito de rotinas tem sido aplicado para mapear os "resíduos" da racionalidade, e, post hoc busca explicação dos comportamentos aparentemente não-rationais... (COHEN e BACDAYAN, 1994, p. 556, grifos dos autores, tradução nossa).

Como visto, parte expressiva da ênfase no estudo da rotina tem, como ponto de partida, o trabalho pioneiro de Cyert e March (1963), anteriormente analisado, não se constituindo, assim, uma novidade sua inserção no espectro de estudos da vertente evolucionária neo-

schumpeteriana.⁸⁷ Assim, de acordo com Nelson e Winter (1982), rotinas fazem na teoria da firma o mesmo papel dos genes na teoria evolucionária biológica e, por conseguinte, são persistentes e seletivas.

Ao buscarem sanear as insuficiências existentes no conceito de rotinas, por exemplo, os neo-schumpeterianos incorporam à discussão conceitos complementares, a exemplo das competências dinâmicas, ou seja, “capacidades essenciais”. Assim, Coriat e Dosi (2002, p. 285) distinguem as competências tecnológicas das organizacionais, referindo-se à primeira como partes compartilhadas de conhecimento científico, tecnológico e de rotinas concernentes à “estrutura da natureza e à sua abertura”. Já as competências organizacionais são definidas como aquelas partes

⁸⁷ Uma análise recente e aprofundada das transformações conceituais da firma, na visão neo-schumpeteriana/ regulacionista, exemplifica-se nas tentativas de evolução conceitual de rotinas para as competências e/ou capacidades essenciais, conforme analisamos anteriormente.

compartilhadas de conhecimento e de rotinas concernentes à governança da coordenação e interações sociais dentro da organização, envolvendo também as entidades externas. Coriat e Dosi citam, ainda, que o termo competências distintas foi introduzido por Selznick (1957), embora empregando no sentido restrito de desenvolvimento institucional.

Prahalad e Hammel (1990) popularizaram o termo “*Core Competence*”. As proposições desses últimos autores podem ser assim resumidas: 1) as grandes corporações têm múltiplas competências (cinco ou seis, no máximo); 2) são fundamentais para a dinâmica das firmas competitivas; 3) refere-se a todas as áreas de *hard technology*; e 4) as relações de competência, em grande escala, são características estruturais das organizações⁸⁸.

⁸⁸ Entretanto, Coriat e Dosi (2002) criticam os autores por não levarem em consideração os aspectos organizacionais da competência. Por sua vez, também argüem, criticamente, Prahalad e Hamel, ao intitular seu artigo “ *The Core Competence of the Corporation*” (no singular) que, talvez, tenha contribuído para

Teece et al (1997, p. 516) apresentam o conceito de capacidades dinâmicas, definindo-as “como as habilidades da firma para integrar, desenvolver e reconfigurar, interna e externamente, as competências direcionadas às mudanças ambientais” (cf. CORIAT e DOSI, op. cit. p. 283).

Enfim, para os autores anteriormente comentados, o sucesso corporativo surge de uma forte competitividade decorrente de um pequeno conjunto de capacidades essenciais, em que uma certa corporação pode sustentar uma posição privilegiada de liderança ao longo do tempo. Conforme registrado, as capacidades essenciais podem ser traduzidas enquanto: rotinas, como em March e Simon (1958), Cyert e March (1963) e Nelson e Winter (1982); competências distintas, de acordo com Selznick (1957); core competence(ies), na visão de Prahalad e Hamel (1990); capacidades dinâmicas

dar um eclipse parcial ao tema, ao confundir “ *Core Business*” e “ *Core Competence*” .

segundo Dosi, Teece e Winter (1992); e, finalmente, “competências” ou “capacidades” (no plural), termos esses usados de forma indiferenciada por Coriat e Dosi (2002). Assim, a polêmica conceitual entre rotinas/ competências/ capacidades é de natureza tautológica.

A vertente italiana, a exemplo de Dosi (1998), preconiza que a abordagem "evolucionária" busca diretamente uma coexistência permanente de firmas em diferentes tamanhos, exigindo uma permanente diversidade de estratégias para diferentes firmas (incluindo estratégias direcionadas de crescimento, diversidade, inovação - versus imitação). Postula, ainda, que a distribuição de firmas entre diferentes tamanhos é resultado cumulativo de história de sucessos, fracassos e mudanças em cotas de mercado, que refletem seus diferenciais tecnológicos e realizações de marketing.

Para concluir, cabe destacar as críticas e as limitações das teorias evolucionistas, sobressaindo-se, particularmente, aquela que diz ser sua construção teórica ainda bastante incipiente e parcial. Segundo Coriat e Weinstein (1995, p. 131-139), e Tigre (1998, p. 102-103), as principais críticas são: 1) ausência de tratamento das condições históricas e sociais que estão na base das inovações organizacionais, das competências e das rotinas; 2) desinteresse pela análise do conflito entre acionistas e gerentes que, a partir de Berle e Means (1932), cobrem uma parte crucial da literatura sobre a firma⁸⁹; e 3) falta de uma reflexão sobre as noções de controle e de comando, inerentes às rotinas, fazendo com que as contradições

⁸⁹ Assim, os evolucionistas “esquecem” a gerência, os conflitos e a falta de coerência, considerando a dimensão institucional apenas no aspecto cognitivo.

entre capital e trabalho sejam esquecidas, havendo, apenas, uma preocupação com a formação de habilidades técnicas e gerenciais.⁹⁰

Uma tentativa de responder a essas críticas ocorreu na década de noventa, a partir de uma abordagem que se propõe unificadora, denominada de economia organizacional (expressão, supostamente, cunhada por Simon, 1991)⁹¹, cujo foco ainda está voltado para a Economia. Assim, buscando consolidar seus fundamentos, a economia organizacional procurou incorporar conceitos extraídos de variadas abordagens, a exemplo da teoria behaviorista da firma, da O.I., além de incluir outros advindos da perspectiva neo-Evolucionária (como a recente abordagem das capacidades dinâmicas incorporadas pelos neo-chumpeterianos) e

⁹⁰ Comentando essas críticas, observamos que, parte expressiva, dos questionamentos apresentados busca, intencionalmente, descaracterizar um dos postulados básicos dos neo-schumpeterianos que são os fundamentos behavioristas da firma, muito embora mantendo a coerência no reconhecimento da relevância evolucionária institucionalista. Paradoxalmente, não fazem referência às atuais aproximações entre neo-schumpeterianos e regulacionistas, a exemplo de Coriat e Dosi (1995; 2002), além de ser apresentada uma nítida contradição entre as críticas 2 e 3, a respeito do conhecimento organizacional.

⁹¹ Para Simon (1991), as economias das sociedades industriais modernas podem ser mais apropriadamente rotuladas de economias organizacionais do que de economias de mercado. Assim, tais economias necessitariam mais de uma teoria das organizações do que de uma teoria de mercados. Como resultado, aponta para as insuficiências conceituais de análise da NEI, baseadas nos fundamentos neoclássicos, ignorando os mecanismos organizacionais-chave, tais como autoridade, identificação e coordenação.

da ECT, sem levar em conta que todas elas estão inseridas, de certa forma, no viés institucionalista da Ciência Organizacional.

Persistem, todavia, controvérsias sobre as influências e a natureza da vertente resumidas em quatro aspectos: 1) além de Schumpeter, a teoria neo-schumpeteriana também reconheceria as contribuições de Marshall e de Veblen? 2) ainda no foco neo-evolucionário, a teoria extrairia seus fundamentos da perspectiva darwiniana ou lamarckiana?; 3) Já no contexto da teoria da firma, o sentido da mudança evolucionária, salientado pela vertente, seria ontogenético ou filogenético?; e 4) além da Economia, as contribuições dessas vertentes neo-evolucionárias também estariam voltadas para a consolidação e ampliação dos fundamentos da teoria organizacional, da teoria behaviorista da firma, da Psicologia cognitiva/conexionista ou da administração estratégica? Ao buscar

respostas para essas questões, verificamos que elas se apresentam entrelaçadas.

Ao tentar responder à primeira questão, evidenciamos o dilema dos neo-schumpeterianos que, fazendo parte da heterodoxia, não reconhecem as contribuições evolucionárias marshallianas situadas no âmbito da ortodoxia. Também não enfatizam as contribuições

evolucionárias/institucionalistas

veblenianas, as quais foram desconstrucionistas em relação ao *mainstream* de seu tempo, e que agora reflorescem nas contribuições hodggsonianas. Em Nelson e Winter (1982), encontramos uma tentativa de conciliar os postulados darwinianos (a exemplo da seleção natural) com os lamarckianos (como visto no processo da auto-organização da firma), observando-se, nessa confusa proposta, dificuldades de argumentação frente ao *mainstream*. Paradoxalmente, essa confusão metodológica dos neo-schumpeterianos

foi bem recebida no campo da administração estratégica, ao relativizar o determinismo da seleção natural darwiniana, ao mesmo tempo em que fortaleceu o conceito de auto-organização da firma, na visão reducionista lamarckiana.

Mesmo mantendo essa ambigüidade teórica, a vertente neo-schumpeteriana escolheu a firma como categoria de análise, buscando, assim, o sentido da mudança na perspectiva original penrosiana que postula o crescimento da firma mais focalizada na mudança endógena, ou seja, ontogenética.

Visando complementar as partes insuficientes de seu programa de pesquisa, os neo-schumpeterianos têm, na perspectiva construcionista de Nonaka e Takeuchi (1997), a qual, por sua vez, está baseada nas modalidades de conhecimento (tácito e explícito), de Michael Polanyi, o ponto de partida para justificar (de forma heterodoxa) a utilização de contribuições anteriores da

teoria organizacional, a exemplo da teoria behaviorista da firma, da psicologia cognitiva e agora da administração estratégica. Mais recentemente, os neo-schumpeterianos também absorveriam conceitos da NEI. Essas incorporações levaram os neo-schumpeterianos a, de um lado, afastarem-se, cada vez mais, da Economia, especialmente da teoria da firma e, de outro, a aproximarem-se, gradualmente, do conhecimento organizacional.

Como resposta à última questão, consideramos que os esforços empreendidos pelos neo-schumpeterianos terminam por levar sua abordagem para o âmbito da interdisciplinaridade, uma vez que, ao procurar preencherem certas lacunas teóricas, aproximam-se de outras vertentes de conhecimento, tais como do velho institucionalismo vebleniano (a partir da herança desenvolvida e difundida por Hodgson (1998a; 1998b; 2002), da economia dos custos de transação (Williamson e Winter, 1991),

da teoria regulacionista francesa (Coriat e Dosi, 2002), dos convencionalistas franceses (Dupuy e Gilly, 1999), da ecologia organizacional (Carrol e Teece, 1999), e agora também, dos geógrafos institucionalistas neo-marshallianos (Becattini, 1994).

Em síntese, a grande contribuição dos neo-schumpeterianos para a Ciência Organizacional refere-se, ao nosso ver, ao resgate de conceitos que tinham sido abandonados pela Ciência Normal e pelos desconstrucionistas da Ciência Contra-Normal da Organização, além de trazer de volta a possibilidade de aproximação entre Organização e *Management*, a partir da abertura definitiva da “caixa preta” da firma.

6.3.2 Aproximações da Nova Economia Institucional em prol da Ciência Organizacional, na visão williamsoniana.

Zylbersztajn, Lazzarini e Chaddad (1998, p. 86), ao comentarem as “percepções de participação na Conferência Inaugural da Sociedade Internacional da Nova Economia das Instituições”,⁹² realizada de 19 a 21 de setembro de 1997, nos Estados Unidos, mostram a relevância do evento que marcou os 60 anos dessa linha teórica, desde a publicação do trabalho pioneiro de Coase (1937).

⁹² No contexto de uma MPPC Lakatosiana, o programa da NEI deve ser analisado na condição de programa de pesquisa progressivo, tendo na *The Institutional Society of New Institutional Economic* – ISNIE, entidade fundada em 1996, o ponto principal de aglutinação teórica.

Para os autores, a Nova Economia das Instituições (NEI) apresenta duas principais vertentes: 1) a que estuda as estruturas de governança, com embasamento na teoria dos direitos de propriedade e na economia dos custos de transação (ECT), tendo como expoentes Harold Demsetz; Claude Menard; Paul Joskow e Oliver Williamson e 2) a que estuda as Instituições de forma ampla, com forte ênfase em aspectos históricos e ligações com outros campos dentro das Ciências Sociais, tendo como expoentes Douglas North e Mary Shirley.⁹³

Buscando a origem da nova economia institucional (NEI), verificamos que a mesma está relacionada aos já mencionados estudos pioneiros de Commons e Coase sobre os custos de transação, sobre a gênese e sobre a natureza da firma. Essas idéias foram retomadas e desenvolvidas por Williamson, ainda na década de setenta, quando este direcionou seus estudos (de forma exaustiva) para a consolidação da NEI, colocando em relevo a importância

⁹³ Na perspectiva evolucionária institucionalista, tomamos, como fazendo parte do corpo teórico da NEI, duas vertentes: a neo-schumpeteriana e a ECT. Entretanto, como já admitimos anteriormente, também há duas perspectivas na ECT: uma micro e outra macroeconômica, conforme a análise anterior.

da teoria para os diferentes campos das Ciências Sociais.⁹⁴

Em sua trajetória intelectual, Williamson vem dedicando-se ao desenvolvimento do conhecimento organizacional, amparando-se em um conjunto de conceitos extraídos da teoria behaviorista da firma (1960), da teoria da organização industrial (1970) e desenvolvidos no âmbito da ECT (1970/80) e que são, de acordo com nosso pensamento, basilares para Ciência Organizacional. Registramos, ainda, que suas fontes passam ao largo da produção realizada no âmbito da Ciência Normal construcionista anterior a setenta.

Mesmo abandonando a ênfase no progresso da Ciência Organizacional, como se observam em seus escritos posteriores à publicação de *The Mechanisms of Governance* (1996), livro-síntese de suas idéias, reconhecemos a

⁹⁴ A esse respeito, ver as referências colhidas nos quarenta anos da trajetória intelectual de Williamson, conforme abalizada, parcialmente, na bibliografia que faz

riqueza das contribuições de Williamson para o conhecimento organizacional.

Na perspectiva da teoria econômica da firma, Marris e Mueller (1980, p. 37) fazem referência a Williamson, reconhecendo que suas contribuições no campo de pesquisa gerencial ampliaram a compreensão sobre a natureza das firmas, a qual está intimamente ligada à importância da organização interna. Para eles, dois livros de Williamson, *Corporate Control and Business Behavior* (1970) e *Markets and Hierarchies* (1975), representam os marcos iniciais da contribuição expressiva daquele autor. Entretanto, afirmam que uma visão coerente não teria emergido de suas discussões. Particularmente, isso acontece, segundo o próprio Williamson (1981), porque a estrutura hierárquica a ser avaliada - a moderna corporação - mostra-se, formidavelmente, complexa em seu tamanho, diversidade e organização interna.⁹⁵

Para Williamson, parte das dificuldades para se alcançar uma visão coerente pode ser, de fato, superada. Todavia, existem várias barreiras conceituais para a compreensão das instituições, a partir da integração de diferentes abordagens. Dentre essas, ele enfatiza: 1) a teoria neoclássica da firma, principal referência dos economistas não se interessa pela

parte desta tese.

⁹⁵ Vale ressaltar que, no início daquela década, Williamson ainda estava sob a influência teórica da O.I. e dos fundamentos históricos Chandlerianos, na perspectiva de análise da integração vertical da firma.

análise da organização; 2) os teóricos organizacionais, por sua vez, mostram-se mais preocupados com as características hierárquicas do que com a organização do mercado⁹⁶, por extensão não focalizam a tensão saudável que existe entre mercado e hierarquias; 3) os Cientistas Políticos mantêm uma profunda suspeita em relação às formas de organização econômica; e 4) a inovação organizacional tem sido, relativamente, negligenciada por historiadores econômicos e de negócios⁹⁷ (Williamson, 1981, p. 1539).

⁹⁶ Como análise da metáfora do mercado de forma organizacional, ver: Mackechnie e Donnelly-Cox (1996) e, de outra forma, a posição de Simon (1991).

⁹⁷ A tese central de Williamson (1981, p. 154) mostra que a teoria neoclássica trata a firma como uma função de produção, tendo como objetivo a maximização dos lucros. Em contrapartida, em sua visão da ECT, Williamson propõe: 1) ampliar o modelo de firma como função de produção, incluindo o conceito de firma nas estruturas de governança; 2) estudar firmas e mercados como alternativas de estruturas de governança, em uma perspectiva de programa de pesquisa institucional comparada; 3) superar a suposição de que inovações organizacionais têm propósito anticompetitivo, e que são refutáveis de ser desenhadas para economizar os custos de transação; e 4) interpretar a história de negócios em uma perspectiva de custos de transação.

Assim, ao analisar os antecedentes da teoria da firma, Williamson (1981) aponta para o estado insatisfatório dessa teoria, fato reconhecido, anteriormente, por Ronald Coase (1937) no clássico artigo sobre “A Natureza da Firma”.

Em relação à teoria das organizações, Williamson salienta que, conquanto os teóricos não tenham, em geral, apresentado bom desempenho teórico/conceitual, existem exceções notáveis, como Barnard (1938), Herbert Simon (1947)⁹⁸, March e Simon (1958), Cyert e March (1963) e Selznick (1957).

A respeito de Barnard, Williamson (1999, p. 1088) afirma que, dentre os elementos-chave em sua teoria da organização, inclui-se: 1) uma teoria da autoridade; 2) a delimitação da relação de emprego; 3) a discussão sobre a organização informal; e

⁹⁸ Observa-se que, da mesma forma como verificado nas vertentes econômicas analisadas: teorias da OI, behaviorista e neo-schumpeteriana, a ambiguidade conceitual persiste entre a Economia e a Ciência da Organização, apesar dos avanços no eixo reconstrucionista dessa disciplina, como fruto das contribuições dessas vertentes em prol da abertura da “caixa preta” .

4) e, novamente, a delimitação do conceito “economizar”. Segundo ele, o trabalho daquele autor representou um momento decisivo para o conhecimento organizacional que foi, subseqüentemente, desenvolvido por Herbert Simon (1947), ao avançar na análise da racionalidade, a partir de um corpo teórico mais preciso e pelos trabalhos relacionados ao Carnegie Institute (March e Simon, 1958; Cyert e March, 1963), como também por Selznick (1957).⁹⁹

Williamson identifica a insatisfação coaseana com uma parte essencial dos postulados neoclássicos (não significando, com isso, seu pleno abandono), fazendo com que esse autor, em 1937,

⁹⁹ Williamson, em parte, repete a visão estereotipada de Nelson sobre o conhecimento organizacional, apesar de seu reconhecimento para a relevância do campo, como visto em suas propostas para a consolidação do corpo teórico da disciplina. Nesse sentido, algumas das referências citadas por Williamson não identificam as principais contribuições organizacionais, portanto, inserimos uma breve revisão da literatura, visando a uma análise cronológica mais adequada.

apresentasse uma explicação plausível e realista para a origem da firma associada às ineficiências do mercado, às assimetrias de informações, aos contratos imperfeitos e aos custos de transação. Coase defenderia a tese de ser mais eficiente, em certos casos, trocar a coordenação econômica via mercado pela coordenação administrativa, baseada no princípio da autoridade (hierarquia). Nesse aspecto, residiria a relevância da organização interna, a nosso ver, representando uma explicação que, partindo da Economia, justificaria a origem epistemológica da Ciência da Organizacional.

Embora destaque, como já foi registrado, que o estudo da inovação organizacional tem sido, relativamente, negligenciado por historiadores econômicos e de negócios, Williamson reconhece algumas contribuições notáveis nesse campo, a exemplo dos trabalhos de Lance Davis e Douglas North (1971), e de Alfred Chandler (1962; 1977). O primeiro, por mostrar uma visão dramática da mudança institucional. No entanto, ressalta que Lance Davis e Douglas North presta somente uma limitada atenção na corporação, como uma unidade que necessita de atributos para ser avaliada. Já Chandler, por analisar as formas de mudança organizacional da grande empresa norte-americana, aspecto que, oportunamente, enfocaremos nesta tese.

AO TRATAR ESPECIFICAMENTE DA ECT, WILLIAMSON (1991, P. 369) APRESENTA SUAS QUATRO PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS: 1) AS SUPOSIÇÕES BEHAVIORISTAS; 2) A DIMENSIONALIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES; 3) AS CARACTERÍSTICAS-CHAVE DA GOVERNANÇA; E 4) O CONCEITO DE CONTRATO INCOMPLETO EM SUA TOTALIDADE.

Em relação às suposições behavioristas, evidenciamos, mais uma vez, a influência de Simon e de seus colegas do Carnegie Institute, particularmente Cyert e March, contribuindo para a gênese da ECT, como o próprio Williamson reconhece. Williamson salienta, baseado em Coase, que a ECT aspira à descrição do “homem como ele é”, em termos de cognição e auto-interesse, aspiração essa que se realiza pela incorporação de duas suposições, essencialmente, behavioristas, sobre o comportamento dos agentes econômicos: a racionalidade limitada e o comportamento oportunista.

As principais ramificações das suposições sobre o homem, anteriormente registrada, no contexto da economia da firma, são: 1) todos os contratos complexos são, inevitavelmente, incompletos, fazendo

com que os processos de alinhamento de incentivos não possam ser implementados (por causa da racionalidade limitada); 2) confiar sem contrato faz com que a promessa contratual entre os agentes venha repleta de risco, haja vista o oportunismo; e 3) agregar valor só ocorre organizando, sendo que o economizar significa salvaguardar as transações contra o risco do oportunismo (WILLIAMSON, 1991, p. 369).

Ademais, a ECT considera a transação como a unidade básica de análise da firma (cf. COMMONS, 1934). As principais características das transações: a frequência, a incerteza e as especificidades dos ativos.

Tendo em vista o conceito de governança, Williamson reconhece a possibilidade de aproximação entre Economia e o conhecimento organizacional, ao assinalar que os não-economistas têm sido, longamente, persuadidos da relevância das “micro-forças dentro das organizações”, mas “os economistas

apenas recentemente têm admitido essa proposição...” (WILLIAMSON, op. cit, p. 370).

Salienta, ainda, que os custos de transação e a história da literatura de negócios são elos recorrentes de partes seletivas tradicionais na literatura da teoria da organização. Assim, cita o exemplo de Barnard (1938) que enfatizava as diferenças entre organizações internas, talvez porque achasse que as conseqüências do desempenho somente poderiam ser medidas do ponto de vista da racionalidade, e de Simon (1947) que amplia e refina o argumento no contexto organizacional, afirmando a necessidade de tornar reconhecidos os atributos dos atores humanos nas organizações.

Interessante observar a timidez de Williamson (como também dos neo-schumpeterianos) em relação à Ciência Organizacional, que só é tratada de forma indireta, embora reconheça as contribuições da NEI para o conhecimento organizacional.

Ao se referir à emergência dos custos de transação, Williamson (1999, p. 1088) destaca que essa teoria aguarda sua “esperada operacionalização”, sendo o artigo de Coase 1937 o “mais citado pela literatura, mas, ao mesmo tempo, pouco utilizado”, conforme reconhece o próprio autor. Com efeito, a esperada busca de operacionalização conceitual dos custos de transação somente começou a partir dos anos setenta. Uma vez começada, a ECT teria progredido, sucessivamente, de informal para preformal, e desta para semiformal. Entretanto, reconhece que a teoria ainda se encontra repleta de medos *formais* de análise.

Ao reconhecer uma efetiva aproximação com o conhecimento organizacional, Williamson (1991; 1996; 1999) postula que a "ECT descreva a firma não em termos tecnológicos (como uma função de produção), porém em termos organizacionais (como uma estrutura de governança)". De fato, a firma e o mercado, como modos alternativos de

governança, como ele próprio assevera, diferem em discretos caminhos estruturais¹⁰⁰. Assim, os atributos que descrevem um modo de governança são os seguintes: 1) intensidade de incentivos; 2) controles administrativos; e 3) regime de regras legais.

Em síntese, Williamson (1996, p. 6) assinala que a ECT difere da ortodoxia nos seguintes elementos: 1) pressupostos behavioristas (racionalidade limitada, incerteza, e oportunismo); 2) a transação é a medida física de análise; 3) a descrição da firma é vista como uma estrutura de governança; 4) os direitos de propriedade e os contratos são problemáticos; 5) a relevância da análise estrutural discreta; e 6) o critério de *remediableness* (mecanismos de governança).

Em capítulo de *Mechanism of Governance*, Williamson (1996) argumenta que a nova Ciência Organizacional está em progresso, sendo a ECT uma parte fundamental dela. Destaca que os pressupostos behavioristas da firma têm sido descritos como o ponto de interseção da Economia com a teoria da organização, ao passo que a ECT busca interações com o Direito, a Economia e a Organização¹⁰¹.

Barney e Hesterly (1996, p. 123) endereçam críticas à ECT. Dentre essas, três são, particularmente, centrais: 1) foco na minimização de custos, como imperativo organizacional; 2) a teoria subestima os custos de organizar transações dentro da firma; e 3) a teoria negligencia o papel das relações sociais na transação.

¹⁰⁰ Parece haver nítido distanciamento entre o "determinismo" tecnológico neoschumpeteriano e o "determinismo" organizacional, proposto por Williamson e Chandler em relação às questões de natureza estrutural, mas não deixam de ser complementares na perspectiva que defendemos.

¹⁰¹ Scott (*apud* WILLIAMSON, 1999) salienta, em nota de rodapé, que Simon tem a mesma visão institucionalista de Selznick, sendo ambos influenciados por Barnard (1938).

Os neo-schumpeterianos (exemplificados em Winter, 1991) levantam as seguintes críticas da ortodoxia à perspectiva coaseana da ECT: 1) o conflito com o individualismo metodológico; 2) o fracasso para explicar a organização econômica; 3) a falta de “realismo”; e 4) o tratamento simplista ao tratar suas questões essenciais.

A primeira crítica constitui, ao nosso ver, um paradoxo, na medida em que tanto os neo-clássicos quanto a própria ECT utilizam o viés do individualismo metodológico. Por sua vez, Coase chama a atenção para o fato de que o comportamento oportunista e a racionalidade limitada dos agentes econômicos são fatores impeditivos do funcionamento perfeito do mercado neoclássico. Portanto, a constatação das imperfeições leva Coase a contestar o *mainstream*, sugerindo a abertura da “caixa preta” da firma.

A respeito da segunda crítica, reconhecemos que, se a ortodoxia insiste no “fracasso de Coase para explicar a organização econômica”, de fato, isso ocorre, talvez, por faltar na análise coaseana uma formulação matemática, a la ortodoxia, que comprovasse as teses sobre a origem e a natureza da firma, a exemplo do que está pretendendo fazer a nova teoria da O.I em seu retorno ao berço ortodoxo.

A terceira crítica refere-se à falta de “realismo” das teses coaseanas, parecendo, mais uma vez, paradoxal, se considerarmos que a ortodoxia desenvolve suas análises no domínio da abstração plena, enquanto princípio metodológico. Nesse caso, a crítica é pertinente mais às formulações e modelos de análise dos críticos do que do criticado.

E, finalmente, a última crítica dirige-se à simplicidade de Coase ao tratar seu foco de pesquisa: de estranhar a resistência da ortodoxia que ainda não aceita as teses descritivas, tão ao gosto de Simon, Arrow, Coase, entre outros, apesar de recompensá-los com a maior distinção que se pode almejar na Ciência Econômica, inclusive por tratar de temas relacionados, direta e indiretamente, à abertura da “caixa preta” da firma.

Outras críticas também permeiam a discussão. Vejamos algumas delas. Hofstede (1996), citando o economista Favereau, convencionalista, que critica a ECT por apresentar um conceito que pretende ser a base de uma teoria geral de organização, como também afirmando que a noção de poder em Williamson é unilateral, enquanto na França é relacional.

Lazega critica Williamson por apresentar um conceito limitado de poder. Contudo, concentra sua crítica na impossibilidade de convergência entre a Sociologia e a Economia, apresentando argumento típico de uma retórica conversacional, mais fruto dos confrontos acadêmicos entre franceses e americanos. Para ele o diálogo possível seria “um diálogo de surdos”. Visto desse modo, parece intransponível o fosso teórico entre as facções do velho e do novo continente (eurocentrismo versus norte-americanocentrismo). No entanto, se observar com atenção o conteúdo programático da economia das convenções, verificamos certas similaridades com a NEI, a exemplo do foco no individualismo metodológico e na análise das estruturas de governança.

Williamson (1999) também faz as seguintes críticas à ECT: 1) falta de uma descrição conceitual e aplicada do comportamento oportunista; 2) o fato de a teoria basear-se em um

conceito estático, mas que necessita ser dinâmico; 3) e, por último, o conceito de *governance* não está incorporado nos instrumentos da administração.

Em relação às críticas à ECT, antes comentadas, Williamson concentra-se em refutar aquela que atribui ser uma fragilidade conceitual de sua teoria, ou seja, a análise do poder. Todavia, faz questão de ressaltar a existência de duas espécies de poder que, usualmente, são distinguidas dentro da arena estratégica: o poder de mercado e a dependência de recursos. Entretanto, salienta que a ECT mostra-se cautelosa nessa análise, em contraste com os argumentos apresentados por outras abordagens, na medida em que assegura que os preços, a tecnologia e a estrutura de governança sejam determinados simultaneamente.¹⁰²

Ao defender a ECT, Williamson parece não visualizar o sentido de complementaridade que defendemos. Assim, não procura aproximar sua análise estática da abordagem dinâmica dos neo-schumpeterianos, não conseguindo também associar o individualismo metodológico (inerente ao comportamento oportunista) ao holismo metodológico, preconizado pelos velhos institucionalistas da Sociologia e da Economia, e também pelas vertentes institucionalistas francesas, especialmente os regulacionistas. Por fim, parece não vislumbrar processos aproximativos mais consistentes com o gerencialismo, talvez por faltar uma operacionalização da ECT, a exemplo do que o próprio Williamson vem

¹⁰² Williamson (1999) afirma que as principais abordagens da eficiência nas estratégias de negócios são as perspectivas baseadas em recursos e as de capacidades dinâmicas. Segundo ele, essas duas abordagens desenvolveram-se rapidamente, como visto em Edith Penrose que antecede os trabalhos sobre o crescimento da firma (1959) e os estudos recentes, a exemplo de Jay Barney, Cynthia Montgomery, do próprio Williamson, Ouchi, David Teece, e tantos outros autores influenciados pela perspectiva da dependência de recursos. Por outro lado, a abordagem das capacidades dinâmicas toma como inspiração J. Schumpeter

fazendo, mais recentemente, o que tem favorecido o progresso da Ciência Organizacional e que foi ponto de partida de nossa análise nesta tese.

No meio de todo o debate teórico relatado até aqui, Hofstede (1996:532) considera que a busca da universalidade de uma teoria geral da organização (tese dos construcionistas) parece ser impossível, conforme apregoam Williamson e Coase. Por outro lado, assinala que, se o desafio dos franceses está voltado para uma análise acadêmica do conceito de poder, esse assunto parece não ser popular entre os cientistas sociais americanos.

Tomando ainda como referência essa polêmica, entendemos que, enquanto prevalecerem os preconceitos, não resta dúvida de que os processos aproximativos entre matrizes institucionais de produção de conhecimento organizacional continuarão a acontecer muito lentamente. Barney e Hesterly (1996) manifestam posição igual. Eles acrescentam que reconhecem ser consideráveis as contribuições da ECT, uma vez que, historicamente, a organização tem sido visualizada como foco irrelevante de análise e indigna da ciência econômica. Enquanto a teoria da organização toma a existência da organização como uma certeza, a ECT, por sua vez, tem proporcionado uma visão que provoca os economistas a olharem dentro da “caixa preta” da firma, ao mesmo tempo em que abre espaço para uma nova abordagem para os teóricos da organização¹⁰³.

(1942) e foi, sucessivamente, elaborada por G. Dosi, G. Hamel, R. Nelson, C. K. Prahalad, R. Rumelt, D. Teece, S. Winter e outros.

¹⁰³ Mais uma vez, evidencia-se a relevância da epistemologia organizacional e também fica reconhecido, na postura de Barney e Hesterly, o distanciamento da teoria econômica para a abertura da “caixa preta” .

Consideramos que a defesa entusiástica da ECT por Williamson, postulando ser a mesma a base conceitual da NEI e da emergente Ciência Organizacional, impede, que muitos reconheçam a sua relevância, fazendo que focalizem mais suas insuficiências, haja vista não incorporar noções básicas das disciplinas co-irmãs, a exemplo da noção de poder da Sociologia.

Granovetter (1995) vê similaridades contingenciais em autores, como: Chandler¹⁰⁴; Williamson; Piore e Sabel, enxergando reminiscências de Woodward nos trabalhos desses autores, daí rotulá-los de teóricos contingenciais. Já Donaldson (1995) denomina teorias organizacionais do *anti-management*: a economia dos custos de transação; a teoria institucional; a dependência de recursos; a teoria da agência; e a ecologia organizacional.

Ao analisar tais posicionamentos, verificamos que parte substantiva deles atua em circuito fechado, na medida em que não apresentam contra teses e, portanto, não concorrem para alterar, essencialmente, os fundamentos das vertentes institucionalistas da Economia e da Sociologia. Pelo contrário, a tais

¹⁰⁴ Um aspecto interessante, descrito por McCraw (1998:28), refere-se às contribuições para o viés construcionista do Conhecimento Organizacional, quando afirma que: [...] “ o modelo Chandleriano da evolução empresarial menospreza o acaso e a contingência – situação irônica, na medida em que ele próprio influenciou a elaboração da Teoria da Contingência nas Ciências do Comportamento.” A esse respeito, ver: Lawrence e Lorsch, 1973, p. 219-222.

discussões sempre se seguem novos movimentos de aproximação que conduzem ao progresso da Ciência Organizacional, como veremos no próximo capítulo.

Evidentemente, são relevantes as contribuições williamsonianas para os diferentes campos das Ciências Sociais, a exemplo da Economia e da Ciência Organizacional. Mas, quando se trata de sua insistente ênfase na ECT, verificamos que a tática por ele utilizada para buscar o convencimento da comunidade acadêmica leva-o a se repetir até a exaustão.

Vale registrar, entretanto, que nem tudo que a NEI (da qual a ECT faz parte) tem a pretensão de realizar, de fato, interessantes. Assim, no contexto da NEI, particularmente nos estudos de Williamson, destacamos certos aspectos que consideramos básicos para o processo de consolidação da Ciência Organizacional.

Conforme o próprio Williasmon (1993b; 1996), esses aspectos são: 1) sentido da interdisciplinaridade, fruto da combinação do Direito, da Economia e da Sociologia (Organização); 2) ênfase na comparação (formas organizacionais são constantemente examinadas em relação a

outras alternativas); 3) foco microanálítico (a ação reside nos detalhes); 4) análise estrutural discreta (as formas alternativas de governança diferem em espécie, significando ser impossível trocar mercados por hierarquias e vice-versa); e 5) ênfase no economizar, principalmente por privilegiar a organização em detrimento da tecnologia.

Ao esse conjunto de aspectos básicos para a consolidação da Ciência de Organização, acrescentamos: as explicações dadas por Coase/Williamson para a gênese das organizações e o fato de que a unidade de análise da ECT é a transação, que se constitui, segundo o próprio Williamson, na menor unidade de análise da firma. Ainda nessa linha, destacamos o conceito de estruturas de governança que, a nosso ver, demarca as fronteiras (não necessariamente rígidas) entre as disciplinas da Economia e da Ciência Organizacional, uma vez que diferentes estruturas de governança se

distribuem em um *continuum* que vai do mercado à hierarquia e, entre essas, situam-se as formas híbridas, que se apresentam mais preponderantes no contexto atual do capitalismo globalizado. Com suas proposições, Williamson cria as condições para abrir a “caixa preta” da firma, condição essa fundamental para a consolidação da Ciência Organizacional, conforme será analisado no próximo capítulo.

Enfim, a riqueza da análise empreendida pela NEI espelha uma lógica da descoberta do conhecimento científico, como apresentado no capítulo II que, de fato, representa, a nosso ver, uma contribuição relevante, para o avanço do conhecimento sobre organizações.

Vale ressaltar, todavia, a existência de diferenças significativas entre nossa posição e as teses de Williamson. Em primeiro lugar, ele focaliza, demasiadamente, a ECT e sua respectiva unidade de análise, a transação, enquanto enfatizamos a Ciência Organizacional, constituída por uma multiplicidade de unidades de análise e de relações de complementaridade. Em segundo lugar, ele está voltado para o

individualismo metodológico, ao passo que nós buscamos interações que transcendam a atual dicotomia entre o individualismo e o holismo metodológico, como sugerem os fundamentos das socioeconomias francesas.

7. EVOLUÇÃO DAS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA, INCLUINDO AS ABORDAGENS FRANCESAS DA SOCIOECONOMIA

7.1 DA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL À TEORIA INSTITUCIONAL: UM NOTÓRIO PROCESSO APROXIMATIVO PARA UMA SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA

Para começar, cabe salientar que a perspectiva institucionalista sempre esteve associada à origem da disciplina Sociologia, como pode ser identificado nas obras de Comte, Durkheim e,

principalmente, em Spencer. Já no século XX, mais particularmente na década de 40, as idéias institucionalistas tomam forma nos estudos organizacionais com os trabalhos de Selznick (1957), na perspectiva estrutural-funcionalista, que teve em Talcott Parsons seu fundador e principal divulgador de idéias.

Da mesma forma, como observamos na Economia, os velhos institucionalistas da sociologia, especialmente Weber e weberianos, também representaram uma influência marcante na conformação do conhecimento organizacional e do campo de estudos organizacionais. Exemplos expressivos dessa influência são encontrados na obra de Selznick. Como ele próprio afirma, o seu livro *Leadership in Administration* (1972) é, freqüentemente, citado como uma fonte do “velho” institucionalismo na teoria da organização (Selznick, 1996), sendo nele

apresentada uma distinção conceitual entre “organização e instituição”.¹⁰⁵

Ao analisar a contribuição pioneira do velho institucionalismo selznickiano, verificamos que muitos de seus fundamentos continuam presentes em partes expressivas de novas abordagens institucionalistas da Sociologia e da Economia. Vejamos alguns desses conceitos e proposições: institucionalização¹⁰⁶; sistema sócio-técnico; competição organizacional; ênfase na mudança; evolução adaptativa

¹⁰⁵ Para Selznick (1972, p. 19), as diferenças conceituais entre Organização e Instituição são, assim, expressas: As organizações são instrumentos técnicos, planejados como meios de mobilização humana, visando a finalidades definidas. Em outros termos, são instrumentos perecíveis e projetados, racionalmente, para executar determinados serviços. Já as Instituições são concebidas como grupos ou práticas, podendo ser parcialmente planejadas, além de possuírem uma dimensão natural, fruto das pressões e das necessidades sociais. De outro modo, também podem ser entendidas como produtos de interação e de adaptação, tornando-se receptáculos do idealismo de um grupo, não sendo facilmente perecíveis. Nesse sentido, o século XX foi caracterizado como a “era das organizações”, e a sociedade pós-industrial, entendida como sociedade organizacional (cf. Pereira, 1988).

¹⁰⁶ Corresponde a um processo que ocorre com uma organização, com o passar do tempo, refletindo sua história particular, os trabalhadores, os grupos que

de tipos e práticas organizacionais; e o reconhecimento de que a transformação de organizações técnicas em instituições perenes é marcada por uma preocupação de autopreservação (sobrevivência).

Verificamos, ainda, que o velho institucionalista Selznick traz, para o contexto organizacional/institucional, o sentido simbólico, quando afirma que, “do ponto de vista dos sistemas sociais, e não de pessoas, as organizações tornam-se imbuídas de valor quando passam a simbolizar as aspirações da comunidade, seu senso de identidade” (SELZNICK, 1972, p. 17).

Nos últimos trinta anos, os estudos institucionalistas prosseguiram na Sociologia, com as vertentes, denominadas por Selznick (1996), de neo-institucionalistas, nas quais se destacam: a teoria institucional (TI), que tem nas figuras de Meyer e Rowan (1977), DiMaggio e Powell (1983), Scott (1987;

englobam os diversos interesses gerados e também a maneira como se adaptou

1995; 1998) alguns de seus principais nomes, e a ecologia organizacional que surgiria a partir do clássico artigo de Hannan e Freeman (1977), tratando de populações organizacionais na perspectiva evolucionária, a partir da incorporação de conceitos de demografia, seleção natural e inércia organizacional. Parte desses conceitos confundem-se ou são complementares com conceitos da teoria institucional, como alguns autores reconhecem, a exemplo de Tolbert e Zucker (1998).

A inserção da sociologia neoinstitucionalista em nossa discussão, reflete os recentes processos aproximativos entre autores de Sociologia e da Economia (Baron e Hannan, 1994), da Sociologia e da Economia neoschumpeteriana (Nelson, 1995), da teoria institucional e da ecologia organizacional (conforme Tolbert e Zucker, 1998), da ecologia organizacional e da nova economia institucionalista (Carrol; Teece

e Spiller, 1999), e da teoria institucional, da NEI e da ecologia organizacional (Grandori, 1998).

Outras razões dão suporte àquela inserção. O fato de suas diferentes unidades de análise, a exemplo do campo organizacional (na teoria institucional) e das populações (na ecologia organizacional), constituírem níveis de análise hierarquicamente superiores aos utilizados pela maioria das vertentes institucionalistas, especialmente as da Economia, além de sua inclinação metodológica para o holismo, o que difere das novas vertentes econômicas institucionalistas que adotam o individualismo metodológico.

Enfim, uma vez que nosso propósito está voltado para a busca de intersecções entre diferentes abordagens teóricas no campo do conhecimento organizacional, visando identificar possíveis complementaridades que dêem suporte a processos aproximativos, as teses sociológicas da teoria institucional e da ecologia organizacional não poderiam estar excluídas, especialmente pela importância que tais vertentes têm assumido nos processos de produção de conhecimento nas organizações e, mais precisamente, pelas contribuições que tais vertentes têm trazido para a Ciência Organizacional.

Powell e DiMaggio (1991, p. 8), por exemplo, salientam que o novo institucionalismo na Sociologia e na teoria da organização reflete a rejeição ao modelo do ator-racional¹⁰⁷. Destacam, ainda, o interesse, em ambas as abordagens, pelas instituições como variáveis independentes, e nas propriedades das unidades supraindividuais de análise, as quais não podem ser reduzidas a meras agregações ou conseqüências diretas de atributos individuais, e o retorno às explicações de natureza cognitiva e cultural.

Barley e Tolbert (1997) assinalam que o conceito de instituição tem sido um esteio na teoria sociológica, conforme se observa em autores, como Parsons e Selznick, mas que, recentemente, adquiriu uma maior proeminência nos estudos organizacionais, a partir da teoria institucional, com as contribuições de Meyer e Rowan, 1977; DiMaggio e Powell, 1983; Zucker, 1987; Powell e DiMaggio, 1991.

Com base em Zucker (1987) e Meyer e Rowan (1977), Tolbert e Zucker (1998) consideram que instituições “são socialmente construídas como templos de ação, geradas e mantidas através de interações em curso”. Portanto, instituição equivale a uma “porção de regras e tipificações que identificam categorias de atores sociais e suas apropriadas atividades ou relações”. Com essas proposições, as autoras evidenciam os elos entre ação e instituição, aproximando-se da teoria da estruturação de Giddens.

¹⁰⁷ Prates (2000, p. 140-141) contesta tal afirmação, salientando que não há evidência que justifique essa proposição nas teorias do novo institucionalismo.

Assim, segundo ainda Tolbert e Zucker (1998), a teoria giddensiana, que é, a nosso ver, de viés reconstrucionista, dá suporte à tentativa de articular uma teoria orientada para processos e que trata a estrutura (as instituições) como um produto (restritivo) da ação humana. Amparando sua teoria, simultaneamente, nos princípios do funcionalismo e da fenomenologia, Giddens tentou construir uma ponte para ultrapassar o fosso existente entre o determinismo (objetivo e noções estáticas de estrutura), de um lado, e o voluntarismo (subjetivo e pautado em visões dinâmicas), de outro. Para tanto, colocou lado a lado duas dimensões dos contextos sociais, focalizando sua atenção sobre pontos de intersecção entre essas dimensões, ainda segundo Tolbert e Zucker (1998).

Lopes Júnior (1995) destaca que os estudos voltados para a análise da instituição e para os processos de institucionalização tendem a aproximar os campos da Sociologia, da Economia e da

Ciência Política. Acrescentamos que tais aproximações têm favorecido a consolidação da Ciência Organizacional, a exemplo das relações interativas empreendidas por autores de teoria institucional e da ecologia organizacional, como mostraremos a seguir.

7.1.1 - A Ecologia Organizacional (ou Ecologia de Populações)

Uma vasta literatura foi constituída nas três últimas décadas, na abordagem da ecologia organizacional, a partir de artigo pioneiro de Hannan e Freeman (1977)¹⁰⁸, transpondo as fronteiras do eixo construcionista e, ao mesmo tempo, buscando processos aproximativos (*cross-fertilization*) com outras vertentes institucionalistas, a exemplo das aproximações com a economia dos custos de transação e a economia neo-schumpeteriana.

Durand (2001), por exemplo, na análise dos diferentes estágios do processo evolucionário - variedades, seleção e retenção - escolheu analisar o estágio de

¹⁰⁸ Nessa perspectiva, identificamos estudos que procuram enfatizar a necessidade de convergências teóricas, tais como: Hannan e Freeman (1977; 1989); Barnett e Burgelman (1990; 1996); Singer (1990); Hannan e Carrol (1992); Baum e Powell (1995); Boné e Witteloostuijn (1995); Üsdiken e Pasadeos (1995); Amburguey e Rao (1996); Baum e Oliver (1996); Burgelman (1996); Chang (1996); Ingham (1996); Usher e Evans (1996); Osborn e Hagedoorn (1997); Baum (1998); Grandori (1998); Oliver e Ebers (1998); Carrol e Teece (1999); Witteloostuijn (2000); Durand (2001). Já no Brasil, dentre os textos que exemplificam esses processos aproximativos, destacam-se: Fischman (1972); Zaccareli, Fischman e Leme

seleção, a partir das perspectivas comparadas de três abordagens: a ecologia organizacional, a economia neoschumpeteriana e a dependência de recursos, concluindo que o conceito de seleção nessas diferentes visões não é incompatível; mostram, pelo contrário, pontos convergentes, embora apresentem, também, algumas diferenças.

A ecologia organizacional surge, efetivamente, no estudo das organizações, como já visto, a partir da publicação do artigo seminal de Hannan e Freeman (1977), intitulado *The Population Ecology of Organization* e publicado no *American Journal of Sociology*. A proposta original de Hannan e Freeman busca responder à seguinte questão: Por que existem tantas diferentes espécies de organizações? Para responder essa questão, a ecologia direciona seu foco para a dinâmica das populações e/ou, mais recentemente, de comunidades de populações organizacionais, analisando os fatores que influenciam mudanças de quantidade e de variedade das organizações ao longo do tempo.¹⁰⁹

(1980); Cunha (1993; 1999); Machado-da-Silva e Fonseca (1996); Monteiro (1997); Rosseto e Rosseto (1999); Pondé (2000); Conceição (2001).

¹⁰⁹ Para outros autores, entretanto, dentre os precursores da ecologia organizacional nas organizações, destacar-se-ia o trabalho pioneiro de Larry E. Greiner (1972) "Evolução e revolução no desenvolvimento das organizações", e, nas Ciências Sociais, as Escolas nas quais predomina o sistemicismo, não podendo ser esquecida a influência Parsoniana, ao revalorizar a perspectiva evolucionária na sociologia, na nova economia institucionalista e nos estudos organizacionais.

Ao considerar a variedade de teorias que se apresentam agregadas à denominada metáfora orgânica¹¹⁰, Morgan (1996) considera que parte expressiva da teoria das organizações estaria situada no que ele denomina de metáfora orgânica, na qual também se incluiria a ecologia organizacional e a teoria institucional.

Conquanto reconheça aspectos positivos naquela metáfora, Morgan aponta as críticas já conhecidas: a de estudar as organizações enquanto organismos vivos; a suposição da “unidade funcional”; e, por último, traz à baila a velha crítica de revitalização do darwinismo social. Morgan (1996), ao criticar o determinismo (evolucionista) da teoria da

¹¹⁰ Piotr Sztopka (1998, p. 25) afirma que, desde suas origens, a sociologia trouxe uma distinção que persegue o pensamento sociológico até nossos dias e que tem provado ser tão enganosa quanto persistente: a analogia entre a sociedade e o organismo biológico. Como ponto de partida, Sztopka assinala para o pioneirismo de Auguste Comte (1778-1857) que dividiu seu sistema teórico em duas partes: a “estática e dinâmica social”, sendo que, subjacente a essa distinção, havia uma metáfora, explicitada anos mais tarde por Herbert Spencer (1820-1903). Esse último é autor de outra distinção que por mais de um século esteve no cerne da linguagem sociológica: “estruturas” por oposição a “funções”. As estruturas indicavam a constituição interna, a forma ou a configuração das totalidades sociais, enquanto as últimas indicavam seu modo de funcionamento ou de transformação. O legado metodológico dessas idéias iniciais constituiu a oposição entre dois tipos de procedimentos, quais sejam, o estudo sincrônico que procura observar a sociedade de uma perspectiva a-temporal, estática, enquanto o estudo diacrônico reconhece o fluxo do tempo e concentra-se nas contínuas mudanças sociais. A perspectiva diacrônica herdou a clássica metáfora orgânica e suas distinções, não diretamente de Comte, Spencer e outros mestres do século XIX, mas de uma influente escola sociológica do século XX, conhecida como teoria dos sistemas, teoria funcional ou estrutural-funcionalismo. Como principal nome, destaca-se Talcott Parsons (1902 – 1979), com a publicação das seguintes obras: *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives* (1966) e *the system of modern societies* (1971), trazendo conceitos de sistemas, da diferenciação ampliada e da integração. Como também se sabe, é de E. Durkheim os conceitos de diferenciação/integração; sociedades mecânicas-orgânicas. A esse respeito, Gareth Morgan (1996) fez uma análise minuciosa da metáfora orgânica nos estudos organizacionais.

população-ecologia (mais tarde denominada de ecologia organizacional), salienta que as organizações existem como elementos de um ecossistema complexo, não existindo isoladas e, muito menos, são auto-suficientes. Ao tratar da seleção natural, também assinala que essa teoria estuda a maneira pela qual os ambientes “selecionam” as organizações, a partir de análise das suas populações de forma abrangente.

Mas Morgan destaca também a aproximação entre a abordagem evolucionária e o Conhecimento Organizacional. Segundo ele, essa perspectiva abre novos campos de pesquisa, encorajando os pesquisadores a compreenderem a dinâmica que influencia as populações organizacionais. Autores, como Howard Aldrich, John Freeman, Michael Hannan, Joel Baum e Jitendra Sing, entre outros, fazem com que a análise organizacional mude da explicação de como as organizações individuais adaptam-se aos seus ambientes para a compreensão de como diferentes espécies de organizações aumentam e diminuem de importância ao longo do tempo, a partir dos seguintes questionamentos: “por que existem tantos tipos diferentes de organizações? Que fatores influenciam seu número e sua distribuição? Que fatores influenciam a habilidade de uma população em adquirir ou reter um nicho de recursos?” (MORGAN, op. cit., p. 70)

De fato, os estudos demográficos das organizações representam uma das contribuições mais importantes dessa

vertente, compreendendo análises históricas/quantitativas de setores econômico-organizacionais e revelando como as populações e/ou comunidade de populações organizacionais, que se apresentam na economia capitalista contemporânea, a exemplo das cadeias produtivas, redes, franquias, clusters e distritos industriais, evoluem.

Já Cunha (1993, p. 35) acredita que, por tomar como unidade de análise as populações de organizações e não as organizações individualizadas, a ecologia organizacional adota uma perspectiva dinâmica e contextualizada dos fenômenos de nascimento, crescimento e mortalidade organizacional, além de explicar a mudança e a variabilidade organizacional, como decorrência dos processos competitivos de seleção darwiniana. Desse modo, a teoria sugere “um determinismo ambiental [...], como algo profundamente desconfortável para os gestores, quase inteiramente

impotentes para fazer a organização reagir às mudanças observadas no ambiente”.

Outro aspecto importante da teoria refere-se às pressões inerciais que, freqüentemente, impedem as organizações de mudarem em resposta ao seu ambiente. Ao salientar a relevância das pressões inerciais que impedem a possibilidade de mudanças, a ecologia organizacional inviabilizou, supostamente, o processo de autodeterminação da gestão das organizações, fato que recebeu severas críticas de defensores do *mainstream*, a exemplo de Donaldson (1995), como também de autores relacionados ao planejamento estratégico, como Mintzberg, Lampel e Ahlstrand (2000), apesar de o conceito inércia compor outras teorias afins, a exemplo da teoria institucional¹¹¹.

Baum (1998, p. 141-143) caracteriza os principais focos de interesse da ecologia organizacional como aqueles que estão direcionados às seguintes variáveis: processos demográficos (idade, tamanho) ; processos ecológicos (nichos – dinâmicas das populações, dependência

¹¹¹ Autores, como Morgan (1996); Prestes Motta (2001); Mintzberg, Ahlstrand e Lampel, dentre outros, associam as vertentes da ecologia organizacional e da teoria institucional como fazendo parte das teorias ambientalistas, ou seja, o eixo construcionista do Conhecimento Organizacional. No entanto, identifica-se que a Ciência "normal" rejeita tais vertentes. Donaldson (1995), por exemplo, denomina-as de teorias organizacionais da anti-administração. Em contrapartida, essas vertentes apresentam-se para a epistemologia organizacional que nós propomos como, essencialmente, de cunho reconstrucionista, apesar de manterem algumas

da densidade, interdependência da comunidade); e processos ambientais (institucional e tecnológico). Baum salienta, ainda, que, apesar das diferenças (conceituais) existentes entre os pesquisadores, a Ecologia Organizacional desenvolve suas pesquisas, a partir dos seguintes postulados: 1) diversidade, vista como uma propriedade agregada das organizações; 2) organizações, já que, muitas vezes, apresenta dificuldade em planejar e executar mudanças suficientemente rápidas para atender às incertezas ambientais, e 3) a comunidade de organizações que, em um contexto de rara estabilidade, assevera que organizações surgem e desaparecem continuamente (cf. BAUM, 1998, p. 137).

Com certeza, um outro ponto que singulariza a abordagem ecologia organizacional é a sua unidade básica de análise – as populações organizacionais. Para investigar por que as organizações

similaridades com o *mainstream* do conhecimento organizacional, particularmente direcionado ao foco ambientalista.

consolidadas enfrentam tantas dificuldades para adaptarem-se a ambientes que mudam rapidamente, utiliza conceitos básicos como: população, comunidades organizacionais, inércia, forma organizacional, além de incorporar princípios evolucionários darwinianos, a saber: variação, seleção e retenção para explicar os fenômenos pesquisados.

Os seus teóricos reconhecem existirem muitas limitações na capacidade de mudança organizacional, fruto de pesados investimentos em instalações, equipamentos e recursos humanos. Outrossim, as informações incompletas, os pontos de vista dos tomadores de decisão e a própria história de sucesso da organização tendem a justificar os procedimentos correntes e a dificultar a mudança da cultura empresarial. Logo, a verdadeira transformação raramente

ocorre, em decorrência de todos esses obstáculos¹¹².

AS FORMAS ORGANIZACIONAIS (QUE ESPELHAM A TECNOLOGIA, A ESTRUTURA, OS PRODUTOS, AS METAS E OS RECURSOS HUMANOS ESPECÍFICOS A UMA DADA POPULAÇÃO ORGANIZACIONAL) PODEM SER SELECIONADAS OU REJEITADAS PELO AMBIENTE. CABE REGISTRAR, TODAVIA, QUE CADA POPULAÇÃO ORGANIZACIONAL TENTA ENCONTRAR UM NICHOS, OU MELHOR, UM DOMÍNIO ESPECÍFICO DE RECURSOS E DE DEMANDAS AMBIENTAIS, SUFICIENTEMENTE IMPORTANTE PARA APOIÁ-LA. DE FATO, O NICHOS EVOLUI SE A ORGANIZAÇÃO FOR BEM SUCEDIDA. COM O PASSAR DO TEMPO, ACASO NÃO HAJA “UM NICHOS DISPONÍVEL, A ORGANIZAÇÃO DECLINARÁ E PODERÁ PERECER” (DAFT, OP. CIT. P. 167).

O processo de mudança é explicado pela ecologia organizacional de acordo com os princípios evolucionários darwinianos de: variação, segundo o qual novas formas organizacionais emergem, continuamente, em uma população de organizações; seleção, de acordo com o qual algumas variações são mais adequadas ao ambiente externo do que outras; e retenção, que equivale ao processo de preservação e institucionalização das formas organizacionais selecionadas. Em suma, esses processos evolucionários conduzem ao estabelecimento de novas formas organizacionais em uma população de organizações. Assim, as organizações e populações organizacionais engajam-se em uma luta competitiva por

¹¹² Esse constitui um dos pontos de atrito com a teoria convencional das organizações ou Ciência Normal (Donaldson (1995), com os autores de Administração Estratégica (Mintzberg, Ahlstrand e Lampel, 2000) e com os Pós-modernistas. Esses últimos, por considerarem que a teoria também se enquadra na

recursos, sendo que cada forma organizacional luta para sobreviver, principalmente entre as novas organizações. (Ibidem, p. 167).

Na concepção da ecologia organizacional, o ambiente mutável determina a sobrevivência ou o fracasso das organizações, mas que as organizações individualizadas sofrem de inércia estrutural e encontram dificuldades para adaptarem-se às mudanças ambientais, então, ao ocorrer uma mudança rápida, as velhas organizações tendem a declinar ou a sucumbir, daí surgirem novas organizações mais ajustadas às necessidades do ambiente.

Analisando-se as críticas endereçadas à ecologia organizacional, identificamos que a maior parte delas, curiosamente, parte do *mainstream* do conhecimento organizacional, destacando-se os seguintes críticos: Astley e Van de Ven (1983); Cunha (1993); Donaldson (1995); Mintzberg (2000), dentre outros.

Em Donaldson (1995), por exemplo, as críticas estão direcionadas para o que ele denomina de teorias americanas de organização do *anti-management*: ecologia das populações (organizacional); teoria institucional; dependência de recursos; teoria da agência e economia dos custos de transação. Donaldson sai em defesa do *mainstream*, tomando como referência a TCE, que se situa, conforme já foi mencionado diversas vezes nesta tese, no eixo epistemológico/metodológico positivista/funcionalista. Para aquele autor, a proliferação de paradigmas tem fragmentado o campo dos estudos organizacionais. Para corrigir essa situação, ele sugere que tais abordagens sejam reintegradas à TCE. Cumpre destacar que as contundentes críticas de Donaldson trazem à tona antigas discussões sobre a relação entre conhecimento organizacional e conhecimento científico.

Consideramos, todavia, que a fragmentação do campo dos estudos organizacionais não é um fenômeno derivado da concorrência de “teorias americanas de organização do *anti-*

dita Ciência Normal. A respeito dessa polêmica, ver Clegg, Hardy e Nord (1998);

management. Essa fragmentação do campo fez parte do contexto acadêmico da década de noventa que caracterizou pelo processo de desconstrução do conhecimento organizacional, conforme já mencionado em capítulos desta tese.¹¹³

Em Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000), a crítica à abordagem em foco atrela-se ao *mainstream*, tendo como ponto de partida a literatura de administração estratégica. Situam a ecologia organizacional no safári de estratégia, denominando-a de escola ambiental, ou seja, uma vertente teórica que vê a formulação da estratégia como um processo reativo, ao lado da TCE e da TI.

Entender tais teorias enquanto uma ampla escola de abordagem estratégica, todavia, configura-se, a nosso ver, como um erro, na medida em que essa classificação obscurece a velha ambigüidade entre Administração e Organização. Os próprios autores acabam reconhecendo as dificuldades de inserir a ecologia organizacional na perspectiva ambientalista¹¹⁴.

Outra crítica refere-se ao uso preponderante de metodologia quantitativa em análises das dinâmicas das populações organizacionais. Ao analisar tal questão, concluímos que, se de um lado, tal atitude contribui para a teoria galgar degraus de credibilidade junto à comunidade acadêmica americana positivista, de outro, fica a dever uma ampliação de seu escopo metodológico pela incorporação de pesquisas qualitativas, que poderiam fortalecer o esforço de validação de suas teses, conforme preconizado por Cunha (1993). A demais, somos

Morgan (1996); e Prestes Motta (2001).

¹¹³ Contrariamente, no Handbook, consta um capítulo de Donaldson que faz a defesa da TCE, enquanto síntese de uma teoria geral da Administração, inclusive, sugerindo incorporar as vertentes surgidas pós-setenta, entre elas, a ecologia organizacional.

¹¹⁴ Mintzberg, Lampel e Ahlstand (2000) apresentam dez escolas de pensamento estratégico, cada qual com suas características básicas, dentre elas, a escola ambiental que vê a estratégia como um processo reativo, tomando como referência o artigo seminal de Hannan e Freeman (1977) e, de certa forma, incorporando, parcialmente, os fundamentos da TCE. Vale

também de opinião que a aplicação de métodos quantitativos às Ciências Sociais não elimina a possibilidade de equívocos na produção científica, ao contrário, podem até ampliá-los (cf. COZZETO, 1994)¹¹⁵.

Posto isto, evidenciamos que as críticas, de viés construcionista, dos teóricos contingencialistas e da administração estratégica estão concentradas na acusação de a teoria pregar um determinismo ambiental, rotulando-a de *anti-management*.

Por outro lado, os pós-modernistas/pós-estruturalistas também criticam a ecologia organizacional, pela ênfase ambiental, sistemicista, contingencialista, construcionista, positivista, entre outras. Com essas críticas, procuram desconstruí-la.

Situando-se no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista de produção de conhecimento, esta tese defende a possibilidade de aproximação entre a ecologia organizacional e a teoria institucional (TI) que utilizam variantes conceituais similares: nichos, isomorfismos e pressões inerciais; e com a teoria evolucionária neo-scumpeteriana, em função também do uso de conceitos

registrar que esses autores também fazem referência à teoria institucional que, segundo eles, também está inserida no contexto dessa escola.

¹¹⁵ Baseado nesses autores, Cunha aponta para três possíveis fontes de obtenção de dados de natureza qualitativa: 1) entrevistas seletivas com indivíduos conhecedores das organizações, objetos de estudo; 2) análise histórica documental; e 3) matérias publicadas na imprensa.

comuns, como: demografia organizacional (incluindo os sub-conceitos nascimento, mortalidade e densidade), seleção natural e competitividade organizacional.

De resto, vale registrar que as críticas às teses da ecologia organizacional ofuscaram a possibilidade de penetração da teoria no contexto acadêmico brasileiro, especialmente aquela crítica que procura rotulá-la, como Ciência Normal Construcionista, isto é, uma mera vertente ambientalista da TCE. Apesar disso, existe uma contribuição brasileira à ecologia organizacional, que antecede ao seminal artigo de Hannan e Freeman (1997), de Fischman (1972), a qual foi, posteriormente, ampliada em Zaccarelli, Fischman e Leme (1980). Nesses textos, já se identificava um evidente direcionamento para as questões evolucionárias e de populações organizacionais, mas que não alcançaram uma maior repercussão.

7.1.2. A Teoria Institucional

A moderna Teoria Institucional (TI) toma como referência a fenomenologia de Berger e Luckman (1966), em detrimento do funcionalismo estrutural presente no velho institucionalismo. Assim, enfatizando as dimensões simbólicas das organizações, a TI vê a realidade organizacional como socialmente construída e institucionalmente sustentada (cf. BERGER e LUCKMAN, 1985; MIZRUCHI e FEIN, 1999; PRATES, 2000), enquanto preconiza que as instituições correspondem a sistemas de valores e normas que moldam os contextos emergentes de interações, também denominadas de “encontros sociais”.

Scott e Christensen (1995) assinalem que, embora a TCE, a dependência de recursos e a ecologia da população enfatizem que as organizações são sistemas abertos que são afetados e

afetam os ambientes nos quais estão inseridas, para eles, somente a Teoria Institucional¹¹⁶ promoveu a ampliação do conceito de ambiente, pondo em relevo suas dimensões social e cultural. Logo, a TI fornece um espaço contextual, em que as abordagens anteriores podem achar seu lugar.

Scott e Christensen (1995) registram, ainda, que diferentes vertentes institucionalistas enfatizam elementos distintos, como os de cunho regulativo, normativo e cognitivo das instituições, como também diferentes tipos de meios, a exemplo de culturas, estruturas e rotinas. Assim, as suas vertentes que enfatizam as instituições como sistemas regulatórios, são as que priorizam a economia como objeto de investigação (incluindo historiadores econômicos e cientistas políticos), especialmente destacando-se, entre esses, autores vinculados à nova economia institucional - NEI, que focalizam as estruturas como os principais meios para atingir as regras institucionais. As instituições, como sistemas normativos, estão presentes nos estudos de quase todos os velhos institucionalistas da sociologia, como Durkheim, Weber, Parsons e Selznick, cujos trabalhos tinham como focos os aspectos normativos das formas institucionais. Finalmente, as instituições como sistemas cognitivos fazem parte de estudos da ecologia organizacional, da economia neoschumpeteriana, da etno-metodologia e da própria TI.

¹¹⁶ Como decorrência, uma Literatura foi constituída desde o seminal artigo de Meyer e Rowan (1977), exemplificado em DiMaggio e Powell (1983); Powell e DiMaggio (1991); Scott (1987; 1995); Scott e Christensen (1995); Barley e Tolbert (1997); Tolbert e Zucker (1998); Kondra e Hinings (1998); Mizruchi e Fein (1999); Gullati, Nohria e Akbarzaheer (2000). No Brasil, entre outros, Machado-da-Silva e Gonçalves (1998); Rosseto e Rosseto (1999); Prates (2000) e Conceição (2000 ; 2001).

Meyer e Rowan (1977) foram os primeiros teóricos a porem em prática uma concepção cognitiva das instituições, visando explicar a criação e a legitimação de formas organizacionais. Subseqüentemente, DiMaggio e Powell (1983), e Powell e DiMaggio (1991) mostraram as instituições como meios de transporte de sistemas culturais, em diferentes níveis de análise, a exemplo da sociedade, do campo organizacional ou de uma organização particular (a cultura corporativa)¹¹⁷.

Em outros termos, a TI pode ser entendida como uma abordagem que sobreleva um conjunto de normas e valores intangíveis (simbólicos), que moldam o comportamento das organizações no sentido de cumprir as expectativas cognitivas e emocionais de seu público, em detrimento dos “elementos tangíveis da tecnologia e da estrutura”, (DAFT, op. cit., p. 169-170).

Daft refere-se ao conceito de ambiente institucional como aquele constituído por um conjunto de normas e valores dos interessados, a exemplo da clientela, dos investidores, dos conselhos de diretores, do governo e de organizações colaboradoras. Ao adotarem estruturas e processos visando agradar essas entidades externas, as organizações aceitam essas estruturas e processos como padrões a seguir. Assim, o ambiente institucional refletiria o que a sociedade encara como métodos adequados de organizar e proceder.

Se as organizações adaptam-se ao ambiente de acordo com as demandas e as expectativas decorrentes das normas e padrões culturais, estabelecidos por

¹¹⁷ Por contraste, a economia neo-schumpeteriana desenvolvida por Nelson e Winter (1982) também enfatiza a importância de concepções culturais para o funcionamento das organizações, porém situa esses elementos, principalmente, nos hábitos, nas rotinas de trabalhadores e nos trabalhos de grupo. Para esses analistas, o conhecimento tácito encaixado nas habilidades e rotinas de trabalho é o meio de transporte de regras institucionais (Scott e Christensen, 1995).

entidades profissionais, agências financiadoras e clientes: se, por outro lado, a adoção de estrutura formal (parte organizacional mais visível para o público externo) é um meio utilizado pela organização para obter aprovação, legitimidade e apoio permanente, mas que pode apresentar-se, longe das necessidades reais e da resolução dos problemas específicos internos; logo, a perspectiva institucional procura descrever o processo de sobrevivência organizacional, a partir da análise da congruência da organização em relação às expectativas de seu ambiente.

Para Powell e DiMaggio (1991), a organização enfrenta um meio ambiente caracterizado por valores, normas, regras e demandas, buscando conformidade para, em troca, receber apoio e legitimidade. Assim, o ambiente institucional recompensa a organização por possuir uma estrutura e um processo que estejam em sintonia com o meio onde se insere. No processo de análise da construção institucional, procura-se determinar como e por que as práticas organizacionais comuns emergem, são copiadas no decorrer do tempo e chegam a tornar-se amplamente aceitas.

Para Meyer e Scott (1983) e Daft (2002), entre outros, a visão institucionalista também vislumbra as organizações como tendo duas dimensões essenciais – a técnica e a institucional. A primeira relacionada à tecnologia do trabalho e aos requisitos técnico-operacionais que se apresentam

regidos por normas de racionalidade e de eficiência, enquanto a dimensão institucional configura-se no controle exercido pelas expectativas do ambiente externo.¹¹⁸

A unidade básica de análise da T.I. é o campo ou setor organizacional. Segundo DiMaggio e Powell (1983, p. 148), o campo organizacional compreende um conjunto de organizações que, conjuntamente, constituem um espaço reconhecido da vida institucional que pode ser exemplificado nos fornecedores-chave, nos clientes de recursos e de produtos, nas agências reguladoras e em outras organizações que dispõem de produtos ou serviços assemelhados, sendo observadas, de forma mais intensa, na totalidade de suas ações relevantes.

Antes que um campo organizacional estabeleça-se como ocorre com o *e-commerce*, a diversidade é a norma e as novas organizações ocuparão os nichos emergentes, argumento este muito parecido com o usado pela ecologia organizacional. Do mesmo modo, a TI enfatiza a análise do ciclo de vida que vai da diversidade inicial à homogeneização (isomorfismo) do campo ou setor organizacional, ao contrário da ecologia organizacional que enfatiza mais o

¹¹⁸ A esse respeito, verificamos uma correspondência conceitual entre as dimensões técnica e institucional, extraídas da TI, e os conceitos de arranjos e ambiente institucional, como visto na análise da NEI.

sentido da variação evolucionária (cf. DiMAGGIO e POWELL, 1983).

Mais recentemente, Powell e DiMaggio (1991) reafirmaram e ampliaram o conceito de campo ou setor organizacional, definindo-o como aquele formado por um conjunto de organizações que se relacionam e influenciam-se, constituindo uma área reconhecida da vida institucional (isomórfica). Segundo eles, esse conceito contribui para o entendimento de relações interorganizacionais de diferentes naturezas, mas complementares.¹¹⁹

Outro construto da TI é o de busca de legitimidade institucional, que procura dar conta das ações organizacionais desejáveis, corretas e adequadas no âmbito do sistema de normas, valores e crenças exigidas pelo seu ambiente. Cumpre ressaltar, todavia, que as organizações têm grande necessidade de demonstrar legitimidade e, ao fazerem, podem gerar problemas internos de natureza estrutural e de funcionamento, uma vez que focalizam mais a aceitação

¹¹⁹ Em outros termos, Prates (1995) afirma que a diferença essencial entre o institucionalismo Selznickiano e a TI residiria no fato de que esta última nega-se a reconhecer o processo de mudança de uma organização em Instituição, supondo tratar-se de impropriedade sociológica. Em contrapartida, a TI caracterizar-se-ia em pesquisar o " caráter macroestrutural de comportamento organizacional, atribuindo

ambiental do que a eficiência interna, segundo a TI.

Ao responderem a pergunta sobre por que existe tanta homogeneidade nos modelos e práticas das organizações estabelecidas, os teóricos institucionalistas salientam que a maioria das organizações são, surpreendentemente, parecidas. A essa tendência invisível, rumo à semelhança, a TI denomina de isomorfismo ou homogeneização institucional.

Considerando que as relações interorganizacionais são caracterizadas por forças isomórficas, a similaridade institucional (ou isomorfismo institucional) pode ser entendida como a existência de uma estrutura e uma abordagem comum entre as organizações do mesmo setor. Logo, “Isomorfismo é o processo que faz com que uma unidade de uma população se pareça com outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais” (DAFT, 2002, p. 170).

Para DiMaggio e Powell (1983), Powell e DiMaggio (1991); Scott (1995), Wicks (2001) e Daft (2002), os mecanismos para a adaptação institucional são os seguintes:

a conceitos, como ambiente, setor ou campo organizacional, o status de unidade

1) as forças miméticas (pressões que buscam copiar ou adotar o modelo de outras organizações) resultantes de respostas à incerteza; 2) as forças normativas (expectativas de que as organizações mudam para alcançar e adotar padrões de profissionalização, consideradas pela comunidade como atualizadas e eficazes), resultantes do treinamento e do profissionalismo comum; e 3) as forças coercitivas (pressões externas exercidas sobre as organizações para que elas adotem estruturas, técnicas ou comportamentos semelhantes aos de outras organizações), derivadas da influência política.

Vale ressaltar que se o conceito de isomorfismo é relevante para definir as novas formas de configurações organizacionais, então, mais uma vez, tornam-se evidentes as possibilidades de aproximação entre a TI, a ecologia organizacional e a teoria da dependência de recursos (cf. TOLBERT e ZUCKER,

1998). Defendemos, ademais, que a ênfase (quase) exclusiva da TI sobre o conceito isomórfico restringe e simplifica a análise dos processos, levando ao reconhecimento da necessidade da teoria buscar estabelecer novas relações de complementaridade com outras diferentes vertentes de viés institucionalista, a exemplo da recente aproximação com a teoria da estruturação giddensiana, como se observa em Barley e Tolbert (1997).

Entendemos que a associação entre os processos de isomorfismo da teoria institucional e as pressões inerciais da ecologia organizacional tende a favorecer uma compreensão mais abrangente das questões institucionais. A exemplo do que defendemos nesta tese, Tolbert e Zucker (1998), Grandori (1998), Amburguey e Rao (1996), entre outros, reconhecem que há nítida relação de complementaridade entre a ecologia organizacional e a TI, em que conceitos, elementos e categorias (unidades e níveis de análise) interpenetram-se, enriquecendo-as.

Ao fazer uma apreciação do processo de institucionalização da TI, Tolbert e Zucker (1998) apontam para aspectos essenciais que envolvem a teoria, a exemplo de sua origem, fato que, segundo elas, estaria associado ao viés construcionista da sociologia organizacional, notadamente funcionalista, quantitativista e pautado no modelo decisório do ator racional. Reconhecem a emergência de uma nova perspectiva teórica dentro da TI, que vai por em relevo as propriedades simbólicas da estrutura, a partir de fundamentos extraídos do velho institucionalismo e, mais particularmente, da fenomenologia. Consagra-se, então, uma ruptura dentro da própria TI, que abandona a visão funcionalista da estrutura organizacional/institucional e passa a trabalhar com o seu sentido simbólico, bem como vai ampliar o conceito de ambiente em termos técnicos e institucionais¹²⁰ (cf. TOLBERT e ZUCKER, 1998, p. 222).

Analisando o processo de institucionalização da TI, Tolbert e Zucker (1998) identificaram sua fragilidade, comparando-a com outras vertentes sociológicas, a exemplo das vertentes já mencionadas nesta tese do velho institucionalismo selznickiano e da ecologia organizacional. Assim, reconhecem que, ao contrário da ecologia

¹²⁰ Em nossa opinião, os três estágios do processo de institucionalização, defendidos pelos autores, baseados em Meyer e Rowan, correspondem à transposição de conceitos extraídos de Berger e Luckman (1967, p. 129), além de estarem associados às idéias de arranjos e ambientes institucionais, conforme visto nas idéias da NEI, exemplificado em North (1990), Williamson (1993a) e Lopez (1995).

organizacional que possui medidas padronizadas de densidade, a TI ainda não conseguiu consolidar um conjunto de variáveis-padrão nem uma metodologia de pesquisa e muito menos conjuntos de métodos específicos. Em vista disso, os estudos da TI utilizam métodos ora qualitativos ora quantitativos, dando pouca atenção aos processos de institucionalização, que envolvam a dimensão fenomenológica dos arranjos estruturais que são seus objetos.

Nesses termos, os referidos autores reconhecem a superioridade metodológica da ecologia organizacional e da teoria da estruturação giddensiana, em relação a TI, sendo essa última vista como em transição entre o funcionalismo e a fenomenologia. Assim, a TI debater-se-ia entre o funcionalismo da Ciência Normal, a fenomenologia, os culturalistas e, por fim, os pós-modernistas/pós-estruturalistas da Ciência Contra Normal.

Ao comentar o texto de Tolbert e Zucker, Machado-da-Silva e Gonçalves (1998, p. 220) assinalam que a TI contribui para o “entendimento do processo de construção e reconstrução dos arranjos estruturais em organizações”, fato que, a nosso ver, representa uma evidência do reconhecimento por parte desses autores,

para a relevância dos eixos epistemológicos que defendemos existir no contexto do conhecimento organizacional.

Por sua vez, também reconhecem que a TI constitui o resultado da convergência (institucionalista) de diversos campos teóricos, como a Sociologia, a Economia e a Ciência Política, envolvendo indivíduos e organizações. Assim, ao buscarem localizar a unidade de análise da TI, situam-na na fronteira entre população de organizações e organizações.

De outro modo, Machado-da-Silva e Gonçalves enfatizam a possibilidade de a TI ser utilizada em estudos institucionais contextualizados no Brasil, a exemplo da análise da questão patrimonialista, característica intrínseca da cultura político-administrativa brasileira. Analisando o resgate dessa perspectiva no contexto brasileiro, todavia, salientamos que há de se levar em conta a necessidade de um viés crítico nos estudos da TI para evitar o risco de se retomar uma perspectiva etnocentrada, a partir de velhos modelos teóricos que ideologizaram processos de dominação de países centrais em relação aos periféricos na década de sessenta do século XX.

Prates (2000), por sua vez, faz as seguintes críticas à TI: 1) ausência de consistência teórica que justifique sua identificação como algo “novo”; 2) contribuições pírias em relação ao pensamento organizacional dominante nos anos 70 e 80; 3) persistência de velhos conjuntos binários como no velho funcionalismo parsoniano; e 4) “reutilização” de velhos conceitos teóricos, com alguma roupagem nova.

Analisando essas críticas, entendemos que o direcionamento do autor, talvez, fosse diferente se sua análise estivesse pautada em eixos epistemológicos/metodológicos. Prates insiste no velho foco do “voltado para dentro”, ao criticar a unidade de análise da TI (o campo

ou setor organizacional), parecendo não levar em conta o contexto da realidade interorganizacional.

As contribuições da TI para o processo de reconstrução estão evidenciadas em diferentes perspectivas, apesar das críticas já mencionadas de Prates (2000), de Clegg e Hardy (1998), de Reed (1998) e Marsden e Towley (2001) que, entre outras, mostram certa condescendência ao tratarem da natureza da TI no contexto do conhecimento organizacional em relação às demais abordagens institucionais. Retomamos algumas dessas críticas.

Reed (1998), por exemplo, enquadra a TI no modelo de meta narrativa do poder, ao lado das perspectivas de Marx e Weber, mas, ao mesmo tempo, longe das demais vertentes institucionalistas (modelo de mercado), gerando certa indefinição teórica/ crítica entre sua posição e a de outros autores no *Handbook* que, ao contrário, procuram ver a teoria em uma perspectiva denominada de neo-institucionalismo, identificando nela tanto um viés funcionalista (construcionista) quanto fenomenológico (desconstrucionista).

Ainda nessa perspectiva crítica, autores, como Clegg e Hardy (1998), apontam para a existência de um novo embate de conjuntos binários no conhecimento organizacional, como já visto, a partir de confrontações entre culturalistas e estruturalistas, em que a TI estaria situada no lado culturalista, enquanto as outras vertentes institucionalistas estariam localizadas no âmbito estruturalista.

Em nossa opinião, essa ambigüidade pode ser resolvida se considerarmos que essa posição da TI não constitui uma virtude e, muito menos, um defeito, na medida em que de uma perspectiva reconstrucionista, tal teoria parece estabelecer uma ponte entre institucionalistas e culturalistas. E, em segundo lugar, a TI também contribuiu ao estabelecer pontes entre o funcionalismo e a fenomenologia, favorecendo a transposição do velho e desgastado jogo dicotômico entre construcionistas e desconstrucionistas.

Tomando-se como referência os processos de habitualização, de objetivação e de sedimentação, verificamos que estão em andamento, no âmbito da teoria, o resgate e o aperfeiçoamento do velho institucionalismo selznickiano.

Com certeza, os elos perdidos da Teoria devem ser resgatados, a exemplo da vertente do desenvolvimento institucional que esteve em voga nos anos 60, embora de viés estrutural-funcionalista (construcionista). Essa vertente representou uma contribuição interessante na perspectiva da análise de processos (evolucionários) de institucionalização, tendo como figuras proeminentes Milton Esman e Hans Blaise, a partir das idéias do velho institucionalismo selznickiano (cf. PEREIRA, 1988).

RECONHECEMOS QUE A TI EQUIVOCA-SE AO DISSOCIAR O COMPONENTE “INSTITUCIONALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL”, AO CONTRÁRIO DA RELEVÂNCIA DADA A ESSE CONCEITO PELO VELHO INSTITUCIONALISMO SELZNICKIANO, EMBORA TOLBERT E ZUCKER (1998), E BARLEY E TOLBERT (1997), RECENTEMENTE, TENHAM BUSCADO RESGATAR A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO, CONFORME JÁ FOI MENCIONADO.

Enfim, consideramos que as críticas contundentes que se fazem à TI, particularmente aos seus aspectos quantitativos, funcionalistas e voltados para a organização interna, relegam a um segundo plano o fato de a Teoria apresentar facetas mais predominantes no viés reconstrucionista, a exemplo de suas dimensões simbólica, cultural e fenomenológica que, por sua vez, são complementadas com os aspectos demográficos, históricos, evolucionários e

voltadas às populações organizacionais, tal como identificamos nos estudos da ecologia organizacional e de outras vertentes de viés institucionalista, focalizadas nesta tese.

7.2. VERTENTES INSTITUCIONALISTAS FRANCESAS: A TEORIA DA REGULAÇÃO E A ECONOMIA DAS CONVENÇÕES.

7.2.1 Preâmbulos

No decorrer da revisão bibliográfica que empreendemos para realizar esta tese, chamou a nossa atenção as vertentes socioeconômicas francesas pela sua natureza, essencialmente, reconstrucionista. Dentro desse amplo conjunto, neste capítulo, vamos focalizar as vertentes “economia das convenções” (Orlean, 1989; 1994) e outra,

consubstanciada na obra de Coriat (1994) e Coriat e Weinstein (1995), autores relacionados à teoria francesa da regulação, que buscam articular as bases micro e macroeconômica da regulação econômica e, assim procedendo, tendem a reduzir a distância entre os campos da Sociologia e da Economia.

Reforçando a nossa posição, Leverque, Bourque e Forgues (1997) apontam, dentro da renovação da sociologia econômica francesa, três correntes que reagrupam, em número significativo, as pesquisas atualmente em voga, formando conjuntos relativamente coerentes: 1) a anti-utilitarista, anti-economicista e anti-normativista nas ciências sociais (Mauss); 2) a da economia solidária (Jean Louis Laville)¹²¹; e 3) e as correntes de socioeconomias, dos institucionalistas franceses: a teoria da regulação e a

¹²¹ Vale ressaltar que identificamos nítidas convergências entre as idéias de Marcel Mauss e Jean Louis Laville, fato que nos leva a associar essas duas perspectivas em uma única vertente. Contudo, reconhecemos a impossibilidade de fazermos

economia das convenções, ambas voltadas para as dimensões históricas e sociais da economia.

Para os últimos autores mencionados, essas três correntes não se limitam a uma crítica dos postulados econômicos neoclássicos, buscam também redefinir as atividades econômicas, propondo alternativas de análise de objetos, até então, exclusivamente, tratados pela Ciência Econômica Ortodoxa.

A teoria da regulação aparece na segunda metade dos anos setenta com a publicação da tese de Aglieta (1974), e a economia das convenções, a partir de um número especial de *Revue Économique* (1989), quando delineia seus contornos teóricos/conceituais.

Desde sua gênese, a teoria da regulação tomou uma projeção em escala mundial, ao passo que a economia das convenções ficou mais conhecida na França onde tem inspirado relevantes trabalhos no curso dos últimos quinze anos. Entretanto, essas duas abordagens não chegam a ser confundidas, visto que a teoria da regulação está, explicitamente, centrada

uma análise mais acurada desse viés que denominamos por teses do não-

em uma perspectiva de inspiração holística (marxista e keynesiana), enquanto a economia das convenções apresenta-se associada a uma versão redefinida do Individualismo Metodológico – IM. Não obstante, ambas se completam, visto que uma está centrada nas pesquisas sobre mudanças institucionais e, notadamente, nas formas socioeconômicas da regulação, enquanto a economia das convenções explora as formas de coordenação que são necessárias ao bom funcionamento das organizações, a partir do pressuposto da autonomia individual dos agentes econômicos (cf. LEVERQUE, BOURQUE e FORGUES, op. cit., p. 277).

Leverque, Buarque e Forgues reconhecem que a teoria da regulação constitui um exemplo de renovação do pensamento econômico, remetendo as relações sociais para o centro da análise. Já a economia das convenções, sem renunciar aos

princípios do IM, considera as convenções como resultados de ações individuais e, simultaneamente, dos planos normativos pelos quais os atores aceitam o processo da ação coletiva.

7.2.2 A Escola ou Teoria da Regulação e a Teoria Econômica da Firma na visão de alguns Regulacionistas

Inicialmente, destacamos as dificuldades metodológicas que se colocam quando o objetivo é investigar as possibilidades de aproximação entre regulacionistas e as demais vertentes inseridas em nosso quadro de análise. Ainda assim, registramos que há em curso algumas iniciativas de certos autores regulacionistas, que têm buscado aproximações com os neo-schumpeterianos, os convencionalistas e com autores vinculados à NEI.

Nas obras de Coriat (1994), Coriat e Weinstein (1995), Dosi e Coriat (2000), Coriat e Dosi (2002), por exemplo,

observamos que, efetivamente, há claras indicações sobre possibilidades de inserção da teoria regulacionista (TR) no debate que envolve, atualmente, as vertentes institucionalistas “velhas” e “novas” da Sociologia e da Economia. A busca de uma análise da firma no interior da TR mostra-se ser promissora tendo em vista o seu potencial de explicação dos fenômenos do capitalismo contemporâneo, por focar e tentar construir pontes entre a micro e a macroeconomia, embora originalmente tenha prevalecido uma ênfase na macroeconomia. (CORIAT E WEINSTEIN, 1995).

Ao fazer a genealogia das origens e das fontes de inspiração da TR, identificamos que a mesma provém de variadas fontes, entre as quais estão destacadas: a análise estrutural-marxista, a escola francesa dos anais e a macroeconomia keynesiana/kaleckiana. Além dessas fontes, não podemos deixar de mencionar que a TR sofre influências, também, da geografia econômica regional e dos diversos tipos de institucionalismo, velhos e novos, da Sociologia e da Economia.¹²²

¹²² Para efeito de uma breve revisão da literatura, utilizamos as referências de autores regulacionistas que se apresentam mais centrados na discussão em torno da teoria da firma/organização e que estão voltados, direta ou indiretamente, para os processos aproximativos, a exemplo de Theret (1998a; 1998b); Boyer (1990; 1998); Coriat (1994;

Como trabalho fundador da TR, destacamos o de Michel Aglietta de 1974, mas que só foi publicado, posteriormente, em 1976. Não obstante o reconhecimento dessa obra como o marco inicial da TR, identificamos que parte da análise marxista, incorporada à discussão regulacionista, tem um fundo microeconômico, tendo suas origens na escola do processo do trabalho, em relação à qual as influências de Marx e de Gramsci foram decisivas. Ainda no capítulo de precursores, também são citados outros autores marxistas, conforme observamos na análise de artigos sobre o taylorismo /fordismo, divulgados pelo periódico *Sociologie du Travail*.¹²³

Boyer (1990, p. 41) salienta que Gerard de Bernis, os componentes do grupo de pesquisa sobre a regulação da economia capitalista (GRREC) e o filósofo George Canguilhem foram os pioneiros na introdução não só o conceito de regulação, mas também da própria abordagem regulacionista. Boyer diz ainda que há “más utilizações da regulação” que, segundo ele, expulsam as boas. Verificamos, no entanto, que a ambigüidade conceitual do termo associa-se à opção do programa de pesquisa regulacionista pelo holismo metodológico. Essa opção tem limitado o repertório de respostas da TR e seus autores, para superarem esses limites, têm realizado movimentos de aproximação com a teoria dos sistemas e com a abordagem macroeconômica keynesiana. Seu maior limite, a nosso ver, deriva do fato de que

1997); Coriat e Weinstein (1995); Benko e Lippietz (1994), além de destacarmos as contribuições de alguns autores brasileiros, como Nascimento (1993) e Veiga (1997).

¹²³ Em junho de 1988, a Universidade de Barcelona realizou um colóquio sobre a TR que marcou a história do desenvolvimento teórico desse programa de pesquisa. O encontro mostrou que a TR constitui, efetivamente, uma problemática original de análise do capitalismo e de sua dinâmica. Ademais, o colóquio apontou para a existência de diferentes “escolas de regulação”, a saber: 1) três francesas; 2) uma alemã; 3) uma holandesa; 4) uma nórdica; e 5) uma norte-americana. Não obstante sejam identificadas algumas diferenças entre elas, contudo, não há alteração da identidade básica do programa.

a perspectiva da regulação, ao ser vista como uma “conjunção de mecanismos que promovem a reprodução geral”, mostra uma nítida sinalização para o contexto da sociologia funcionalista.

Nascimento (1993) corrobora com as afirmações anteriores e acrescenta novas informações sobre as fragilidades da TR. Salienta que a teoria sofre os desdobramentos das crises atuais do marxismo e, simultaneamente, do keynesianismo. Ademais, salienta que a TR surge como uma recusa a certas concepções e formulações teóricas do marxismo, não obstante alguns a considerarem uma teoria marxista; outros, uma teoria compatível com o marxismo e, até alguns, cheguem a classificá-la como funcionalista, conforme vimos no parágrafo anterior.

Ao tentar responder “como e por que uma formação econômica dada (sic) passou de um crescimento forte e regular para uma quase estagnação e uma instabilidade das seqüências conjunturais”, o programa regulacionista toma como ponto de partida a ruptura das tendências econômicas a partir de 1973, como sendo fruto da crise do regime fordista, enquanto princípio técnico, social e econômico de organização (BOYER, 1990, p. 59).¹²⁴

¹²⁴ Conforme Veiga (1997), a expressão fordista tem sido usada por diversas tendências, a exemplo dos neoschumpeterianos e dos marxistas. Não obstante,

Todavia, Boyer (1990) e Veiga (1997) salientam, cada um a seu modo, que constitui um simplismo identificar as teses regulacionistas, como sendo, exclusivamente, sobre o fordismo, sua crise e sobre o pós-fordismo, tendo em vista que nem todo estudo do fordismo é regulacionista, nem tampouco toda abordagem regulacionista é sobre o fordismo. Apesar dessa ressalva, esses seus focos tornaram-se os mais difundidos e, ao mesmo tempo, fontes de muitas de suas ambigüidades, conforme destacam Coriat e Weinstein (1995) e o próprio Boyer (1990), embora esse último autor reconheça suas relevâncias enquanto pontos de partida e de sustentação das teses regulacionistas.

Malgrado as explicações produzidas para a crise do Fordismo nos anos setenta, na primeira fase da TR, tenham sido insuficientes, consideramos que suas contribuições foram importantes por

vale registrar que essas tendências citadas por Veiga, cada uma a seu modo, seguem um viés institucionalista.

abrirem discussões sobre a esfera socioeconômica, até então não contemplada. Simultaneamente a essas contribuições, verificamos a ampliação de insatisfações em relação à teoria, sobretudo por sua incapacidade de dar conta de novas perspectivas. Essas insatisfações podem ser interpretadas como a motivação para que seus filiados procurassem ampliar o diálogo com outros autores filiados a outras correntes de pensamento, visando desenvolver capacidade de explicação para dimensões mais hodiernas do capitalismo, ainda não suficientemente explicada.

Assim, observamos mudanças na trajetória de alguns autores regulacionistas que, mesmo mantendo os postulados da teoria, apresentam-se, no momento, buscando, de forma cautelosa, apoio em outros programas de pesquisa que possam complementar seus fundamentos. Identificamos alguns dos caminhos que vêm sendo seguidos: um grupo, liderado por Aglietta, Theret e

Boyer, se mantém na perspectiva fundadora da TR, voltando-se para o entendimento epistemológico da regulação e com trabalhos mais centrados nas formas institucionais: de regime monetário, de natureza do Estado e de inserção no regime internacional; um segundo grupo que tenta aprofundar a análise da relação salarial, especialmente os trabalhos de Lipietz, no viés da escola do processo do trabalho; e um terceiro grupo que vem buscando maior compreensão da forma institucional da concorrência, como mostram os trabalhos de Coriat e Weinstein, pautados na análise das novas configuração organizacionais do capitalismo, a exemplo da firma japonesa, vista como modelo de firma pós-fordista.

Tais grupos têm procurado buscar aproximações com outras vertentes institucionalistas, tais com os neo-

schumpeterianos¹²⁵, os convencionalistas, os geógrafos neo-marshallianos e os integrantes da NEI. O diálogo de regulacionistas com as vertentes institucionalistas é exemplificado em Coriat e Weinstein (1995), Boyer (1990; 1998) e Lipietz (1997); Theret (1998); Coriat e Dosi (2000), entre outros. Esse conjunto de trabalhos evidencia a força do institucionalismo na TR, apesar das ressalvas feitas por Boyer em meados da década de oitenta. De fato, em todas essas tendências no interior da TR, há um ponto em comum que faz com que a teoria mantenha-se coesa, ou seja, todos os autores mantêm-se fiéis às suas premissas fundadoras, não obstante as concessões que alguns de seus integrantes fazem às outras vertentes institucionalistas.

Ao fazer uma breve análise da obra intitulada “*Les Nouvelles Théories de l’Enterprise*”, observamos que os seus autores, Coriat e Weinstein, conseguem evidenciar o alinhamento da TR com novas abordagens institucionalistas, quando foca sua análise na teoria

¹²⁵ As constantes parcerias entre Coriat e Dosi (1998; 2002) mostram, de forma explícita, os processos de convergências pessoais e teóricas entre ambos que, por sua vez, dirigem o foco de análise para o conhecimento organizacional.

econômica da firma. Por conseguinte, reconhecem existir uma contribuição regulacionista original à teoria da firma, que pode ser deduzida de suas considerações microeconômicas. De fato, em razão de sua metodologia e de seu programa de pesquisa, os regulacionistas foram levados, com o tempo, a dar uma maior atenção às dimensões microeconômicas das mudanças. Assim, procuraram estabelecer os tipos de regularidades construídas em nível microeconômico que podem servir de fundamento para a explicação das grandes regularidades que servem de suporte ao(s) regime(s) de acumulação fordista(s), em um primeiro momento, e pós-fordista, como decorrência (CORIAT e WEINSTEIN, op. cit., p. 168).

Para empreender tal objetivo, a TR constrói a partir da análise do regime fordista conceitos basilares, que correspondem, em última análise, a proposições regulacionistas para uma teoria da firma. Para Coriat e Weinstein, se não existe um programa de pesquisa específico sobre a empresa na TR, há uma reflexão sobre as bases microeconômicas do regime de acumulação, que se constitui em seu objeto de análise. Assim, assinalam que a empresa fordista é mais um tipo ideal weberiano do que uma teoria da empresa no sentido próprio do termo, constituindo-se em referência implícita da TR para o que ela entende como empresa. Se a empresa fordista da TR é um tipo ideal e até por isso, ela apresenta numerosos atributos que contribuem para se buscar seu significado na realidade¹²⁶ (Ibid., p. 170).

¹²⁶ A esse respeito, ver o sentido de complementaridade das idéias de Coriat com o trabalho anterior de Chandler Jr., inclusive, reconhecido por ambos os autores. Por outro lado, também seria interessante comparar o método e as conclusões de Chandler (1962; 1970 e 1990) e de Aglietta (1974) sobre a evolução da empresa norte-americana. De outro modo, também merece ser destacado que as teses de Braverman e Aglietta acontecem no mesmo ano (1974). Assim, torna-se relevante analisar a produção acadêmica de Coriat na década de 1970 e o grau de influência desses autores em sua obra. Em termos de novos programas de pesquisa,

Coriat e Weinstein reconhecem a relevância da contribuição marxista aos fundamentos do regulacionismo, sendo a empresa (fordista) entendida como o lugar do antagonismo entre o capital e o trabalho. Uma segunda característica que resulta, diretamente, da anterior consiste em afirmar que a empresa é o lugar, onde se operacionalizam princípios de organização do trabalho, sendo a dimensão estrutural a fonte decisiva de caracterização da empresa. Uma terceira, parte da premissa de que a empresa fordista é de grande porte, em geral, fortemente integrada verticalmente e voltada para a busca sistemática de economias de escala.¹²⁷

A empresa fordista seria, ainda na visão de Coriat e Weinstein, o lugar de formação de práticas contratuais formais, como a relação salarial, definida como uma das formas

focalizados na TR, interessante seria fazer uma análise comparada entre o estudo de Aglietta e os de Chandler sobre o capitalismo americano, mostrando as diferenças e as aproximações, como também entre Coriat (1994; 1997); Coriat e Weinstein (1995) e Chandler (1962; 1977; 1990).

¹²⁷ Esse é um dos suportes essenciais do regime de produção em massa que, a nosso ver, aproxima a TR da abordagem chandleriana. Para Coriat e Weinstein (1995), essa visão de empresa é coerente com seus pontos de vista, quando abordam desenvolvimento da firma no período pós-Chandler (1977), em que procuram explicar como a mudança de ambiente das

estruturais do processo de acumulação fordista. Daí, derivar a dupla idéia de que a empresa é uma criação institucional imbricada a outras grandes instituições da vida econômica, além do fato de ela constituir um lugar original e específico de criação de produções institucionais, sob a forma de acordos coletivos.¹²⁸

Por último, eles assinalam que a empresa fordista é vista como lugar de elaboração de padrões e de normas, aspectos presentes desde os primeiros trabalhos da TR, sendo a padronização apresentada como uma das principais inovações trazidas pelo fordismo. Dessa forma, a empresa fordista é pensada como geradora de normas de trabalho, de produção e de consumo que se impõem socialmente.¹²⁹

Na visão dos autores, essas diferentes características, especialmente as duas últimas, têm lugar essencial na formação das “regularidades” macroeconômicas que o fordismo foi

firmas determinou a modificação de suas estruturas internas, desde a passagem da forma U à forma M e, desta, para a firma J (japonesa).

¹²⁸ Essa característica é fundamental na reflexão sobre o fordismo, assim como as formas de contratualização via fórmulas sociais de partilha e de difusão de ganhos de produtividade. O sistema de produção em massa afirma-se como o modo hegemônico de organização da produção. Essa característica aproxima a TR da NEI (ver Coase, 1937 e Williamson, 1996) e, particularmente, de Aglietta e Deusy-Fornier (1998), quando analisam o sistema financeiro institucional à luz dos custos de transação.

¹²⁹ De certa forma, também confirmado pela NEI, em North (1990) e Williamson (1996).

capaz de gerar e que explicam, em parte, o poder e a relativa estabilidade do regime de acumulação que prevaleceu durante os anos do pós-guerra.¹³⁰

Ao confrontarem as teses regulacionistas com as abordagens dominantes nos anos setenta sobre as novas teorias da empresa, os autores em foco partem das constatações de trabalhos pioneiros de behavioristas e gerencialistas. Assim, ao contrário da microeconomia tradicional que alude à representação da firma como uma caixa preta, destacam que a firma passa a ser representada como uma firma-instituição (firma gerencial à Berle e Means) ou uma firma-organização (a partir dos trabalhos fundadores de Simon, Cyert e March).

Essas representações são vistas pelos autores como essenciais à construção de uma teoria heterodoxa da firma¹³¹. Entretanto, essas perspectivas mostram-se diferentes das que são propostas pela TR, a qual sustenta que as instituições, os contratos, as rotinas e as normas são, ao contrário, sob certas condições, geradoras de eficiência microeconômica e de estabilidade macroeconômica. Na TR, a existência dessas instituições e contratos, além das relações íntimas que são tecidas

¹³⁰ De acordo com os trabalhos sobre o fordismo, há forte insistência dos autores da TR no fato de que a padronização só foi possível a partir das rotinas elaboradas dentro do quadro da administração taylorista e pela repetição desses princípios dentro do estabelecimento da linha de montagem fordista.

¹³¹ Por sua vez, com o desenvolvimento recente das pesquisas neoclássicas e heterodoxas da firma, reconhecem a existência de diferenças e similaridades. Por vias próprias, assinalam que as características básicas, atribuídas à empresa pela TR, também se apresentam no interior das diferentes abordagens neoclássicas e heterodoxas, a exemplo da ECT, da teoria dos direitos de propriedade, da teoria da agência, ou, ainda, das teorias de aprendizagem. Paradoxalmente, a nosso ver, também arguem que essas diferentes abordagens não são, de maneira alguma, coerentes entre si e, nos pontos essenciais, apresentam muito mais rivalidades do que complementaridades. Entretanto, salientam existir uma exceção na teoria da agência que busca os fundamentos

entre elas, permite explicar, ao menos em parte, a longa fase de crescimento fordista.

Ao criticarem a teoria econômica da firma no viés neoclássico, Coriat e Weinstein sinalizam, conforme nosso entendimento, para a relevância do conhecimento Organizacional:

a idéia que a empresa deve ser interpretada como o lugar de realização dos princípios de organização, tem o equivalente nas representações neoclássicas contemporâneas. A despeito dos trabalhos pioneiros de Liebenstein (o autor da noção de eficiência “x”) demorará muito tempo para a teoria neoclássica se desfazer de uma representação da firma concebida como uma simples combinação produtiva/tecnológica e incluir a organização como um parâmetro essencial de sua constituição e de sua definição. Os trabalhos magistrais de March e Simon (1958), colocando a teoria das organizações no cerne da definição das firmas, durante muito tempo ficou marginalizada, perfeitamente ignorada pela corrente dominante da teoria econômica. (Ibidem, p. 177, tradução nossa).

De outro modo, ao tomarem como referencial básico de análise da TR as noções de firma fordista e de seu regime de acumulação, apontam para a dificuldade da maioria das vertentes (a nosso ver, institucionalistas e não-institucionalistas) em acompanhar os fundamentos e os desenvolvimentos da micro e da macroeconomia. Assim, ao pretender-se construir uma teoria realista e eficaz da firma, de maneira que ela sirva de fundamento a uma representação macroeconômica de crescimento, salientam que os problemas a resolver são, por natureza, de elevada complexidade.¹³²

PARA A TR, A NOVA TAREFA QUE SE CONFIGURA É A DE EXAMINAR A METAMORFOSE DA FIRMA FORDISTA EM SEUS DESENVOLVIMENTOS PÓS-FORDISTAS. DESSE MODO, UMA SÉRIE DE TRABALHOS PROCURA ANALISAR E COMPARAR DIFERENTES MODELOS E FORMAS DE CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL, COM DESTAQUE PARA AS FIRMAS JAPONESAS, SUECAS E ALEMÃS. ASSIM, A PESQUISA REGULACIONISTA TEM BUSCADO IDENTIFICAR

neoclássicos, nos quais as demais vertentes renunciaram a toda referência ao equilíbrio geral (caso da abordagem williamsoniana) ou são construídas contra esse paradigma (caso das evolucionistas).

¹³² Segundo os autores, a base inicial dos trabalhos regulacionistas (ainda que não tomem por objeto a elaboração de uma teoria da firma), na década de oitenta, presta uma especial atenção, de forma explícita, para as dimensões microeconômicas.

OS TRAÇOS ESSENCIAIS DE CADA TIPO DE FIRMA, INTERROGANDO-SE SOBRE O CARÁTER MAIS OU MENOS DURÁVEL DE SEUS TRAÇOS E ESFORÇANDO-SE EM PROCEDER PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS NOS DIFERENTES UNIVERSOS INSTITUCIONAIS (IBID., P. 180).

Nesse aspecto, a TR vem procurando confrontar suas premissas sobre a firma com, pelo menos, três diferentes programas de pesquisa, mas que apresentam problemas da mesma natureza que os seus: 1) com o programa de pesquisa de Aoki sobre a Japonesa, que tratada com a sucessora da firma fordista¹³³; 2) com o programa de pesquisa dos neoschumpeterianos, referindo-se às noções conjuntas de aprendizagem e de rotinas, a partir da tentativa de identificação de novas rotinas que venham assegurar a geração e a estabilidade das inovações organizacionais, requeridas pela passagem do fordismo ao pós-fordismo²⁰; e 3) com o programa convencionalista (Ibid., p. 181).

ESSA CONFRONTAÇÃO TEM CONDUZIDO A TR, A REFORMULAÇÕES E DESENVOLVIMENTOS DE SUA ANÁLISE DA TEORIA DA FIRMA. ALGUNS DE SEUS AUTORES PASSARAM A RECONHECER, POR EXEMPLO, QUE EMBORA A OPOSIÇÃO CAPITAL/TRABALHO CONSTITUA O PRINCIPAL FOCO DE ANÁLISE DA ESTRUTURA DA FIRMA, AS LIÇÕES DA DÉCADA DE SETENTA APONTAM PARA OUTROS TIPOS DE CONFRONTAÇÕES ESTABELECIDAS NO CAPITALISMO, COMO AS APONTADAS POR WILLIAMSON E, SOBRETUDO, PELOS NEO-

¹³³ Vale salientar que os textos de Coriat (1994; 1997) e Coriat e Weinstein (1995) são anteriores à recente crise da economia japonesa, da qual, talvez, retire um pouco do entusiasmo da perspectiva da teoria da regulação proposta por aqueles autores.

²⁰ A propósito da categoria chave da rotina, verifica-se que a oposição entre a inspiração cognitivista do programa evolucionista e a dimensão institucionalista da TR não representa um obstáculo insuperável (Cf. Coriat e Weinstein, 1995).

SCHUMPETERIANOS, SENDO ESSENCIAL PENSAR A FIRMA COMO UM LUGAR DE AFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO. PODEMOS AFIRMAR QUE O RESULTADO MAIS VISÍVEL DESSAS APROXIMAÇÕES FOI O RECONHECIMENTO DE QUE O CONCEITO ORIGINAL DE ORGANIZAÇÃO UTILIZADO PELA TR DEVERIA SER AMPLIADO (IBID., P. 182)

Para os autores, a firma-organização não deve ser entendida no sentido estrito de organização do trabalho, mas como um conjunto de regras e protocolos relativos aos mecanismos de coordenação, implicando a análise das relações presentes na hierarquia e na autoridade. A TR, assim, amplia a análise da firma como instituição, ressaltando não apenas as linhas contratuais e de negociações explícitas, mas também os contratos implícitos e as convenções. Por conseguinte, a firma/organização apresenta-se como o lugar de afirmação de uma relação de emprego, socialmente determinada, dessa forma, o conceito microeconômico da relação salarial insere-se no contexto macroeconômico.

Em síntese, para os regulacionistas:

a firma é uma organização onde através de uma relação de emprego se efetua a alocação de valor dos capitais e se determinam as condições

de formação e de partilha do excedente entre os agentes da organização. (Ibid., p. 183, tradução nossa).

A firma-instituição da TR manifesta-se em 3 dimensões: 1) Como instituição específica que reproduz o quadro institucional do qual é a expressão; 2) Como geradora de contratos e de regras que buscam sustentar e modificar o sistema jurídico global no contexto em que está inserida¹³⁴; e 3) Como uma dimensão histórica e evolutiva, com a descrição da passagem das firmas fordistas às firmas pós-fordistas dos regulacionistas em perfeita sintonia com as abordagens à maneira de Chandler, registrando as mudanças que ocorrem ao nível da firma, que se modifica no decorrer da história, assim com os contextos e as instituições.¹³⁵

Apesar desses avanços, persistem muitas fragilidades na abordagem regulacionista quando a perspectiva é a organização. Com efeito, “se a organização do trabalho ocupa a posição chave na TR, a maior parte dos atuais refinamentos conceituais da firma – organização, continua ausente no contexto regulacionista”. Em outras palavras, se a dimensão da empresa como organização do trabalho é fortemente privilegiada, isso se faz em detrimento de uma representação global e da coordenação de tarefas¹³⁶ (Ibid., p. 187).

¹³⁴ Segundo os autores, a firma é um agente de produções institucionais. Mesmo se na TR esses desenvolvimentos apresentam-se muito fragmentados, todavia, ficam evidenciados os acordos salariais, as regras do uso e de retribuição do trabalho. Do mesmo modo, a firma pode ser vista como lugar de produção de normas e de padrões.

¹³⁵ Reconhecem que há aqui uma forte similaridade de intenção que preside os trabalhos de Chandler com os desses regulacionistas, mesmo que o historiador americano insista mais na estrutura das empresas (divisão funcional do trabalho) do que na divisão do trabalho no seio da fábrica, como mostra a tendência dos regulacionistas.

¹³⁶ Assim, pelo menos, duas conseqüências ensejam respostas. A primeira refere-se à discussão essencial concernente às relações entre hierarquia e autoridade (sobre esse tema, ver Menard, 2000), não sendo levada em conta, do mesmo modo que a representação das “iniciativas” são tratadas, indireta e parcialmente, à proposta das políticas salariais e seus laços com os mercados internos de trabalho. A segunda é que a TR é amplamente silenciosa ao tratar das hipóteses sobre a racionalidade dos agentes. As distinções essenciais, todavia, entre a racionalidade substantiva e a processual/limitada, com seus indicadores concernentes aos comportamentos de maximização ou de satisfação, também estão ausentes nos desenvolvimentos da teoria.

Ao fazer essa breve revisão conceitual da TR, particularmente na leitura de Coriat e Weinstein (1995), sobre a firma/organização, verificamos que, desde a sua origem, a TR apresenta-se atrelada a uma perspectiva institucionalista, holística, sinalizando claramente para o viés epistemológico da reconstrução do conhecimento organizacional. Podemos observar, ainda, que o foco microeconômico da Teoria persiste na análise do fordismo, suas crises e possíveis saídas para o que foi denominado de pós-fordismo.

A TR também apresenta uma postura favorável á aproximações, buscando a construção de pontes entre o micro e o macro; entre o sincrônico e o diacrônico; entre o marxismo e o funcionalismo; entre a ortodoxia e a heterodoxia econômica; entre a racionalidade limitada e a racionalidade substantiva/global; e, particularmente, entre o equilíbrio geral e os desequilíbrios que são gerados pela dinâmica do sistema como um todo.

Mais especificamente, as aproximações da TR se realizam com diferentes vertentes institucionalistas, a exemplo dos neo-schumpeterianos (Coriat e Dosi, 1998; Coriat e Weinstein, 1995); dos geógrafos neo-marshallianos (Benko e

Lipietz; Chandler et al, 1998); e dos convencionalistas (Coriat e Weinstein; Boyer, [1990, 1998]). Em síntese, evidenciamos que a TR aproxima-se dos neo-schumpeterianos e behavioristas, quando o seu foco direciona-se para a firma/organização, como lugar de formação de normas, rotinas e processos de aprendizagens. A TR se aproxima da NEI (no viés da ECT) e da economia das convenções, quando se refere à firma, como lugar de outorga de contratos/convenções, isto é, o lugar e o suporte de uma contratualização específica cujas modalidades são os determinantes-chave de sua eficiência.

A TR pretende oferecer uma luz para a constituição de uma teoria “completa” da firma, embasada em dois pontos que Coriat e Weinstein consideram fundamentais. O primeiro é o lugar central das relações de salário e de emprego, destacando o fato de que o trabalho não é uma mercadoria como outra qualquer. O segundo ponto concerne à importância do lugar da firma e de suas formas de regulação macroeconômica, considerando que as formas microeconômicas e as instituições não podem ser compreendidas, plenamente, sem que se procure situá-las no quadro global onde elas, efetivamente, estão inseridas.

Finalizando, reconhecemos que, a exemplo das demais vertentes analisadas,

os problemas conceituais da TR só se resolvem, mesmo considerando seu ambicioso programa holístico, se a teoria buscar aprofundar suas relações de complementaridade com outras teorias, notadamente as institucionalistas.

7.2.3 A Economia das Convenções: semelhanças e diferenças em relação às demais vertentes institucionalistas

A economia das convenções tem como origem a publicação de um número especial da *Revue Economique*¹³⁷, em 1989, sendo, subseqüentemente, desenvolvida em tema de colóquio (CREA – *École Polytechnique*, Paris, 28 de março de 1991, publicado por Orleans, 1993), além de seminários e publicações que se seguiriam àquele evento. A

¹³⁷ Conforme os textos fundadores de J. P. Dupuy, F. Eymard-Duvernay, O. Favereau, A. Orléan, R. Salais e L. Thévenot, publicados naquele número. Nesse sentido, uma literatura convencionalista originou-se na França entre os anos de 1984 a 1991, vindo a consolidar-se no final da década de noventa, conforme se pode observar em: Orléan (1989; 1994); Salais e Stoper (1993); Gomez (1994; 1996); Silveira (1994); Levesque, Bourque e Forgues (1997); Salais et al (1998); Salais, Chatel e Rivaud-Danset (1998); e Rallet (1999).

economia das convenções busca firmar suas bases entre a macroeconomia e a sociologia, na pretensão de renovar a tradição das Ciências Sociais.

Vale ressaltar que a economia das convenções não apresenta um agrupamento homogêneo de autores, como ocorre com as demais vertentes institucionalistas estudadas. Desse modo, a busca de convergência da economia convencionalista não gera, necessariamente, uma forte unidade teórica, mas, no geral, apresenta um ponto em comum: a evidente rejeição ou insatisfação com os fundamentos da economia neoclássica que toma o mercado como o lugar de coordenação por excelência, e a firma aparece apenas como uma exceção à regra geral de funcionamento do mercado. Ao se apresentar como uma alternativa a esse modelo, a teoria postula a existência de convenções econômicas no mercado, isso é, no âmago da axiomática neoclássica.

Gomez (1994) distingue dois tipos de economia das convenções: o americano e o francês. O primeiro, cuja origem provém da microeconomia tradicional e em suas formalizações matemáticas, mais precisamente na teoria dos jogos, tendo como principal foco de pesquisa a gênese das convenções. E o segundo surge da confluência entre a Sociologia e a Economia que, em nosso entendimento, constitui um promissor espaço interdisciplinar denominado, de socioeconomias.¹³⁸

Leverge, Bourque e Forgues (1997) assinalam que os filiados a essa teoria vêm desenvolvendo esforços no sentido de ultrapassar a oposição entre individualismo e holismo metodológico, visando à produção de um modelo geral da coordenação econômica com base em convenções, ao postularem a inclusão das

¹³⁸ Gomez (1994, p. 86) também identifica duas subcorrentes na economia das convenções: uma de natureza estruturalista e outra de viés funcionalista. Entretanto, não identificamos diferenças significativas que possam merecer a “preciosidade” dessa tentativa de compartimentalização.

convenções no conjunto de relações sociais. Entretanto, salientam que outros autores hesitam em reconhecer o papel importante, jogado por essa forma de coordenação.

Desse modo, os autores antes referidos mostram a grandeza dos programas de pesquisa das convenções por exprimirem um contexto de reflexividade sobre os fenômenos econômicos e a abertura de uma colaboração maior com sociólogos abertos ao IM. De outro modo, salientam que se, de fato, há contribuição da sociologia econômica na renovação de pensamento de diferentes abordagens, todavia, as contribuições dos convencionalistas permanecem complexas e, mesmo, contraditórias, embora haja inovações. Assim, as convenções pensadas em termos de aprendizagem individual e coletiva em situações de incerteza induzem a um alargamento ou a uma redefinição do objeto da economia.

Gomez (1994, p. 78) define a “convenção”, assim como as regras e,

paralelamente, os contratos, como os meios pelos quais se ajustam os comportamentos intersubjetivos, fruto dos jogos entre os agentes econômicos. A convenção é estudada como uma prática social que permite analisar os cálculos dos indivíduos e de suas escolhas, na perspectiva do individualismo metodológico – IM.

De outra perspectiva, a convenção corresponderia ao conjunto de critérios, implícitos ou explícitos, ao qual os indivíduos se atêm no momento de tomar uma decisão. Ao agir assim, o indivíduo parte de um termo geral para designar os códigos, os hábitos e os costumes, constituindo uma regra que permite mensurar uma decisão. Por conseguinte, toda mudança passa por um processo de articulação indivíduo/ convenção. A convenção, nesse sentido, não é imposta; os indivíduos são livres para adotar ou não convenções que limitam sua liberdade dentro de um determinado espaço. Em outros termos, a convenção é um

instrumento de análise, no mesmo nível em que está situado o indivíduo, que permite compreender a realidade econômica, os mercados e as organizações. Assim, ao analisar a dinâmica da governança, Gómez salienta que a economia das convenções busca, ao mesmo tempo, a coerência de uma teoria da governança da firma e uma teoria de gestão¹³⁹ (cf. Gomez, 1996).

Para Rallet (1999, p. 112), a convenção é uma construção “[...], estruturada e articulada, de ações individuais”. Não obstante, a convenção apresenta-se, metodologicamente, em mão-dupla: como dispositivo cognitivo coletivo, embora seja derivada do comportamento individual, ou seja, uma instância depende da outra.

Após os anos 60, o modelo de Arrow-Debreu entraria em declínio, a partir das

¹³⁹ Desse modo, a economia das convenções aproxima-se, a nosso ver, dos neoschumpeterianos, bem como da ecologia organizacional, ao enfatizar o endógeno e o exógeno, respectivamente, mostrando, por outro lado, que há uma nítida

críticas dos desconstrucionistas keynesianos e marxistas, surgindo novas abordagens, a exemplo da economia das convenções, que se define como uma das tentativas reconstrucionistas mais recentes. Assim, os convencionalistas buscam focar: 1) o nível individual versus o coletivo; 2) o problema da temporalidade que se traduz nas relações com o *mainstream*, a partir do debate sobre o individualismo metodológico, e da proposta para transpor os conflitos gerados nesse debate; e 3) as relações de aproximação com outras vertentes institucionalistas, como a teoria evolucionária e a teoria da regulação (RALLET, op. cit., p. 108).

Outrossim, assinala que a teoria procura responder a uma das questões centrais da economia política: quais são os mecanismos de coordenação pelos quais os agentes econômicos ajustam suas decisões no contexto de uma economia

separação entre uma teoria da organização e uma teoria de gestão, como afirmamos anteriormente.

descentralizada (i. e. não regulada *ex-ante* por uma autoridade central)? Na tentativa de responder a essa questão, os seus teóricos postulam que os mecanismos de coordenação podem ser analisados em três níveis: continuidade, ruptura e contribuição (Ibidem, p. 109).

Nesse sentido, a teoria busca compreender como os agentes econômicos coordenam suas ações para além do mercado neoclássico, analisando: 1) a forma como os mercados comportam-se nas interações de ofertas e demandas reguladas pelo mecanismo de preços; e 2) as interações não-mercantis que estruturam as organizações e lhes permitem enfrentar as situações de mercado.

Buscando uma interpretação própria, identificamos similaridades entre os níveis de coordenação, postulados pelos convencionalistas, e os eixos epistemológicos/metodológicos propostos nesta tese: no caso da continuidade, que se associa ao preceito metodológico do IM da teoria econômica ortodoxa, corresponderia ao eixo construcionista, a ruptura representaria a busca da desconstrução, ao romper com os dois postulados básicos da ortodoxia econômica: racionalidade

substantiva/ilimitada e coordenação de viés walrasiano; e a contribuição ligar-se-ia às tentativas de reconstrução teórica, apresentando-se em três planos: 1) metodológico; 2) racionalidade e 3) natureza das forças de coordenação.

No plano metodológico, buscaria ultrapassar o contexto dos conjuntos binários: IM versus HM, em uma proposta dialética que vai da análise individual à análise do coletivo no contexto econômico, sendo a convenção o elo entre esses dois diferentes níveis de análise. O conceito de racionalidade convencionalista parte do terreno desbravado pelos behavioristas, mas é ampliado, contextualizado e relativizado. Por último, apresenta-se a natureza das forças de coordenação, que são menos originais nas contribuições convencionalistas, estando voltadas ao estudo da co-existência das formas mercantis e não-mercantis de coordenação, com destaque para as

relações de cooperação interfirmas na economia industrial.

um novo objeto – a organização – que seria o inverso simétrico de mercado (neoclássico), mas sim propor uma matriz teórica geral dos mecanismos de coordenação, incluindo o mercantil e o não mercantil, os preços e as regras, segundo as ponderações que especificam as formas organizadas destes mecanismos. Assim, pode-se descrever um “continuum” indo da coordenação pelos preços (mercado) à coordenação pelo princípio da autoridade (organização interna), passando por formas intermediárias de coordenação que a literatura enuncia sob denominações variadas de rede, cooperação, alianças... (Ibid., p. 109).

De outro modo, a perspectiva convencionalista dos mecanismos de coordenação, constitui uma equivalente aos mecanismos de governança, da NEI, de viés williamsoniano. Entretanto, se esta última apresenta uma perspectiva de estrutura de governança, baseada na análise estrutural discreta, por isso mesmo rotulada de “funcionalista”, os convencionalistas parecem buscar uma “dinâmica” própria para seus mecanismos de coordenação, mas que também envereda na direção do funcionalismo, uma vez que procuram um sentido de totalidade, vista em uma “matriz teórica geral dos mecanismos de coordenação”.

Desse modo, identificamos semelhanças de categorias e de elementos de análise

entre os convencionalistas e a ECT. Entretanto, verificamos que, os convencionalistas incorporaram em suas postulações uma perspectiva dinâmica, enriquecendo, dessa maneira, as formas de coordenação, diferenciando-se dessa forma dos adeptos da ECT.

Identificamos que a teoria das convenções ainda apresenta certas ambigüidades conceituais, a exemplo das que envolvem os dilemas entre o estruturalismo e o funcionalismo; o individualismo e o holismo metodológico; as teses neoclássicas e as heterodoxas; os estudos francófonos e os anglófonos; a Sociologia e a Economia; e, finalmente, entre as socioeconomias e o conhecimento organizacional.

Enfim, a economia das convenções tem-se apresentado no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista, contribuindo para o “entendimento da lógica de funcionamento das instituições, das convenções e das normas, visando

examinar em que medida essa lógica pode revelar-se superior aos mecanismos de mercados puros” (BOYER, op. cit., p. 73). A economia das convenções, então, constitui a mais recente abordagem institucionalista, porém ainda se apresentando na adolescência, não obstante esteja conseguindo, gradativamente, ocupar um espaço na seara interdisciplinar das Ciências Sociais.

Por fim, reconhecemos que, se no contexto acadêmico brasileiro a influência da economia das convenções parece ser, ainda, bastante incipiente, observamos uma tendência para o crescimento de sua importância, como já ocorre no âmbito internacional, na medida em que a teoria tem conseguido superar suas insuficiências teóricas, paradoxalmente, a partir do próprio uso que faz de suas já mencionadas ambigüidades, buscando suprir essas insuficiências por meio da associação complementaridade com outras vertentes institucionalistas. Em

outros termos, o que poderia ser considerado como uma fragilidade teórica/conceitual soa como sua força, mantendo-se em evidência a partir de uma perspectiva de interdisciplinaridade, envolvendo os contextos da Economia, da Sociologia e da Ciência Organizacional.¹⁴⁰

8. UMA RETROSPECTIVA DAS FORMAS DE CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL

8.1 PREÂMBULOS

Este capítulo apresenta uma breve retrospectiva da história econômica da firma, a partir dos estudos pioneiros de Chandler Júnior e, em seguida, mostra a diversidade de configurações de populações organizacionais pós-Chandler, destacando a atual relevância das

¹⁴⁰ Vale ressaltar, todavia, que esta tese não busca analisar a possibilidade de concretização de uma matriz teórica geral dos mecanismos de coordenação, conforme preconizam os convencionalistas, porquanto isso implicaria um processo

formas híbridas e de outras tipologias e taxinomias de configurações do capitalismo contemporâneo, que são, simultaneamente, constructo teórico e manifestação empírica. Da dinâmica das populações organizacionais em relação à inovação e à competitividade, sobressaem-se o sentido da nova competição, os clusters regionais e o papel dos mercados compactados, apresentando-se como um dos campos de estudo da Ciência Organizacional¹⁴¹.

A DIMENSÃO ESTRUTURAL DAS ORGANIZAÇÕES CONSTITUI UMA DAS MAIS INVESTIGADAS, TANTO NO CAMPO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, SEJA NO EIXO EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO CONSTRUCIONISTA DA CIÊNCIA NORMAL, OU SEJA, NO EIXO DESCONSTRUCIONISTA DA CIÊNCIA CONTRA NORMAL, COMO TAMBÉM NO EIXO EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO RECONSTRUCIONISTA PELAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS DA ECONOMIA E DA SOCIOLOGIA SOBRE ORGANIZAÇÕES. ADEMAIS, OUTRAS DISCIPLINAS TAMBÉM TÊM CONTRIBUÍDO, RECENTEMENTE, PARA A ANÁLISE DAQUELA DIMENSÃO, COMO A HISTÓRIA ECONÔMICA E A GEOGRAFIA ECONÔMICA REGIONAL, QUE TÊM TRATADO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES ORGANIZACIONAIS NO CONTEXTO CAPITALISTA ATUAL.

maior de intersecções entre as Ciências Sociais, que consideramos promissor, porém ainda incipiente, não sendo nosso atual objetivo.

¹⁴¹ Vale ressaltar, no entanto, que outras dimensões não-contempladas em nossa análise têm questionado as configurações organizacionais, a partir da reavaliação do contexto mercado/não-mercado, de acordo com as críticas de Polanyi (1980) e de autores vinculados aos movimentos da Economia Solidária nas Ciências Sociais e, de certa forma, também exemplificada na Teoria de delimitação dos sistemas sociais (Guerreiro Ramos, 1989) que esboça um olhar ainda distante em direção a uma futura Ciência Social das Organizações.

A impressão que se tem é de que o velho organograma, enquanto representação gráfica da estrutura organizacional, deixou de representar, exclusivamente, a hierarquia, isto é, a organização interna da firma, passando a ter que dar conta de intrincadas relações interfirmas, que se materializam nas alianças estratégicas; nos pólos tecnológicos; nos distritos industriais; nas redes e nos shopping centers. De natureza híbrida, essas configurações situam-se entre a hierarquia e os novos mercados regionais, essencialmente compactados, refletindo complexas relações espaço/ tempo/ forma organizacional que vêm emergindo dos processos de reestruturação da economia globalizada.¹⁴²

Começamos nossa retrospectiva sobre a história das configurações organizacionais com as palavras de Eccles, Nohria e Berkley (1994, p.146): “em toda a história, a maioria das propostas voltadas à estrutura pretenderam proporcionar a ‘melhor’ forma de tratar o problema”. Segundo eles, em grande parte do século XX, o modelo organizacional burocrático foi, por muito tempo, considerado o preferido. Para Weber e muitos de seus contemporâneos (especialmente Frederick Taylor, da Gerência Científica), a hierarquia era, simplesmente, a forma mais racional e a melhor maneira de administrar a firma-organização.

No eixo epistemológico construcionista, surgem, na década de sessenta, estudos que contestam essa visão estrutural. Esses estudos seguem a trajetória dos pioneiros da teoria contingencial-estruturalista - TCE, baseados nas obras de autores ingleses, como Woodward

¹⁴² Uma literatura foi constituída, nos últimos trinta anos, em torno do tema, a respeito das formas de configurações organizacionais híbridas, envolvendo visões de diferentes campos das Ciências Sociais, destacando-se os seguintes autores: Aoki (1990); Brickley (1981); Chandler (1962; 1977; 1990; 1992; 1998); Clegg e outros (1996); Coriat (1994; 1997); Coriat e Weinstein (1995); Eccles (1981); Grandori (1998); Granovetter (1995); Hedlund (1994); Ouchi (1985); Porter (1998); Richardson (1972); Rubin (1978); Teece, Dosi e Winter (1992); Teece, Dosi, Rumelt e Winter (1994); Williamson (1975; 1981; 1985; 2000), entre outros.

(1958; 1965), Burns e Stalker (1961), o grupo Aston (Pugh et al, 1963) e os norte-americanos, Chandler Jr. (1962), Lawrence e Lorsch (1967, 1973) e Thompson (1967). Esses estudos, originados no final da década de cinquenta, com a vertente inglesa, e no decorrer da década de sessenta, incorporando as contribuições norte-americanas, prosseguem nas décadas seguintes, sempre no viés da TCE, apresentando novas contribuições de acordo com a perspectiva da organização interna individualizada. Posteriormente, declinariam de importância a partir da década de oitenta¹⁴³, quando ocorrem as primeiras críticas dos desconstrucionistas que passam a considerar esse programa de pesquisa degenerativo nos termos lakatosiano.

Mesmo assim, entre as décadas de 70 e 90, surgem novas contribuições dentro da TCE, como os estudos sobre a estrutura híbrida matricial (Lawrence e Lorsch), o Design Organizacional (Jay Galbraith) e a Arquitetura Organizacional (David Nadler e outros) que, na perspectiva ambiental, direcionam o foco da organização interna para as relações interfirmas, como ilustrado pelos trabalhos de Hage (1993) e Grandori (1998).

Como visto, se na década de 1960, o programa construcionista anterior pregava a existência de uma melhor maneira de estruturar uma organização, a TCE, também situada no eixo epistemológico construcionista, contestaria essa proposição apresentando a estrutura como contingente. Nessa perspectiva, a estrutura ideal dependeria da adequação entre a organização e seu ambiente, de acordo com uma série de fatores contingenciais, como tecnologia, pessoas, tamanho, idade, estratégia e assim por diante. Não obstante, os teóricos da TCE continuaram a enfatizar o projeto racional da estrutura hierárquica, desde que “com

¹⁴³ Mesmo não seguindo os pressupostos do projeto teórico esboçado naquela publicação, baseada na TCE, vale registrar a existência de um processo de reconstrução em curso, voltado para uma área específica de estudo, ou seja, para a análise micro/macro das configurações organizacionais, como será destacado neste capítulo (nota do autor).

diferentes variedades consideradas como adequadas a diferentes circunstâncias” (ECCLES, NOHRIA e BERKLEY, 1994, p. 146-147).

Na década de noventa, essa perspectiva novamente se reafirmaria a partir dos estudos que identificam a existência de uma teoria configuracional, além do reconhecimento por Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) de ser a TCE, uma das teorias mais evidentes da atualidade, na selva da estratégia. A relevância dos estudos relativos à configuração organizacional também pode ser medida, pela publicação na conceituada *Academy of Management Journal*, do “*especial research forum: configurational approaches to organization*”, destacando-se o artigo de Meyer, Tsui e Hinings (1993).

Ainda na década de noventa, houve um ataque maciço à própria hierarquia que passou a ser mostrada como a causa do declínio competitivo da economia Norte-Americana. Sugiram variados rótulos que passaram a definir o que os estudiosos chamaram de nova organização: pós-industrial, pós-burocrática, em rede, federalista, de aprendizado, auto-projetada e colegiada, entre outros termos utilizados para denominar o fenômeno, de acordo Eccles, Nohria e Berkley (1994).

Apesar das críticas dos pós-modernistas à dimensão estrutural dos estudos organizacionais, verificamos que essa perspectiva também se fez presente, contribuindo, de certa maneira, em seu eixo desconstrucionista, para o desenvolvimento dessa dimensão, apesar da evidente hostilidade observada em parte de seus integrantes mais radicais.

Clegg e Hardy (1998, p. 38-39), como já foi mencionado, reconhecem o surgimento de novas configurações organizacionais, salientando que as fronteiras que antes delimitavam a organização foram derrubadas, à medida que as entidades fundiam-se, passando a formar “cadeias”, “conglomerados”, “redes” e “alianças estratégicas”, fato esse que os levou a questionar a relevância de estudos organizacionais com foco, exclusivamente, “organizacional”.

Sugerem denominar tais organizações de pós-modernas, considerando-as bastante diferentes das burocracias tradicionais. As relações interorganizacionais são vistas como fontes de estudos mais importantes do que as características organizacionais internas, tais como “tamanho” ou “tecnologia”. Como resultado, a colaboração entre as organizações tornou-se, segundo eles, um tema, cada vez mais, interessante para os pesquisadores.

Complementando a análise, os autores salientam que: “a colaboração assumiu diferentes formas desde a estratégia coletiva, [...] passando pela estratégia baseada na formação de arranjos cooperativos, tais como *joint ventures*, alianças, organizações em rede, até as corporações modulares. Dentre outras formas de relações interorganizacionais, mencionam as cadeias lineares e de suprimento (a exemplo do modelo japonês), os conglomerados de distritos industriais e as incubadoras de empresas¹⁴⁴, além de mostrarem que a competição, combinada com a cooperação, seria a forma normal de relação em tais articulações (CLEGG e HARDY, op. cit. p. 39).

Eccles, Nohria e Berkley (1994, p. 147), por sua vez, agora na perspectiva desconstrucionista, rotulam todos os projetos estruturais como instrumentos retóricos.¹⁴⁵ Segundo eles, “as relações estreitas entre a estrutura e a retórica revelam-se, em grande parte, nos comentários atuais que manifestam decepção com a hierarquia e pedem algum tipo de organização nova”. Assim, a organização interna, com tarefas estreitamente definidas pelo organograma e descrições bem precisas de cargos, caracteriza uma estrutura organizacional

¹⁴⁴ Para Clegg e outros (1998), as firmas embriônicas são identificadas como “Chains, Clusters, Networks e Alianças Estratégicas”. Assim, acham que esse é um novo paradigma no qual evidenciam afinidades com as ditas organizações pós-modernas, salientando, por fim, a importância da diversidade cultural para a indústria embriônica.

¹⁴⁵ Eccles, Nohria e Berkley (1994) salientam que houve, nas últimas décadas, um recrudescimento do interesse no conceito de retórica, a exemplo de McCloskey (1996) na economia.

considerada em declínio, em um contexto de rápidas transformações, em um mundo globalizado.¹⁴⁶

Contrários às perspectivas anteriores, os reconstrucionistas institucionalistas apresentar-se-iam como estudiosos das diferentes formas de configuração organizacional.

NESSE SENTIDO, A DIMENSÃO ESTRUTURAL SERIA RECUPERADA E AMPLIADA POR WILLIAMSON (1981) QUE INICIARA SEUS ESTUDOS DIRECIONADOS À ANÁLISE DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO VERTICAL, AINDA VINCULADO À TEORIA DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL-OI, ESTUDOS ESSES DESENVOLVIDOS POR ELE NA DÉCADA DE SETENTA E QUE, POSTERIORMENTE, REDUNDARIAM EM SUA PROPOSTA DA ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO - ECT.

Nessa recuperação da dimensão estrutural adquirem relevância especial, a nosso ver, as formas intermediárias de coordenação, denominadas de híbridas por Williamson (1985; 1996), e que se apresentam entre a hierarquia e o mercado. Dentre essas formas híbridas, destacam-se as redes globais, ou seja, grupos de empresas inter-relacionadas por uma ampla gama de estruturas de propriedade, tais como as alianças estratégicas e *joint ventures*, configurando-se novas relações contratuais, formais e informais da firma-organização.

¹⁴⁶ Eccles, Nohria e Berkley destacam, em nota, que autores como Stephen Barley e Gideon Kunda postularam que a história do discurso administrativo é cíclica, com períodos de discurso normativo " moderado" que se alternam com outros de discurso racional " extremado" ciclos que duram cerca de 30 anos (Barley e Kunda apud Eccles, Nohria e Berkley, 1994). Vale ressaltar, no entanto, que acreditamos que esses ciclos tenham se encurtado, sendo hoje reduzidos a um período de cinco anos, considerando as intersecções e os cruzamentos de construcionistas, desconstrucionistas e reconstrucionistas.

A explicação clássica sobre a origem da firma, como já vimos, advém de Coase, sendo, posteriormente, aperfeiçoada por Williamson que procura apresentar a gênese da firma como decorrência das imperfeições do mercado, o que, por conseguinte, favoreceria a busca de outra alternativa de eficiência econômica através da coordenação pelo princípio da autoridade (a hierarquia).

Se explicação para a origem da firma dada por Coase e Williamson cria, até certo ponto, um fosso em relação às teses econômicas neoclássicas, proporciona, por outro lado, aproximações entre diferentes vertentes institucionalistas que enfocam o conhecimento sobre organizações, embora uma questão continua, no entanto, sem resposta: qual seria a unidade de análise para realizar a produção/reconstrução de conhecimento sobre organizações?

Mesmo apresentando similaridades em vários pontos, as vertentes institucionalistas têm utilizado diferentes unidades de análise. Para os neo-schumpeterianos, as rotinas, vistas como o componente genético da firma, são as unidades de análise. Para o historiador Chandler Júnior, a firma é a unidade de análise. Para os adeptos da ecologia organizacional, as populações organizacionais são as unidades de análise. Para a teoria institucional, o campo ou setor organizacional constitui a unidade de análise. Para a economia das convenções, as convenções são as unidades de análise, enquanto para os regulacionistas, apesar de suas indefinições, em função de transitarem entre a micro e a macro economia, as formas institucionais terminam representando uma de suas mais importantes unidades de análise.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Decorrentes da abordagem neoclássica da economia, vertentes não inseridas no recorte estabelecido nesta tese também apresentam unidades de análise, a exemplo da teoria da agência (o indivíduo), da teoria da O.I (a indústria) e da própria economia neoclássica, com os conceitos estabelecidos de firma e de mercado.

Conquanto não negligenciemos as diferenças entre essas unidades de análise, defendemos, nesta tese, uma proposta que, além de não invalidar os diferentes níveis e unidades de análise, tende a vê-las, na práxis epistemológica da Ciência Organizacional, enquanto unidades, necessariamente, complementares, favorecedoras do desenvolvimento de uma multiplicidade de níveis hierárquicos de análise, viabilizando a pesquisa de organizações a partir de sua menor unidade, a transação, passando por unidades mais complexas da hierarquia, as rotinas, e evoluindo para unidades que representam um misto de hierarquia, sociedade e mercado, as convenções.

Essa multiplicidade de unidades de análise associadas à produção/reconstrução de conhecimento organizacional reflete, consideramos, em certa medida, a própria, história da evolução da firma sob o capitalismo e de suas diferentes formas de configuração organizacional. Essa história é analisada por Chandler Júnior (1962; 1977; 1990), Richardson (1972) e por autores que, mais recentemente, deram suas contribuições em termos de análise da firma japonesa, a exemplo de Aoki (1990), Salais e Stoper (1993), Coriat e Weinstein (1995), Coriat (1994), Castells (1999) e Harnecker (2000). Na atualidade, além da empresa japonesa, o estudo de outras novas

configurações organizacionais tem ocupado crescente espaço nos mais diversos programas de pesquisa.

8.2 EM BUSCA DE UMA TEORIA HISTÓRICA INSTITUCIONALISTA DA CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA GRANDE EMPRESA

8.2.1. A perspectiva Chandleriana

Reconhecidamente, a obra do historiador de Harvard, Chandler Junior, representa um marco para a Ciência Organizacional, de forma específica, nos aspectos relacionados às configurações organizacionais do capitalismo contemporâneo e às interrelações buscadas com a Economia, a Administração e a Sociologia. Mais recentemente, também com a geografia econômica, incorporando à sua discussão a análise atual da distribuição dos clusters no mundo globalizado.

Suas contribuições estão registradas em obras marcantes, tais como *Strategy and Sctructure* (1962); *The Visible Hand* (1977); *Scale and Scope* (1990), esta última constituindo um estudo comparado da evolução da grande empresa em economias industrializadas: Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha. Logo, Chandler Júnior introduzirá uma forma diferenciada de ver a teoria econômica da firma, influenciando as agendas de pesquisa em história dos negócios, organização industrial e mudanças econômicas, desde a segunda metade do século XX aos primeiros anos do século XXI.¹⁴⁸

Analisando-se a trajetória chandleriana no contexto da epistemologia organizacional, verificamos que suas contribuições desenvolvem-se no eixo epistemológico/metodológico construcionista (1ª fase), outras vezes no reconstrucionista (2ª e 3ª fases). No eixo epistemológico/metodológico construcionista, Chandler contribuiria com seu livro *Strategy and Sctructure* (1962) para os fundamentos da teoria contingencial-estruturalista - TCE, salientando que a estrutura acompanha a estratégia, tomando como referência a evolução da grande empresa norte-americana.

Nos livros seguintes, *The Visible Hand* (1977) e *Scale and Scope* (1990), Chandler aprofundaria sua análise histórica da grande empresa capitalista. No primeiro, faria uma crítica aos postulados neoclássicos da Economia, aproximando-se da nova economia

¹⁴⁸ Em Chandler (1962), identificam-se quatro fases que fundamentam a história das grandes empresas industriais Norte-americanas. Na primeira fase, caracterizada por uma estrutura simples, as empresas começam suas atividades com um único produto ou linha de produto. Em seguida, procuraram expandir suas atividades (vertical e horizontalmente), dentro de uma indústria, buscando vantagens para uma maior interdependência entre unidades organizacionais e adaptando-se a um contexto econômico, cada vez mais, complexo. O passo seguinte caracteriza-se por um tipo de coordenação mais funcionalizada. Ao final, surge a estratégia de diversificação, pautada na estrutura multidivisional.

institucional, com maior ênfase de sua vertente neo-schumpeteriana. No segundo livro, procuraria enfatizar a firma como a principal unidade de análise, realçando a importância das capacidades organizacionais no processo de inovação, além de assumir, gradualmente, um distanciamento das teses williamsonianas dos custos de transação.

Chandler (1992) criticaria Williamson por não contextualizar, historicamente, a trajetória de crescimento da firma, como também por não levar em conta as decisões estratégicas, os custos de adaptação e de aprendizagem. Adicionalmente, Chandler ressaltaria a relevância das capacidades organizacionais internas à firma, no viés penrosiano/richardsoniano.

Na terceira fase, que ocorreria a partir da segunda metade da década de noventa, Chandler et al. (1998) ampliariam seus estudos históricos da grande empresa, aproximando-se dos trabalhos dos regulacionistas franceses e dos geógrafos (institucionalistas) neo-marshallianos. Desenvolvem uma análise interdisciplinar dos distritos industriais italianos e dos clusters regionalizados que se apresentam na contemporaneidade da economia capitalista globalizada. Mais recentemente, Chandler enfocou a história da revolução microeletrônica, analisando o desenvolvimento da indústria eletrônica japonesa. Esta última obra, a nosso ver, representou sua resposta a uma velha cobrança de seus críticos, o fato de ele não ter se interessado nas fases 1 e 2, pelas formas de configuração organizacional da firma japonesa¹⁴⁹.

Ao fazer uma leitura da obra chandleriana, especialmente de sua segunda fase, Teece (1993) afirma ser *Scale and Scope* (1990) um trabalho marcante sobre o comportamento

¹⁴⁹ A esses estudos, Chandler chamaria de História Institucional Comparativa, em que busca entender as trajetórias de aprendizagem das indústrias de alta tecnologia. Uma análise da relevância da análise histórica do conhecimento organizacional, dentre outros pontos de vista, ver: Kieser (1994); Goldman (1994).

gerencial, as instituições de negócios, colocando a organização como o coração do sistema capitalista.¹⁵⁰ Para Teece, esse livro auxiliaria na reanálise da literatura sobre processos de produção de riqueza na sociedade capitalista, mostrando como a competitividade das nações tem dependido de um importante esforço relacionado às capacidades organizacional e financeira e dos suportes institucionais.

No viés metodológico desse estudo, Chandler analisa 200 grandes firmas de manufatura em cada um dos três países, usando como fontes de pesquisa relatos familiares e de historiadores de negócios, ou seja, histórias das companhias e de indivíduos, monografias, anuários de investimentos, publicações empresariais, relatórios governamentais, registros de arquivos, além de outras fontes existentes em cada um desses países. Ao utilizar essas fontes, examina o que nos Estados Unidos ele rotula de “capitalismo gerencial competitivo”, na Inglaterra de “capitalismo pessoal”, e na Alemanha de

¹⁵⁰ Mesmo não cabendo espaço no escopo desta tese, sugerimos a necessidade de estudos sobre a história da empresa no contexto dos países capitalistas emergentes ou em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, nos moldes estabelecidos por Chandler Jr., conforme se apresenta, de forma incipiente, em Szmrecsanyi e Maranhão (orgs.) *História de Empresa e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Huctec/FAPESP, 1996.

“capitalismo gerencial cooperativo”.

Segundo ele, gráficos e tabelas estatísticas auxiliam no rastreamento das firmas que são vistas como os principais atores durante os períodos contextualizados.

Desse modo, reconta a história de como os Administradores daqueles países desenvolveram organizações e assumiram os riscos de investimentos necessários à captação de economias de escala e de escopo, abrindo caminhos para inovações tecnológicas, naquela que foi denominada de segunda revolução industrial.

Entretanto, na análise de Teece, da qual assumimos alguns aspectos, sobressai-se a idéia de que Chandler não tem uma teoria formal da firma para oferecer como alternativa¹⁵¹. Mais recentemente, todavia, reconhece Teece, que Chandler teria sugerido, de forma preliminar, a relevância de contribuições oriundas dos campos de conhecimento em estratégia de negócios, da teoria da organização e da teoria da organização industrial, em torno do conceito de capacidades dinâmicas.

Consideramos que Chandler tem buscado uma teoria alternativa, de viés institucionalista neo-schumpeteriano, cujas raízes podem ser encontradas em Penrose (1959), Nelson e Winter (1982), Dosi, Teece e Winter (1992), entre outros. Em essência, as firmas

¹⁵¹ Se Chandler não apresenta uma alternativa à Escola Neoclássica, apesar de estar inserido em discussões que envolvem as teses da nova economia institucionalista (incluindo os neo-schumpeterianos) e a nova geografia econômica, reconhecemos, contudo, a relevância de sua contribuição para a Ciência da Organização, a partir dos focos: história (tempo), forma (configuração) das empresas capitalistas e agora o espaço (a dimensão territorial), aspectos que

são vistas, na visão neo-schumpeteriana, como organizações bastante distintas dos mercados, cujos processos administrativos, que se realizam dentro das estruturas organizacionais formais e informais, implicam processos de alocação de recursos e de comportamento organizacional, distintos dos ocorridos nos mercados.¹⁵²

Ao explicar as razões para a existência da moderna e integrada empresa multidivisional que aparece em grande número e em curto espaço de tempo, Chandler associa seu desenvolvimento ao grande tamanho do mercado norte-americano, aos processos de integração acontecidos no século XIX que foram viabilizados pela introdução no mercado do ferro e pelo telégrafo, além de destacar a relevância das capacidades organizacionais, conforme conta em detalhes em seu livro *The Visible Hand* (1977), no qual afirma que a mão visível da gerência teria substituído a mão invisível das forças de mercado.

Já a tese essencial de *Scale and Scope* (1990) é a de que a moderna empresa comercial tomou o lugar dos mecanismos de mercado na coordenação das atividades econômicas de alocação de seus recursos. Assim, entre os anos de 1850 e 1880, nos EUA, as redes de transporte e comunicação estabeleceram a base tecnológica e organizacional para a exploração de economias de escala e escopo nos processos de produção e de distribuição. Portanto, a resposta empresarial na distribuição precedeu a produção, considerando a dimensão territorial norte-americana, sendo que o processo de inovação acontecido na distribuição foi, principalmente, organizacional e não tecnológico. Nas indústrias onde somente uma ou duas empresas foram pioneiras nesses investimentos, essas conseguiram

favorecem a consolidação dos estudos macror organizacionais em analogia à macroeconomia.

¹⁵² Fazendo um parêntese, salientamos que, ao fazer essa defesa e redirecionar a pesquisa nesse campo de conhecimento, Chandler Jr. e Teece favorecem a consolidação da Ciência da Organização, mesmo não sendo esses seus objetivos.

dominar rapidamente o mercado. Entretanto, a moderna empresa industrial nos Estados Unidos somente surgiu após a deflagração de processos de fusões e aquisições, processo esse, freqüentemente, precedido de esforços para gerenciar a utilização de capacidades para fixar preços e resultados.

Em *Scale and Scope*, Chandler salienta que, durante o período da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo gerencial dominou os EUA, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Especificamente, no caso norte-americano, as companhias que primeiro interrelacionaram os investimentos em produção, distribuição e administração permaneceram líderes no período que vai de 1880 a 1940. Desse modo, Chandler descreve a evolução de muitas importantes indústrias, tais como a de maquinaria, de equipamento elétrico, a indústria química, da borracha, do papel, do cimento e do aço. Para Teece, esse estudo é uma brilhante análise do empreendedorismo e de como diferentes formas de capitalismo – competição (EUA), pessoal (Grã-Bretanha) ou cooperativo (Alemanha) – moldam as firmas, além de também identificarem as contribuições dos primeiros precursores, os quais afirmaram que estruturas de governança, sistemas gerenciais e contextos legal institucional são críticos para a compreensão de resultados industriais.¹⁵³

Segundo Teece, o movimento de fusões representou para Chandler o mais importante episódio da história da moderna empresa industrial nos Estados Unidos, no período de 1880 a 1940, tendo permitido a racionalização de indústrias americanas, fato que só começaria na Grã-Bretanha e na Alemanha depois de 1920. Além disso, no solo Norte Americano, a

¹⁵³ Ao analisar a sustentabilidade e as fontes de vantagens competitivas diferenciais, Teece mostra que a história traçada por Chandler convence, por tratar de firmas em contextos diferentes, fornecendo numerosos exemplos de como as vantagens por elas criadas são sustentáveis por longos períodos. Logo, em uma visão neo-schumpeteriana, Chandler assinala que as firmas declinam se não forem capazes de criar e manter suas capacidades organizacionais.

consolidação desses processos de fusões e aquisições tendeu a reduzir o controle da família¹⁵⁴, o que, de certa forma, foi facilitado por expressivos investimentos de bancos e de outras instituições financeiras, envolvendo as diretorias das grandes empresas industriais americanas.¹⁵⁵

Para Teece, a tese implícita de Chandler é a de que as firmas e os mercados buscam definir esses resultados, não obstante assinalar que a perspectiva que confia somente nos mercados para compreender o desenvolvimento industrial é, provavelmente, defeituosa. Vistas desse modo, as escolhas estratégica e organizacional feitas pelos gerentes – escolhas não necessariamente ditadas pelo mercado – além da tecnologia definem, senão determinam, o desempenho econômico das firmas no contexto nacional. Assim, o trabalho de Chandler apresenta avanços na interpretação das trajetórias evolucionárias de cada forma de capitalismo estudado, reconhecendo que a moderna firma industrial é, basicamente, uma organização que desenvolveu sua capacidade operacional através de uma hierarquia complexa.

¹⁵⁴ Comparado ao contexto empresarial brasileiro que se caracteriza, essencialmente, por estruturas familiares, corporativismo e um incipiente mercado de capitais, supomos que esses processos de reconfiguração organizacional também estejam acontecendo no Brasil, lentamente, a partir de meados da década de noventa, com as medidas de abertura da economia que levaram à privatização das empresas estatais brasileiras, por força das pressões internacionais, para a consolidação dos mercados compactados, decorrentes da competitividade sistêmica

¹⁵⁵ Em 2002, as recentes fraudes financeiras em empresas americanas que têm trazido sérios impactos no mercado financeiro dos EUA e com repercussões no mercado mundial (gerando perda de confiança e altos custos de transação), parecendo mostrar a atual fragilidade do capitalismo norte-americano em coibir os crimes de colarinho branco, muito próximo do que, comumente, ocorre nos países ditos de Terceiro Mundo.

Como ponto crítico na obra chandleriana, entretanto, denotamos uma falta de comparação sistemática entre alternativas contratantes, conforme destacam, por diferentes vias, Teece¹⁵⁶ e Williamson. Certamente, Chandler descreve como modos contratantes as economias de escala e de escopo, requeridas no processo de integração. Porém, não investiga, profundamente, essas formas de economia e nem as relações-limites da firma. Pelo fato de não desenvolver um campo analítico de pesquisa, fica evidenciada a insuficiência de seu estudo, diante a proliferação de alianças estratégicas e *joint ventures*, no período pós 75.¹⁵⁷

Teece destaca que a análise do desenvolvimento do capitalismo industrial no Japão constitui uma desafortunada omissão de *Scale and Scope*, reconhecendo a necessidade de análise da firma japonesa que, certamente, daria um maior suporte às suas teses. De fato, o desenvolvimento industrial no Japão começou mais tarde do que na Europa, porém a forma de capitalismo industrial estabelecida tem muito do que Chandler chama de capitalismo cooperativo da Alemanha. Desse modo, muitas companhias japonesas, especialmente as

¹⁵⁶ Interessante destacar que Teece apresenta-se como o elo de ligação entre as idéias de Chandler, de neo-schumpeterianos (como Dosi e Winter) e de Williamson, nessa ordem seqüencial, conforme se observa em Teece (1993); Dosi, Teece e Winter (1992); Teece, Rumel, Dosi e Winter (1994); e Carrol e Teece (1999).

¹⁵⁷ Outros trabalhos ficam a dever uma análise mais aprofundada para a atual poliferação das formas híbridas, a exemplo do próprio Williamson, autor da idéia, podendo também ser observado em Milgrom e Roberts (1992) que, ao tratarem da estrutura e dos limites da firma, baseados na teoria da O.I., salientam as características da integração vertical, destacando a forma-m de Chandler, mas incluindo, de maneira incipiente, as alianças de negócios e os Keiretsu, a forma-j. Vale salientar que o livro de Milgrom e Roberts representa um esforço de consolidar algo entre a teoria da O..I e a " incipiente" Ciência da Organização, fato que eles não ousam anunciar no capítulo I, preferindo indagar: " o que faz a organização ser importante?"

manufatureiras, têm respaldo nas companhias de comércio que auxiliam no estabelecimento de espaço no mercado internacional. Para Teece, a integração vertical e o desenvolvimento de hierarquias gerenciais extensivas são, inquestionavelmente, marcas do capitalismo japonês.¹⁵⁸

Williamson (1981), por contraste, salienta a preocupação de Chandler com as formas de mudança organizacional que, nos últimos 150 anos, produziram significativas alterações na moderna corporação¹⁵⁹. Dentre as contribuições chandlerianas, Williamson destaca que: 1) foi o primeiro tratamento dado à história de negócios, focalizado na descrição detalhada das mudanças organizacionais, permitindo uma análise interpretativa da aplicação dos custos de transação; 2) que “*strategy and structure*” (1962) foi significativo não somente pelas contribuições à história de negócios, mas também porque estabeleceu, claramente, que a forma da organização tem importante impacto sobre o desempenho dos negócios – fato que nem a economia, tampouco a teoria organizacional, tem reconhecido plenamente; e 3) embora Chandler esteja mais preocupado com a descrição do que com a interpretação da mudança

¹⁵⁸ Na segunda metade década de 1990, Chandler procuraria cobrir a “ falha” de não incluir em sua análise a empresa japonesa, fato que Aoki (1990), Williamson (1996), Coriat (1994) e Coriat e Weinstein (1995) teriam se encarregado de fazer, como mencionamos anteriormente.

¹⁵⁹ Chandler (1992), e Teece (1993) enfatizam que as habilidades diferenciais das firmas representam um ponto essencial para integrar e coordenar investimentos, definir suas vantagens competitivas, a partir das economias de escala e de escopo, resultantes das capacidades organizacionais, das quais elas dependem, ou seja, de conhecimento, habilidade, experiência e equipes de trabalho. Nessa passagem (segundo Teece), Chandler parece lembrar mais Chester Barnard do que Alfred Marshall, na medida em que sua análise sugere que o aparato da teoria microeconômica convencional seja seriamente questionado, quando trata de temas relativos à competitividade na economia global, antes e agora.

organizacional, suas descrições cuidadosas sugerem que os fatores econômicos sejam responsáveis pelas mudanças observadas.

Vale ressaltar que, se houve efetiva influência chandleriana na obra de Williamson e vice-versa, parece que ocorreu um declínio do intercâmbio de idéias entre esses autores no decorrer dos anos noventa. Assim, parece que, no decorrer desse processo aproximativo, foram delineando-se pontos de conflito entre as duas perspectivas, particularmente relacionados à questão da escolha da unidade de análise da firma-organização: enquanto Chandler reafirma como unidade de análise – a própria firma, Williamson fortalece a convicção de que a unidade de análise básica da firma é a transação. Ambos os autores demonstram em seus escritos, publicados mais recentemente, um claro “desconhecimento” das obras respectivas que parece confirmar o distanciamento ou uma bifurcação de interesses¹⁶⁰.

Por último, registramos que Chandler aproximar-se-ia na mesma década, de geógrafos “Institucionalistas”, como Storper; de pensadores em Estratégia, como Porter; e dos neo-schumpeterianos, como Teece, Nelson e Winter, viés que ele se identificaria mais diretamente, mas, por outro lado, afastar-se-ia, cada vez mais, das teses williamsonianas¹⁶¹, embora não tenha abandonado a perspectiva institucionalista¹⁶².

¹⁶⁰ A esse respeito, ver o viés neo-schumpeteriano, claramente delineado em Chandler (1992).

¹⁶¹ Williamson, por sua vez, em sua extensa trajetória que inclui passagens pela teoria behaviorista, pela teoria da O.I. e consolidada na NEI, procura responder as críticas à ECT, buscando aproximações com a ecologia organizacional, a teoria institucional, os neo-schumpeterianos e, agora, respondendo também às questões levantadas pela sociologia econômica Granovetteriana, esta última, particularmente, direcionada à questão da forma de configuração organizacional

8.2.2 Uma retrospectiva histórica das configurações organizacionais pós-chandleriana

A análise da evolução histórica da firma/organização tem prosseguido nos trabalhos empreendidos por Richardson (1972), Williamson (1975; 1981; 1985; 1996); Ouchi (1985); Aoki (1990); Salais e Storper (1993); Coriat e Weinstein (1995) e Coriat (1994; 1997); novamente Chandler (1998), Porter (1998; 1999), Teece (1998); Storper (1998); e Dosi e Coriat (1998).

Richardson (1972) contribui com uma análise sobre o contexto dos mecanismos de coordenação da indústria, constituindo seu trabalho uma ponte não-intencional entre Coase (1937), Chandler (1ª fase,

híbrida e focalizada em um outro tipo de determinismo, o sociológico, ao procurar ver o econômico como um enclave do social.

¹⁶² Na perspectiva institucionalista Chandleriana, McCraw (1998) salienta os traços de um "novo institucionalismo" e de uma "Escola de Historiografia Organizacional, ou melhor, uma historiografia institucional voltada para o estudo morfológico das organizações. Por outro lado, também enfatiza o enfoque

1962) e os autores que virão depois dele, como Williamson (1975; 1981; 1985), Ouchi (1985) e Chandler (2ª fase, 1977; 1990; e 3ª fase, 1998; 2002).

Ao analisar a geração de valor ao longo do processo de produção, Richardson mostra que as empresas tendem a estruturar-se em torno de atividades similares (a especialização penrosiana), em oposição às designadas de complementares, que exigiriam o recurso à cooperação interfirmas para coordenar atividades não-similares e fortemente complementares. Segundo ele, as atividades similares e complementares, de responsabilidade de diferentes firmas, podem representar papéis diferentes nas cadeias produtivas, ou seja, o que é similar para uma pode ser complementar para outra. Assim, sua contribuição antecipa as atuais discussões sobre cadeias produtivas e os denominados sistemas complexos de produção (COPS).

No ponto que nos interessa, Richardson pode ser considerado o precursor das estruturas de governança williamsonianas, quando destaca três alternativas para que as atividades de coordenação sejam efetivadas: direção (equivalente à hierarquia), co-operação interfirmas (as híbridas) e mercado de transações (o próprio mercado). Vale ressaltar que Richardson reconhece suas aproximações com a análise da firma coasiana, mas admite manter algumas diferenças, especialmente por distinguir, de forma explícita, entre os mecanismos de coordenação, em particular, a cooperação interfirmas.

Richardson refere-se à cooperação interfirmas e às transações de mercado como modos alternativos e distintos de coordenação da atividade econômica. Como resultado, da divisão do trabalho entre o mercado e as firmas, existiria uma densa e variada rede de formas

institucionalista e de cunho sociológico que Chandler aprendera com os

de cooperação e afiliação pelas quais as firmas se interrelacionariam. Essas variadas formas de cooperação e aplicação ocorreriam com maior intensidade nas décadas seguintes, com base, por exemplo, na subcontratação, que já era praticada nos contextos industriais da Suécia, do Japão e dos países que possuíam indústrias automobilísticas, constituindo uma densa rede de acordos, conectando indústrias de diferentes países.¹⁶³

Assim, verificamos que o autor, em sua análise, rompe com a seqüência linear chandleriana de evolução da grande empresa industrial, ao afirmar que na divisão de trabalho entre firmas e mercados existe uma variedade de alternativas intermediárias para a cooperação interfirmas.

Interessante salientar que Richardson também mostrava em seu artigo, todavia, a mesma ambigüidade conceitual ao tratar a firma, prisioneiro que estava do velho dilema da Economia entre a abstração e o realismo, assinalando que as funções da produção têm sido colocadas como totalmente “abstratas”. Desse modo, reconhece a dificuldade em trazer de volta ao plano teórico a construção de uma teoria da organização industrial. Logo, a função de produção exigiria certo nível de tecnologia material e gerencial, passível de ser compreendida, de acordo com os postulados da firma penrosiana.

Após Richardson, surge a perspectiva williamsoniana, já mencionada em diversas partes desta tese, que procura salientar na década de setenta a relevância das instituições

ensinamentos de Parsons e de Schumpeter.”

¹⁶³ Interessante que a noção de similaridade em Richardson assemelha-se à noção de isoformismo (mimético) da teoria institucional, além de introduzir a noção de competência para distinguir diferentes modos de coordenação socioeconômica, conceito hoje em voga pela vertente neoschumpeteriana. Do mesmo modo, ele também antecipa a noção (Chandleriana) de economia de escala e de escopo. Por

econômicas no contexto capitalista, através de relações contratuais (formais e informais), objetivando uma maior eficiência e, ao mesmo tempo, uma redução da incerteza da Economia. Desse modo, a redução dos custos de transação geraria uma maior eficiência das atividades econômicas. Williamson apresenta como alternativas para resolução do problema da coordenação no sistema capitalista as seguintes estruturas de governança: o mercado, a firma e as estruturas híbridas.

Vale registrar que, ao traçar a trajetória intelectual de Williamson, identificamos uma crescente importância da dimensão estrutural, ou seja, das diferentes formas de configuração organizacional no capitalismo contemporâneo. Da perspectiva de análise da firma behaviorista na década de sessenta, Williamson envereda, na década seguinte, na análise da firma M (fruto da influência de Chandler e Coase em sua obra), visando conhecer os processos de integração vertical da grande empresa norte-americana que redundaria na consolidação da teoria dos custos de transação. Já nas décadas de oitenta e noventa, Williamson trabalha no sentido de fortalecer o espaço da nova economia institucional. Assim, no final do século XX, elabora uma proposta pautada na NEI, ampliando, cada vez mais, sua perspectiva de análise organizacional.

Como resposta a Granovetter, Williamson (2000) apresentaria, recentemente, uma proposta de níveis de análise de configurações organizacionais, em uma perspectiva ampla de inserção da economia dos custos de transação e dos mecanismos de governança, em um

outro lado, em nenhum momento ele descarta a idéia de competição, mesmo

contexto de hierarquização social, na qual se configurariam: 1) os “encaixes” de Granovetter; 2) o ambiente institucional; 3) as estruturas de governança; e 4) o mercado. Em sua análise, o primeiro nível reportar-se-ia à teoria social; o segundo, à economia dos direitos de propriedade e à teoria política positiva; o terceiro, à economia dos custos de transação; e o quarto, à economia neoclássica e à teoria da agência.

Consideramos, todavia, que, na tentativa de ampliar sua teoria e, ao mesmo tempo, responder aos seus críticos, Williamson perde de vista sua perspectiva anterior ao desconhecer que seu terceiro nível de análise, ou seja, aquele que se reporta à ECT (cujo foco mais abrangente é a NEI), confunde-se, ao nosso ver, com a Ciência Organizacional, porque trata especificamente, dos estudos referentes às estruturas de governança: hierarquia e híbridas (de suas transações e contratos).

Vale registrar, no entanto, que, da mesma forma que já assinalamos em relação à “crise de identidade” das vertentes anteriormente analisadas, indefinidas entre os postulados neoclássicos e o realismo da heterodoxia, observamos que, em estudos recentes, Williamson procurou fazer concessões em relação a outros campos do conhecimento. Essas concessões levaram-no aos seguintes caminhos: um retorno gradual aos fundamentos da Economia, como visto em seu reconhecimento da necessidade de formalização e operacionalização da teoria, e

fazendo alusão constante às atividades de cooperação interfirmas.

ao holismo metodológico, o que poderá levar a teoria a um outro tipo de abstração, o de viés holístico da Sociologia.

ENFIM, NA TENTATIVA DE DIMINUIR AS ARESTAS COM SEUS CRÍTICOS, MAIS PARTICULARMENTE COM GRANOVETTER, WILLIAMSON (2000) DESENVOLVE UMA PERSPECTIVA HOLÍSTICA E HIERARQUIZADA DE NÍVEIS DE CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA ORGANIZACIONAL, TORNANDO-SE, CADA VEZ MAIS, FUNCIONALISTA, E, POR CONSEQUINTE, MAIS PRÓXIMO DE UM OUTRO MODELO DE DELIMITAÇÃO DE SISTEMAS SOCIAIS. NESSE ESPAÇO, WILLIAMSON PROCURA FAZER A TRANSPOSIÇÃO ENTRE O MICRO E O MACRO; ENTRE O IM E O HM; E ENTRE O SINCRÔNICO E O DIACRÔNICO. PERSPECTIVAS ESSAS AINDA NÃO PLENAMENTE CONSIDERADAS EM SUA OBRA, O QUE NÃO REPRESENTA QUALQUER DEMÉRITO CONCEITUAL E ACADÊMICO.

OUTRA FORMA DE ANÁLISE CONFIGURACIONAL APRESENTA-SE EM HANNAN E FREEMAN (1977), AO VISLUMBRAREM, NA PERSPECTIVA EVOLUCIONÁRIA, O DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA HÍBRIDAS. ASSIM, DIRECIONAM O FOCO DE SEUS ESTUDOS PARA AS POPULAÇÕES ORGANIZACIONAIS, EMBORA BAUM (1998) ADMITA A EXISTÊNCIA DE DIFERENTES CATEGORIAS (UNIDADES E NÍVEIS) DE ANÁLISE DA ECOLOGIA DAS POPULAÇÕES, A EXEMPLO DE ORGANIZAÇÕES, POPULAÇÕES E COMUNIDADES DE POPULAÇÕES. ESSA ABORDAGEM APROXIMA-SE, A NOSSO VER, DA PERSPECTIVA DA TEORIA INSTITUCIONAL DE MEYER E ROWAN (1977), QUE UTILIZA COMO UNIDADE DE ANÁLISE O CAMPO OU SETOR ORGANIZACIONAL. EM AMBAS AS PERSPECTIVAS, AS FORMAS DE CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL FORTALECEM-SE MUTUAMENTE, E SEUS

ESTUDOS VERSAM SOBRE DENSIDADE, MORTALIDADE, NASCIMENTO E TIPOS DE ISOMORFISMO.

Algumas contribuições menores vieram em seguida, como a de Ouchi (1985) que, prosseguindo na análise da forma multidivisional da firma, seria, particularmente, influenciado pelas obras de Williamson e Chandler. Na esteira dos mecanismos de coordenação williamsoniana, Ouchi apresentaria uma variante desse modelo de configurações, constituída de mercado, burocracias e clãs econômicos, sendo que esses últimos tiveram origem nos acordos sociais entre os membros da comunidade e gerariam alternativas que desenbocaria na firma da sociedade japonesa.

Ao fazer uma retrospectiva das configurações organizacionais da grande empresa (no viés da organização interna), Ouchi identifica três estruturas elementares: as formas U, H, e M. A primeira corresponderia à forma mais familiar de organização, comumente denominada de organização funcional, caracterizada pelo sentido de unicidade, em que nenhuma parte da estrutura é independente das demais. Um segundo tipo de configuração seria a forma H, ou Companhia Holding, cuja característica essencial é dar forma à organização tipo conglomerado, dispondo, ao mesmo tempo, de mecanismos de controle e de descentralização, envolvendo diferentes firmas. E o terceiro tipo seria a forma M de organização, também conhecida como multidivisional, amplamente analisada por Chandler e por Williamson, situada entre a forma U (centralizada) e a forma H (descentralizada).

Esse foco direcionado para a organização interna será ampliado a partir do surgimento das novas formas de configuração organizacional no final do século XX. Essa ampliação se em dois sentidos. De um lado, os neo-schumpeterianos retomam o projeto de abertura da “caixa preta” da firma e, de outro, o foco de alguns autores direciona-se para captar a

abrangência e o desenvolvimento acentuado das formas híbridas que se apresentam com elevado grau de influência no capitalismo contemporâneo¹⁶⁴.

Vamos colocar em evidência alguns desses estudos. Ouchi desenvolve a análise configuracional da firma Japonesa. Essa análise será aprofundada por Aoki (1990), que conceitua a firma japonesa como um “nexus de contratos”, contratos esses que se caracterizam por incorporar especificidades em função do contexto cultural do Japão.

Coriat e Weinstein (1995), como visto no capítulo V, contribuíram para a delimitação do conceito regulacionista da firma, que compõe o novo modo de produção que denominam de pós-fordista. Ademais, identificam que a configuração organizacional da firma japonesa diferencia-se por relações: 1) de longo prazo, cuja direção é determinada pelo “ciclo de vida” dos produtos; 2) institucionalizada e hierarquizadas; 3) contratualizadas; e 4) que favorecem a inovação e internalizam a partilha de benefícios e de riscos.¹⁶⁵

Na perspectiva do novo regionalismo, Salais e Storper (1993) apontam a coexistência de diferentes configurações organizacionais, denominadas por eles de mundo de produção

¹⁶⁴ Vale registrar que Ouchi, ao lado de Barney e Hesterly, fazia parte de um seleto grupo cujo projeto de uma economia organizacional representa, a nosso ver, uma proposta descabida e inseqüente de invasão de outro campo disciplinar – a Ciência da Organização. Essa proposta procura refugiar-se no solo escorregadio da economia heterodoxa, na medida em que procura desconhecer a existência de uma porta escancaradamente aberta para receber suas contribuições, ou seja, o conhecimento organizacional.

¹⁶⁵ Apesar do entusiasmo de Aoki (1990), Coriat (1994), Coriat e Weinstein (1995) para a novidade da firma-J, algumas críticas recentes têm alertado para o “ mito paradisíaco” do mundo sócio-organizacional japonês, a exemplo de Satoshi (1985) que parece se confirmar com a recente crise econômica que aquele país atravessa.

regional, no contexto da globalização: 1) o velho modelo industrial fordista; 2) o modelo de produção flexível, a exemplo da firma japonesa; 3) um mundo de produção interpessoal, exemplificado no modelo dos distritos industriais (neo)marshallianos; e 4) um modelo nascente de produção imaterial, baseado nos recursos intelectuais voltados à aprendizagem e à inovação, também denominado de Capitalismo Cognitivo.¹⁶⁶

Para os autores, cada um desses mundos possíveis de produção está centrado em um tipo de produto, em um específico esquema de coordenação, constituído por convenções, objetos e pessoas, sendo engendrados por processos de coordenação, de diferentes tipos, entre atores individuais e coletivos, refletindo soluções para as seguintes questões: 1) a construção do mercado: risco versus incerteza; 2) a construção da ação produtiva: especialização versus padronização; e 3) os princípios tecnológicos: economias de escala versus economias de escopo.

Essa última perspectiva de análise da firma, de natureza interdisciplinar, envolve regulacionistas (foco da análise na mudança do fordismo para o pós-fordismo); geógrafos neo-marshallianos (foco de análise nos distritos industriais italianos); além de um “mix” de autores de diferentes tendências teóricas, a exemplo da economia das convenções, que focaliza a análise do fenômeno regional no contexto da globalização¹⁶⁷. Esses estudos também

¹⁶⁶ A esse respeito, ver a questão regionalista em: Cocco, Urani e Galvão (1999); Klink (2001) e Galvão, Silva e Cocco (2003).

¹⁶⁷ Autores, como Storper, Rallet, entre outros, chegam a apontar para a existência de uma geografia das convenções.

se direcionam para o campo de conhecimento organizacional, ao enfatizarem o atual hibridismo da firma-mercado e da firma-rede.¹⁶⁸

Nos estudos sobre modalidades de subcontratação, presente nas redes verticais e horizontais japonesas, como visto em Teece (1998), Castells (1999), Guerra e Teixeira (2002), identificamos uma clara tendência mundial para a predominância das formas híbridas no contexto do sistema capitalista.

No início da década de noventa, no viés neo-schumpeteriano, Dosi, Teece e Winter (1992), e Teece, Rumelt, Dosi e Winter (1994) apresentam uma proposta de coerência corporativa, na qual foi incorporada a idéia de “coalescência” entre diferentes alternativas de configuração organizacional, além de defenderem as aproximações entre diversas vertentes da Economia e da Sociologia. Nesse trabalho, apresentam os seguintes tipos de configurações organizacionais: firmas especialistas, firmas integradas verticalmente, firmas coerentemente diversificadas, conglomerados, redes de firmas e corporações virtuais¹⁶⁹.

Ainda nessa década, Dosi (1995), em consonância com as estruturas de governança de Williamson, destacaria as relações de poder, presentes nos mecanismos de coordenação, particularmente o mercado e a hierarquia. O ponto de partida da análise de Dosi está

¹⁶⁸ Essa perspectiva vem, mais uma vez, confirmar as nossas suposições, especialmente quando critica os neoschumpeterianos por pensarem as “competências essenciais” como se elas ainda estivessem situadas no interior da firma, desconsiderando as atuais hibridações que se fazem presentes nas redes regionais. Vale registrar a existência de uma lacuna em nossa análise, aquela que está relacionada às novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) e as crescentes conexões dos processos produtivos.

¹⁶⁹ Mais recentemente, houve uma retomada da problemática da firma pelos neoschumpeterianos na análise da firma, a partir de um processo de complementação de estudos sobre as rotinas, agora direcionando o foco para uma perspectiva dinâmica, vista na busca das competências essenciais, como visto no capítulo 5.

relacionado à perspectiva da autoridade na hierarquia e às divergências de interpretação sobre essa questão, mais particularmente, entre Williamson e Granovetter.

A QUESTÃO DO PODER NOS MECANISMOS DE GOVERNANÇA CONSTITUI UM VELHO QUESTIONAMENTO QUE AUTORES, COMO GRANOVETTER (1985), FIZERAM À TESE WILLIAMSONIANA. A ABORDAGEM DA NEI É CRITICADA POR SER DE NATUREZA ESTÁTICA, A-HISTÓRICA E FUNCIONALISTA. SEUS CRÍTICOS, CONTRAPONDO-SE A ESSA VISÃO, APONTAM PARA A NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE UMA ANÁLISE DINÂMICA HISTÓRICO-SOCIAL DOS GRUPOS DE NEGÓCIOS.

Enfim, o pomo de discórdia entre Granovetter e Williamson reside na noção de “poder”. Essa noção parece não ter relevância na análise williamsoniana, uma vez que as organizações são vistas, primariamente, na perspectiva da análise estrutural discreta (funcionalista) e, só de maneira secundária, dentro de uma visão política, que reduz o poder a uma das características essenciais da estrutura de autoridade das organizações, sendo inerentemente distinta das relações de troca, podendo ser considerada uma dimensão interpretativa autônoma. Como mediador da disputa intelectual entre Granovetter e Williamson, Dosi procura ressaltar os pontos de aproximação entre eles, afirmando que as posições daqueles autores podem não ser excludentes, mas sim complementares.

A demonstração da possibilidade dessa aproximação encontra-se na definição de Dosi sobre as dimensões de poder e de autoridade que integram essa organização. Essas dimensões são: 1) a distribuição (formal) da autoridade; 2) a distribuição (real) do poder hierárquico; 3) a

estrutura de incentivos; 4) a estrutura do fluxo de informações; e 5) a distribuição do conhecimento e de competência¹⁷⁰.

Em outro trabalho recente, Dosi e Coriat (1998), comparando os programas de pesquisa de evolucionistas e regulacionistas, também apresentam as diferentes configurações que constituem níveis hierarquizados de análise, como se segue: o nível 0 – da nanoeconomia para a microeconomia; o nível 1 – da microeconomia para as propriedades agregadas; o nível 2 – das dinâmicas agregadas; o nível 3 – da co-evolução; e o nível 4 – da grande história.

Dessa análise, o ponto que nos interessa, particularmente, está relacionado ao nível 0, no qual são analisados vários aspectos da firma-organização, como: 1) a natureza e a origem de rotinas e normas comportamentais; 2) os processos de aprendizagem; 3) os mecanismos de formação de expectativas; 4) a natureza da evolução de microrganizações.

Enfim, observamos nessa retrospectiva de estudos sobre configurações organizacionais que, ao final da década de noventa, consolidou-se um grupo variado de autores, a exemplo de Porter, Castells, Clegg, Granovetter, Williamson, Coriat e Dosi, Hodgson, Teece, Salais e Stoper, Chandler e Becattini, que com diferentes visões, desenvolveram estudos sobre configurações organizacionais presentes na economia capitalista contemporânea. De acordo com esses estudos, podemos observar que a dimensão estrutural dessas novas configurações pode se traduzir em redes, populações/comunidades de populações, franquias, distritos industriais marshallianos e em muitas outras formas que espelham diferentes relações de cooperação interfirmas.

Desse modo, verifica-se essa preocupação em Williamson, quando trata da estrutura de governança, focalizada na economia dos custos de transação; em Aoki, quando procura fazer a análise comparada da firma M em relação à firma J, salientando as especificidades

¹⁷⁰ Em nossa opinião, fica evidenciado que a saída conciliatória, apresentada por Dosi para contrapor as duas visões anteriores, parece ser, de certa forma, buscada nos fundamentos

culturais e o sistema de inovação organizacional da firma japonesa; e também em Coriat e Weinstein, quando fazem a análise comparativa dos diversos sistemas configuracionais, enfatizando a firma J como modelo de pós-fordismo, no viés regulacionista.

De certa forma, Chandler também acabou enveredando na trajetória neo-schumpeteriana da firma para uma abordagem mais ampla, como demonstra sua análise dos clusters regionalizados que se apresentam em seus escritos da segunda metade da década de noventa, quando se aproxima dos geógrafos neommarshallianos, a exemplo de Beccatini (1994; 1999), parecendo descobrir a “novidade” dos distritos industriais no contexto geográfico Italiano. Nesse esforço os autores, têm incorporado às suas discussões novas categorias de análise, tais como o território, o espaço, a região e a cidade, categorias essas que nos levam a acreditar no reconhecimento da importância da dimensão estrutural e institucional por diferentes campos de conhecimento.

A Ciência Organizacional não fica incólume a essa ampliação do escopo de análise, derivada do foco nas configurações organizacionais. Desse modo, exemplificações apresentam-se nos clusters, identificados em países, como a Itália, Portugal, França, Estados Unidos e Brasil, constituindo modalidades de configurações estimuladas a se desenvolver, como ocorrem nos recentes estudos indutores de competitividade no nordeste do Brasil.

8.3 CONFIGURAÇÕES HÍBRIDAS RECENTES: PARA ALÉM DA HIERARQUIA E DO MERCADO.

O NOSSO PONTO DE PARTIDA SÃO AS CONTRIBUIÇÕES DOS NOVOS INSTITUCIONALISTAS NA ANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES ORGANIZACIONAIS, SEUS ESTUDOS SOBRE A EVOLUÇÃO DA MODERNA CORPORAÇÃO, A PARTIR DOS FUNDAMENTOS EXTRAÍDOS DA RECENTE HISTÓRIA ECONÔMICA DA EMPRESA. EM SEGUIDA, IDENTIFICAMOS AS NOVAS CONFIGURAÇÕES (ARRANJOS) DE POPULAÇÕES ORGANIZACIONAIS, PRESENTES NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, APRESENTANDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS CRÍTICAS E DAS PERSPECTIVAS DESSES ESTUDOS PARA A CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.

Nesse sentido, destacamos que nem todos os autores estão satisfeitos com esses processos aproximativos observados entre as vertentes institucionalistas, a exemplo do já mencionado socioeconomista Granovetter (1985; 1995) que procura ver, negativamente, as tentativas de aproximações entre Williamson e os teóricos da TCE, entendendo esses processos aproximativos sob um ângulo suspeito da Sociologia, focalizado apenas nos “encaixes” entre o mercado (contestado) e o não-mercado (sociologizado)¹⁷¹.

Ao criticar o viés construcionista, como já visto, Granovetter identifica similaridades entre os trabalhos de Chandler, Williamson, Piore e Sabel e de Woodward e do grupo Aston-autores, denominados de teóricos do mainstream. Embora reconhecendo essas similaridades, no entanto, verificamos que as contribuições desses autores neo-institucionalistas transcendem os limites da TCE, por incorporarem fundamentos de diversos campos

¹⁷¹ Na verdade, não está claro o que ele busca. Daí se questionar: que sociologia? A disciplina Sociológica que ele acredita, com certeza, não é a mesma que está voltada para a consolidação da Ciência da Organização.

disciplinares das Ciências Sociais, a exemplo da Economia da sociologia neo-institucionalista das socioeconomias até da recente geografia neo-marshalliana.¹⁷²

Desse modo, enquanto a TCE, no viés construcionista, trata das configurações organizacionais em um contexto interno, micrororganizacional e em uma perspectiva sincrônica, as vertentes institucionalistas da Economia e da Sociologia tomam essas configurações nos contextos estático e dinâmico, micro e macro sócioeconômico, micro e macro organizacional.

Ao definirem o conceito de competência central, os neo-schumpeterianos Dosi, Teece e Winter (1992) apresentam, por exemplo, a seguinte tipologia hierarquizada de configurações: a especialização; a integração vertical; a diversificação; a conglomeração; a participação em redes; e as estratégias “vazias” (apoiadas na subcontratação).

Do mesmo modo, o neo-schumpeteriano Teece (1998), já mencionado anteriormente, identifica arquétipos de firmas por escopo, estrutura e integração, em que apresenta uma escala hierarquizada de configuração organizacional: que vai do Empreendedor à firma integrada, hierárquica e multidivisional; logo em seguida, a firma de alta tecnologia (tipo vale do silício); depois, as corporações virtuais, os conglomerados e, finalizando, as alianças estratégicas.

Chandler Junior et al (1998) abrem uma outra frente de estudos do conhecimento organizacional, a partir de contribuições neomarshallianas da geografia econômica regional e

¹⁷² A Sociologia tem contribuído para o desenvolvimento da Ciência da Organização em diferentes aspectos, notadamente, destacamos os conceitos de hierarquia, autoridade, organização e instituição. Mais particularmente, na ecologia organizacional, destacamos os conceitos de população, demografia (incluindo os subconceitos de densidade, natalidade e mortalidade) e inércia organizacional e,

da história neo-schumpeteriana dos negócios, cujo foco são as aglomerações industriais, nos territórios e nas cidades-empresa¹⁷³.

Já de acordo com Piore e Sabel (1984), a especialização flexível teria levado as organizações a provocarem impactos sobre as relações existentes entre o território e a economia, configurando tais regiões como unidades de produção integradas, a exemplo dos distritos industriais neo-marshallianos. Como resultado concreto da prática regional recente, surgem os estudos sobre distritos e os estudos de Porter (1998) sobre clusters.

Por último, mas sem esgotar o contexto configuracional, Castells (1999) destaca a evolução de formas no atual contexto capitalista, como se segue: 1) da produção em massa à produção flexível; 2) da crise da grande empresa à flexibilidade das PME'S (na condição de agentes de inovação e fonte de criação de empregos); 3) do modelo gerencial japonês - o toyotismo; 4) da formação de redes interempresas; 5) do modelo de licenciamento e

na teoria institucional, o conceito de isomorfismo (regulativo, mimético e normativo), conforme assinalados no Capítulo V.

¹⁷³ A esse respeito, ver: Piquet (1998); Klink (2001) e Urani, Cocco e Galvão (1999)

subcontratação de produção sob o controle de uma grande empresa; 6) das alianças corporativas estratégicas; e 7) da empresa horizontal e das redes globais de empresa.¹⁷⁴

Enfim, as alterações estruturais que emergem a partir da década de setenta, atingindo tanto a teoria econômica da firma quanto a teoria das organizações, como visto, ultrapassam o ponto estudado por Chandler (1962; 1977; 1990) e, em certa medida, por Williamson (1975; 1981; 1985), demonstrando que o capitalismo passa a apresentar uma nova

¹⁷⁴ Ao tratar das trajetórias na reestruturação do capitalismo, Castells (1999) salienta as interpretações de analistas, como Coriat, Harrison e Storper, dentre outros, reconhecendo que, apesar da diversidade de abordagens, há coincidência em quatro pontos fundamentais da análise: a) independentemente das causas e origens da transformação organizacional, a partir de meados dos anos 70, houve uma divisão importante na organização da produção e nos mercados compactados da economia globalizada e da comunicação; b) essas transformações organizacionais interagiram com a difusão das novas tecnologias da informação, mas, em geral, eram independentes e precederam essa difusão nas empresas comerciais; c) o objetivo principal era lidar com a incerteza, causada pelas mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico da empresa, flexibilizando a produção, o gerenciamento e o marketing; d) visando redefinir os processos de trabalho e as práticas de emprego... (cf. CASTELLS, op. cit., p. 174-175). Por sua vez, Harnecker (2000, p. 139-136) corrobora com as afirmações de Castells, inclusive salientando que a " unidade operativa atual já não seria uma empresa concreta ou um grupo de empresas, mas uma rede" .

etapa estabelecida nas formas de configuração organizacional.

A título de balanço geral, alguns autores consideram que o velho fordismo, ainda hoje, estaria invadindo outros espaços, saindo do chão da fábrica, envolvendo centenas de organizações, como se elas fossem os novos departamentos da velha estrutura funcional, agora denominadas de pós fordista ou sistema industrial baseado em rede.

Outros autores, como Corò (1999, p. 167), destacam que os distritos industriais marshallianos conseguem ir além do fordismo, por terem herdado um modelo de organização social da produção que tem no território¹⁷⁵, mais do que na organização da fábrica, seu fator fundamental de integração. Desse modo, assinala que os distritos industriais constituem uma das formas mais adequadas, embora não seja a única, de organização econômica e social da produção pós-fordista (CORÒ, op. cit., p. 147).

Como visto, na década de setenta, parte expressiva das vertentes institucionalistas da Sociologia já antecipava a ampliação

¹⁷⁵ Dupuy e Gilly (1999, p. 208-209) salientam a relevância da unidade de análise território, conceituada por eles como um conjunto de atividades econômicas (P e D, design, produção e comercialização), historicamente, constituídas e coordenadas pelas firmas através de variados caminhos, a exemplo de centros de pesquisas, agências econômicas, poder local e outras instituições sócio-políticas. Em outros termos, um território pode ser visto como: 1) um lugar de integração técnica, produtiva e organizacional; 2) uma construção histórica, resultante das ações de seus constituintes: instituições e organizações. Logo, o território cresce e morre; 3) está envolvido em um processo coletivo de aprendizagem de cooperação entre atividades produtivas, técnicas, de pesquisas, de treinamento, administrativas, processos de tomada de decisão, além de envolver outras instituições e organizações.

de seu foco de análise para as formas híbridas, como se observa na unidade de análise das populações (ecologia organizacional) e no campo organizacional (teoria institucional). Já nas décadas seguintes, os regulacionistas e os convencionalistas franceses também começariam a interessar-se pelo tema das configurações organizacionais, buscando entender os processos de mudanças do sistema capitalista, diante da crise que o mesmo sofreu em meados da década de setenta, na transição do sistema fordista para algo ainda não claramente definido, denominado de pós-fordismo.

Dessa maneira, autores, como Coriat (1994), Coriat e Weinstein (1995), baseados em Aoki (1990), identificariam na firma J (japonesa) algumas características pós-fordistas, como aquelas associadas às mudanças estabelecidas no modo de produção e no regime de acumulação da nova etapa da economia capitalista globalizada.

Nessa perspectiva, Coriat e Weinstein (1995) destacariam três concepções que podem ser identificadas sobre a firma: 1) concepção de firma organização que toma como ponto de partida os fundamentos behavioristas de Simon, Cyert e March; 2)

concepção da firma-instituição que tem como ponto de sustentação os "velhos institucionalistas", na tradição Vebleniana, que incorporam a dimensão social na análise das instituições; e 3) concepção de custos de transação, a partir dos questionamentos de Williamson, buscando um arranjo alternativo para o mercado.

Nesse sentido, Coriat analisa em detalhes como aconteceu a transformação da firma U, na qual as funções organizacionais são, verdadeiramente, separadas e diferenciadas - para a firma de forma M - multifuncional, multidivisional, no âmbito de uma organização vertical e fortemente hierárquica. Em oposição a essa tendência, as firmas japonesas desenvolveram formas múltiplas de externalização, a exemplo de redes de sub-contratação.

Coriat usa como referência a obra de Aoki (1990) para analisar a empresa moderna pós-Chandler/Williamson que se apresenta largamente desconcentrada, tendo, em contrapartida, relações contratuais com todos ou com parte dos subcontratantes. Do mesmo modo, salienta que as outras mutações conhecidas da firma japonesa, em matéria de gestão da

produção, levam à possibilidade de uma nova passagem histórica que será aquela da transição da firma M para a firma J. Esse modelo de firma distingue-se das formas anteriores pela sua horizontalidade, além de apresentar intrincadas relações que se efetivam em ligações estreitas com as mudanças organizacionais em curso.

De outro modo, cumpre assinalar que a visão aokiana mostra a firma japonesa como um arranjo institucional de natureza híbrida, constituída por uma ampla perspectiva de flexibilidade de configuração organizacional, em que se misturam perspectivas: interna/externa, formal/informal, vertical/horizontal cujas características levam em conta os interesses dos empregados e dos detentores do capital, tendo como força mediadora o administrador que procura realizar o equilíbrio entre esses interesses, no curso da elaboração e da tomada de decisões. Essa visão da firma japonesa constituiu, a nosso ver, uma área de estudos que envolveu as diferentes vertentes institucionalistas, objeto de nossa análise¹⁷⁶.

Ainda nessa linha, Williamson (apud Barney e Hesterly, 1996) aponta para a existência de extensas formas híbridas, a partir da questão original de Coase: “Por que existem formas híbridas?” Uma resposta genérica seria que as formas

¹⁷⁶ Ao comentar a visão Coasiana da firma, Aoki (1990) diz que a idéia prevalecente no contexto neoclássico foi tratar o conceito de firma como não representando nada – a dita “caixa preta”. Como consequência desse aspecto conceitual da firma, Coase argüiria que os economistas teriam negligenciado o significado da atividade da firma – a coordenação organizacional. Assim, a idéia-chave em “A natureza da firma” foi a comparação entre os custos da coordenação

híbridas apresentam, em seu âmago, fortes incentivos e capacidades adaptativas mais do que as hierarquias, porquanto oferecem um maior controle administrativo do mercado.

Entretanto, apesar de todos os avanços mapeados neste capítulo no estudo das novas configurações permanece o debate em torno dos mecanismos de coordenação, nos quais as estruturas híbridas são vistas como um *continuum* de formas plurais que combinam as características de hierarquias e mercado. Assim, para Williamson (*apud* GUERRA e TEIXEIRA, 2002), a cooperação presente nas redes interorganizacionais é vista como uma forma de organização intermediária, situada entre a firma integrada, verticalmente, e o mercado.

EM SÍNTESE, DEPREENDEMOS DAS EXEMPLIFICAÇÕES QUE, ENTRE A COOPERAÇÃO E A COMPETIÇÃO, AS CONFIGURAÇÕES ORGANIZACIONAIS HÍBRIDAS ABREM ESPAÇOS RECENTES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL, A EXEMPLO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS, ONDE A DIMENSÃO ESTRUTURAL INCORPORA OUTRAS UNIDADES DE ANÁLISE DA FIRMA, COMO O ESPAÇO LOCAL, O SÓCIO-TERRITORIAL E A CIDADE, CONSTITUINDO RELAÇÕES QUE TENDEM A ASSUMIR UMA RELEVÂNCIA CRESCENTE.

organizacional com os custos de transações no mercado (Aoki, 1990). Já na visão de Aoki, a firma passaria a ser entendida como um nexos de contratos.

9 . EXISTE UM EVOLUIR DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL?

9.1. PREÂMBULOS

Nos últimos trinta anos, houve uma proliferação de vertentes sociológicas e econômicas, impactando sobre o conhecimento organizacional. Na Economia, esse fenômeno foi entendido por Possas (1997) como a “cheia” do “*mainstream*”, mas, ao nosso ver, essa cheia também atingiu as margens de outros diferentes campos das Ciências Sociais, gerando situações propícias à aproximação entre vertentes, autores e campos de conhecimento, além de originar e/ou consolidar ciências de natureza interdisciplinar, a exemplo da Ciência Organizacional.

Esses processos de aproximação intensificaram-se, indo além de meras “conversações”. Todavia passaram a ser rejeitados por autores construcionistas, a exemplo de Donaldson (1995) e Pfeffer (1993), e, também, por autores desconstrucionistas, como Clegg e Hardy (1996). As formas como essas aproximações apresentam-se são variadas, mas, no geral, não deixam dúvidas sobre similaridades entre diferentes construtos explicativos para os fenômenos sociais, econômicos e organizacionais.

Alguns indicadores de mudanças na matriz institucional da produção de conhecimento organizacional são: o uso do critério internacional de citações, interrelacionando autores e vertentes teóricas; as recentes contestações às disciplinas de origens, a exemplo de heterodoxos, na Economia, e desconstrucionistas, na Ciência Organizacional; a procura por

“janelas de entrada”, como visto nas relações da teoria econômica da firma com a teoria da administração estratégica; além do surgimento de diferentes publicações focadas na interdisciplinaridade.

Além desses indicadores de mudanças na matriz institucional do conhecimento organizacional, outros se apresentam direcionados, mais particularmente, para o objeto desta tese. São os múltiplos movimentos de produção de conhecimento no eixo reconstrucionista da Ciência a Organização, cujas matrizes teóricas são as disciplinas Economia e Sociologia e o objeto de pesquisa a organização em suas diversas configurações e níveis de análise.

9.2 EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL PÓS-SETENTA

DESDE A DÉCADA DE SETENTA QUE O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL TEM SIDO CARACTERIZADO COMO UM CAMPO EM PERMANENTE ESTADO DE CRISE. CONTRIBUIU PARA ESSA SITUAÇÃO A PROPOSIÇÃO DOS TEÓRICOS PÓS-MODERNISTAS DE DESCONSTRUÇÃO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. NÃO TENDO COMO FOCO RELEVANTE O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA DISCIPLINA, ESSE CONJUNTO DE ESTUDIOSOS PROMOVEU UMA CRESCENTE FRAGMENTAÇÃO DO CAMPO.

Houve, todavia, outra parcela de estudiosos das organizações (os construcionistas) que, na década de setenta, acreditava em um processo de síntese, tendo como ponto de convergência a teoria contingencial-

estruturalista, hoje objeto de severas críticas, especialmente por parte dos teóricos pós-modernistas, a exemplo de Hassard e Parker (1993), Clegg e Hardy (1998). Simultaneamente, verificou-se uma proliferação de teorias originárias da Sociologia e da Economia, procurando entender o processo de mudanças nas organizações, o mundo globalizado e os mercados compactados, a partir de uma clara inclinação epistemológica reconstrucionista, que não se enquadravam nas vertentes anteriores nem na teoria contingencial-estruturalista, tampouco nas pós-modernistas.

EXEMPLOS DESSE ESFORÇO DE PRODUÇÃO TEÓRICA

RECONSTRUCIONISTA NA DÉCADA DE SETENTA SÃO JEFFREY PFEFER E GERALD SALANCIK (1978), COM O LIVRO “*O CONTROLE EXTERNO DAS ORGANIZAÇÕES*”, GERANDO A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS; JOHN MEYER E BRIAN ROWAN (1977) QUE ESCREVERAM O ATUAL CÉLEBRE ARTIGO SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO QUE DEU ORIGEM À TEORIA INSTITUCIONAL; HANNAN E FREEMAN (1977), COM UM ARTIGO SEMINAL SOBRE A ECOLOGIA DE POPULAÇÕES ORGANIZACIONAIS, HOJE MAIS CONHECIDA COMO ECOLOGIA ORGANIZACIONAL; OLIVER WILLIAMSON (1975), COM SEU LIVRO *MARKETS AND HIERARCHIES* QUE DEFLAGROU O

PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA VERTENTE ECONÔMICA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO; E A VERTENTE FRANCESA DA SOCIOECONOMIA QUE APRESENTA UM DECLARADO VIÉS INSTITUCIONALISTA, TAMBÉM CONHECIDA COMO TEORIA DA REGULAÇÃO, SENDO ORIGINADA DA TESE DE MICHEL AGLIETTA (1974). MAIS RECENTEMENTE, NOVOS ESFORÇOS RECONSTRUCIONISTAS APRESENTAR-SE-IAM NA ABORDAGEM NEO-SCHUMPETERIANA DE NELSON E WINTER (1982) E TAMBÉM EM OUTRA VERTENTE DA SOCIOECONOMIA FRANCESA - A ECONOMIA DAS CONVENÇÕES (ORLEAN E DUPUY, 1989).

EM UMA BREVE RETROSPECTIVA DA TEORIA ORGANIZACIONAL, DESDE A DÉCADA DE SETENTA ATÉ O FINAL DO SÉCULO XX, VERIFICAMOS QUE A TCE APRESENTOU-SE, NO INÍCIO DAQUELA DÉCADA, COMO JÁ VISTO, NA PERSPECTIVA DE CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA NORMAL DAS ORGANIZAÇÕES (SEGUNDO BURREL E MORGAN, 1979) E CONVENCIONAL (PARA PRESTES MOTTA, 1986B). ESSA PERSPECTIVA POSTULAVA UM PARADOXAL SENTIDO DE DESCONSTRUÇÃO (NA IDÉIA RELATIVISTA DA CONTINGÊNCIA) E, AO MESMO TEMPO, ENFATIZAVA A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA SÍNTESE A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES TEORIAS ANTERIORES.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Consideram-se como fazendo parte da Ciência Normal (construcionista) as seguintes teorias: a clássica (taylorismo/fordismo); a das relações humanas (nas idéias de Elton Mayo e seu grupo); a comportamentalista (a escola de Carnegie, Simon, Cyert e March); a teoria de sistemas de natureza estrutural-funcionalista (Bertalanffy, Parsons e a Escola de Sociologia funcionalista norte-americana); a sociotécnica (representada pelo Instituto Tavistock de Londres) e, finalmente, a proposta de consolidação pela teoria contingencial-estruturalista, na perspectiva inglesa (Burns e Stalker, Woodward, e os grupos Aston e Tavistock) e norte-americana (Chandler - 1ª fase, Lawrence e Lorsch; Jay Galbraith, entre outros).

Paralelamente, também ocorreu um processo de questionamento dessa teoria geral das organizações. Contra os construcionistas da Ciência Normal, as primeiras críticas surgiram no interior do *mainstream*, a exemplo de Silverman (1970), com sua abordagem denominada de marco de referência acional. Em seguida, outras vertentes contestatórias apresentaram-se, agora no viés desconstrucionista, exemplificadas em Braverman, Clegg, Dunkerley e outros que representavam a vertente inglesa da teoria marxista das organizações; como também em autores franceses, como Coriat e Lippietz cujas idéias foram difundidas pela revista *sociologie du travail* e que participariam, posteriormente, da teoria da regulação, fundada por Michel Aglieta (1974); além de uma duvidosa crítica (construcionista), pautada na fenomenologia e na dialética, como se apresenta em K. Benson (1977), um dos poucos expoentes da corrente americana que apresentariam uma perspectiva levemente contestatória naquele período.

Surgiram, ainda na mesma década, diferentes teorias tanto no âmbito da Economia quanto no da Sociologia que apontaram novas possibilidades para os estudos organizacionais, destacando-se, na teoria econômica da firma, certas vertentes vinculadas ao movimento heterodoxo e, na sociologia das organizações, as vertentes do neo-institucionalismo e da ecologia organizacional.

NA DÉCADA DE OITENTA, OCORRERAM NOVAS CONTRIBUIÇÕES NOS DIFERENTES EIXOS EPISTEMOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO, DECONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO, PREDOMINANDO AS ANÁLISES FOUCAULTIANAS, A TEORIA CRÍTICA HABERMASIANA, AS TESES DA DELIMITAÇÃO DE SISTEMAS SOCIAIS DE GUERREIRO RAMOS, A PSICOLOGIA DO ORGANIZAR DE K. WEICK E OS ENFOQUES PARTICIPATIVOS ENUMERADOS E DEFINIDOS POR PRESTES MOTTA E TRAGTENBERG QUE COLOCARAM O BRASIL NO PALCO DA DISCUSSÃO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.

Na década seguinte, parte do esforço contestatório à teoria convencional das organizações redonda no já mencionado projeto pós-modernista, também conhecido como pós-fordista e pós-industrial cuja idéia era levar o foco da desconstrução para a análise da teoria das organizações. Com esse projeto, identificamos uma proliferação de paradigmas no campo dos denominados estudos organizacionais, como mostram Burrell e Morgan (1979); Morgan (1996) e Clegg, Hardy e Nord (1996).

Contrapondo-se à proposta pós-modernista, também surgem (desde a década de setenta) esforços de reconstrução do conhecimento organizacional, tanto no âmbito da Economia quanto no da Sociologia. As contribuições que emergem, ligadas ao primeiro campo disciplinar, estão situadas à margem do “*mainstream*” e são denominadas de teorias econômicas heterodoxas da firma. No outro contexto, sobressai-se uma emergente sociologia neo-institucionalista, apresentando-se mais próxima da ortodoxia. Em contrapartida, essas passam a ser contestadas, tanto pelo “*mainstream*” do conhecimento organizacional que as denominam de teorias organizacionais do “*anti-management*” quanto pelos desconstrucionistas que as rotulam de ambientalistas, situando-as no âmbito da ciência normal das organizações.

Na perspectiva reconstrucionista, Williamson (1993b) escreve um artigo, implicitamente, contrário aos postulados anteriores do conhecimento organizacional. Nele, o autor aponta para diversas vertentes, tanto na Economia quanto na Sociologia que apresentam contribuições que podem dar sustentação à consolidação de um campo novo, de

natureza interdisciplinar, denominado por ele de Ciência Organizacional, envolvendo a Economia, o Direito e a Sociologia. Dentre essas vertentes, destaca a ecologia organizacional (Hannan e Freeman, 1977) e a nova economia institucionalista (Williamson, 1985; North, 1990).

Entretanto, Clegg, Hardy e Nord (1996) vão contestar essa proposição de Williamson, salientando que naquele momento não se apresentavam evidências de um processo de integração. Sendo assim, o campo estaria mais caracterizado pela desconstrução da Teoria das Organizações. Destarte, a ênfase desconstrucionista de Clegg e Hardy (1996) recai, de certa forma, em um prolongamento das teses marxistas, defendidas pelo primeiro autor nas décadas (1970/80), antes de ele filiar-se na década seguinte à novidade da desconstrução pós-modernista.¹⁷⁸

Dessa forma, as contribuições pós-modernas chegam aos estudos organizacionais, culminando com a publicação do *Handbook of Organizational Studies* de Clegg, Hardy e Nord (1996), quando já estava sendo contestada nas Ciências Sociais e nas Artes, a partir das ferrenhas críticas de autores que passaram a questionar as insuficiências teóricas pós-modernas frente aos desdobramentos da globalização capitalista.

Analisando-se a trajetória intelectual desconstrucionista de Clegg, observamos que o mesmo saiu da leitura de Marx para Foucault, dando, porém, um maior destaque em seus

¹⁷⁸ Ao contrário de autores, como Castells (1999) e Harnecker (2000), dentre outros, que procuraram posicionamentos alternativos fora e dentro do marxismo.

estudos sobre as organizações, à microfísica (genealogia) do poder, em detrimento da gênese (arqueologia) do saber. De outro modo, reconhecemos existir na linha de estudos de Clegg uma certa coerência intelectual, considerando que o mesmo se concentrou na análise do poder, viés que já vinha sendo tratado por ele, desde a década de oitenta, sob a égide do pensamento marxista e que, na década seguinte, retomaria na perspectiva da microfísica do poder foucaultiano.

Vale registrar a relevância incontestável do *Handbook* de Clegg, Hardy e Nord (1996)¹⁷⁹. Na esteira de Silverman (1970), essa obra consolidou o movimento desconstrucionista que, para alguns, apresenta-se, hoje, como se fosse um novo “*mainstream*”. Ainda na perspectiva do livro, surgiriam outras obras marcantes no Brasil, a exemplo de Rodrigues e Cunha (2000); Davel e Vergara (2001).¹⁸⁰

¹⁷⁹ Em essência, o *Handbook* de Clegg, Hardy e Nord (1996) cumpre o papel de demonstrar um dos pontos focalizados por esta tese, ou seja, os diferentes capítulos (conversações) propostos pelos autores da coletânea, de certa forma, apresentam as defesas dos eixos sugeridos (nesta tese) de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento organizacional. Segundo os autores, o projeto de edição inglesa do *Handbook* começou em outubro de 1991, quando os acadêmicos brasileiros Suzana Rodriguez, Clóvis Machado-da-Silva e Roberto Venosa sugeriram uma parceria a Clegg para a edição de um livro sobre organizações em Língua Portuguesa. Como resposta, Clegg teve uma outra idéia, como ele mesmo conta no livro, qual seja, a de publicar um *Handbook* em Língua Inglesa. Daí o projeto ser viabilizado entre os anos de 1991 a 1996. Em 1998, sairia a primeira versão da obra em Língua Portuguesa, contando com a participação de acadêmicos brasileiros, coordenados pelos professores Roberto Fachin, Miguel Caldas e Tânia Fischer, edição que se apresentaria enriquecida com notas técnicas (cf. MIGUEL CALDAS, 1998; na apresentação da edição Brasileira).

¹⁸⁰ Em contrapartida, também surgiram insatisfações com o *Handbook*, uma vez que algumas vertentes dos ditos estudos organizacionais foram esquecidas, como a

Percorrida mais da metade de uma década, desenvolvendo-se agora de forma inercial – a exemplo do velho *mainstream* – o movimento desconstrucionista não conseguiu, entretanto, ser uma alternativa à contestada Ciência Normal, com certeza, por não ser esse seu propósito. Ao tratar da “morte do sujeito”, do fim da história, da era da diversidade, da fragmentação da identidade, entre outros assuntos, o movimento desconstrucionista parece que encerrou uma fase de desencontro com os estudos organizacionais.

A Ciência Organizacional, nesse contexto, apresenta-se amadurecida para os embates epistemológicos, a exemplo do que já ocorre em outras disciplinas, como a Economia que buscou aproximações com outros campos do conhecimento, como a Psicologia, o Direito, a Sociologia, a Ciência Política e, mais especialmente, com o conhecimento organizacional.

Por outro lado, observamos que está na hora de um novo recomeço, de reconstruções e de aproximações (Teece, Dosi e Winter, 1990) para compreender um relevante objeto de estudo: a organização. Desse modo, identificamos, na posição de Williamson (1993) e da nova economia institucionalista, além de em autores relacionados à ecologia organizacional, à sociologia neo-institucionalista e às socioeconomias francesas, exemplos que ilustram esses processos reconstrucionistas, que poderão culminar na consolidação da Ciência Organizacional.

9.3 PROGRESSO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL – A PROPOSTA DE

WILLIAMSON

Escola Psicanalítica, exemplificada em Enriquez (1997); Morgan (1996); Prestes Motta e Freitas (2000).

Na década de 60, no âmbito da Economia, também se consolidam movimentos que buscam criticar as insuficiências conceituais da microeconomia ortodoxa. Um dos campos gerados por essa insatisfação, como visto, teve como origem a teoria da organização industrial (O.I) cujos autores mais representativos foram Mason (1939), Bain (1956), Chanberlin (1962) e Scherer e Roos (1970).

Diferentes autores atribuíram a existência dessa insatisfação em relação ao *mainstream*, por sua ênfase excessiva nas práticas monopolísticas, fato que, impôs limites ao repertório institucional prevalescente na teoria econômica neoclássica.

Surgiram movimentos tanto no interior quanto tangenciando o *mainstream*, que procuravam respostas mais realistas para a análise da teoria econômica da firma. Dois exemplos notáveis desses movimentos são: a economia dos direitos de propriedade, desenvolvida especialmente por Coase, Alchian e Demsetz, que surge como uma voz destoante da ortodoxia; e a abordagem evolucionária que passa a ser desenvolvida, a partir do pensamento neoclássico, inserindo-se nela aspectos da teoria behaviorista da firma, da teoria da agência e da economia dos custos de transação.

Consideramos os estudos de O. E. Williamson grandes alicerces para o progresso da Ciência Organizacional.

A trajetória intelectual de Williamson, construída no decorrer dos últimos quarenta anos, é impar. Lá para os idos da década de sessenta, quando fez seu doutorado, em que foi

aluno de grandes nomes da economia, vinculados ao *Carnegie Institute*, centrou seus trabalhos no behaviorismo. Ainda naquela década, Williamson tornaria mais evidente seu viés bahaviorista, ao elaborar “um modelo de comportamento racional na administração de empresas”, texto incluído em Cyert e March (1963), reconhecidamente uma das obras mais citadas da literatura, como foi visto em capítulo anterior.

Na década de setenta, Williamson avança em seus estudos, agora situados no viés da teoria da organização industrial – OI. Nessa época, descobre a relevância dos estudos de Coase (1937) e de Chandler (1962). Do segundo autor, incorpora a história da evolução da grande empresa norte-americana – a firma **M** e a importância do processo de integração vertical na indústria. De Coase, utiliza a sua tese pioneira dos custos de transação, a qual será desenvolvida por ele, em meados daquela década, tendo como ponto de destaque o livro “*Markets and Hierarchies: analysis and anti-trust implications*” (1975).

A década de setenta apresenta-se pródiga de contribuições, na perspectiva de novas teorias e de autores que tangenciam o eixo construcionista da sociologia, da economia e do conhecimento organizacional, conforme analisamos em vários capítulos.

Na década de oitenta, Williamson (1981) avançaria no desenvolvimento da economia dos custos de transação – ECT, procurando explicitar os principais conceitos decorrentes da tese inicial de Coase (1937): a transação, a frequência e a especificidade dos ativos. Ainda nessa década, publicaria mais uma obra marcante, denominada de “*The Economic Institutions of Capitalism*” (1985).

Nessa última obra, embora já enfatize o progresso da Ciência organizacional, Williamson encontra-se em fase de transição da OI para a ECT. No entanto, os principais elementos de sua teoria já começam a mostrar-se consolidados, podendo ser exemplificados pelos pressupostos behavioristas, pelas estruturas de governança, pelas análises da moderna corporação e do processo de integração vertical.

Já na década de noventa, Williamson procura ampliar os horizontes de sua teoria, ao apontar para dois novos caminhos que se apresentam para a consolidação da mesma. De um lado, surge o artigo seminal “*The Evolving Science of Organization*” (1993), em que ele aponta para o progresso da Ciência Organizacional, em uma perspectiva que leva em conta os pressupostos behavioristas e os postulados da ECT¹⁸¹. E, de outro, uma nova abertura que parece estabelecer no campo da Economia, procurando aproximar ortodoxos e heterodoxos, denominando tal perspectiva de Nova Economia Institucionalista (NEI).

No primeiro caso, procura agrupar as seguintes proposições para analisar a organização econômica, como se segue: 1) oportunismo que condiciona a natureza humana, influenciando o estudo da organização econômica (Knight); 2) transação, como unidade básica de análise organizacional (Commons); 3) coordenação que busca harmonizar as relações organizacionais (Barnard); 4) relações contratuais (Llewellyn); e 5) estudo integrado da organização e do mercado, dentro de um campo comum: a economia dos custos de transação (Coase).

No segundo caso, já no prefácio de *The Mechanisms of Governance* (1996), Williamson assinala que seu primeiro esforço para estudar a organização econômica teve como origem um artigo que escreveu no início da década de setenta, além de também reconhecer que a ECT, na verdade, constitui uma parte da NEI, fruto de um movimento que buscou, na década de oitenta, reavivar o interesse pelo estudo das instituições no campo das ciências sociais.¹⁸²

¹⁸¹ No contexto da análise organizacional, salienta as contribuições de Barnard, Simon, Chandler e Michael Polanyi, nessa ordem.

¹⁸² No prefácio de *The Mechanisms of Governance* (1996), Williamson expressa suas homenagens a autores que comentaram alguns dos variados textos que compõem sua obra, destacando, dentre outros, Paul DiMaggio (teoria institucional); Glenn Carroll (ecologia organizacional); Benjamim Klein; Richard Nelson; David Teece e Masahiko Aoki (neoschumpeterianos); Jean Tirole (nova OI); James March (escola behaviorista), além de outros nomes renomados, tais como: Claude Menard; Kenneth Arrow; Paul Joskow; Richard Swedberg; B. Holmstrom e H. Hansmann. Ao comparar a lista de agradecimentos de

De outro modo, salientamos que a visão de Williamson sobre o conhecimento organizacional, de certa forma, segue uma trajetória muito semelhante a de outros autores, como analisamos no capítulo 5, a exemplo de Nelson (1995). Assim, tal qual registramos em relação a Nelson, a Ciência Normal construcionista no campo dos estudos organizacionais desconhece as teses de Williamson e, por outro lado, este desconhece a evolução da teoria organizacional pós-setenta, mantendo-se em uma posição cômoda e, ao mesmo tempo, ambígua, ou seja, não perde de vista o campo da economia, mas adentra o campo do conhecimento organizacional.

Ao analisar as contribuições de Williamson, todavia, identificamos sua preocupação com o progresso do conhecimento organizacional, em uma visão baseada na interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, na consolidação conceitual da ECT. Como decorrência, Williamson busca um projeto maior para sua teoria, originando a Nova Economia Institucional (NEI), projeto que tem repercussões em todos os campos das Ciências Sociais, que o leva a minimizar, gradativamente, a ênfase no progresso da Ciência Organizacional, a partir da segunda metade da década de noventa.

Ousamos levantar algumas possíveis hipóteses para o arrefecimento de seu interesse em relação ao conhecimento organizacional, como se segue: 1) as críticas acontecidas na década de noventa, formuladas por construcionistas (a exemplo de Donaldson) e de desconstrucionistas (como Clegg), visando atingir o cerne de sua teoria – a ECT, levaram-no, parece, a recuar em sua proposta de uma ciência organizacional; 2) a implementação do programa de pesquisa da NEI, fez com que vislumbrasse um destino maior para sua teoria,

Williamson (1975) à de Williamson (1996), identifica-se o seguinte quadro: 1) alguns autores permaneceram agraciados, a exemplo de Aoki, Arrow, Carrol, Hansmann, Holmstrom, Joskow, Klein, Kreps, Nelson e March; 2) outros foram incluídos, como DiMaggio, Spiller, Menard, Swedberg, Teece e Tirole; e 3) outros, simplesmente, foram excluídos, a exemplo de Chandler, Winter e Simon, talvez por não coadunarem com os

fazendo com que se aproximasse mais da Economia; 3) a possibilidade de receber o reconhecimento por suas contribuições à Economia fez com que o mesmo se resguardasse em um limite moderado entre a ortodoxia e uma parte da heterodoxia; e 4) ao retornar às bases da economia, agora na defesa da NEI, conseguiu minimizar os riscos da perda de identidade e da rejeição de sua teoria no campo Ciência Organizacional, como, de fato, estava acontecendo.

Apesar do recuo de Williamson à sua proposta de uma Ciência Organizacional, reconhecemos que sua contribuição constitui um dos pontos de partida para nossa argumentação, muito embora tenhamos incorporado outras evidências que também apontam para o progresso da disciplina.

Ao apontar para a evolução da Ciência Organizacional, Williamson (1993b) assinala que o livro “*As funções do executivo*”, de Chester Barnard (1938), teve uma influência decisiva sobre o desenvolvimento da disciplina, sendo que poucos foram aqueles que questionaram seu ambicioso objetivo: construir a Ciência Organizacional, embora Barnard reconhecesse que esse processo ainda estava em nível bastante incipiente.

Na década de noventa, Williamson afirmaria que aquele objetivo de Barnard seria realizado na virada do século XX. Ao indicar que a Ciência Organizacional estava em franco progresso, aponta para o número de novas revistas voltadas para esse tema, surgidas no período de 1980 a 1992¹⁸³, tendo como característica comum o estudo da organização

rumos da trajetória intelectual de Williamson cujo ponto forte, originalmente, era o desenvolvimento da nova economia institucionalista (NEI).

¹⁸³ Segundo Williamson (1996, p. 20-22), o progresso da Ciência da Organização pode ser inferido pelo aparecimento de novos periódicos, desde 1980, ligados a essa temática. Entre esses periódicos, inclui: *Managerial and Decision Economics* (1980), *Journal of Economic Behavior and Organization* (1980); *Journal of Law, Economics, and Organization* (1985); *Organization Science* (1988); *Rational Choice* (1990); *Industrial and Corporate Change* (1991); *Journal of Economics and*

econômica, a exemplo de periódicos, como “*The American Journal of Sociology*” que publicaria em 1988 um número especial sobre organizações e instituições; e “*The Journal of Economic Perspectives*” que também realizaria um simpósio em 1991 sobre o mesmo tema. Ademais, uma conferência sobre a nova Ciência Organizacional aconteceria em 1991, na Universidade da Califórnia, Berkeley, sendo os *papers* daquele encontro publicados em número especial do *Journal of Law, Economics and Organization*¹⁸⁴.

Management Strategy (1992); *Journal of Business Economics* (1994); *Economic Design* (1994); e *Journal of Corporate Finance: contracting, governance, and Organization* (1994). Por outro lado, partindo dessa lista inicial de Williamson, identificamos outros periódicos, a exemplo de: *Organization Studies*, revista de origem europeia que tem no corpo editorial a colaboração de diversos componentes do “*European Group For Organizational Studies - EGOS*”; *Industrial and Corporate Change*, periódico fundamental para a comprovação do processo de aproximação entre vertentes e autores de viés institucionalista; *Organization Science*; *Journal of Institutional and Theoretical Economics* (Jite), periódico institucionalista em que foi publicado, pela primeira vez, o artigo de Williamson (1993) “*The evolving science of organization*” ; *Journal of Economic Literature*; *Cambridge Journal of Economics*; *Journal Economic Perspective*; *European Economic Review*; *Strategic Management*; *Strategic Management Journal*; *Administrative Science Quarterly*; *American Sociological Review*; *American Journal of Sociology*; *Economics and Organizational*; *New Left Review*; *Policy Studies Review*; *Academy of Management Journal*; *Revue Economique*; *European Economic Review*; *Rev. Economie Politique*; *Economie Appliquée*; *Cahiers Economique Politique*, entre outros.

¹⁸⁴ Vale registrar que a maioria dos periódicos citados por Williamson é de Economia, poucos de Sociologia e nenhum relacionado diretamente aos estudos organizacionais, apesar da ênfase williamsoniana para o sentido de interdisciplinaridade, buscado pela Ciência da Organização.

Para Williamson, a Ciência Organizacional tem um caráter de empreendimento interdisciplinar, envolvendo, conjuntamente, o Direito, a Economia e a Organização. Segundo ele, contribuições independentes foram feitas em cada um desses campos, desde 1930 (Williamson, 1985), exemplificados nos trabalhos de Karl Llewellyn sobre relações contratuais do Direito que tiveram seguimentos nos estudos econômicos institucionalistas de J. R. Commons (1934) e Ronald H. Coase (1937). Esses últimos contribuíram para a reformulação do problema da organização econômica em termos comparativo-institucionais. Outrossim, a persistente negligência da Economia com a organização formal, segundo ele, seria substituída de forma consciente, deliberada e determinada por Barnard pela abordagem da organização interna (cf. BARNARD, 1938, IX, 4).

Williamson apontaria para a necessidade de aproximação entre a nova economia institucional (NEI) e a Ciência Organizacional, interpretando, porém, ser a primeira vertente o último estágio do progresso da última. Conquanto reconheça que a perspectiva da NEI, através do foco da Economia dos Custos de Transação (ECT), está presente em todo o campo de conhecimento organizacional, Williamson mantém o desejo de desenvolver a Ciência Organizacional.

Vale ressaltar, entretanto, que, a despeito da contribuição de Williamson para o desenvolvimento da Ciência Organizacional, isso não significa que concordemos que o seu centro seja a ECT.

Portanto, o que, particularmente, vai nos interessar refere-se às contribuições de Williamson para o desenvolvimento do conhecimento organizacional, a exemplo da sinalização dada por ele para a abertura da “caixa preta” da teoria econômica da firma, além das afinidades buscadas pela NEI (incluindo nela a ECT) com outras vertentes institucionalistas da Economia e da Sociologia, que se mostram situadas no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista da Ciência Organizacional.

Williamson, citando K. Arrow, destaca as diferenças entre a NEI e a velha economia institucional que, segundo ele, estaria hoje mais centrada na história da Economia. Assim, argüi que a NEI não buscaria dar novas respostas a questões tradicionais da Economia, a exemplo da alocação de recursos e de seu grau de utilização. Em vez de buscar novas respostas, ela procuraria responder à seguinte questão: por que as instituições emergiram na história econômica capitalista?

Williamson (1993b) destaca a contribuição de Mathews (1996) que procura dar legitimidade à NEI, a partir de duas proposições essenciais: 1) as instituições são importantes e 2) as instituições são susceptíveis de análise. Dessa forma, assinala que a Economia das Instituições tornou-se uma das áreas mais vivas da Economia, especialmente registrando o desenvolvimento do campo denominado de economia dos custos de transação – ECT.

As origens da ECT nos estudos de Williamson têm como ponto de partida o artigo “*The vertical integration of production: market failure considerations*”, publicado em 1971, no recomendado periódico *American Economic Review*. O problema analisado refere-se às vantagens da eficiência da organização interna sobre o mercado em certas condições específicas. Como decorrência, identificamos na ECT a emergência de uma variedade conceitual que passa a influenciar outros campos de conhecimento, conforme reconhece Williamson, ao salientar que a teoria desenvolve um instrumental lingüístico e conceitual sofisticado que ele considera útil para a Ciência Organizacional, a partir de “vocabulários” especializados e de “novas linguagens” (Referência a Kuhn, 1970).

Os movimentos de aproximação entre a ECT e a teoria organizacional são, então, bastante salientadas. Segundo ele, até meados da década de setenta, poucos economistas pensavam, seriamente, sobre as organizações formais. Por sua vez, a teoria organizacional situava-se, exclusivamente, no âmbito das disciplinas da Sociologia e da Ciência Política, baseando-se no trabalho pioneiro de Max Weber, além de cientistas políticos e sociólogos do

período pós-guerra, a exemplo de Robert Michels e de Robert Merton, que desenvolveram teorias e conduziram estudos empíricos em organizações formais. Como decorrência desses estudos sociológicos, alunos de Merton, tais como P. Selznick, A. Gouldner, Peter Blau, S. Lipset, e James Coleman, entre outros, produziram relevantes contribuições para o conhecimento organizacional. Em seguida, vieram os trabalhos de Simon e de seus colegas de Carnegie, a exemplo de James March e R. Cyert que buscaram os fundamentos da Psicologia e da Ciência Política, visando à análise econômica behaviorista dos modelos racionais, do processo de tomada de decisão e do comportamento organizacional.

Segundo ele, na perspectiva anterior àquela década, a idéia de vir a desenvolver-se uma Ciência da Administração constituiu o propósito de Simon (1947) em *‘Comportamento Administrativo’*, passando a ser, exatamente, uma necessidade. Do mesmo modo, a profundidade dos *insights* fornecidos pelo pioneirismo de Chester Barnard em *‘As funções do Executivo’* levaria Simon a inquirir como o projeto poderia ser desenvolvido. De fato, Simon observou em sua análise que ainda não existia no campo organizacional instrumentais lingüísticos e conceituais adequados que, de forma realista, fossem capazes de descrever uma organização administrativa, concebendo-a, então, como meio de fornecer a base para a análise científica da eficácia de suas estruturas e de suas operações¹⁸⁵.

Para Williamson, o conhecimento organizacional progrediu rapidamente, por força de uma série de circunstâncias. Assim, a teoria e a pesquisa foram direcionadas para dar ênfase a aspectos da racionalidade organizacional, levando-se em conta o comportamento institucional, tendo como fatores predominantes de análise o ambiente, a estrutura e o desempenho diferenciado (cf. SCOTT *apud* WILLIAMSON, 1993b), daí a síntese resultante que aconteceu

entre as décadas de sessenta e setenta, convergindo para uma ênfase dominante em fatores contingenciais, como tamanho, tecnologia e ambiente (THOMPSON, 1967).

Em outra perspectiva, também surgiria, na década de setenta, como já visto, um amplo esforço teórico, objetivando abrir a “caixa preta” da firma que começou com os estudos promissores da ECT, sendo mais adiante redefinido pela NEI, englobando aspectos do velho institucionalismo, da ECT e, a nosso ver, também incorporando fundamentos da economia neo-schumpeteriana. Não satisfeito com essas já relevantes contribuições, Williamson formularia, na década de noventa, um esboço de um novo campo de saber de natureza interdisciplinar, a partir dos fundamentos da NEI, do Direito e da Sociologia, denominada por ele de Ciência da Organização.

Nesse sentido, a publicação recente de uma coletânea em homenagem a Williamson, organizada por Carrol, Teece e Spiller (1999), em que dividem a parceria em um dos capítulos, procura mostrar a contribuição da ECT para a teoria das organizações, afirmando que “a influência dessa teoria teria sido fundamental para tornar os campos da Economia e do conhecimento organizacional mais unificados do que se teria imaginado anteriormente”¹⁸⁶ (cf. CARROL *et al*, 1999, p. 5, tradução nossa).

¹⁸⁵ O aspecto da nova Ciência da Organização, com o qual Williamson mostra-se, especialmente, interessado, refere-se à tentativa de consolidação da economia dos custos de transação (Williamson, [1996]), fato que concordamos parcialmente.

¹⁸⁶ Na verdade, o ponto de partida de Williamson foi o de fazer uso da teoria para analisar o processo de integração vertical da firma, ainda no início da década de setenta, vindo, posteriormente, a sofisticar a teoria, inclusive, ampliando seu raio de ação, ao contemplar a possibilidade de a ECT influenciar outros campos de conhecimento, a exemplo da Ciência da Organização.

A conclusão dos autores é entusiástica e de muito pouca modéstia, na medida em que acham ser possível utilizar a ECT como meio de unificação das Ciências Sociais. Segundo eles, a forma pela qual essa unificação será realizada depende, em termos, da continuidade, da adaptabilidade e da flexibilidade que a teoria venha a apresentar em seu desenvolvimento (CARROL, SPILLER e TEECE, 1999, p. 84). Logo, tal perspectiva, a nosso ver, além de pretensiosa, parece trazer em seu âmago mais uma tentativa de retorno às velhas práticas das ciências sociais, ao buscar uma totalidade sistêmica, holística e, com certeza, positivista do conhecimento.

Em síntese, identificada uma das hipóteses para a gênese, a natureza e o desenvolvimento do saber organizacional, segundo a tese levantada por Coase (1937) e Williamson (1985), ficamos a dever outras sinalizações sobre o processo reconstrucionista que consolida a disciplina, como decorrência da proposta lançada por Williamson (1993b), a respeito de um evoluir da Ciência da Organização, conforme apresentaremos a seguir.

9.4 AJUSTANDO O FOCO INSTITUCIONALISTA DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL

Como visto em capítulos anteriores, a literatura desconstrucionista considera que a atual confusão em que se encontra o campo de estudo das organizações deve-se à tal “incomensurabilidade” entre as suas várias correntes teóricas, que procuram explicar os diversos problemas que afligem as organizações contemporâneas. No entanto,

identificamos, também, na literatura sobre conhecimento organizacional, propostas que buscam aproximações entre diferentes vertentes teóricas de campos diversos das Ciências Sociais, sendo que a alternativa enfocada nesta tese converge para o eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista.

Como visto, diferentes visões analisam as mudanças acontecidas no conhecimento organizacional pós-setenta: Aglietta (1974); Williamson (1975); Hannan e Freeman (1977); Meyer e Rowan (1977); Nelson e Winter (1982); DiMaggio e Powell (1983); Orléan et al (1989); Powell e DiMaggio (1991); e Mizruchi e Fein (1999). Um ponto em comum nessas análises é a adoção de viés institucionalista¹⁸⁷.

Para Scott (1995), existem pilares institucionais nas seguintes escolas: a institucionalista; a evolucionista na economia; a sociologia das instituições tradicionais; o institucionalismo em ciência política; e a etno-metodologia. Mesmo não cobrindo todos os

¹⁸⁷ Exemplificando, Prates (2000) aponta quatro vertentes teóricas na Sociologia que tratam o conceito de instituição: 1) O grupo funcionalista que tem Durkheim e Parsons; 2) A que segue a tradição fragmentada de W. James e Mead, conhecida como interacionismo simbólico, inspirada na tradição fenomenológica de A. Schutz; 3) A da escolha racional, inspirada na tradição utilitarista da Economia neoclássica; e 4) A Sociologia neo-institucionalista, macro-sociológica e de cunho estruturalista. Analisando essa classificação, verificamos que, na prática, as diferenças existentes entre essas vertentes institucionais não apontam para a tal "incomensurabilidade de paradigmas", ao contrário, podem significar apenas a necessidade de relações

movimentos de aproximação, Scott identifica que o viés institucionalista tem contribuído para o trabalho conjunto de autores situados em diferentes campos das Ciências Sociais.

CUNHA (1993) EXPLORA A POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO TEÓRICA ENTRE A ABORDAGEM DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS (PFEFFER E SALANCIK, 1978), E A TEORIA ECOLÓGICA (RECONSTRUCIONISTA) DE HANNAN E FREEMAN (1977). ESSA POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO FOI PRECONIZADA TAMBÉM POR PONDÉ (2000), SÓ QUE ENTRE A ECONOMIA DOS CUSTOS DA TRANSAÇÃO E OS NEO-SCHUMPETERIANOS, INCLUINDO, INDIRETAMENTE NA ANÁLISE, CONCEITOS EXTRAÍDOS DA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL, NA VISÃO DE HANNAN E FREEMAN (1989).

Apesar de, em sua visão construcionista, criticar as abordagens institucionalistas, denominando-as, como já foi registrado, de anti-administração, Donaldson reconhece que essas abordagens oferecem contribuições que suplementam a teoria contingencial-estruturalista – TCE que continua sendo, segundo ele, a principal teoria explicativa da estrutura organizacional (cf. DONALDSON, 1998, p. 124).

PARA REED (1998), COMO JÁ VISTO, EXISTIRIAM SEIS MODELOS DE METAS NARRATIVAS INTERPRETATIVAS QUE AGLUTINARIAM, NA ATUALIDADE, O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL: RACIONALIDADE, INTEGRAÇÃO, MERCADO, PODER, CONHECIMENTO E JUSTIÇA. VALE DESTACAR QUE PROCESSOS DE APROXIMAÇÃO PODEM SER, NITIDAMENTE, VISLUMBRADOS ENTRE ESSAS METANARRATIVAS, MESMO QUE NÃO TENHAM SIDO AINDA, EXPLICITADOS. AO NOSSO VER, O VIÉS INSTITUCIONALISTA APRESENTAR-SE-IA MAIS PREPONDERANTE NAS TEORIAS ASSOCIADAS À

de complementaridade, visando a uma melhor compreensão do fenômeno a ser

META NARRATIVA MERCADO (EXEMPLIFICADOS NA TEORIA DA FIRMA, NA ECONOMIA INSTITUCIONAL, NOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO, NA TEORIA DA AGÊNCIA, NA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS, NA ECOLOGIA POPULACIONAL, NA TEORIA ORGANIZACIONAL LIBERAL).

Do mesmo modo, Barney e Hesterly (1996) mostram tendências e delineamentos diversos no campo de análise das relações entre organização e competitividade (que constitui o objeto de interesse da economia organizacional), tendo em vista a realização de seus objetivos de integração teórica. Assim, sugerem aproximações entre as vertentes institucionalistas, exemplificadas nos elos buscados entre a teoria econômica evolucionária e a economia dos custos de transação, além de também incluírem outras vertentes, tais como a teoria da agência, os pressupostos behavioristas; a teoria da administração estratégica, aglutinando, nessa última, os fundamentos da teoria da organização industrial - OI (cf. o modelo estrutura – conduta – desempenho) e a perspectiva de estratégia competitiva porteriana.

Além dessas aproximações, os mesmos autores sugerem outras, a partir de dois enfoques: 1) englobando a economia de viés penrosiana, a escola econômica austríaca e a teoria neo-schumpeteriana da firma; e 2) incorporando a visão da firma, baseada em recursos, a teoria da regulação econômica e as alianças estratégicas, denominando-as de economia organizacional cooperativa.¹⁸⁸

estudado.

¹⁸⁸ Barney e Hesterly (1996) também reconhecem processos aproximativos nos estudos sobre organização e competitividade entre a ecologia organizacional (Hannan e Freeman, 1977); a teoria da dependência de recursos (Pfeffer e Salancik, 1978); e a teoria institucional (Di Maggio e Powell, 1983).

PARA FERREIRA ET AL. (1996), A ECOLOGIA DAS POPULAÇÕES ORGANIZACIONAIS LIGA-SE À PERSPECTIVA DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, INCORPORANDO NA ANÁLISE AS TESES DE SELZNICK, O NOVO INSTITUCIONALISMO SOCIOLÓGICO (DIMAGGIO, POWELL, MEYER, ROWAN, ZUCKER, RICHARD W. SCOTT) E A ECT DE O. WILLIAMSON, SENDO ESSA ÚLTIMA CONSIDERADA POR ELES UMA DENTRE OUTRAS TEORIAS DA ECONOMIA DA ORGANIZAÇÃO.

JÁ PARA LANGLOIS (1986), A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL COMPÕE-SE DAS SEGUINTE ABORDAGENS: A TEORIA EVOLUCIONÁRIA DE NELSON E WINTER E DE OUTROS AUTORES NEO-SCHUMPETERIANOS; A ESCOLA AUSTRÍACA, ESPECIALMENTE INFLUENCIADA PELO PENSAMENTO HAYEKIANO; E A ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO, PARTICULARMENTE AS CONTRIBUIÇÕES DE WILLIAMSON, COASE E COMMONS. ACRESCENTA, AINDA, QUE OS AUTORES VINCULADOS ÀS VERTENTES MENCIONADAS MOSTRAM TER OUTRAS AFINIDADES E FONTES DE INFLUÊNCIA, A EXEMPLO DAS EXERCIDAS POR SIMON E PELOS DEMAIS AUTORES DA ESCOLA BEHAVIORISTA DA FIRMA.

Uma literatura complementar, porém relevante a esse processo aproximativo, refere-se à tese neo-schumpeteriana, também conhecida como teoria da economia evolucionária cuja ênfase na inovação organizacional e tecnológica das empresas é vital para a compreensão do

desenvolvimento da firma/organização,
como visto no capítulo IV.

NESSA PERSPECTIVA, DOSI, TEECE E WINTER (1992), AO APRESENTAREM UMA PROPOSTA-MODELO DE COERÊNCIA CORPORATIVA, FAZEM UMA RETROSPECTIVA DAS TEORIAS DA FIRMA, DESTACANDO A NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO ENTRE DIFERENTES ABORDAGENS, TAIS COMO: A ESCOLA NEO-INSTITUCIONALISTA; A TEORIA ECOLÓGICA DE HANNAN E FREEMAN; A TEORIA EVOLUCIONÁRIA DE NELSON E WINTER; A TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO DE COASE E WILLIAMSON; E A ECONOMIA ORGANIZACIONAL DE CHANDLER JR. E TEECE. SEGUNDO ELES, AS TEORIAS EVOLUCIONÁRIA E ECOLÓGICA TÊM COMO FOCO AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, ENQUANTO A TEORIA DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO BASEIA-SE NAS RELAÇÕES DE TROCA. A “COALESCÊNCIA” DESSAS PERSPECTIVAS PRODUZIRIA, AINDA, SEGUNDO OS AUTORES, OS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA ORGANIZACIONAL. SALIENTAM, ADICIONALMENTE, QUE O “GRAU DE COERÊNCIA QUE PODE MOSTRAR ENTRE AS PARTES (DAS CORPORAÇÕES) DEPENDE DA INTERAÇÃO ENTRE APRENDIZAGEM, TRAJETÓRIAS DE DEPENDÊNCIAS, OPORTUNIDADES, VANTAGENS COMPLEMENTARES HERDADAS E SELEÇÃO”. ADVOGAM, ENTÃO, A ELABORAÇÃO DE UMA MATRIZ DE CONVIVÊNCIA CORPORATIVA¹⁸⁹.

Um bom exemplo de “coalescência” entre autores e vertentes institucionalistas pode ser observado em Konda e Hinings (1998) cujas referências bibliográficas cobrem

¹⁸⁹ Da mesma forma, Brousseau (1999) busca investigar as aproximações entre a NEI e os neo-schumpeterianos, salientando que os fundamentos teóricos de ambas as vertentes apresentam-se incompletos, se analisados separadamente. Entretanto, mostram-se mais coerentes no contexto das relações de complementaridade. Desse modo, ao inquirir se é possível desenvolver um processo de integração, responde existirem cinco hipóteses comuns: 1) racionalidade limitada; 2) processos de seleção; 3) irreversibilidade; 4) dependência do passado; e 5) incerteza. Assim, ambas as vertentes levam em consideração a história, as instituições e a tecnologia. Ademais, Brousseau identifica certo número de fenômenos que mostram o sentido de complementaridade entre as mesmas, exemplificados na morfogênese dos dispositivos de coordenação, na inovação e na aprendizagem organizacional.

parte substantiva dos autores representativos do viés institucionalista, a exemplo de Williamson (1975); DiMaggio e Powell (1988); Powell e DiMaggio (1991); Scott (1987); Hannan e Freeman (1977; 1989); Meyer e Rowan (1977); Oliver (1992); Nelson e Winter (1982); March e Simon (1958); Tirole (1988), além de serem incluídos autores relacionados ao *mainstream* do conhecimento Organizacional.

Dieuaide (1999), por sua vez, tenta formular uma análise comparativa, a respeito das possibilidades e dos limites de aproximação entre regulacionistas e evolucionistas em torno da questão da mudança técnica. Apesar das diferenças observadas, reconhece, no entanto, que essas duas correntes de pensamento mostram certa relação de complementaridade no plano da reflexão teórica.

Essas propostas, ao que nos parece, refaçam a possibilidade de processos aproximativos defendidos por esta tese, uma vez que o sentido de uma matriz de convivência corporativa, pretendida pelos autores, aproxima, implicitamente, os pressupostos evolucionários dos fundamentos neo-schumpeterianos, da ecologia organizacional e dos custos de transação. Entretanto, essa proposta apresenta-se contraditória, na medida em que busca, por um lado, suporte na teoria econômica da firma e, por outro, dirige o foco para a Ciência Organizacional.

Na mesma perspectiva contraditória, uma tentativa de síntese é a recente proposta da economia organizacional, proposta essa, pretensiosamente, justificada por parte da heterodoxia econômica que busca legitimidade para um “novo” campo da Economia, situado fora do contestado *mainstream*, mas, ao nosso ver, muito próximo da Ciência Organizacional.

DE OUTRO MODO, GRANDORI, NO VIÉS CONSTRUCIONISTA, SUGERE
UMA PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ALGUMAS DAS VERTENTES
INSTITUCIONALISTAS ESTUDADAS: A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, A

SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONAL E A ECOLOGIA ORGANIZACIONAL. ESSAS VERTENTES SÃO TAMBÉM, DE ACORDO COM SEU PONTO DE VISTA, RELACIONADAS UMAS ÀS OUTRAS NA TRADIÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, COMO SE APRESENTAM NAS VISÕES DO PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO E DAS TEORIAS CONTINGENCIAIS-ESTRUTURALISTAS, DAS QUAIS SERIAM DERIVADAS (GRANDORI, 1998, P. VI).

ESSA PERSPECTIVA, SEGUNDO A AUTORA, ESTARIA FOCALIZADA NA BUSCA DE RELAÇÕES DE COMPLEMENTARIDADE, PARECENDO SIGNIFICAR A POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONSTRUCIONISTAS E RECONSTRUCIONISTAS, UMA VEZ QUE INCORPORA NOVAS SOLUÇÕES EXTRAÍDAS DAS LIÇÕES DICOTÔMICAS MAL-RESOLVIDAS ENTRE TAIS EIXOS DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.

NÃO SE PODE DEIXAR DE RESSALTAR, AINDA, A BUSCA DA CONVERGÊNCIA NOS TRABALHOS DE DOIS, TEECE E WINTER (1992); LORINO (1992); E WINTER (2000). FUNDAMENTOS APROXIMATIVOS TAMBÉM PODEM SER OBSERVADOS DIRETAMENTE ENTRE AUTORES, A EXEMPLO DE: 1) CHANDLER (1962; 1970; 1990) QUE BUSCA APROXIMAÇÃO COM WILLIAMSON (1975; 1985), E VICE-VERSA (ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO), E COM TEECE (ECONOMIA NEO-SCHUMPETERIANA), VISANDO À BUSCA DE FUNDAMENTOS PARA RETRATAR A HISTÓRIA ECONÔMICA DA FIRMA; 2) WILLIAMSON (1996) QUE AFIRMA, EXPLICITAMENTE, AGLUTINAR AS CONTRIBUIÇÕES DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO DE COASE (1937) AO CONCEITO DE COORDENAÇÃO, PELO PRINCÍPIO DE AUTORIDADE PRESENTE NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DE CHESTER BARNARD (1938), ALÉM DE ENFATIZAR A POSSIBILIDADE DE PROGRESSO DE UMA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL; 3)

TEECE (1993; 1994; 1998), NO VIÉS NEO-SCHUMPETERIANO, APROXIMA-SE DE CHANDLER E WILLIAMSON, ENALTECENDO AS OBRAS DESSES AUTORES E FAZENDO PARCERIAS COM CARROL (1999), DA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL; 4) CORIAT E WEINSTEIN (1995), DA TEORIA FRANCESA DA REGULAÇÃO, QUE DESCREVEM A EVOLUÇÃO DA HISTÓRIA ECONÔMICA DA FIRMA, A PARTIR DA ANÁLISE DAS DIFERENTES FORMAS DE CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL, TOMANDO COMO REFERÊNCIA AS OBRAS DE CHANDLER, COASE, WILLIAMSON E AOKI (A FIRMA JAPONESA), ALÉM DE INSERIR NA DISCUSSÃO OS REGULACIONISTAS.

ADEMAIS, OUTRAS RELAÇÕES APROXIMATIVAS PODEM SER CITADAS, A EXEMPLO DO NEO-SCHUMPETERIANO NELSON (1991; 1995; 1996), COM HANNAN E FREEMAN DA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL; O NEO-SCHUMPETERIANO DOSI (2000), COM O REGULACIONISTA CORIAT (2002) E, AINDA, A TROCA DE CORTESIA ACADÊMICA DE BARON E HANNAN (1994) EM RELAÇÃO A NELSON E WINTER (1982).

DESSA FORMA, AS CONVERGÊNCIAS JÁ MAPEADAS E AQUELAS QUE PROSSEGUEM ACONTECENDO ESTIMULAM A RECONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.¹⁹⁰ VALE RESSALTAR QUE ESSE QUADRO CONTEXTUAL

¹⁹⁰ Sumarizando as principais referências de viés institucionalista, comumente citadas nos estudos que preconizam processos aproximativos, de forma cronológica, são apresentadas a seguir: Veblen (1898; 1899; 1904); Schumpeter (1911); Commons (1934); Coase (1937); Barnard (1938); Simon (1947); Selznick (1957); March e Simon (1958); Penrose (1959); Chandler (1962); Cyert e March (1963); Scherer e Roos (1970); Richardson (1972); Aglieta (1974); Williamson (1975); Chandler (1977); Hannan e Freeman (1977); Meyer e Rowan (1977); Nelson e Winter (1982); DiMaggio e Powell (1983); Piore e Sabel (1984);

PASSA A EXIGIR MUDANÇAS NA FORMA DE ENTENDIMENTO DAS DIVERSAS TEORIAS, HAJA VISTA QUE, EM PROL DOS AVANÇOS DA DISCIPLINA, MAIS VALE COMBINÁ-LAS DO QUE CONFRONTÁ-LAS. ASSIM, CUNHA (1993) ENFATIZA A NECESSIDADE DE SE PROCEDER À COMBINAÇÃO DE QUADROS TEÓRICOS, ANTERIORMENTE, TIDOS COMO DIVERGENTES OU, MESMO, CONSIDERADOS INCONCILIÁVEIS.

AQUI VALE INDAGAR A RESPEITO DE QUAIS SERIAM OS QUESTIONAMENTOS COMUNS A ESSAS TEORIAS, VERTENTES E AUTORES QUE FUNCIONAM COMO ELEMENTOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE ELAS E QUE MOSTRAM O EVOLUIR DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.

Na visão de Barney e Hesterly (1996), por exemplo, os questionamentos aproximativos estão relacionados às seguintes teorias: 1) da economia dos custos de transação (*Why do organization exist?*); 2) da teoria da agência (*Do those associated with a firm agree about how it should be managed?*); 3) da teoria da administração estratégica (*Why do some organizations outperform others?*) e 4) da economia organizacional cooperativa (*How can organizations cooperate?*).

Já na perspectiva institucionalista, alguns autores projetaram questões que têm direcionado um profícuo trabalho de pesquisa e de construção teórica sobre organizações. Algumas dessas outras perguntas são: “*Why are there so many forms of organization? Ou então, What main purpose is served by alternative modes of economic organization and best informs the study of these matters?*” (Williamson, 1996); “*If markets worked perfectly, why would there be firms?*” ou “*Why such organizations exist?*” (Coase, 1937). Tomando como

Williamson (1985); Scott (1987); Orléan et al (1989); Chandler (1990); Aoki (1990); North (1990); Powell e DiMaggio (1991); Simon (1991); Dosi, Teece e Winter (1992); Milgron e Roberts (1992); Coriat e Weinstein (1995); e Williamson (1996).

referência a resposta de Coase, “*firms exist when they are more efficient than markets*”, Freeman (1999) pergunta: *What other reason could there be?*. Por sua vez, as respostas à pergunta “*Do institutions matter?*” também podem ser encontradas em North (1981), na teoria sociológica neo-institucionalista, assim como nas velhas Economia e Sociologia Institucionalistas.

Da mesma forma, mas definindo claramente o foco para a Ciência Organizacional, constata-se que diferentes autores e vertentes guiaram seus projetos de investigação, perseguindo respostas para questões que se assemelham ou são complementares, tais como: O que é a firma? (Chandler Jr.), Por que existem firmas? (Coase; Commons; e, Williamson), Por que há tantos tipos de organizações? (Hannan e Freeman), Por que diferem as firmas? (Nelson) e Por que as instituições são importantes? (North; Meyer e Rowan; Williamson). Por que existe tanta homogeneidade nos modelos e nas práticas das organizações estabelecidas? (Daft, Meyer e Rowan). Ao buscar respostas para essas questões, evidenciamos as possibilidades aproximativas, convergindo para a Ciência Organizacional, através da diversidade conceitual de categorias de análise.

Cumprе assinalar que determinados conceitos e categorias, aplicados pelas vertentes institucionalistas, são essenciais ao processo de desenvolvimento do conhecimento organizacional, a exemplo de: coordenação, presente na obra de Chester Barnard (1938), fato reconhecido e resgatado por Williamson (1993a; 1993b); rotinas que são os focos de análise da firma pelos economistas neo-schumpeterianos, além de serem um conceito central do taylorismo/fordismo; configurações de arranjos organizacionais¹⁹¹, enfatizando a dimensão

¹⁹¹ Como visto, parte do pensamento da esquerda revisionista reconhece a existência dessas configurações como novos arranjos organizacionais do capitalismo contemporâneo. Maiores detalhes, ver: Castells, (1999); e Harnecker (2000).

estrutural das organizações, sendo resgatada pela história econômica da firma, elaborada por Chandler Jr. (1990; 1992); e os conceitos de organização, instituição e população que são categorias (unidades e níveis de análise) que se cruzam nas análises empreendidas pelas diferentes vertentes que compõem os eixos de produção do conhecimento organizacional.

É IMPORTANTE REGISTRAR, ALÉM DISSO, QUE ESSES CONCEITOS APRESENTAM-SE, CADA VEZ MAIS, IMBRICADOS NAS TEORIAS SOCIOLOGICA E ECONÔMICA DA FIRMA, PARTICULARMENTE EM SUAS VERTENTES, VINCULADAS À NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, À SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA E ÀS SOCIOECONOMIAS FRANCESAS, CONFORME SE OBSERVA NA VASTA LITERATURA DIVULGADA EM PERIÓDICOS DE RENOME INTERNACIONAL.

Dentre o conjunto de periódicos de viés institucionalista que têm contribuído para o desenvolvimento da disciplina, vale frisar, sobretudo, a relevância do *Industrial and Corporate Change* (ICC) que, em seus propósitos e em seus artigos, confirma o viés de aproximação entre autores e vertentes, analisados nesta tese, servindo como uma de suas principais referências.

Assim, entre os anos de 1991 (data de sua criação) e 2002, o periódico *Industrial and Corporate Change* – ICC tem-se apresentado em uma perspectiva de interdisciplinaridade, envolvendo pesquisadores europeus e norte-americanos, fato que favoreceu o diálogo nas áreas da organização industrial, história de negócios, administração estratégica, teoria organizacional, dinâmica industrial e crescimento econômico, Ciência Política, Psicologia Social e Sociologia.¹⁹²

¹⁹² Em uma linha editorial muito próxima da ICC, destaca-se, recentemente, no Brasil, a Revista Brasileira de Inovação, editada pela FINEP, que trata dos seguintes temas: economia industrial, economia da tecnologia, Economia e Sociologia da inovação, mudança tecnológica e organizacional, história da ciência e da tecnologia, tecnologia e relação de trabalho, teoria da organização, gestão da

Em seus dez anos de produção, *Industrial and Corporate Change (ICC)* convidou nomes, como Glenn R. Carrol (integrante da vertente institucionalista da ecologia organizacional), da Universidade da Califórnia, de Berkeley, para ocuparem a Presidência do corpo Editorial da revista, além de nomes reconhecidos nas Ciências Sociais, a exemplo de Clifford Geertz e Vernon L. Smith (Nobel 2002). E, dentre seus editores associados, destacaram-se, entre outros¹⁹³, William P. Barnett e Michael T. Hannan (integrantes da perspectiva da Ecologia Organizacional), ambos da Stanford University.

A repercussão do viés institucionalista pode também ser observada em países e continentes situados fora do contexto de disputa dos programas de pesquisa da disciplina, a exemplo do Brasil que, nos últimos anos, tem procurado acompanhar essa tendência reconstrucionista da Ciência Organizacional.

Nessa perspectiva, a contribuição brasileira de viés institucionalista cresceu na última década, ainda que de forma incipiente e desprovida de análise crítica. Parte expressiva dos artigos identificados ainda estão direcionados aos âmbitos da Sociologia e da Economia e apresentam as mesmas ambigüidades conceituais identificadas na literatura internacional, a respeito da origem e do foco de

inovação, ciência política, ciência, tecnologia e trabalho, política de ciência, tecnologia e inovação (C, T e I).

¹⁹³ Em diferentes anos, a ICC teve como editores básicos, nos EUA, David Teece (Neoschumpeteriano), G. R. Carrol (ecologia organizacional) e Nathan Rosenberg (também neo-schumpeteriano), do *Institute of Management, Innovation and Organization*; no Reino Unido, Nick Von Tunzelmann do *SPRU – University of Sussex*; os neo-schumpeterianos: Geovanni Dosi, Franco Malerba, Renato Giannetti e Pier Angelo Toninelli, do *Libero Institute Universitario C. Gattaneo (LIUC)*. Em seu Comitê Científico, destacaram-se em diferentes períodos: Moser Abramovitz e Kenneth Arrow, ambos da *Stanford University*; Alfred D. Chandler Jr. da *Harvard University*, além de nomes amplamente conhecidos, como Christopher Freeman, David Landes, James March e Oliver Williamson. Essa constelação de

pesquisa interdisciplinar, do conhecimento organizacional. Assim, alguns desses estudos enfatizam a necessidade de aproximações e convergências, contudo não se posicionam, explicitamente favoráveis, ao processo de consolidação da Ciência Organizacional.¹⁹⁴

A PRODUÇÃO BRASILEIRA TAMBÉM FOI AMPLIADA ATRAVÉS DE TESES E DISSERTAÇÕES QUE TRATAM DO TEMA, BEM COMO PELA DIVULGAÇÃO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM CONGRESSOS E EVENTOS CIENTÍFICOS, ESPECIALMENTE ANPEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA- E ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. VALE TAMBÉM DESTACAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO GRUPO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS DO SISTEMA AGROLIMENTAR- PENSA, DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO – USP¹⁹⁵ CUJOS TRABALHOS ESTÃO RELACIONADOS À TEORIA DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL (OI) E À NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI), ALÉM DOS GRUPOS DE PESQUISA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARANÁ E DE PERNAMBUCO, PARTICULARMENTE VOLTADOS PARA OS ESTUDOS BASEADOS NA TEORIA INSTITUCIONAL¹⁹⁶. ADEMAIS, HÁ TAMBÉM DE SE

autores renomados é um dos indicadores da importância da Revista e de suas contribuições para o conhecimento organizacional.

¹⁹⁴ A esse respeito, ver: Carvalho, Vieira e Lopes (1999); Pondé (1993; 2000); Kerstenetzky (1995); Lopes Júnior (1995); Machado-da-Silva e Gonçalves (1999); Conceição (2000; 2001), entre outros.

¹⁹⁵ Maiores detalhes, ver: Farina, Azevedo e Saes (1997); Zylbersztajn, Lazarinni e Chaddad (1998); Zylbersztajn e Neves (2000).

¹⁹⁶ Maiores detalhes, ver: Carvalho, Vieira e Lopes (1999); e Vieira e Machado-da-Silva (2002).

CONSIDERAR AS CONTRIBUIÇÕES NEO-SCHUMPETERIANAS E REGULACIONISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS.¹⁹⁷

NO QUE CONCERNE À VERTENTE DA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL, MAIS ESPECIFICAMENTE, RECONHECEMOS O VOLUME EXPRESSIVO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL REFERENTE AO PERÍODO 1977/96, EXEMPLIFICADO NOS TEXTOS DE HANNAN E FREEMAN (1977; 1989); HANNAN E CARROL (1992); E AMBURGUEY E RAO (1996). ALGUNS ESTUDOS PROMISSORES SEGUEM, NO CONTEXTO BRASILEIRO, OS POSTULADOS DESSA VERTENTE, SALIENTANDO-SE OS TRABALHOS DE: ZACCARELLI; FISCHMAN E LEME (1980); THIRY-CHERQUES (1991); CUNHA (1993); MONTEIRO (1997); E, PARTICULARMENTE, O PIONEIRISMO DE FISCHMAN (1972) QUE ANTECEDE O ARTIGO FUNDADOR DE HANNAN E FREEMAN (1977).¹⁹⁸

RECONHECEMOS, DESSE MODO, QUE AS TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO JÁ DESENVOLVIDAS REPRESENTAM A FRONTEIRA CUJOS LIMITES ESTA TESE PROCURA DESLOCAR. DE FATO, AS DIFERENTES TENDÊNCIAS TEÓRICAS CONVERGEM, TODAVIA, AINDA APRESENTAM

¹⁹⁷ Maiores detalhes, ver: Possas (1988; 1997); Pondé (1993; 2000), entre outros.

¹⁹⁸ A contribuição brasileira em ecologia organizacional ainda é bastante incipiente, sendo, na maioria das vezes, reproduzida sem viés crítico, como acontece com outras vertentes dos estudos organizacionais. Por outro lado, a economia das convenções também segue essa trajetória, apresentando-se com uma inexpressiva influência no contexto brasileiro, muito embora se observem, nos textos publicados no Brasil e no exterior, tendências aproximativas com os regulacionistas, os geógrafos institucionalistas, além de evidências similares com a NEI.

LACUNAS QUE PRECISAM SER PREENCHIDAS, COMO FOI SALIENTADO NOS CAPÍTULOS ANTERIORES. COM CERTEZA, ESSAS LACUNAS PODEM SER PREENCHIDAS POR CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS REALIZADAS NOS TRÊS EIXOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, ISTO É, A PARTIR DAS CRÍTICAS E DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS, TANTO POR CONSTRUCIONISTAS, A EXEMPLO DE DONALDSON (1985; 1995) E PFEFFER (1993), QUANTO POR DESCONSTRUCIONISTAS, COMO SILVERMAN (1970); CLEGG E HARDY (1998); KNIGHTS (1997); KILDUFF (1993); E NOORDERHAVEN (1995), ALÉM DOS RECONSTRUCIONISTAS DE DIFERENTES LINHAS, A EXEMPLO DE ORLÉAN *ET AT* (1989); CHANDLER (1992; 1998); NORTH (1990); DOSI, TEECE E WINTER (1992); MORGAN (1996); REED (1998); E WILLIAMSON (1993B; 1996 E 2000).

COM EFEITO, PODEMOS REAFIRMAR QUE O PONTO DE PARTIDA DOS MOVIMENTOS DE APROXIMAÇÃO REGISTRADOS E ANALISADOS ATÉ AQUI SÃO ESTUDOS DE WILLIAMSON QUE, AO ACENAR PARA A POSSIBILIDADE DE UM “EVOLUIR DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL”, TEVE O MÉRITO DE TRAZER, NOVAMENTE, À DISCUSSÃO UMA QUESTÃO CENTRAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: EXISTE, EFETIVAMENTE, A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL?

ENTRETANTO, A PROPOSTA DE WILLIAMSON PARECE LIMITADA E INSUFICIENTE, AO NOSSO VER, POR APRESENTAR-SE DIRECIONADA E CENTRALIZADA NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO (ECT), VISTA PELO SEU CRIADOR COMO SE FOSSE UMA NOVA TEORIA GERAL, MAS QUE SE ASSEMELHA À PROPOSTA REDUCIONISTA REALIZADA PELA TEORIA CONTINGENCIAL-ESTRUTURALISTA – TCE.

ENFIM, CONSIDERAMOS RELEVANTE PARA OS PROPÓSITOS DETALHE A REALIZAÇÃO DE UMA ANÁLISE MAIS ACURADA DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA (NEI), INCLUSIVE INCORPORANDO À DISCUSSÃO OUTRAS VERTENTES QUE APRESENTAM SIMILARIDADES CONCEITUAIS E QUE SINTAM O EIXO EPISTEMOLÓGICO RECONSTRUCIONISTA, A EXEMPLO DAS VERTENTES DA SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA E DAS SOCIOECONOMIAS FRANCESAS. ESSA ANÁLISE PRIVILEGIA O SENTIDO DA INTERDISCIPLINARIDADE, SEM NEGLIGÊNCIA OS RISCOS DE PERDA DE IDENTIDADE PARA DESTACAR A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA EPISTEMOLOGIA DO TIPO INTERREGIONAL E, SIMULTANEAMENTE, O FORTALECIMENTO DO EIXO EPISTEMOLÓGICO.

10. APLICAÇÃO DA MATRIZ CONCEITUAL INTEGRADA: UMA PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO DAS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA

10.1 VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA: APROXIMAÇÕES POR SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Certamente, as diferenças entre vertentes institucionalistas da sociologia e da economia, assim como suas semelhanças, dão suportes aos movimentos de aproximação entre elas, tendo em vista o sentido de reconstrução teórica do conhecimento organizacional. Vale registrar que essa reconstrução não busca unicidade, uma teoria geral, nem é unidimensional, uma vez que tanto complementaridades como divergências hoje existentes entre aquelas abordagens nasceram de processos de construção, desconstrução e reconstrução, que refletem o *modus operandi* da produção de conhecimentos científicos, independentemente de opções epistemológicas próprias a quem produz o conhecimento, como foi anteriormente mencionado. Esse modo particular de realização do ato de conhecer, por si só, favorece a aproximação entre teorias diversas.

Mas de uma perspectiva epistemológica, é possível estabelecer claras diferenças entre os eixos epistemológicos/metodológicos de construção, desconstrução e reconstrução e, além disso, é possível classificar teorias e abordagens entre esses três diferentes eixos com base na preponderância de um sobre os outros. Dessa perspectiva, os movimentos de aproximação

entre abordagens teóricas diversas enfrentam grandes desafios, porque existem, de fato, problemas, que precisam ser superados, sob pena da aproximação mostrar-se mera justaposição e não diálogo reconstrutivo.

Exercícios epistemológicos de análise das vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia foram realizados ao longo desta tese. Esses exercícios epistemológicos envolveram a discussão sobre a gênese de diversas abordagens, seus desenvolvimentos mais recentes, seus construtos basilares. Também compreenderam esforços para delimitar seus principais conceitos, a visão de homem subjacente, em particular quanto à natureza de sua racionalidade -- se substantiva, limitada, instrumental --, suas escolhas metodológicas -- individualismo e holismo metodológico -- e a noção de coordenação incorporada -- mercado, hierarquia e híbridas. Abarcaram ainda os movimentos de aproximação já registrados por autores filiados às diversas abordagens que estavam sob análise nesta tese, sem negligenciar as principais críticas já endereçadas, as lacunas já verificadas e impasses que, por ventura, tivessem se evidenciado, seja ao longo do próprio desenvolvimento e amadurecimento de cada abordagem em si, seja como reflexo dos movimentos de aproximação realizados.

Ainda no bojo daqueles exercícios epistemológicos, realçamos as categorias e os níveis de análise em cada abordagem enfocada para evidenciar suas possíveis relações. Dessa forma, foi possível enxergar que as unidades de análise das abordagens aqui referidas estão não apenas intimamente relacionadas, mas, mais que isso, representam níveis complementares que, em uma análise multinível, podem dar conta da complexidade do fenômeno organizações na etapa atual do capitalismo.

Esses elementos vão ser de novo reunidos em uma matriz conceitual integrada, para demonstrar o processo de consolidação da Ciência Organizacional, que está ocorrendo no liminar do século XXI. Uma Ciência pode ser considerada consolidada, sob o ponto de vista

epistemológico adotado nesta tese, quando completa a espiral do processo de produção de conhecimento: construindo, desconstruindo e reconstruindo. Outrossim, quando, além da reconstrução integral de natureza interdisciplinar e focalizada no conhecimento organizacional, também se configura um processo de evolução do conhecimento, no interior de cada vertente institucionalista¹⁹⁹. Passemos agora à apresentação e à análise dos principais elementos da matriz institucional da Ciência Organizacional.

10.2 NATUREZA DA COORDENAÇÃO²⁰⁰: OS MECANISMOS DE GOVERNANÇA

Na perspectiva construcionista da organização interna (hierarquia), Stoner e Freeman (1995) definem coordenação como o processo de integração de objetivos e atividades de unidades de trabalho separadas (departamento ou áreas funcionais), no intuito de realizar, com eficácia, os objetivos da organização.

Já Wagner III e Hollenbeck (1999) denominam como mecanismos básicos de coordenação o ajustamento mútuo, a supervisão direta e a padronização, que atuam

¹⁹⁹ Mais surpreendente é reconhecer que o *Handbook* de Clegg, Hardy e Nord (1996) (organizadores), que propõe ser uma coletânea desconstrucionista, é, paradoxalmente, um trabalho precioso de valorização dos três eixos identificados da espiral epistemológica que defendemos. Nos diversos artigos que compõem a obra, são apresentados exemplos de propostas construcionistas, desconstrucionistas e reconstrucionistas, especialmente identificadas nos textos do próprio Clegg e Hardy; Donaldson; Barney e Hesterly; Baum; Tolbert e Zucker; e Reed.

²⁰⁰ Maiores detalhes, ver: Williamson (1975; 1985; 1996); Kerstenetzky (1995); Pondé (1993; 2000); Conceição (2000; 2001).

como a cola que solidifica os processos de integração das organizações. Nesse caso, eles referem-se à coordenação pelo princípio da autoridade – a firma/organização, também chamada de hierarquia.

Ainda nessa linha, dois conceitos básicos extraídos da sociologia funcionalista (no viés construcionista) tornam-se cruciais na análise da coordenação organizacional: a diferenciação e a integração. O primeiro é o princípio segundo o qual diferenças nos estilos de trabalho, inclusive de orientação e estrutura, podem explicar a coordenação das atividades de uma organização; e o segundo refere-se ao grau em que os empregados de vários departamentos trabalham juntos, de modo sintonizado.

Cumprido afirmar, todavia, que a nova economia institucionalista – NEI ampliou o conceito de coordenação relacionando-o às estruturas de governança, distinguindo, como já visto, os seguintes tipos: 1) a coordenação econômica quando se refere ao mercado; 2) as formas intermediárias de coordenação denominadas híbridas entre a hierarquia e o mercado; e 3) a coordenação pelo princípio de autoridade - a organização hierárquica.²⁰¹

Assim, ao tratarem da origem e da natureza da firma/organização, Coase e Williamson salientam que as falhas do mercado, decorrentes de contratos e informações

²⁰¹ As híbridas constituem as novas alternativas de estruturas organizacionais, envolvendo as relações inter-firmas que chegam a confundir-se, em certos casos, com a hierarquia ou com o próprio mercado. Fazendo um parêntese, Maturana salienta que o aspecto central de uma explicação científica é a proposição de um mecanismo que gere um fenômeno que se possa explicar, mas que também dê ensejo a outros fenômenos que se procura observar. Nesse sentido, talvez aí esteja a intenção de Williamson (1996) quando apresenta uma explicação para os mecanismos de governança no contexto da teoria econômica da firma/organização e, ao mesmo tempo, que busca identificar o progresso da Ciência da Organização, ao reconhecer a relevância da coordenação pelo princípio da autoridade. Maiores detalhes, ver a análise de Maturana (MAGNO et al., 1997).

imperfeitas, gerariam a necessidade de outro tipo de coordenação, denominado de coordenação pelo princípio de autoridade – a organização, que minimizaria as deficiências do mercado, ao reduzir os custos de transação, já que cada transação no mercado acarreta custos de negociação e de realização de contratos. Dessa maneira, a firma/organização é vista como um ‘nexus de contratos’, sendo sua unidade de análise a transação.

A explicação dada por Coase foi ampliada por Williamson, na medida em que esse último identifica a firma como mecanismo de governança.

Os caminhos teórico-metodológicos trilhados por Coase e Por Williamson refletem a insatisfação de ambos os autores com as teses da economia neoclássica sobre a concorrência perfeita, a racionalidade substantiva ilimitada e o equilíbrio da economia. Esses postulados mascaram as falhas do mercado, haja vista as incertezas e o comportamento oportunista dos agentes econômicos.

Segundo Coase e Williamson, essas falhas do mercado favorecem a emergência de outra forma de coordenação, identificada na firma/organização - a coordenação administrativa que parece não ter como objetivo substituir o mercado, mas complementá-lo. Além disso, surgem entre a firma e o mercado, as formas de organização híbridas que hoje tendem a ser preponderantes na economia capitalista. A firma e as formas híbridas constituem o suporte estrutural do sistema capitalista, cuja análise e compreensão demandam o enfoque interdisciplinar fornecido pela Ciência Organizacional.²⁰²

²⁰² Cumpre destacar que não tratamos nesta tese de estudos organizacionais (conforme a proposta desconstrucionista), nem buscamos uma teoria geral das organizações (conforme propõem os adeptos da teoria contingencial de viés construcionista), tampouco a reconstrução em si mesmo. Contudo, defendemos um

A compreensão sobre a natureza de coordenação no capitalismo tem evoluído com base em inúmeros outros estudos, além daqueles realizados por Williamson e Coase. Também parte desse conjunto de estudos já exaustivamente analisada nesta tese, com os desenvolvidos por Chandler (1962; 1977 e 1990); Aoki (1990a); Coriat (1994); e Coriat e Weinstein (1995). Certamente tais estudos trouxeram novas elucidações sobre a natureza da coordenação no capitalismo, mas também fizeram vir a tona ambigüidades e indefinições. Aumentaram também o leque de denominações para as novas formas de coordenação – formas híbridas (Williamson, 1996); embriônicas (Clegg, 1996); grupos de negócios (Granovetter, 1995), só para retomar alguns dos exemplos que já foram registrados ao longo dos capítulos desta tese.

Como foi visto no capítulo 5 desta tese, o desinteresse dos neoclássicos com a origem e a natureza da firma/organização, vista por eles como a “caixa preta” que não deveria ser aberta, por não apresentar nada de relevante para o conhecimento econômico, foi contestado pela heterodoxia econômica, seja por sua vertente denominada OI, seja pela economia behaviorista, ou seja, ainda pela nova economia institucionalista⁵.

Assim, a economia ortodoxa, prisioneira dos postulados neoclássicos do sistema de preços e do mercado, não conseguiu desenvolver, concretamente, uma teoria realista para a firma. Na verdade, a abertura da “caixa preta” para os neoclássicos continua a ser uma heresia.

processo de epistemologia organizacional, no qual cada um dos diferentes eixos descritos anteriormente esteja presente em um processo de permanente interação, mesmo quando uma dessas etapas apresente-se mais preponderante em um determinado momento, como observamos, na atualidade, a existência de um processo direcionado para a reconstrução da Ciência da Organização.

Entre o mercado (coordenação econômica) smithiano/marshalliano e o não-mercado polanyiano (1980), surgiu a proposta de Coase e, mais adiante, de Williamson que, reenfatizando o princípio da autoridade em Barnard (1938), apontou para a relevância da coordenação administrativa e debruçou-se sobre o programa de pesquisa que tinha como questão central explicar a origem e a natureza da firma/organização.

Reconhecendo as imperfeições da coordenação econômica do mercado, devido à incerteza que molda o ambiente econômico, às informações imperfeitas aos limites de racionalidade dos decisores e ao comportamento oportunistas em relação aos contratos, autores como Coase e Williamson passaram a considerar a firma como alternativa ao modo de coordenação pelo mercado.

Na verdade, a Sociologia apresenta uma contribuição para explicar a origem e a natureza de função/organização, que antecede à descoberta da relevância do princípio da autoridade por Coase e Williamson, como pode ser visto nos escritos de Weber e de Barnard. Ainda assim, a análise weberiana da autoridade, por exemplo, estaria relacionada a tipos de dominação social, não se reportando, diretamente, à organização interna da firma/organização, o que direcionou parte do conhecimento organizacional para uma visão reducionista da problemática da firma.

A evolução das abordagens institucionalistas tem mostrado que há pontos de convergência e de divergência entre suas diferentes vertentes, notadamente no campo da Economia. Muitas dessas abordagens, mesmo contestando aspectos do *mainstream*, não abandonaram totalmente os fundamentos neoclássicos, como o princípio do individualismo metodológico (a natureza da escolha) e o reconhecimento do mercado, enquanto mecanismo de coordenação que assegura a maximização de alocação de recursos, apesar dos limites identificados por Coase, Commons e Williamson em relação à coordenação pelo mercado.

10.3 NATUREZA DA ESCOLHA METODOLÓGICA

Haguette (2000, p. 187) assinala que o grande problema que a sociologia tenta resolver desde sua origem refere-se à antinomia entre estrutura e ação, ou seja, os embates entre o Holismo Metodológico, que postula a análise da Sociedade a partir de suas características estruturantes, e o Individualismo Metodológico, que preconiza serem as relações entre os indivíduos responsáveis pelas configurações estruturais.

Diferenças entre o individualismo e o holismo metodológico constituíram um fosso que separou, durante boa parte dos séculos XIX e XX, as disciplinas da Sociologia e da Economia.

A respeito dessa velha dicotomia entre holismo e individualismo metodológico, Viana (1999) assinala que o nascimento da Sociologia ocorreu concomitantemente ao surgimento do Holismo Metodológico - HM, tendo como figuras de destaque: Spencer e Durkheim. Assim, a perspectiva holística durkheimiana procurava mostrar que o homem só conseguia superar seu lado egoísta pelo processo de socialização a que era submetido desde sua infância. Essa visão durkheimiana influenciaria a corrente funcionalista da Sociologia, da qual Durkheim foi seu primeiro representante, além de gerar efeitos em outros campos do conhecimento, a exemplo da Antropologia, com Malinowski e Radcliff-Brown.

Já o Individualismo Metodológico - IM também nasceu, simultaneamente, no contexto da Ciência Econômica. Para Adam Smith, o interesse geral seria representado pela soma dos interesses individuais, uma vez que o indivíduo, perseguindo seus fins egoístas e racionais (o auto-interesse), acabaria servindo ao bem-estar geral da população.

O IM logo passaria do domínio da Economia Política para a Sociologia, sendo George Simmel o primeiro a incorporar essa perspectiva à Sociologia. Para ele, “a sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação”. Entretanto, é com Max Weber que o IM passa a influenciar fortemente o pensamento sociológico, ganhando um nível de sistematização mais elevado. Como resultado, observa-se que, se em Durkheim, a Sociologia é a ciência dos fatos sociais, na visão de Weber, ela é a ciência da ação social. Mais recentemente, o IM ressurgiu não só através de metodologias neo-weberianas, mas também de outras correntes, como nos trabalhos de M. Maffesoli, na etnometodologia de Coulon e no marxismo analítico.

O IM, longe de ser um pensamento unitário, envolve pontos de vista tão diferentes, a exemplo de Weber, Pareto, Smith, Popper, Elster, Maffesoli, Garfinkel, Simmel, entre outros. Assim, da economia neoclássica, passando pela nova economia institucional, pelos fundamentos da economia das convenções até o chamado “marxismo analítico”, o indivíduo é posto como, essencialmente, racional. Entretanto, alguns desses autores, a exemplo de Weber, Simmel, Maffesoli e Pareto, também mostram o indivíduo como um ser “passional” ou “irracional”.

A teoria da escolha racional (ou o viés do marxismo analítico) adota o IM em detrimento do holismo metodológico, de explicação funcional e da dedução dialética da teoria dialética. Desse modo, Elster (1989; 1994), um dos principais representantes dessa corrente, define o IM como sendo:

A posição segundo a qual todas as instituições, padrões de comportamento e processos sociais só podem ter um princípio explicador em termos de indivíduos: suas ações, propriedades e relações. É uma forma de reducionismo, o que quer dizer que nos leva a explicar fenômenos complexos em termos de seus componentes mais simples (cf. VIANA, op. cit., p. 1269).

Zafrowski (2000), por sua vez, diz que a dicotomia entre individualismo e holismo metodológico parece ser falsa e espúria, de acordo com autores, como Bourdieu, Giddens, Mouzelis e Habermas. Afirma que essa dicotomia expressa um falso

problema de nominalismo versus realismo social. Como resultado, assevera que não haveria correspondência nos planos epistemológico, metodológico e ontológico, como também em outros campos disciplinares, a exemplo da Ciência Política cujos significados para esses termos são bastante diferentes.

Ao longo da revisão da bibliografia empreendida nesta tese, identificamos uma diversidade de processos de aproximação entre a Sociologia e a Economia. Protagonistas desses processos de aproximação como Giddens (1991 e 2002); Boyer (1990); Theret e Braga (1998); Boyer (1998); Coriat e Weinstein (1995); Dosi, Winter e Teece (1992) buscam resolver o impasse IM versus HM, através de propostas não-excludentes de cunho reconstrucionista.

Por outro lado, autores, como Granovetter (1995), apresentam predisposição a manter o fosso entre essas escolhas metodológicas, acatando as críticas que são feitas ao individualismo metodológico²⁰³ e às vertentes institucionalistas que as abraçam. Assim, ao enfatizar as imbricações (encaixes) sociais, pautadas na racionalidade substantiva, Granovetter, simplesmente, não se coloca questões que poderiam emergir de um enfoque de individualismo metodológico.

NO VELHO INSTITUCIONALISMO, VEBLEN UTILIZA O HOLISMO
METODOLÓGICO, ENQUANTO NA NEI, AUTORES, COMO NELSON E WINTER
(1982), FAZEM A OPÇÃO PELO IM. LOGO, SE O VELHO INSTITUCIONALISMO
TEVE O MÉRITO DE FORMULAR UM CONCEITO SUBSTANTIVO E HOLÍSTICO DE
INSTITUIÇÃO, NO QUAL DIMENSÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E ÉTICAS ESTÃO
CONTEMPLADAS, OS NOVOS INSTITUCIONALISMOS ADOTAM UM CONCEITO

²⁰³ Segundo Zafirovski (2000), o termo individualismo metodológico " foi talvez cunhado por Schumpeter em 1908, em um trabalho sobre economia teórica, publicado na Alemanha e não traduzido para o inglês.

MAIS RESTRITO DE INSTITUIÇÃO, DE NATUREZA OPERACIONAL E INSTRUMENTAL, A PERSPECTIVA DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO. DESSE MODO, CONFIGURAM-SE OPÇÕES METODOLÓGICAS ALTERNATIVAS E EXCLUDENTES NO CONTEXTO INSTITUCIONALISTA.

Portanto, ao tratar da natureza da escolha metodológica, apontamos o individualismo como mais preponderante na Ciência Econômica,²⁰⁴ ao passo que o holismo prepondera na análise da Sociologia. Entretanto, é no movimento institucionalista da Economia que ambas as propostas metodológicas apresentam-se: holismo (no velho institucionalismo) e individualismo (preponderante na nova economia institucionalista).

NA VERDADE, O VELHO INSTITUCIONALISMO NA ECONOMIA APRESENTOU-SE MUITO MAIS PRÓXIMO DA SOCIOLOGIA NOS ASPECTOS HOLÍSTICOS E DA AÇÃO COLETIVA. CURIOSAMENTE, OS NEOINSTITUCIONALISTAS (NA SOCIOLOGIA E NA ECONOMIA) TAMBÉM SE APROXIMAM ENTRE SI, PORÉM, VIA OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE INSTITUIÇÃO E NA ÊNFASE DA AÇÃO INDIVIDUAL NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO.

DE FATO, PROCESSOS DE CONVIVÊNCIA METODOLÓGICA E EPISTEMOLÓGICA, VARIANDO CONFORME AS ESPECIFICIDADES DE CADA

²⁰⁴ Desse modo, vale inquirir se as teses metodológicas (instrumentalistas) de Friedman são consideradas mais adequadas para a Economia, ou se as teses heterodoxas, baseadas no realismo (como se apresentam nos pressupostos da teoria da organização industrial – OI e na nova economia institucionalista), configurariam um espaço maior de produção de conhecimento, porém direcionado à consolidação da Ciência da Organização?

CAMPO DE CONHECIMENTO, PODEM ILUMINAR OS CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DOS IMPASSES ENTRE IM E HM. ALÉM DOS EXEMPLOS JÁ MENCIONADOS EM PARÁGRAFO ANTERIOR, NOVOS EXEMPLOS DESSAS POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO SÃO ENCONTRADOS ENTRE OS INSTITUCIONALISTAS FRANCESES, NOTADAMENTE OS TEÓRICOS DA ECONOMIA DAS CONVENÇÕES E DA TEORIA DA REGULAÇÃO (TR) (CF. BOYER, 1998, P. 49). ESSE PROCESSO, QUE AQUI CHAMAMOS DE RECONSTRUCIONISTA, TAMBÉM ESTÁ PRESENTE, DE FORMA IMPLÍCITA, EM ELSTER, UM MARXISTA QUE ABRAÇOU O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO.

Azaiz (2002), por exemplo, salienta que a leitura da firma não pode contentar-se com análises pautadas no IM ou no HM, considerando que as primeiras ignoram o impacto das estruturas sobre a configuração organizacional, focalizadas e limitadas que são aos comportamentos dos agentes, enquanto que as segundas, ao privilegiarem as estruturas, não conseguem compreender a complexidade de fenômenos, como os distritos industriais e de sua unidade de análise – o território, porque negligenciam o papel dos agentes sociais nessas configurações. Desse modo, Azaiz reconhece que o estudo do distrito industrial, ou de qualquer outra forma de aglomeração organizacional, demanda que se ultrapasse a dicotomia entre IM e HM, além de impor a utilização de uma abordagem mesoanalítica.

Outros exemplos de tentativas de superação da dicotomia entre IM e HM são: o construto de racionalidade comunicativa de Habermas, de modernidade reflexiva de Giddens, de coalescência em Teece, Dosi e Winter, entre outros. Todos esses exemplos fecundam os caminhos que levam à superação de dicotomias epistemológicas/metodológicas e, por conseguinte, aumentam os movimentos de aproximação entre vertentes diversas do conhecimento organizacional, elevam a consistência dos resultados dessas aproximações e

potencializam o processo de desenvolvimento e de consolidação da Ciência da Organizacional.

10.4 INTERSECÇÕES ENTRE ABORDAGENS METODOLÓGICAS SINCRÔNICAS E DIACRÔNICAS DE VIÉS INSTITUCIONALISTA

Em função da influencia exercida pela sociologia funcionalista parsoniana que, praticamente, dominou as Ciências Sociais no decorrer do século XX, afigura-se, no *mainstream do conhecimento organizacional*, uma explícita preponderância de estudos de natureza sincrônica/estática, que se caracterizam pelo sentido atemporal. Outras características dos métodos que preponderaram nas escolas construcionista do conhecimento organizacional são: funcionalista/positivista, hipotético-dedutivo e experimental para a realização de pesquisas experimentais e/ou estudos de caso. Tudo isso de forma similar ao que acontecia na economia e, em menor escala, na sociologia. (Cf. de BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE (1977)).

Aqueles métodos de investigação, todavia, passaram a ser fortemente criticados a partir do momento em que se estabeleceu o triunfo do funcionalismo nas organizações, no final da década de 60. As críticas apresentaram-se por diferentes vias, tanto em posições associadas tangencialmente ao *mainstream* do conhecimento organizacional (a exemplo de Silverman, 1970), quanto fora do *mainstream* nas cotes marxistas, exemplificadas em Braverman, (1977); em Burawoy, (1979); em Litler, (1982); e em Knights e Willmott, (1990), assim como nas contribuições de autores ingleses marxistas, como Clegg e Dunkerley (1980).

Esses autores questionavam o funcionalismo e seus quadros de análise que se caracterizaram pelo uso intensivo de tipologias (a exemplo dos estudos do grupo Aston); de tipos ideais weberianos; de sistemas; e de modelos e estruturas. A análise desenvolvida era de natureza sincrônica, localizada, enquanto as questões de poder e os processos históricos que condicionavam os objetos em estudos eram negligenciados.

Esse “modo de fazer” o conhecimento organizacional manteve sua influência nas três últimas décadas do século XX, mas, ao mesmo tempo, começaram a ocorrer processos de desconstrução metodológica, tomando como quadros de referência o método compreensivo, o estruturalismo, os métodos discursivos dialéticos e fenomenológicos, e os modos de investigação de natureza qualitativa que enfatizavam os estudos comparados e de caso, a exemplo da etnografia. Como já foi mencionado, esse processo desconstrucionista culminaria com a publicação do *Handbook* dos Estudos Organizacionais, de Clegg, Hardy e Nord (1996).²⁰⁵

Já no campo da Economia, identificamos um processo de convivência entre os processos de análise sincrônico e diacrônico, conquanto se reconheçam os embates entre o *mainstream* e as vertentes heterodoxas. De fato, no contexto da disciplina Economia, são realizados tanto estudos históricos (diacrônicos) quanto geográficos (sincrônicos) das organizações. No primeiro caso, chega-se a produzir uma história institucionalista dos negócios, como podem ser denominados os trabalhos de Chandler (1962; 1977; 1990). No segundo caso, a relevância de estudos desenvolvidos no

²⁰⁵ Como vemos na Economia, os embates travados entre Keynesianos; monetaristas; smithianos; marxistas; mercantilistas; Public Choice, e ainda as diferentes vertentes heterodoxas, não descaracterizam a existência de uma Ciência

âmbito da geografia regional de viés institucionalista (Beccatin, 1994; Urani, Cocco e Galvão, 1999) é indiscutível, tendo se consagrado, especialmente, por análise neo-marshallianas de distritos industriais, cuja unidade de análise é o território.

Mais recentemente, fruto de perspectivas abertas pela globalização, Chandler (1998) aproximar-se-ia dos geógrafos para mostrar como as configurações organizacionais apresentam-se em diferentes contextos, incorporando à discussão as relações tempo-espaço-forma, enquanto manifestações concretas da dimensão estrutural do conhecimento organizacional.

10.5 PERSPECTIVAS EVOLUCIONÁRIAS: FILOGENÉTICA E ONTOGENÉTICA DA FIRMA

Foi Lamarck quem primeiro sustentou, de forma convincente e coerente, que todos os grupos nasceram por evolução e representam, nesse sentido, um continuum filogenético. No entanto, foi Darwin quem estabeleceu as classificações filogenéticas.

Para alguns autores, filogenia é o estudo da evolução dos grupos de seres vivos, tendo por objetivo básico a reconstituição de suas origens. Para outros, é a história evolucionária desses grupos, sendo o objetivo da Ciência estudar, em bases teóricas e práticas, o processo filogenético, assim como os meios de representá-lo graficamente. Há, ainda, os que preferem defini-la como história da vida, que busca descrever, de

Econômica, muito pelo contrário, e reconhece-se que nas intersecções entre essas vertentes configura-se a riqueza e a pujança da disciplina.

forma metódica, as características gerais de cada grupo, tendo em vista a análise evolucionária comparativa.

Já a ontogenia seria o estudo do desenvolvimento individual, desde seu início até o estado adulto, consideradas a constituição das estruturas e as forças que as determinam. Vale registrar, no entanto, que os estudos filogenéticos também focalizam estruturas individuais, porém com o objetivo de comparar às alterações evolucionárias que surgem no decorrer das gerações.

Mayhew (1998, p. 451) aponta para a relevância da distinção entre as formas de evolução filogenética e ontogenética para a compreensão do sentido evolucionário vebleniano, na perspectiva do velho institucionalismo. Nesse sentido, afirma que Veblen entende a economia evolucionária como uma teoria do processo de crescimento cultural, determinado pelo interesse econômico, o que representa uma perspectiva filogenética.

A DISTINÇÃO ENTRE EVOLUÇÃO FILOGENÉTICA E ONTOGENÉTICA É RELEVANTE, NA MEDIDA EM QUE É A FONTE DE DIFERENÇAS ENTRE AS RECENTES TEORIAS EVOLUCIONÁRIAS NA ECONOMIA E A ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA VEBLENIANA. ASSIM, POR EXEMPLO, HODGSON (1993, P. 45) ASSINALA QUE A NEI POSSUI QUALIDADES ONTOGENÉTICAS E QUE SUA ANÁLISE É ASSINTOMÁTICA QUANTO A FORMA FILOGENÉTICA PELA QUAL A FIRMA REPRESENTATIVA OBTÉM EQUILÍBRIO. EM TAL ANÁLISE, O CONJUNTO DA ORDEM SOCIAL NÃO É O SUJEITO DA MUDANÇA, COMO OCORRE NA ANÁLISE DE VELEN, MAS UM ORGANISMO PARTICULAR (USUALMENTE, A MODERNA FIRMA DE NEGÓCIO), QUE DESENVOLVE UM CONJUNTO DADO E INALTERADO DE “GENES” (OS HÁBITOS, AS METAS E AS ROTINAS BÁSICAS DA FIRMA, COMO CONCEBIDO NA ANÁLISE NEOCLÁSSICA). PODEMOS CONCLUIR, PORTANTO, QUE A ECONOMIA NEO-EVOLUCIONÁRIA É PENSADA EM TERMOS

DE MUDANÇA ONTOGENÉTICA, CONTRASTANDO COM A NATUREZA
FILOGENÉTICA DA ECONOMIA EVOLUCIONÁRIA VEBLENIANA.

No contexto de nossa análise, a visão evolucionária é fator de convergência entre as vertentes institucionalistas estudadas. A ênfase nos processos de mudança evolucionária ontogenética e filogenética das organizações, tão forte no conjunto de conhecimento organizacional, tem refletido a influência direta dos velhos “institucionalistas”, dos “neoschumpeterianos”, dos integrantes da teoria institucional e da ecologia organizacional.

Segundo Knudsen (1995), Edith Penrose (1959) desenvolveu uma teoria econômica da firma de natureza ontogenética, enquanto a teoria econômica filogenética estaria representada pelo estudo de Chandler (1990), que analisou a evolução de novas formas organizacionais dos últimos 150 anos do capitalismo americano, evidenciando a sua evolução de simples estruturas para conglomerados de firmas. Entre ambos, apresenta-se o programa de pesquisa de Nelson e Winter (1982). Knudsen reconhece, que o esclarecimento das relações entre as abordagens ontogênicas e as filogênicas constitui uma importante tarefa para o desenvolvimento da teoria evolucionária da firma.

Foos (1997) elabora uma nítida distinção entre teorias filogenéticas e ontogenéticas. Filogenéticas são as teorias que estão preocupadas com a evolução da população de firmas e as ontogenéticas são as que tratam das firmas individuais. Enquanto a firma é vista como parte do fenômeno (explanam) na teoria filogenética, ela é o relato (explanandum) na teoria ontogenética.

Há, portanto, clara distinção entre a abordagem de orientação ontogenética da firma, na qual ela é a unidade em seus próprios direitos, e os estudos filogenicamente orientados, nos quais as firmas são unidades que incorporam atributos hereditários, cuja atenção analítica vai para o nível de indústria, ou seja, das populações de indústria (cf. FOOS, op. cit.).

Interessante observar que a lógica de evolução populacional neoclássica, com sua ênfase na variação de espécies, produz uma visão estilizada da firma. Já Nelson e Winter (1982) constroem uma visão menos estilizada, sugerindo uma “genética organizacional”, na qual as firmas são arranjadas (organizadas) hierarquicamente e suas rotinas são entendidas como genótipos relevantes. Logo, a estrutura organizacional, o grau de diversificação e o elevado desempenho da firma constituem elementos essenciais correspondentes ao fenótipo, isto é, à manifestação interna do conhecimento específico da firma que se apresenta codificado nas rotinas²⁰⁶ (cf. FOOS, op. cit., p. 83).

Nessa perspectiva, as teorias evolucionárias que estão, explicitamente, direcionadas para a análise da firma individual, mais do que para as populações de firmas, para as indústrias ou para a economia, são ontogenéticas. Essas teorias são importantes, porquanto estão preocupadas com a evolução do “organismo individual”, a semelhança de investigações penrosianas que mostram o interior do processo de crescimento da firma.

Ao focalizar a análise sobre o processo de crescimento da firma individual, uma história ontogenética das firmas permitiria compreender melhor por qual razão elas diferem,

²⁰⁶ De outro modo, também assevera que o papel da evolução filogenética das firmas é visto de forma restritiva pela microeconomia neoclássica. Há, certamente, uma distribuição de diferentes firmas e de seus significados, mas que apenas uma delas, no sentido figurado, será tomada como “representativa”. Por sua vez, as firmas individuais constituem um modelo, na perspectiva Neo-Schumpeteriana, tais como aquelas que se apresentam em Nelson e Winter (1982). Assim, as diferenças entre as análises neoclássica e evolucionária neo-schumpeteriana dizem respeito às formas como a firma é conceitualizada. Logo, a orientação da população nos modelos evolucionários filogenéticos significa que o fato de uma firma existir pode não ser prescindível sob o ponto de vista de representatividade. Em outros termos, Foos assinala que as firmas nos modelos evolucionários filogenéticos, tais como os modelos de Nelson e Winter, são menos anônimas do que as firmas neoclássicas, na medida em que também privilegiam a perspectiva ontogenética. Essa possibilidade ocorre, na visão daqueles autores, uma vez que as firmas apresentam-se com regras diferentes de decisão pautada na racionalidade processual, ao passo que a firma neoclássica trabalha tão somente em uma linha de incerteza, na qual o postulado da maximização constitui a base decisória fundamental (FOOS, op. cit., p. 83).

fornecendo, então, uma base teórica sobre como tais diferenças emergem. Há duas principais correntes de pesquisas ontogênicas da firma. A primeira, focalizada na aprendizagem organizacional, inspira-se nas idéias de Nelson e Winter (1982) e nos fundamentos da análise behaviorista da firma. Como resultado, essa corrente tem apresentado importantes contribuições, especialmente por trazer uma melhor compreensão da “caixa preta” – a organização interna da firma, suprimindo lacunas deixadas pelas teorias econômicas ortodoxas contemporâneas. Já a segunda está representada pela abordagem da competência (ou *capability*), focalizada nas propriedades resultantes da aprendizagem e do conhecimento tácito²⁰⁷ (cf. FOOS, op. cit.).

Foos conclui que ambas as abordagens (aprendizagem organizacional e competências) são complementares: uma investiga processos de aprendizagem, e a outra, as propriedades resultantes desses processos. Todavia, essa relação apresenta-se problemática, segundo ele, porquanto não se pode fazer nítida distinção entre o processo e o conteúdo da aprendizagem. Ademais, não vê nada de errado com a postura de buscar simultaneidade entre os processos evolutivos (baseados na ontogênese e na filogênese), voltados para o domínio social, uma vez que ambos, simplesmente, constituem uma hierarquia de processos, na visão simoniana. Em outras palavras, a interação da filogênese com a ontogênese no domínio social implica realizar uma teoria em dois níveis, abrangendo a firma e a indústria (Ibid., p. 87).

Mais recentemente, possibilidades de aproximação entre a teoria evolucionária ontogenética e filogenética levaram à emergência de idéias sobre co-evolução, teoria da complexidade, princípio de auto-organização, consubstanciado na autopoiese de Maturana e Varela (1997), perspectiva essa situada no eixo epistemológico construcionista e de natureza ontogenética. Assim, as teorias ontogenéticas situam-se no eixo epistemológico

²⁰⁷ As contribuições recentes da abordagem da competência podem ser verificadas em variados autores e vertentes, contudo essa análise foge ao escopo desta tese.

construcionista ontogenético, já as filogenéticas situam-se no eixo reconstrucionista do conhecimento organizacional. O desconstrucionismo, por certo, não se enquadra em nenhuma dessas perspectivas de mudança evolucionária.

OS FILOGENISTAS ADOTAM O PRINCÍPIO GERAL DE SEMELHANÇA ESTRUTURAL (ISOMÓRFICA), O QUAL INDICA QUE A ORIGEM FILÉTICA É O GRAU DE SEMELHANÇA, GERALMENTE, ASSOCIADO À PROXIMIDADE DO ANCESTRAL COMUM, ENQUANTO A PROPRIEDADE MORFOLÓGICA, TAMBÉM DENOMINADA DE DIMENSÃO ESTRUTURAL, FORNECE AS EVIDÊNCIAS MAIS IMPORTANTES PARA O ESTABELECIMENTO DE FILOGENIAS.

A importância da dimensão estrutural pode ser apreciada em Hoffman (1998), que postula a relevância do processo de hierarquização de unidades de análise para a elaboração metodológica e epistemológica de diferentes graus de complexidade das configurações.

VALE MAIS UMA VEZ REGISTRAR O RECONHECIMENTO DA PREPONDERÂNCIA (RECENTE) NOS ESTUDOS INSTITUCIONALISTAS DO FOCO, DIRECIONADO À ABORDAGEM FILOGENÉTICA, COMO SE OBSERVAM NOS ESTUDOS QUE PRIVILEGIAM A ANÁLISE DA COORDENAÇÃO PELAS FORMAS HÍBRIDAS, EM DETRIMENTO DAS ABORDAGENS DE NATUREZA ONTOGENÉTICA, TAIS COMO SE APRESENTAM NOS ESTUDOS QUE SEGUEM A LINHA PENROSIANA. MAS OS PROCESSOS DE ABERTURA DA “CAIXA PRETA” DA FIRMA, POR SUA VEZ, TENDEM A FORTALECER A PERSPECTIVA ONTOGENÉTICA DA FIRMA/ORGANIZAÇÃO.

Assim, postulamos que todo processo de institucionalização avança, necessariamente, dentro da abordagem evolucionária, envolvendo ambas as perspectivas, tanto a filogenética como a ontogenética. Isto é, reconhecemos a relevância de ambas as perspectivas para o desenvolvimento do conhecimento organizacional, reforçando o

sentido de complementaridade entre abordagens distintas que é uma das singularidades de produção de conhecimento no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista.

10.6 NATUREZA DA RACIONALIDADE²⁰⁸

AS CONTRIBUIÇÕES DE HERBERT SIMON (1947) FORAM MARCANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA BEHAVIORISTA E DA EMERGENTE CIÊNCIA ORGANIZACIONAL. UMA DELAS REFERE-SE À NOÇÃO DE RACIONALIDADE LIMITADA QUE TEM ORIGEM NA FORÇA DA INCERTEZA E NOS ASPECTOS RACIONAIS E IRRACIONAIS (COGNITIVOS) DO COMPORTAMENTO SOCIAL.

Simon baseou-se em Commons (1934) que foi, segundo ele, o primeiro a estudar a racionalidade sob o ponto de vista do comportamento econômico, salientando a presença de fatores limitativos. Essa noção de racionalidade simoniana é reforçada, tendo por base as idéias de Von Neuman e Morgenstein, a respeito da noção de jogos estratégicos.²⁰⁹ Para Simon, na teoria da escolha humana, a decisão constitui uma unidade de análise demasiada ampla e que deve ser decomposta, portanto, em seus principais componentes. Sem entrar no

²⁰⁸ A respeito das diferentes visões da racionalidade, ver: Godelier (1979); Carrilho (1994); Salais, Chatel e Rivand-Danset (1998); Weber (1991); Habermas (1989); Boaventura dos Santos (2001); Salais e Storper (1998); Hühne (1994); Williamson (1986); Simon (1984; 1979); Cook e Levi (1990), entre outros.

²⁰⁹ A análise da escolha racional em situações competitivas, com mais de dois jogadores, seria ampliada por Nash, ao apresentar sua tese do equilíbrio, enfatizando que, em certos casos, torna-se conveniente a cooperação entre os jogadores.

mérito de avaliar essa unidade de análise, salientamos que a racionalidade estabelece as bases para a estruturação do conhecimento sobre a organização econômica/administrativa.

A racionalidade na versão simoniana é “intencionalmente racional, porém limitada” (Simon, 1947, XXIV). Há um outro aspecto derivado das colocações simonianas sobre racionalidade, de especial relevância para a economia institucionalista, referente à noção de racionalidade processual, noção reelaborada pelos neo-schumpeterianos, a partir da idéia de uma racionalidade relativa, voltada para os procedimentos da ação. Essas colocações nos permitem afirmar que a racionalidade tornou-se atributo para o conhecimento institucional, dada uma específica conceituação de instituições, ou seja, aquela entendida como pessoas agindo de acordo com as regras, em uma clara alusão ao individualismo metodológico.

JÁ WILLIAMSON (1986, P. 173) DISTINGUE TRÊS TIPOS DE RACIONALIDADE: UMA FORTE, MAXIMIZANTE, PAUTADA NA ECONOMIA NEOCLÁSSICA; UMA SEMI-FORTE, A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS COGNITIVOS DA RACIONALIDADE LIMITADA SIMONIANA QUE INFLUENCIOU,

SOBREMANEIRA, OS FUNDAMENTOS DA ECT; E UMA FRACA, DENOMINADA DE
PROCESSUAL OU ORGÂNICA, COMO SE APRESENTA NOS NEO-
SCHUMPETERIANOS. DAÍ, RECONHECER A RELEVÂNCIA DO SENTIDO DE
BUSCAR COMPLEMENTARIDADE ENTRE ESSES DIFERENTES TIPOS DE
RACIONALIDADE.

Consideramos que a visão institucionalista inclui a racionalidade em suas diferentes formas de entendimento. Assim, as diferentes noções de racionalidade -- substantiva, instrumental, limitada, processual, comunicativa, reflexiva ou institucional -- constituem dimensões de racionalidades permanentes no contexto do capitalismo.

Vale ressaltar, todavia, que não pretendemos, mais uma vez, acirrar os debates sobre as diferentes modalidades de racionalidade, a exemplo da racionalidade substantiva (Guerreiro Ramos, 1982; Polanyi, 1980); tipos de racionalidades (Hühne 1994); razão indolente (Boaventura dos Santos, 2001); razão comunicativa (Habermas, 1989) e tipos de dominação (Weber, 1991). Entretanto, reconhecemos o caráter essencial desse conceito para o conhecimento organizacional.

Há vários conceitos de racionalidade, desde aquele tipo de dominação racional-legal weberiana até os mais atuais, os quais perpassam diferentes campos de conhecimento. A noção de racionalidade, reconhecemos, é basilar para qualquer campo de conhecimento, em especial para a Ciência Organizacional. Os diferentes tipos de razão perpassam o contexto moderno, constituindo-se um paradoxo o seu não reconhecimento pelos pós-modernos dos estudos organizacionais. Como entender o mundo das organizações, sem aceitar o princípio da racionalidade? Não se trata aqui de escolher um conceito de racionalidade como o mais completo para a Ciência Organizacional. A esse respeito, Boyer (1998, p. 43) assinala que o momento exige das Ciências uma perspectiva de transespecificidade, isto é, “quando um mesmo

conceito pode ter aplicações em uma série de disciplinas que conservam a autonomia de seu objeto”. Trata-se, portanto, de delimitar conceitos de racionalidade que possam legitimar o conhecimento organizacional.

Em suma, verificamos em todas as vertentes institucionalistas estudadas a legitimidade de várias noções de racionalidade, mas predominando, dentre elas, as seguintes perspectivas: instrumental/limitada, em parte expressiva dos institucionalistas; processual, nos neo-schumpeterianos; e substantiva, permeando os velhos institucionalismos da Sociologia e da Economia, como também nos postulados neoclássicos. Por sua vez, no contexto interdisciplinar da Ciência Organizacional, evidenciamos a presença de um mundo de razões, entretanto ainda predominando a visão simoniana da racionalidade limitada.

10.7 DIFERENTES, PORÉM COMPLEMENTARES, CATEGORIAS INSTITUCIONALISTAS BÁSICAS DE ANÁLISE DAS FIRMAS/ ORGANIZAÇÕES: UNIDADES E NÍVEIS DE HIERARQUIZAÇÃO

NAS ANÁLISES EFETUADAS AO LONGO DOS CAPÍTULOS DESTA TESE, IDENTIFICAMOS A EXISTÊNCIA DE DIFERENTES UNIDADES DE ANÁLISE ADOTADAS PELA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONALISTA, PELA SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA E PELAS VERTENTES FRANCESAS DA SOCIOECONOMIA, AS QUAIS, CONFORME DEFENDEMOS, SÃO COMPLEMENTARES E PODEM, PORTANTO, SER HIERARQUIZADAS. ESTA TESE DEFENDE QUE TAIS UNIDADES DE ANÁLISE CONSTITUEM HIERARQUIAS EM EVOLUÇÃO, O QUE IMPLICA QUE, DO PONTO DE VISTA DA CIÊNCIA

ORGANIZACIONAL, É POSSÍVEL INCORPORAR A PERSPECTIVA DE ANÁLISE
MULTINÍVEL.

As unidades de análise da disciplina, no viés institucionalista, nos quais se misturam perspectivas evolucionárias de natureza ontogenética e filogenética, são: rotina da economia neo-schumpeteriana evolucionária na tradição de Nelson e Winter; transação da economia dos custos de transação na tradição de Commons, Coase e Williamson; firma/organização da vertente evolucionária neo-schumpeteriana e da história econômica da firma na tradição de Chandler Jr., Dosi e Teece; instituição da velha economia institucionalista e da teoria francesa da regulação na tradição de Veblen, e Coriat e Weinstein; convenções da economia das convenções na tradição de Dupuy; campo ou setor organizacional da teoria institucional na tradição de Meyer e Rowan, Powell e Di Maggio; e população da ecologia organizacional na tradição de Hannan e Freeman ²¹⁰. À exceção de rotina e transações, as outras unidades de análise constituem modalidades de configuração organizacional no capitalismo contemporâneo: a hierarquia, as formas intermediárias de coordenação e o mercado.

As formas híbridas ou intermediárias de coordenação, em particular, a exemplo dos distritos industriais; dos clusters; dos sistemas de franquia; dos shoppings centers; dos keiretsus; das redes multiplex de cinema e dos networks diversos são muito comuns,

²¹⁰ Williamson (1993b; 1996) também reconhece a existência de outras unidades de análise, a exemplo do processo de decisão (Simon, 1947/escola behaviorista da Firma); indivíduo (Jensen, 1983/Teoria da Agência); *Ownership* (Hansman/Economia dos Direitos de Propriedade) e indústria (Scherer, 1970/organização industrial – OI), mas que estão situadas, tangencialmente, ao eixo reconstrucionista de viés institucionalista pós-setenta. Entretanto, Williamson considera que a transação seria a menor dentre as diferentes unidades de análise da firma/organização. De outro modo, também redes inter firmas (Alter e Hage,

hodiernamente. Situadas entre a coordenação econômica pelo mercado e a coordenação administrativa (a firma/organização), elas se situam em uma escala cujos limites são: mercado e hierarquia. Dessa forma podem ser mais mercado ou mais hierarquia, conforme sua localização ao longo da escala.

COMO JÁ REGISTRAMOS, AS DIFERENTES UNIDADES DE ANÁLISE, COMENTADAS ATÉ AQUI, PODEM SER VISTAS COMO HIERARQUIAS EM EVOLUÇÃO DE ACORDO COM A PERSPECTIVA EVOLUCIONÁRIA, CONSTITUINDO-SE EM UM DOS PONTOS DE PARTIDA PARA O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.

ALÉM DAS UNIDADES DE ANÁLISE JÁ MENCIONADAS, OUTRAS NOVAS ESTÃO SENDO USADAS EM DIVERSOS ESTUDOS CONDUZIDOS NO ÂMBITO DE EPISTEMOLOGIAS REGIONAIS (DISCIPLINAS), CUJOS CONHECIMENTOS ROMPEM OS LIMITES DISCIPLINARES E SE ESPRAIAM EM OUTROS DOMÍNIOS DISCIPLINARES. EM ALGUNS CASOS, OS CONHECIMENTOS TRANSBORDAM AS FRONTEIRAS DE SUAS DISCIPLINAS DE ORIGEM E ALCANÇAM O CAMPO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. ALGUNS EXEMPLOS DE UNIDADES DE ANÁLISE UTILIZADAS EM ESTUDOS, QUE TÊM INFLUENCIADO O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL SÃO: QUASE-FIRMA (ECCLES, 1981); INDIVÍDUO (JENSEN, 1983); PROCESSO DE DECISÃO (SIMON, 1957); RELAÇÕES INTER FIRMAS (GRANDORI, 1997; ALTER E HAGE, 1993); PROPRIETÁRIO (HANSMANN, 1987); INDÚSTRIA (SCHERER, 1990); E, MAIS RECENTEMENTE, TERRITÓRIO (SALAIS E STOPER, 1993; CHANDLER; HAMGSTRÖM, SÖLVER, 1998; E DUPUY E GILLY, 1999).

CONSIDERAMOS QUE O USO INTERRELACIONADO DESSAS DIFERENTES UNIDADES DE ANÁLISE (MESMO ESSAS ÚLTIMAS QUE FICARAM FORA DO RECORTE DESTA TESE) PERMITE UMA MELHOR COMPREENSÃO SOBRE A NATUREZA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E DE SUAS CONFIGURAÇÕES ORGANIZACIONAIS. ESSA VARIEDADE DE CONFIGURAÇÕES ORGANIZACIONAIS CONSTITUI UM FENÔMENO RECENTE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO. PORTANTO, ESTA TESE ENFATIZA A NECESSIDADE DE SE UTILIZAR MÚLTIPLAS UNIDADES DE ANÁLISE EM ESTUDOS SOBRE AS FIRMAS E SOCIEDADES CAPITALISTAS PARA QUE SEJA POSSÍVEL ENTENDER SUAS NOVAS DIMENSÕES E TENDÊNCIAS, CONFORME FIGURA 1.²¹¹

nas relações interorganizacionais.

²¹¹ Urge salientar que nem todas as unidades de análise identificadas fazem parte das vertentes institucionalistas estudadas, haja vista o surgimento de ramificações e interpenetrações com outras vertentes, não necessariamente de viés institucionalista, a exemplo da teoria da agência, considerada como uma das vertentes associadas a uma releitura da economia neoclássica.

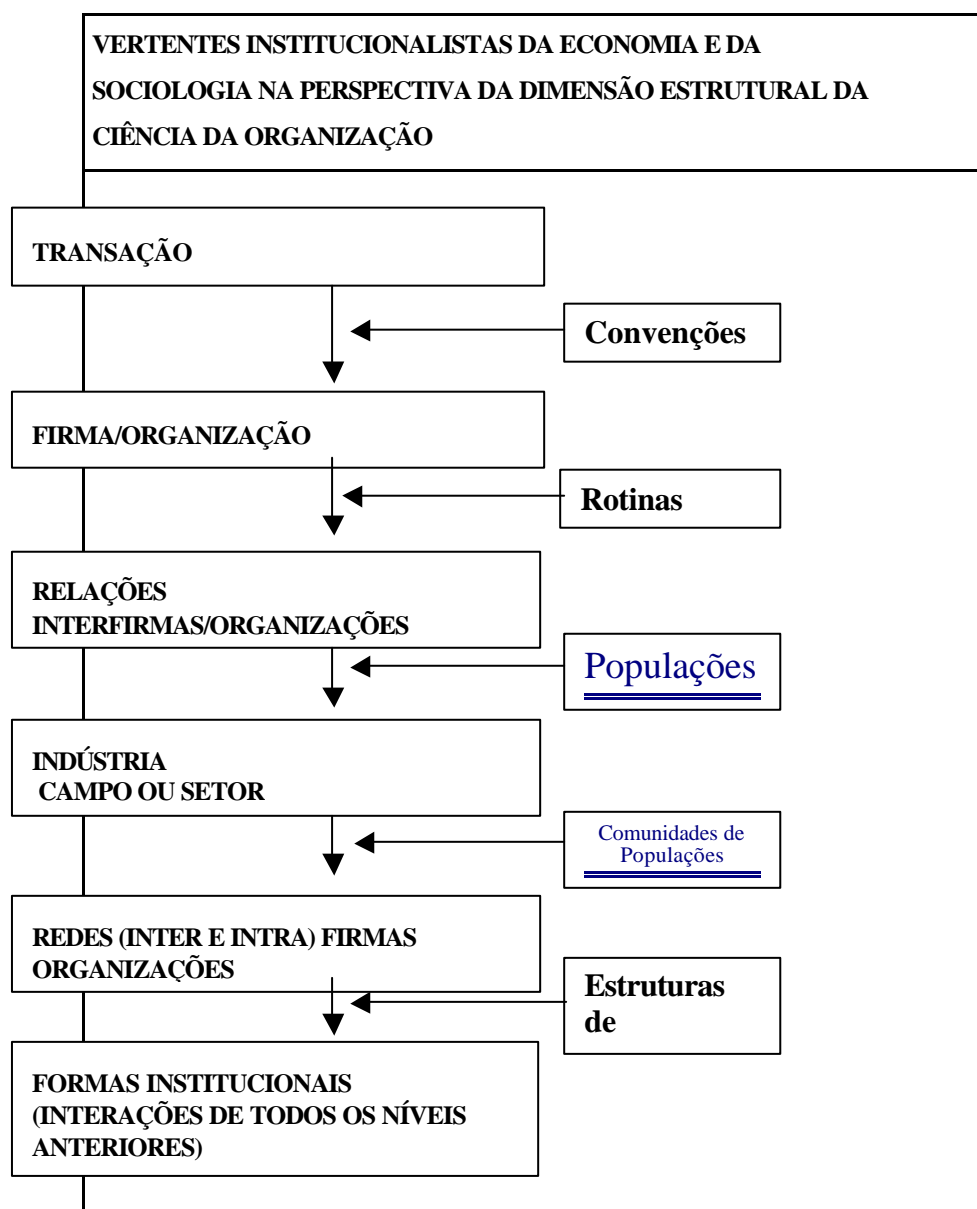


Figura 2: Hierarquização de Categorias (Unidades e níveis) de análise e as formas de configuração organizacional no capitalismo contemporâneo.²¹²

²¹² Vale registrar que, nesse processo de hierarquização, não estão incluídas todas as possíveis unidades de análise, a exemplo do território, como visto na recente proposta da Geografia Regional.

NÃO É OBJETIVO DESTA TESE FAZER UMA RADIOGRAFIA EXAUSTIVA DAS DIFERENTES UNIDADES DE ANÁLISE POSSÍVEIS DE SEREM UTILIZADAS PELA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL²¹³, MAS, SIM, IDENTIFICAR AS PRINCIPAIS PARA COMPOR A NOSSA PROPOSTA DE MATRIZ CONCEITUAL INTEGRADA QUE FAVOREÇA, SOB O PONTO DE VISTA METODOLÓGICO E EPISTEMOLÓGICO, O SEU DESENVOLVIMENTO E A SUA CONSOLIDAÇÃO.

NESSA PERSPECTIVA, ESSAS UNIDADES DEVEM PROPORCIONAR A INVESTIGAÇÃO E O CONHECIMENTO SOBRE O FENÔMENO ORGANIZAÇÃO, DESDE SUAS MANIFESTAÇÕES MAIS SIMPLES E MENOS COMPLEXAS ATÉ SEU DESENVOLVIMENTO EM UNIDADES MAIORES, MAIORES, CUJOS LIMITES

²¹³ Algumas unidades identificadas estão situadas, tangencialmente, ao movimento institucionalista, a exemplo da quase-firma em Eccles, o indivíduo em Jensen, o processo de decisão em Simon (apesar da notória influência behaviorista na NEI que não será totalmente descartada). Entretanto, não se deve confundir as unidades vistas separadamente com as diferentes unidades hierarquizadas que vêm a constituir níveis de análise, ou seja, da menor (que pode ser a transação, como propõem Williamson e Coase) até as maiores (entendidas como os grandes conglomerados, as cidades-rede etc. que também podem ser denominadas de formas híbridas).

TRADICIONAIS SÃO TRANSCENDIDOS PELA FORMAÇÃO DE REDES, COMPLEXOS, CLUSTERS, ETC, E QUE PASSAM A FAZER PARTE DE POPULAÇÕES ORGANIZACIONAIS NO SISTEMA CAPITALISTA, EM UMA ECONOMIA GLOBALIZADA E DE MERCADOS COMPACTADOS.

COMO JÁ FOI REGISTRADO ANTERIORMENTE E A SEMELHANÇA DAS OUTRAS MATRIZES INSTITUCIONAIS COMENTADAS NESTA TESE, A MATRIZ INSTITUCIONAL DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, ALÉM DE INDICAR AS DIFERENTES UNIDADES E NÍVEIS DE ANÁLISE, PROCURA CARACTERIZAR PARA CADA CORRENTE DE PENSAMENTO QUE LHE INFLUENCIA OS SEUS AUTORES MAIS IMPORTANTES, SUAS DISCIPLINAS DE ORIGEM, SUAS CATEGORIAS CRÍTICAS DE ANÁLISE E SUAS FILIAÇÕES METODOLÓGICAS NO CAMPO DO INSTITUCIONALISMO. ESSA MATRIZ É APRESENTADA A SEGUIR.

VERTENTES INSTITUCIONALISTAS EM DIFERENTES CAMPOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	AUTORES	DISCIPLINAS	UNIDADES DE ANÁLISE	DIMENSÕES CRÍTICAS DE ANÁLISE	POSTURA METODOLÓGICA NO CAMPO DO INSTITUCIONALISMO (ADAPTADO DE SCOTT, 1995)
1.VELHOS INSTITUCIONALISMOS DA ECONOMIA E DA SOCIOLOGIA	Veblen; Selznick; Perrow; Scott, Esman	Institucionalismo na sociologia e na economia	Burocracia; Organização; Instituição	Holismo; processos institucionais	Normativo
2.NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL					
2.1 Economia neo-schumpeteriana	Dosi Nelson e Winter; Teece	Economia evolucionária neo-schumpeteriana/ Economia organizacional	Rotinas	Firmas, Competências Essenciais Variedade, Seleção, Evolução Inovação, aprendizagem, progresso tecnológico, dependência de caminho	Cognitivo
2.2 Economia dos custos de transação	Williamson; Coase Commons	ECT/Ciência organizacional/Economia organizacional	Transação	Frequência, incerteza, especificidade dos ativos, racionalidade limitada, oportunismo, estruturas de governança, ambiente e arranjo institucional	Regulativo
3.SOCIOLOGIA NEOINSTITUCIONALISTA					
3.1 Teoria institucional	Tolbert e Zucker; Meyer e Rowan; Scott; Dimaggio e Powell	Teoria institucional/ Ecologia organizacional	Campo ou setor organizacional	Isomorfismos: mimético; regulativo; normativo. inércia, ambiente técnico e institucional, habitualização, sedimentação, objetivação	Cognitivo
3.2 Ecologia organizacional	Hannan e Freeman Baum; Carrol; Sing.	Ecologia organizacional/ Economia neo-schumpeteriana/Teoria Institucional/ECT	Populações	Densidade; Mortalidade; Nascimento; Isomorfismo; Inércia; Variedade; Seleção; Retenção.	Cognitivo
4 VERTENTES INSTITUCIONALISTAS FRANCESAS					
4.1 Teoria da regulação	Coriat e Weinstein; Theret; Boyer.;	Sociologia das Instituições/ regulacionistas/ economia neo-schumpeteriana.	Formas Institucionais	Interação micro/macro; Modo de regulação; regime de acumulação;	Regulativo
4.2 Economia das convenções	Dupuy, Orlean	Economia da convenções/ ECT/ teoria da regulação	Convenções	Variedade de coordenação; Estruturas de governança	Cognitivo
5.OUTRAS APROXIMAÇÕES INSTITUCIONALISTAS RECENTES					
História econômica/ Geografia econômica	Chandler; Aoki Becattini Benko, Storper Dupuy e Gilly Benico e Lippietz	geografia econômica/ economia dos custos de transação/economia neo-schumpeteriana/ teoria regulacionista/história econômica da firma/ espaço	Firma Espaço	Configurações Organizacionais: Clusters regionais, distritos industriais, entre outras modalidades Território; cidade; região	Regulativo Regulativo

Quadro 5 - Matriz Conceitual Integrada da Ciência Organizacional de Viés Institucionalista

10.8 APLICAÇÕES DA MATRIZ CONCEITUAL INTEGRADA NAS PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICA E INSTITUCIONALISTA DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

Mais uma vez, procuramos ressaltar que a análise da matriz conceitual integrada na perspectiva epistemológica da Ciência Organizacional representa um exercício, no intuito de demonstrar o desenvolvimento do conhecimento organizacional, de acordo com os eixos epistemológicos/metodológicos construcionistas, desconstrucionista e reconstrucionista, como também de auxiliar na análise conjunta das vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia, a partir de categorias e elementos (variáveis) em processo de identificação.

Como já foram mencionadas neste capítulo, as variáveis escolhidas para o exercício foram, resumidamente, apresentadas nas seções anteriores, tendo como objetivo esclarecer a relevância das mesmas (apesar do reconhecimento de outras que não fazem parte do recorte escolhido desta tese) para o processo de consolidação da Ciência Organizacional.

Nesse sentido, esta seção apresenta dois quadros de análise. Assim, o primeiro trata da aplicação da matriz conceitual, integrada no viés epistemológico do conhecimento organizacional, a partir dos eixos, exaustivamente, analisados no capítulo 2, procurando mostrar como os eixos interpretam cada uma das variáveis escolhidas.

Assim, na análise da natureza da coordenação no viés epistemológico, identificamos que os pós-modernistas vêem essa variável na perspectiva da diversidade, da fragmentação, dando pouca importância aos mecanismos de coordenação, ao contrário das posturas assumidas pelos construcionistas e reconstrucionistas que salientam a

relevância da coordenação, vista sob o ângulo da hierarquia e das formas híbridas, respectivamente.

Por sua vez, quando se trata da natureza da racionalidade, fica evidenciada uma explícita rejeição dessa variável pelos pós-modernistas. Em contrapartida, a racionalidade apresenta-se crucial, nas análises desenvolvidas dentro dos demais eixos construcionista e reconstrucionista. Considerações similares podem ser feitas em relação às demais variáveis utilizadas neste exercício, a exemplo da natureza da escolha metodológica, das categorias de análise, da perspectiva evolucionária e da natureza da mudança.

Eixos epistemológicos			
Variáveis em processo de identificação	Ciência Normal (construção)	Pós-modernistas (desconstrução)	Vertentes Institucionalistas Reconstrução Mundo de razões (transespecificidades)
Natureza da racionalidade	Razões limitada e ilimitada	Anti-ciência Anti-evolucionário (Des)razão	Substantiva, limitada, procedural, comunicativa, reflexiva, institucional
Natureza da coordenação	Hierarquia (organização interna)	Fragmentada (Des)coordenada	Híbridas e organização interna
Natureza da escolha metodológica	Mais holismo do que individualismo metodológico	Holismo metodológico; “fim do sujeito” (Des)construção	Visões compartilhadas do Individualismo e do holismo metodológico (coalescência)
Categorias (unidades e níveis de análise)	Integradas, totalidades, hierarquizadas	Isoladas, Fragmentadas, Não hierarquizadas, Diversidades, Diferenças.	Diferentes categorias (unidade e níveis) de análise, relação de complementaridade
Perspectiva evolucionária	Progresso científico Planejamento estratégico Modernidade	Co-evolução, Auto-organização; Autopoiese; Adaptação	Darwiniana Seleção natural Hierarquias em evolução Ontogênica/ Filogênica

Natureza da mudança	Sincrônica/estática	Nihilismo Descrença no futuro	Capacidades estáticas/dinâmicas Sincrônica/diacrônica
---------------------	---------------------	----------------------------------	--

Quadro 6. Aplicação da Matriz Conceitual Integrada do Conhecimento Organizacional no Viés Epistemológico

Verificamos que o mosaico institucionalista registrado no Quadro 6 se completa quando se ressaltam as perspectivas de complementaridade entre a NEI, os institucionalismos da Sociologia e as vertentes francesas da socioeconomia, que abrem intersecções por onde parece poder se realizar e progredir o conteúdo interdisciplinar da Ciência Organizacional.²¹⁴

O Quadro 7 trata do exercício de aplicação da matriz conceitual integrada, no viés institucionalista, utilizando-se as mesmas categorias (variáveis) descritas no quadro anterior.

Vertentes Variáveis	Nova Economia Institucionalista		Sociologia Neo-institucionalista		Vertentes Institucionalistas Francesas	
	Economia dos Custos de Transação	Economia neoschumpeteriana	Teoria Institucional	Ecologia Organizacional	Economia das convenções	Escola Regulacionista
Natureza da Racionalidade	Limitada	Limitada Processual	Limitada	Limitada	Limitada	Substantiva/Limitada
Natureza da Coordenação	Todas as Estruturas de Governança	Firma	Híbridas	Híbridas	Todas as estruturas de governança	Modo de regulação/Regime de acumulação
Natureza da Escolha metodológica	Individualismo metodológico	Individualismo metodológico	Holismo	Holismo	Individualismo metodológico	Holismo

²¹⁴ Salientamos que essa matriz institucional é genérica e pode apresentar outras especificidades quando aplicada a outras vertentes de pensamento.

Categorias (Unidades e Níveis) de Análise (hierarquização)	Transação	Rotina/ Competências dinâmicas	Campo organizacional	Populações	Convenções	Instituições (formas institucionais)
Perspectiva evolucionária (teorias)	Filogenética	Ontogenética mais do que Filogenética	Filogenética	Filogenética	Filogenética	Filogenética
Natureza da Análise da mudança institucional	Sincrônica	Diacrônica	Diacrônica	Diacrônica	Sincrônica / diacrônica	Diacrônica

Quadro 7 - Aplicação da Matriz Conceitual Integrada do Conhecimento Organizacional no Viés Institucionalista

A análise desse quadro evidencia que, em relação à natureza da racionalidade, existe uma quase unanimidade entre as vertentes, que estão centradas na racionalidade limitada, embora no caso dos neo-schumpeterianos a racionalidade seja limitada e processual e da teoria regulacionista, a razão seja limitada e substantiva.

Quanto à natureza da coordenação, também se ressaltam as possibilidades de aproximação entre as vertentes, em que pese a dubiedade das vertentes econômicas entre a abstração e o realismo; entre a Economia e a Ciência Organizacional; entre a hierarquia e o mercado. Em que pese também a focalização das vertentes institucionalistas da Sociologia na coordenação de natureza híbrida, ora confrontando o mercado em relação ao não-mercado ora confrontando a organização interna em relação às híbridas. No geral, parece que o conceito de coordenação das vertentes da socioeconomia constitui a alternativa mais abrangente por levar em conta não apenas as interações entre os níveis macro/micro, mas também todos os mecanismos de governança.

QUANTO À NATUREZA DA ESCOLHA METODOLÓGICA, SE

INDIVIDUALISMO OU HOLISMO METODOLÓGICO. OS DADOS DO QUADRO 7

PERMITEM IDENTIFICAR UMA NÍTIDA DIVISÃO DAS VERTENTES EM RELAÇÃO

AO ASSUNTO. ASSIM, AS VERTENTES DA NEI E DA ECONOMIA DAS CONVENÇÕES ASSUMEM O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AO PASSO QUE A SOCIOLOGIA NEO-INSTITUCIONALISTA OPTA PELO HOLISMO. AS ABORDAGENS DE SOCIOECONOMIA (INCLUINDO A REGULAÇÃO), POR SUA VEZ, ABRAÇAM A INTERAÇÃO ENTRE IM E HM.

Nas categorias (unidades e níveis) de análise utilizadas pelas diferentes vertentes institucionalistas, caracteriza-se, definitivamente, o direcionamento do foco para a Ciência Organizacional cuja riqueza de perspectivas exige uma necessária relação de complementaridade.

São identificadas as seguintes unidades de análise: a transação, a rotina, o campo organizacional, as populações, as convenções e as formas institucionais. Logo, em cada uma dessas unidades de análise, afiguram-se os caminhos que levam cada vertente a construir o conhecimento organizacional.

Em relação à natureza evolucionária verificamos que a maioria das vertentes institucionalistas está relacionada à perspectiva filogenética, salvo os neo-schumpeterianos que parecem estar mais voltados para a abordagem ontogenética.

Finalmente, ao tratar da natureza da mudança, nas vertentes avaliadas no Quadro 6 prevalecem as visões dinâmicas/diacrônicas, como se observam nos neo-schumpeterianos, na sociologia neoinstitucionalista e na TR. Por outro lado, ECT apresenta uma abordagem, nitidamente, estática/sincrônica, enquanto a economia das convenções caracteriza-se por uma perspectiva sincrônica/diacrônica.

Como decorrência dessa última característica a ECT e parte das vertentes institucionalistas têm sido rotuladas pelos desconstrucionistas de diferentes tendências, como de viés funcionalista, o que as colocaria no eixo epistemológico/metodológico

construcionista e no âmbito da Ciência Normal. Ao nosso ver, essa classificação decorre de uma visão crítica parcial, uma vez que outros fatores deveriam ser considerados para dar mais consistência à posição.

EM SUMA, APRESENTAMOS NESTE CAPÍTULO UMA APLICAÇÃO INTEGRADA QUE EVIDENCIA AS APROXIMAÇÕES QUE VÊM ACONTECENDO NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, NOTADAMENTE ENTRE AS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS ENFOCADAS. AINDA NA PERSPECTIVA DE TESTE DE CONSISTÊNCIA METODOLÓGICA DA HIPÓTESE DE APROXIMAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES VERTENTES ENFOCADAS PARA O DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, O PRÓXIMO CAPÍTULO ENFOCARÁ O DESENVOLVIMENTO DE FORMAS DE CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL, QUE SE SITUAM MAIS PRECISAMENTE ENTRE AS HÍBRIDAS E A HIERARQUIA.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS SOBRE A CIÊNCIA ORGANIZACIONAL

11.1 UMA BREVE RETROSPECTIVA

Ao escolher o tema desta tese, tínhamos em mente o desconforto causado pelo processo de fragmentação do conhecimento organizacional promovido pelos pós-modernistas, com base na desconstrução do conhecimento organizacional pré-existente. Ao mesmo tempo, estávamos cientes das limitações do *mainstream*, representado pela Teoria Contingencial-Estruturalista – TCE, que se apresentava no início da década de setenta, com a pretensão de ser uma teoria geral da organização, com um projeto situado no eixo epistemológico construcionista. Tais insatisfações nos levaram a definir a epistemologia do conhecimento organizacional, o conhecimento organizacional e a Ciência Organizacional como tema e objetos empírico e construído desta tese, respectivamente.

COM BASE EM KUHN, LAKATOS, TOULMIN E EM ALGUNS AUTORES INSTITUCIONALISTAS MAPEAMOS DIVERSAS LÓGICAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO. ASSIM, PUDEMOS CONCLUIR SOBRE A EXISTÊNCIA DE MATRIZES INSTITUCIONAIS RELACIONADAS A DIFERENTES PROGRAMAS DE PESQUISA, QUE REFLETEM AS REGRAS DO JOGO CIENTÍFICO E A QUALIDADE DOS SEUS JOGADORES. ANÁLISES DE DIVERSAS LÓGICAS DA DESCOBERTA NOS LEVARAM À INFERÊNCIA DE QUE HÁ UM TIPO DE CIÊNCIA

EVOLUCIONÁRIA, ALÉM DOS TIPOS JÁ MAPEADOS DE CIÊNCIA NORMAL E CIÊNCIA CONTRA NORMAL. IDENTIFICAMOS, AINDA, O AVANÇO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS INTERDISCIPLINARES E POR HIBRIDAÇÕES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E QUE, ASSOCIADO A ESSE AVANÇO, EMERGIU UM NOVO TIPO DE EPISTEMOLOGIA, A INTER-REGIONAL, AO LADO DA GERAL E DA REGIONAL.

JÁ NO CAMPO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL PROPRIAMENTE DITO, IDENTIFICAMOS, INICIALMENTE, UM PROCESSO INTERNO DE RUPTURA DA DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO ENTRE OS RAMOS DE ORGANIZAÇÃO E *MANAGEMENT* QUE, ORIGINALMENTE, CONFUNDIAM-SE NA TEORIA E NA PRÁTICA EPISTEMOLÓGICA DA DISCIPLINA. VERIFICAMOS AINDA UMA NOVA RUPTURA, DESSA VEZ ENTRE TEORIA ORGANIZACIONAL E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E A EXISTÊNCIA DE UMA TENDÊNCIA ATUAL, SUSTENTADA POR FILIADOS A ESSA ÚLTIMA VERTENTE, QUE NEGA A LEGITIMIDADE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SABER ORGANIZACIONAL. ESSA PROPOSTA PRETENDE REPARTIR ESSE SABER ENTRE OS DIFERENTES CAMPOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS QUE ESTUDAM A ORGANIZAÇÃO. COMBATEMOS ESSA TENDÊNCIA, VEEMENTEMENTE, NESTA TESE, A PARTIR DA DEMONSTRAÇÃO DE EVIDÊNCIAS QUE VÊM CONFIRMAR A EXISTÊNCIA DE CAMPO INTERDISCIPLINAR DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL. A PARTIR DESSA CONTRAPOSIÇÃO À PROPOSTA DE FRAGMENTAÇÃO DO SABER ORGANIZACIONAL, DA DELIMITAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL SOBRE EPISTEMOLOGIA E CONHECIMENTO CIENTÍFICO, DO MAPEAMENTO PRELIMINAR SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE ORGANIZAÇÕES EM OUTRAS DISCIPLINAS QUE NÃO

A DE ADMINISTRAÇÃO E DA CONSTATAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE MOVIMENTOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE AUTORES, ORIGINALMENTE SITUADOS EM CAMPOS DISCIPLINARES E ABORDAGENS DIFERENTES, QUE TÊM COMO FOCO O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL, FORMULAMOS NOSSO PROBLEMA DE PESQUISA E NOSSAS SUPOSIÇÕES. O PROBLEMA DE PESQUISA QUE NORTEOU A REALIZAÇÃO DESTA TESE FOI: AS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, SITUANDO-A NO EIXO EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO DE CONSTRUÇÃO, DE DESCONSTRUÇÃO OU DE RECONSTRUÇÃO?

JÁ AS SUPOSIÇÕES LEVANTADAS EM TORNO DESSE PROBLEMA DE PESQUISA FORAM:

- a) Há nas Ciências Sociais, notadamente na Nova Economia Institucional, na Sociologia Neo-institucionalista e nas Socioeconomias Francesas, movimentos em busca de convergência de idéias tendo como foco a organização, que, amparados na interdisciplinaridade e hibridações, tendem a levar ao desenvolvimento e à consolidação da Ciência Organizacional.
- e) O desenvolvimento dessas abordagens interdisciplinares no campo das Ciências Sociais, em geral, e do conhecimento organizacional, em particular, sugere a constituição de um novo tipo de epistemologia, a inter-regional, além dos tipos já consagrados e difundidos na literatura – a geral e a regional.

- f) As abordagens mencionadas na letra a situam-se no eixo epistemológico/metodológico de reconstrução e no âmbito da Ciência Evolucionária.
- g) As diferentes categorias básicas de análise das vertentes institucionalistas da Sociologia e da Economia enfocadas nesta tese são complementares e podem representar hierarquias em evolução, assim como são conciliáveis outros princípios metodológicos.

Como já foi registrado, ao fazer uma breve retrospectiva da lógica da descoberta do conhecimento científico, defendemos a existência de uma Ciência Evolucionária de eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista, abarcando abordagens institucionalistas que foram focalizadas nesta tese. De acordo com essa lógica da descoberta, construímos várias matrizes institucionais sobre a produção do conhecimento organizacional, as quais compõem diversos capítulos desta tese.

Os elementos alinhados nessas matrizes puseram em relevo diferentes contribuições epistemológicas, em vários subcampos das Ciências Sociais, que refletem, por vezes, uma tensão permanente entre tentativas de “unificação” e de “fragmentação” do conhecimento produzido, por outras vezes os conhecimentos produzidos se interpenetram, terminando por

levar ao surgimento de uma epistemologia inter-regional, que abriga as disciplinas de natureza interdisciplinar, a exemplo da Ciência Organizacional. Definimos epistemologia organizacional como o campo de estudo do conhecimento organizacional. Entendemos ainda a epistemologia organizacional como aquele campo que se constitui por interseções de diferentes epistemologias, uma vez que o conhecimento organizacional é, intrinsecamente, de natureza híbrida/interdisciplinar. A epistemologia Organizacional compreende a investigação sobre a gênese, a natureza, os métodos e a validade do conhecimento sobre o objeto organizações.

AS CONTRIBUIÇÕES DE DIVERSAS FONTES QUE, SEGUNDO O NOSSO PONTO DE VISTA, INFLUENCIARAM A GÊNESE E O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL, E A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL FORAM REGISTRADAS NOS EIXOS EPISTEMOLÓGICOS/METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO. SEIS CONTRIBUIÇÕES CONSTITUEM, AO NOSSO VER, A GÊNESE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL: WEBER, MARX, BRAVERMAN, FOUCAULT, SMITH/MARSHALL E COASE/WILLIAMSON. ESSAS DIVERSAS CONTRIBUIÇÕES POR EIXOS EPISTEMOLÓGICOS/METODOLÓGICOS FORAM ANALISADAS, DESTACANDO-SE PRINCIPAIS AUTORES, CATEGORIAS/UNIDADES DE ANÁLISE, FOCO DE ANÁLISE, LÓGICA DA DESCOBERTA, MÉTODO E CONTEXTO DISCIPLINAR, E ESTÃO SINTETIZADAS NO QUADRO 1 – MATRIZ INSTITUCIONAL DA GÊNESE DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL. DA ANÁLISE DESSAS CONTRIBUIÇÕES, CONCLUÍMOS, MAIS UMA VEZ, QUE, DAS INTERSEÇÕES ENTRE ELAS, SURTIU NO PLANO EPISTEMOLÓGICO INTER-REGIONAL, A PERSPECTIVA DO SABER INTERDISCIPLINAR DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL.

Para evidenciar o desenvolvimento da disciplina, permitimos-nos fazer um exercício de elaboração de um marco de referência epistemológico que favoreceu a leitura de como conhecimentos e abordagens diversos, realizados em torno dos diferentes eixos epistemológicos/metodológicos, levaram ao desenvolvimento do campo do saber organizacional, conforme registrado no Quadro 2 – Matriz Institucional: Eixos Epistemológicos/ Metodológicos de Produção e Desenvolvimento do Campo do Conhecimento Organizacional. Tendo como referência os eixos de construção, desconstrução e reconstrução e seus desdobramentos em perspectivas modernas, pós-modernas e além de modernos e pós-modernos, identificamos as vertentes básicas, principais autores, seus métodos e técnicas e suas contribuições teóricas ao campo do conhecimento organizacional. Concluimos que a Ciência Organizacional pertence ao campo de produção de conhecimento interdisciplinar; existe na interseção de diferentes disciplinas que constituem as ciências sociais (o plano inter-regional); tem por objeto de análise a organização sócio-econômica capitalista e como foco de delimitação teórico-empírico o contexto institucional/ organizacional das estruturas de governança, situadas, mais precisamente, entre a hierarquia (organização interna) e as híbridas.

O Quadro 3 registra a Matriz Institucional de Referência para a Consolidação da Ciência Organizacional. Tendo ainda como referência os eixos epistemológicos/metodológicos, as dimensões que compuseram essa matriz foram: vertentes analisadas – a TCE (construcionista), a pós-modernista (desconstrucionista) e vertentes

institucionalistas da economia e da sociologia --; seus principais autores; suas lógicas de descoberta – Ciência Normal, Ciência Contra Normal e Ciência Evolucionária --; suas visões sobre o campo do conhecimento organizacional – síntese, integração, consenso, totalidade (no eixo construcionista); diversidade, fragmentação, incompatibilidade de paradigmas, tensão Europa/EUA (no eixo desconstrucionista/pós-modernos); evolução, convergências, interação, inserção de outros países na discussão sobre o conhecimento organizacional, racionalidade comunicativa, reflexividade institucional, co-evolução (no eixo reconstrucionista) --; nomenclaturas da disciplina – Teoria das Organizações (construcionista); Estudos organizacionais (desconstrucionistas/pós-modernos);

Ciência Organizacional
(reconstrucionistas/neo-institucionalistas)

-- e exemplos de aplicações.

Em síntese, com base na análise dessa última matriz, enfatizamos as possibilidades de aproximações e interpenetrações contemporâneas, tendo como foco a organização. O destaque

coube às abordagens institucionalistas no campo da economia e da sociologia, tendo em vista o seu viés epistemológico/metodológico, essencialmente, reconstrucionista. Foram as contribuições institucionalistas revisadas nesta tese que forneceram as bases para a demonstração do processo de consolidação da Ciência Organizacional. Para completar o panorama dos estudos precursores de epistemologia organizacional, a produção brasileira foi seletivamente enfocada. Dentre as conclusões extraídas com base na análise da matriz institucional do conhecimento organizacional no Brasil destacam-se: o reconhecimento da relevância dessa produção; as especificidades de nosso *mainstream*, manifestadas, na atualidade, pelo trânsito de seus principais autores entre os eixos desconstrucionista e reconstrucionista ou, então, por tentativas de transcender os limites estabelecidos por esses dois eixos epistemológicos. Sobressaíram também o impacto da formação básica do pesquisador sobre sua produção em conhecimento organizacional e uma reconhecida capacidade dos autores brasileiros para análise de viés epistemológico, conforme o Quadro 4.

APRESENTAMOS UM PAINEL DAS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA NEO-
INSTITUCIONALISTAS PARA A CIÊNCIA ORGANIZACIONAL, DESTACANDO OS
SEUS MOVIMENTOS PRECURSORES – TEORIA DA OI E A TEORIA BEHAVIORISTA
-- E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS E IDÉIAS QUE LEVARAM AO CONHECIMENTO
ORGANIZACIONAL. ANALISAMOS AS VERTENTES DA NEI, EM ESPECIAL A
ABORDAGEM NEO-SCHUMPETERIANA DA FIRMA E A ECT. AO FAZERMOS ESSA
BREVE REVISÃO DOS MOVIMENTOS PRECURSORES DA TEORIA
INSTITUCIONALISTA DA FIRMA E DAS VERTENTES NEO-SCHUMPETERIANA E
ECONOMIA DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO, FICARAM EVIDENTES NÃO SÓ OS
MOVIMENTOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE SEUS PRINCIPAIS AUTORES, MAS
TAMBÉM A INSERÇÃO DESSES MOVIMENTOS DE APROXIMAÇÃO NO EIXO
EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO RECONSTRUCIONISTA E SEUS PRINCIPAIS

CONSTRUTOS TEÓRICO/METODOLÓGICOS QUE FAVORECEM OU CRIAM OBSTÁCULOS À TAL MOVIMENTO. ARGUMENTAMOS TAMBÉM QUE TAIS MOVIMENTOS CRIAM BASES SÓLIDAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL. CONQUANTO RECONHEÇAMOS A RIQUEZA DAS ANÁLISES EMPREENDIDAS POR ESSAS VERTENTES, VERIFICAMOS QUE AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS POR ELAS AINDA SÃO INSUFICIENTES PARA SUPERAR OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS NEOCLÁSSICOS, UMA VEZ QUE, NO CONTEXTO EPISTEMOLÓGICO/METODOLÓGICO, ESSAS VERTENTES APRESENTAM-SE EM UM DILEMA ENTRE POSTURAS METODOLÓGICAS CALCADAS NA ABSTRAÇÃO OU NO REALISMO, CONFORME JÁ DESTACAMOS NO CAPÍTULO 6.

Ao fazer um breve balanço das contribuições das vertentes institucionalistas da Sociologia e das Socioeconomias Francesas que se situam no eixo epistemológico reconstrucionista, identificamos alguns movimentos de aproximação entre seus principais expoentes, que reforçam nossas suposições em torno da questão central de pesquisa da tese. Senão vejamos.

Em relação a TI, indicamos e analisamos todas os seus movimentos de aproximação, no sentido da reconstrução do conhecimento organizacional, com os institucionalistas. A TI faz, também, a ponte entre o funcionalismo e a fenomenologia, aproximando os contextos estrutural e simbólico. Como fruto desses movimentos de aproximação, a TI tende a se apresentar como uma abordagem que

supera as relações binárias. Novas relações de complementaridade puderam ser observadas entre a TI e a ecologia organizacional, pelo uso comum de conceitos, gerando uma perspectiva metodológica pluralista e de natureza complementar, embora a ecologia organizacional identifique-se mais pelo uso de métodos quantitativos e a TI enfatize mais o uso de métodos qualitativos.

Nas perspectivas das Socioeconomias Francesas, também se verificaram aproximações. Esses processos de aproximação foram evidenciados em estudos em co-autoria, entre autores da economia das convenções e da teoria da regulação. Embora haja diferenças metodológicas significativas entre ambas as abordagens, seus autores têm procurado resolvê-las no plano epistemológico inter-regional, ao mesmo tempo em que buscam contextualizar semelhanças e diferenças nas parcerias estabelecidas.

NA VERDADE, A TR CONSTITUI MAIS UM MODELO SOFISTICADO E RELEVANTE DE ANÁLISE DO CAPITALISMO, APRESENTANDO, CONTUDO, FALHAS NA ANÁLISE QUE SÓ PODEM SER REDUZIDAS POR MEIO DE PROCESSOS DE APROXIMAÇÃO COM OUTRAS VERTENTES, MESMO QUE ESSES PROCESSOS VENHAM A CUSTAR A PERDA PARCIAL DE IDENTIDADE DA TEORIA, RISCO ESTE QUE TAMBÉM SE APRESENTA PARA AS DEMAIS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS.

Também fizemos uma análise retrospectiva das formas de configuração organizacional, ressaltando-se, especialmente, o papel das configurações híbridas na contemporaneidade da economia capitalista globalizada. Essa análise procurou resgatar a dimensão estrutural, seja na forma como vem sendo tratada pelas vertentes institucionalistas estudadas, seja na forma como vem sendo abordada em contribuições de outros campos das Ciências Sociais, a exemplo da geografia institucionalista neo-marshalliana e da história institucionalista da economia dos negócios, como registrado no capítulo oito.

Neste capítulo, enfatizamos a evolução das formas de configuração organizacional, desde forma M de Chandler, e a forma J (de Aoki, Coriat e Williamson), até as atuais formas híbridas, embriônicas ou grupos de negócios Williamson, Clegg e Granovetter, respectivamente. A construção desse panorama envolveu, sobremaneira, as contribuições das vertentes institucionalistas, da economia e da sociologia e de outras vertentes e campos disciplinares, a exemplo da geografia regional e da história econômica institucionalista.

Como visto, a análise da evolução das formas de configuração organizacional e de suas interfaces com a teoria econômica da firma e com a sociologia econômica não seguiram uma ordem cronológica.

Observamos ter havido avanços recentes nos estudos sobre configuração organizacional, que passaram a focalizar as comunidades de populações, denominadas de formas híbridas, embriônicas ou grupos de negócios. Por extensão, a dimensão estrutural passou a ser tratada como transcendendo os limites da organização interna, dentro de uma abordagem macro-histórica, econômica e geográfica.²¹⁵

²¹⁵ Em todo caso, a polêmica em torno do impasse, se foi o mercado ou a firma quem chegou primeiro, não altera o sentido que buscamos de entendimento da gênese do Conhecimento Organizacional. Afinal, esse impasse apenas reforça, a

Simultaneamente à crescente importância das novas configurações como objeto de estudo, verificamos a utilização de um conjunto variado de unidades de análise, como forma de dar conta das vicissitudes do mundo organizacional contemporâneo.

Esse conjunto variado inclui desde a menor unidade de análise – a transação até os sistemas produtivos regionais (distritos industriais) e as cidades-empresa.

Mais recentemente, Hammer (2002), no viés construcionista, salientou que grande desafio da estratégia organizacional será o de dinamizar os processos compartilhados inter-firmas, afirmando que é no campo desses processos que se darão as guerras de produtividade da atual década, em que empresas diferentes precisarão trabalhar como se fossem um único organismo, ou seja, cadeias de atividades executadas por

nosso ver, o processo de reconhecimento da Ciência da Organização. Assim, não importa quem chegou primeiro, considerando que, qualquer que seja a explicação dada para a origem da firma-organização, há uma convergência de propósito para a disciplina.

diferentes organizações. Assim, segundo ele, a próxima grande onda deverá ser a integração de processos, envolvendo produtos e seus desenvolvimentos, na perspectiva de simplificação da cadeia de suprimentos e da dinamização dos processos de colaboração interfirmas, constituindo esse o próximo passo em busca da máxima eficiência organizacional.

Sem dúvida, os estudos organizacionais, voltados para a organização interna individualizada, independentemente de seu tamanho (pequena, média e grande), persistirão, apesar da nova perspectiva de expansão e fortalecimento das configurações organizacionais que privilegiam as relações interfirmas e de processos que dependem, sobremaneira, de confiança e de cooperação.

Observamos que parte desse esforço de produção de conhecimento sobre configurações organizacionais caminha em direção à coordenação da Ciência Organizacional. Em função disso, essa Ciência tenderá a ser constituída por diferentes unidades de análise, em um continuum de influência mercado/organizações.

Enfim, evidenciamos que parte expressiva desses esforços de aproximação da teoria econômica da firma e da Sociologia Econômica de viés institucionalista, com os estudos voltados para a análise das formas de configuração organizacional, têm provocado mudanças em ambas as disciplinas. Postulamos que essas mudanças associam-se, na economia, a uma obsoleta confrontação entre a ortodoxia e a heterodoxia, enquanto nos estudos sociológicos

sobre organizações deve-se à intransigente defesa da proliferação de paradigmas pelos pós-modernos. Como resultado desses movimentos de aproximação no campo de produção de conhecimento organizacional entre a economia e sociologia, preconizamos que haverá o fortalecimento da proposta reconstrucionista da Ciência Organizacional.

Realizamos um exercício de elaboração e de aplicação de duas matrizes conceituais integradas do conhecimento organizacional, sendo uma de viés epistemológico nos eixos construcionista, desconstrucionista e reconstrucionista e a outra de viés institucionalista, isto é, limitada ao eixo reconstrucionista (Quadro 5 e 6). Essas matrizes conceituais delimitam as categorias (unidade e níveis) de análise, a natureza da racionalidade, a natureza da escolha metodológica, a natureza da coordenação, perspectivas evolucionárias e a natureza da mudança. A elaboração dessas matrizes permitiu demonstrar a riqueza conceitual da análise de viés epistemológico institucionalista. Fechando o capítulo 10 desta tese, apresentamos a matriz conceitual integrada da Ciência Organizacional, que indica as vertentes institucionalistas em diferentes campos da economia e da sociologia, seus principais autores, abordagens inter-relacionadas, suas unidades e dimensões críticas de análise e posturas metodológicas no campo do institucionalismo (Quadro 7).

ESSAS TRÊS ÚLTIMAS MATRIZES SINTETIZAM TODO O ESFORÇO DE ELABORAÇÃO DOS ARGUMENTOS QUE, AO NOSSO VER, RESPONDEM A QUESTÃO PROBLEMA DESTA TESE E VALIDAM AS NOSSAS SUPOSIÇÕES, OU SEJA, AS VERTENTES INSTITUCIONALISTAS, EFETIVAMENTE, CONTRIBUEM PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL. ACOMPANHANDO O DESENVOLVIMENTO DESSA DISCIPLINA CONSTATAMOS QUE A CAIXA PRETA DA FIRMA FOI ABERTA, EMBORA MUITAS DE SUAS DIMENSÕES CONSTITUINTES AINDA PERMANEÇAM POUCO CONHECIDAS OU EM DEBATES. COMO RESULTADO DESSE PROGRESSO, IDENTIFICAMOS A EMERGÊNCIA DA

EPISTEMOLOGIA ORGANIZACIONAL. A EPISTEMOLOGIA ORGANIZACIONAL
INSTITUCIONALISTA SITUA-SE LONGE DAS PROPOSTAS DE
“INCOMENSURABILIDADE DE PARADIGMAS” OU DA “TOTALIDADE
POSITIVISTA”, FUNDANDO-SE NOS MOVIMENTOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE
AUTORES FILIADOS A DIFERENTES VERTENTES INSTITUCIONALISTAS NOS
CAMPOS DA ECONOMIA E DA SOCIOLOGIA.

11.2 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Nossa principal suposição inicial salientou que o momento atual caracteriza-se por um processo de reconstrução, considerando a existência de muitos movimentos de aproximação e de trabalho em colaboração entre autores filiados a diferentes correntes. Há, efetivamente, um “evoluir” da Ciência Organizacional, como preconizou, pioneiramente, Williamson (1993b, 1996).

Durante o levantamento bibliográfico de muitos estudos desenvolvidos nos eixos epistemológicos construcionistas e desconstrucionistas, identificamos que a década de setenta também foi pródiga no surgimento de novas abordagens que, de certa forma, tinham foco no conhecimento organizacional, mas que não se enquadravam, plenamente, nos eixos

epistemológicos/metodológicos anteriormente referidos e que pareciam constituir um terceiro eixo – aquele por nós denominado de reconstrucionista.

A identificação desse terceiro eixo foi respaldada em análise de contribuições teóricas desenvolvidas no âmbito de estudos sobre epistemologia e ciência no campo das Ciências Sociais e também sob o amparo de vertentes institucionalistas da Economia e da Sociologia sobre o conhecimento organizacional, pós-setenta. No processo de análise, a identificação desse terceiro eixo ocorreu, simultaneamente, à constatação de existência de movimentos de aproximação intelectual entre diferentes autores que também deram suporte à suposição inicial desta tese de estar em processo de consolidação uma nova disciplina, de natureza interdisciplinar, denominada de Ciência Organizacional.

Dessa forma, constatamos que a epistemologia do conhecimento organizacional aponta a existência de três eixos epistemológicos/metodológicos, em torno dos quais o conhecimento organizacional se classifica, a saber: 1) construcionista, no qual insere-se a produção da Ciência Normal Contingencial-Estruturalista, a qual constitui o *mainstream* do conhecimento organizacional; 2) desconstrucionista, representado, nesta tese, pela perspectiva pós-modernista/pós-estruturalista que entende o conhecimento organizacional como um campo fragmentado e, historicamente, contestado; e, por último, 3) reconstrucionista, que, além de situar-se entre os dois eixos anteriores, abarca uma produção teórica em organizações fruto de movimentos de aproximação entre autores cujas diferenças refletiam não só o fato de partirem de perspectivas disciplinares diversas, mas também por enquadrarem-se em abordagens teórico-metodológicas vistas tradicionalmente como inconciliáveis. O que observamos, analisando a produção desses autores, foram tentativas de transpor dicotomias teórico-metodológicas clássicas e de desenvolver seus estudos tendo como referência a interdisciplinaridade, a hibridação e a transespecificidade. Nesta tese, os autores protagonistas

dos movimentos de aproximação antes referidos são filiados às vertentes institucionalistas da economia e da sociologia.

A Ciência Organizacional foi singularizada nesta tese, com base nos seguintes elementos: 1) sua estratégia epistemológica/metodológica, que representa um contraponto para a posição desconstrucionista dos pós-modernos no campo de estudos organizacionais e, simultaneamente, para a posição construcionista da TCE, que constitui o *mainstream* da teoria da organização; 2) sua natureza interdisciplinar; híbrida e transespecífica 3) sua lógica da descoberta de cunho evolucionária sobre os fenômenos da organização; e 4) sua gênese, natureza e desenvolvimento.

Vale ressaltar que a Ciência Organizacional ainda continua ignorada ou contestada pelo *mainstream*, tanto no âmbito da Economia Ortodoxa quanto do pensamento heterodoxo. Por sua vez, também se observou a mesma atitude no campo do Conhecimento Organizacional: tanto os adeptos da Teoria Contingencial (Ciência Normal) quanto os desconstrucionistas (o “novo” *mainstream*) das organizações resistem à possibilidade de uma Ciência Organizacional. Essa atitude de resistência cerceou a análise acurada da produção de conhecimento organizacional pós-setenta e, por extensão, a difusão e o desenvolvimento da Ciência Organizacional.

Por último, registramos que os objetivos traçados para o desenvolvimento desta tese foram alcançados, assim como suas suposições foram validadas, uma vez que:

- 1) Demonstramos que o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares no campo das ciências sociais, em geral, e do conhecimento organizacional, em particular, levou à constituição de um novo tipo de epistemologia, a inter-regional.

- 2) Delimitamos a Ciência Organizacional, a partir do recorte estabelecido, buscando identificar aproximações entre diferentes categorias de análise, bases metodológica e epistemológica. Em relação às categorias de análise evidenciamos tratarem-se de hierarquias em evolução, mostrando-se, portanto, complementares.
- 3) Identificamos semelhanças e diferenças nas vertentes teóricas selecionadas, analisando as possibilidades de convergência de propósito, no sentido de contribuir para o desenvolvimento e a consolidação da Ciência Organizacional.
- 4) Analisamos as vertentes selecionadas com base em quadro conceitual de análise formado por eixos epistemológicos de construção, desconstrução e reconstrução.

11.3. RESULTADOS ESPERADOS

AO DESENVOLVER ESTA TESE, ESPERAMOS TER ALCANÇADO RESULTADOS CONCRETOS RELATIVOS À DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SUA TEMÁTICA NO BRASIL, ESPECIALMENTE QUANDO SE RECONHECE A EXISTÊNCIA DE UM PROCESSO JÁ EM CURSO, EM CENTROS MAIS AVANÇADOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, DE CONVERGÊNCIA DO CONHECIMENTO PRODUZIDO PARA A CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL. O RECORTE ESCOLHIDO PROCURA APROXIMAR CONTRIBUIÇÕES DE DIFERENTES CAMPOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, QUE, PARECEM, TENDEM A DAR CONTA DA COMPREENSÃO DAS MUDANÇAS ATUAIS NAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, MERCADO, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES. UMA DAS MUDANÇAS MAIS VISÍVEIS EM RELAÇÃO AO ESTADO

CONTEMPORÂNEO É SUA INCAPACIDADE DE ACOMPANHAR E MEDIAR AS TRANSFORMAÇÕES QUE ESTÃO ACONTECENDO NAS DINÂMICAS DAS POPULAÇÕES ORGANIZACIONAIS, DECORRENTES DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E DA CONFIGURAÇÃO DE MERCADOS COMPACTADOS.

Mesmo reconhecendo as dificuldades para alcançar o grau de ineditismo que se espera de uma tese de Doutorado, consideramos que o estudo desenvolvido pode vir a apresentar um certo ineditismo no Brasil, uma vez que a revisão da bibliografia já realizada aponta que as iniciativas de integração entre abordagens diferentes no sentido da reconstrução da Ciência da Organização são, ainda, escassas no Brasil.

Assim, além de contribuir para a análise da possibilidade de consolidação da Ciência Organizacional Pós-Setenta, a partir de uma perspectiva mais integrada e inter disciplinar. Esta tese também pode ajudar a difundir conhecimentos sobre as novas configurações organizacionais e uma visão mais global de seus fatores condicionantes e suas forças propulsoras. Assim sendo, as atividades de formulação e implementação de políticas com vistas, por exemplo, a dar suporte ao alcance de objetivos de competitividade empresarial e de ampliação dos níveis de bem-estar social podem ser reforçadas e melhor informadas a partir de suas contribuições,

assim como promover uma reestruturação de enfoque do ensino e pesquisa em administração.

11.4 LIMITES DO TRABALHO

SABEMOS QUE, APESAR DE TODO O ESFORÇO DESENVOLVIDO, MUITO CONHECIMENTO IMPORTANTE PARA ILUMINAR O DESENVOLVIMENTO DESTA TESE PODE TER ESCAPADO A SEU AUTOR. PRIMEIRO, PARA SERMOS COERENTE COM A NATUREZA HUMANA PRECONIZADA PELAS ABORDAGENS ESCOLHIDAS PARA DAR SUSTENTAÇÃO AO PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA ORGANIZACIONAL – OBJETO DESTA TESE, PORQUE O AUTOR É DOTADO DE RACIONALIDADE LIMITADA, SEJA POR INJUNÇÕES DE SEU APARELHO COGNITIVO, SEJA PORQUE NEM TODO O CONHECIMENTO É DE LIVRE ACESSO, SEJA PORQUE PROCESSAR CONHECIMENTOS DEMANDA RECURSOS E TEMPO, O QUE PODE RECOMENDAR O ESTABELECIMENTO DE LIMITES.

Além do mais, o processo de produção de conhecimento não é neutro, conforme definimos no item de abertura desta tese. Como dissemos, definir implica colocar limites, simplificar o que é por natureza

complexo, para tornar as nossas definições, o conhecimento por nós reconstruído, inteligível. Ao colocar esses limites, todavia, podemos criar sombras sobre uma parte do conhecimento que queremos reconstruir. Isso porque como nos diz Demo "descrever a realidade não é somente representá-la, como se fosse espelho que apenas reflete a imagem, mas reconstruí-la" (DEMO, 2.000, p.52). No nosso caso em particular, a pretensão de "olhar de fora" do método lógico-experimental, definitivamente, não se aplica porque, como parte da realidade analisada, o autor está, em certa medida, analisando a si mesmo. Nessas condições, "o que se pode dizer é apenas parte do que poderia ser dito. E o que [poder-se-ia] dizer é possivelmente menos do que [se imagina]. Sem falar que coerência completa é impraticável, porque nenhum ponto de partida ou chegada pode ser absolutizado. Mesmo quando [se diz] que somente pode ser científico o que for discutível, essa afirmação, para ser

minimamente coerente, precisa manter-se discutível" (DEMO, 2.000, p.55).

11.5 PERSPECTIVAS

Com certeza, o maior desafio da Ciência Organizacional no século XXI será o de buscar interseções, de um lado, com o gerencialismo²¹⁶ e, do outro, com as teses do não-mercado.

Do mesmo modo que a Economia e sua teoria econômica da firma, a Ciência Organizacional também precisa abrir sua “caixa preta” – o gerencialismo (*management*) que deve ser objeto de uma análise mais acurada, incorporando áreas ainda pouco desenvolvidas na Ciência Organizacional, como motivação, liderança, autoridade, processo decisório, cognição, comunicação e poder, sob o ponto de vista da organização interna (hierarquia) e das emergentes formas híbridas. Nesse sentido, uma ponte terá que ser construída, ampliando a natureza

interdisciplinar da disciplina, que hoje está situada entre a produção de conhecimentos em organizações e em gerencialismo.

Exemplificações de estudos que podem potencializar o desenvolvimento do conhecimento sobre o gerencialismo já foram mapeadas. Assim, a nova economia institucionalista, com os autores neo-schumpeterianos, tem buscado enfatizar as competências essenciais da firma; a economia dos custos de transação tem chamado a atenção para a necessidade de estudos sobre a coordenação pelo princípio da autoridade (hierarquia/organização interna) e; a teoria da organização industrial tem salientado a importância da aplicação da teoria dos para o desenvolvimento da capacidade gerencial. Ao tratar da abertura da “caixa preta” do *management*, urge desenvolver e, ao mesmo tempo, reconhecer a necessidade de recompor a interface entre agência e estrutura, ou seja, entre gestão e organização.

Esse processo envolverá a realização de estudos históricos, análises comparadas, incursões na ciência cognitiva, e promoverá mudanças na atual retórica gerencial, como se apresenta no vasto mercado editorial de manuais de auto-ajuda, desenvolvendo um processo de gestão e de suas relações com o contexto organizacional em bases científicas.

Como ponto de partida, identificamos alguns caminhos, além dos já trilhados pelos behavioristas, a exemplo da noção schumpeteriana de empreendedorismo; a teoria da estruturação de Giddens; as competências essenciais, dos neo-schumpeterianos; a

²¹⁶ Estudos exemplares no viés gerencialista, dentre outros, ver: Paulo Roberto Motta (1993; 1997); Chanlat(2000); Klein (1998); Eccles e Nohria e Berkley (1994); Barnard (1938); Amatucci (2000); Stoner e Freeman (1992), entre outros.

racionalidade comunicativa de Harbermas; o pensamento gerencialista de Drucker; e idéias sobre senso comum, conforme postula Boaventura dos Santos, entre outros.

No Brasil, alguns autores já vêm buscando uma análise mais aprofundada da gestão, como se observa nos trabalhos de Paulo Roberto Motta, Bianor Cavalcanti, Agrícola Bethlem, Tânia Fischer, Pedro Lincoln e Osmar Bertero, identificando a necessidade de uma maior conexão entre a gestão e o conhecimento organizacional, como forma de encontrar, um sentido mais amplo para a disciplina.

Por outro lado, enfatizamos que a abordagem desconstrucionista do não-mercado³ traz à baila as teses da antropologia e da sociologia econômica, enquanto contraponto ao mercado, constituindo-se em uma outra possibilidade de conexão mercado e não-mercado, que não deve ser desprezada tendo em vista seus potenciais de

³ De acordo com as análises de Polany (1980); Dalton (1977); Randles e outros (1978); Guerreiro Ramos (1981; 1989); Kula (1979); entre outros.

rebatimento sobre a Ciência Organizacional. Assim, não será desconsiderando o mercado, como apregoam seus detratores, que avançaremos no processo de buscar a transespecificidade das relações mercado/não-mercado. Como já assinalamos anteriormente, a possibilidade de relações de complementaridade deve estar sempre presente na análise epistemológica.

Reconhecemos que as teses do não-mercado apresentam um sentido positivo de desconstrução, igual ao encontrado em Guerreiro Ramos, em sua proposta de reconstrução das relações mercado/não-mercado, muito embora Guerreiro Ramos esteja preocupado com o desenho de uma nova Ciência Social das Organizações, a partir de sua teoria de delimitação de sistemas sociais.

Como fizemos questão de defender nesta tese, não tratamos de estudos organizacionais (na visão pós-modernista) nem de uma teoria geral das organizações (na perspectiva da teoria contingencial-estruturalista), tampouco da teoria da delimitação dos sistemas sociais de Guerreiro Ramos (1989). Tratamos, sim, da reconstrução da Ciência Organizacional, a partir

de recortes estabelecidos e já por diversas vezes explicitados nesta tese. Reconhecemos, no entanto, que nossa defesa da Ciência Organizacional representa um ato de provocação intelectual, tanto dirigido ao *mainstream* quanto ao movimento desconstrucionista/pós-moderno, pelas razões, anteriormente, mencionadas.

Vale registrar que o principal propósito desta tese foi o de mostrar que o progresso da Ciência Organizacional retira a disciplina da “zona livre” do conhecimento em relação às demais Ciências Sociais. O próximo passo será o de abrir a “caixa preta” do “*management*”, revolvendo sua produção de senso comum em uma perspectiva analítica de epistemologia organizacional reflexiva. O avanço de estudos nessa última linha, com certeza, contribuirá para o desenvolvimento e amadurecimento da Ciência da Organizacional.

Temos como propósito de aprofundamento futuro nesse campo de conhecimento desenvolver os seguintes projetos: 1) estudar de acordo com a metodologia de eixos epistemológicos, adotada nesta tese, outras vertentes de conhecimento organizacional que não foram analisadas com a profundidade necessária e que podem contribuir, também, para o progresso da Ciência Organizacional; 2) ampliar os estudos sobre epistemologia organizacional, a partir de sua contextualização no Brasil; e 3) estudar a “caixa preta” do conhecimento organizacional -- o *management*.

Parte da análise
macrororganizacional/institucional
desenvolvida por autores ligados a
vertentes institucionalistas, como
Williamson, Hodgson, Dosi e
Granovetter, leva-nos a reconhecer a
relevância plena das instituições e, por

extensão, a compreender o progresso da Ciência a partir da matriz institucional, destacando-se os jogos de cooperação/competição (as variantes conceituais) entre programas de pesquisa científica, situados nos eixos epistemológicos do conhecimento organizacional. Enfim, os processos em curso de institucionalização do conhecimento organizacional evidenciam, assim, a legitimidade, no contexto das Ciências Sociais, da Ciência Organizacional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e Instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo, (orgs.) **Razões e Ficções do Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp; Edusp, 2001, p. 165-177.
- ABRANTES, Paulo. Problemas metodológicos em Historiografia de Ciências. In: SILVA FILHO, Waldomiro José da. (Editor). **Epistemologia e Ensino da Ciência**. Salvador: Arcádia, 2002, p.51-91.
- ABREU, A. B. de. Novas Reflexões sobre a Evolução da Teoria Administrativa: os Quatro Momentos Iniciais no Desenvolvimento da Teoria Organizacional. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. 16 (4): 39-52. out/dez. 1982.
- _____. Evolução da Teoria Administrativa e o Administrador do Futuro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, nº 2: 33-71, jul. / dez. 1969.
- AGLIETTA, M. Capitalism at the turn of the century: Regulation Theory and the challenge of social change. **New Left Review**, London, 41-90, nov./dec. 1998.
- _____. **Regulacion y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos**. Madrid: Siglo XXI, 1979.
- ALTER, Catherine and HAGE, Gerald. **Organizations Working Together**. California: Sage Publications, 1993.
- ALVARADO, Felix. Concerning postmodernity and organizations in the third world: opening a debate and suggestions for a research agenda. **Organization Science**, Lithicum, v. 7, n.6: 667-681, nov./dec. 1996.
- AMATUCCI, Marco. O que Faz do Administrador um Administrador? **Revista do ESPM**, São Paulo, 51-60, jan./fev. 2002.
- AMBURGEY, Terry L; RAO, Hayagreeva. Organizational Ecology: past, present and future directions. **Academy of Management Journal**, Mississippi, v. 39, n. 5, 1265-1286, 1996.
- ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorger Zahar Ed., 1999.
- ANDERSON, S. e BAZIN, M. **Ciência e In/dependência: o Terceiro Mundo Face à Ciência e a Tecnologia**. 2 vls. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- ANTONELLI, Cristiano, The evolution of the industrial organisation of the production of knowledge. **Cambridge journal of economics**, Oxford/UK, 23, 243-260, 1999.
- ANTÔNIO, Robert J. After postmodernism: reactionary tribalism. **American Journal of Sociology**, Chicago, vol. 106, n. 2, 40-87, july. 2000.
- AOKI, Masahiko. Towards an economic model of the Japanese firm. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. XXVI, n. 1-27, mar.1990a.

AOKI, Masahiko; GUSTAFSSON, Bo; WILLIAMSON, Oliver E. **The Firm as a Nexus of Treaties**. London: Sage Publications, 1990b.

ARAÚJO, Luís. As relações interorganizacionais. In: RODRIGUES, Suzana B. CUNHA, Miguel P. (orgs.) **Novas perspectivas na Administração de Empresas**. (uma coletânea luso-brasileira). São Paulo: IGLU, 2000, p. 501-523.

ARGYROUS, George; SETHI, Rajiv. *The Theory of Evolution and the Evolution of Theory: Veblen's Methodology in Contemporary Perspective*. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford/UK, v. 20, 475-495, 1996.

ARROW, Kenneth. The limits of organization. New York: Norton & company, 1974.

ASTLEY, W. graham; VAN DE VEN, Andrew H. Central perspectives and debates in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 28: 245-273, June.1983.

AZAÏS, Christian. Redes de cooperação: a empresa em questão – uma revisão dos distritos industriais italianos. In: KIRSCHNER, Ana Maria, GOMES, E. R; CAPPELLIN, Paola, **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002, p. 227-250.

AZEVEDO, Paulo Furquim. Organização industrial. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, M. A. Sandoval de, (orgs.) **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 195-222.

BAPTISTA, Margarida Afonso Costa. A abordagem neo-schumpeteriana: desdobramentos normativos e implicações para a política industrial. Campinas, IE UNICAMP, 1997. 139f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

BARLEY, Stephen R.; TOLBERT, Pamela S. Institutionalization and structuration: studying the links between action and institution. **Organization Studies**, Berlin, 18/1: 93-117, 1997.

BARNARD, Chester. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1971.

BARNETT, William. P.; BURGELMAN, R. A. Evolutionary Perspectives on Strategy. **Strategic Management Journal**, California, vol. 17, 5-19, Summer 1996.

BARNEY, Jay B; HESTERLY, William S. Organizational Economics: understandings the relationship between organizations and economic analysis. In: CLEGG, S. R; Hardy, C; NORD, W. R. **Handbook of organization Studies**. London: Sage Publications, 1996, p. 115-147.

BARON, James N.; HANNAN, Michael T. The Impact of Economics on Contemporary Sociology. **Journal of Economic Literature**, Nashville, vol. XXXII: 1111-1146, september, 1994.

BASTOS, Antonio Virgílio B. Cognição e ação nas organizações. In: DAVEL, Eduardo e VERGARA, Sylvia Constant, (orgs). **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Editora Atlas, 2001, p. 81-114

_____. Organização e cognição: o que emerge desta interface? In: RODRIGUES, Suzana B.; CUNHA, Miguel P. (orgs.). **Novas perspectivas na Administração de Empresas: uma coletânea luso- brasileira**. São Paulo: IGLU, 2000, p. 131-211.

_____. Organização e cognição: explorando um “olhar” da Psicologia sobre os processos organizacionais. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 6, nº 15: 83-98, maio./ago. 1999.

BAUM, Joel. Ecologia organizacional. In: Clegg, Stewart R; Hardy, C; E, Nord, W. organizadores da edição original; CALDAS, Miguel, FACHIN, Roberto, FISCHER, Tânia, organizadores da Edição Brasileira. **Handbook de Estudos Organizacionais**. vol. 1. São Paulo: Atlas, 1998, p.137-195.

BAUM, Joel; OLIVER, Christine, Toward an Institutional Ecology of Organizational Founding. **Academy of Management Journal**, Missisipi, v. 39, n. 5, 1378-1427, 1996.

BAUM, Joel; POWELL, W. W. Cultivating an Institutional Ecology of Organizations: Comment on Hannan, Carrol, Dundon, and Torres. **American Sociological Review**, Washington, v.60, 529-538, 1995.

BAUMOL, W; PANZAR, J. C., WILLIG, R. D. **Contestable markets and the theory of industry structure**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1982.

BECATTINI, G. “O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica”. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. (orgs.). **As Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes – os Novos Paradigmas da Geografia Econômica.** Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 19-31.

_____. Os Distritos Industriais na Itália. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P., **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o Caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 45-58.

BENSON, K. Organizations: a dialectical view. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 22: 1-21, mar. 1977.

BERGER, P. L; LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERNAL, J. D. **Ciência na História**. 7 vls. Lisboa: livros horizonte, 1976.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD Jr., Thomaz. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, Insinuações e Contribuições para um Debate Local. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, nº 1, 147-178, jan /abr. 1999.

BERTERO, Carlos Osmar; KEINERT, Tânia M. N. A Evolução da Análise Organizacional no Brasil (1961 - 1993). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3: 81-90, maio./jun. 1994.

BEST, Michael H. **The New Competition: Institutions of Industrial Restructuring**. Cambridge/ U.K: Polity Press, 1990.

BETHLEM, A. **Gerência à Brasileira**. São Paulo: McGraw Hill, 1989.

BLAUG, Mark. **A Metodologia da Economia**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

BLAIKIE, Norman. **Approaches to Social Enquiry**. Cambridge: Polity Press, 1993.

BOMBASSARO, L. C. **Ciência e Mudança Conceitual**: Notas sobre Epistemologia e História da Ciência. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

BONE, Christophe; WITTELOOSTUIJN, A. V. Industrial organization and organizational ecology: the potential for *cross-fertilization*. **Organization Studies**, Berlin, 161/1:265-298, 1995.

BORRADORI, Giovanna. **A Filosofia Americana**: Conversações. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BOYER, ROBERT. ECONOMIA E HISTÓRIA: CAMINHANDO PARA NOVAS

ALIANÇAS? IN: THÉRET, BRUNO; BRAGA, JOSÉ CARLOS DE SOUZA.

REGULAÇÃO ECONÔMICA E GLOBALIZAÇÃO. CAMPINAS: UNICAMP: IE, 1998,

P. 39-87.

_____. **A TEORIA DA REGULAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA**. SÃO PAULO:

NOBEL, 1990.

BRAVERMAN, HARRY. **TRABALHO E CAPITAL MONOPOLISTA: A**

DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XX. RIO DE JANEIRO: ZAHAR

EDITORES, 1977.

BRICKLEY, James A; DARK, Frederick H. The Choice of Organizational Form: the Case of Franchising. **Journal of Financial Economics**, North-Holland, 18, 401-420, 1987.

BRONZO, M; GARCIA, F. C. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. In: RODRIGUES, SUZANA B; CUNHA, Miguel P. (orgs.). **Novas Perspectivas na Administração de Empresas**: Uma Coletânea Luso-brasileira. São Paulo: Iglu Editora, 2000, p. 65-106.

BROUSSEAU, Eric. Néo-institutionalisme; Évolutionisme: Quelles Convergences? **Économies et Sociétés**, Paris, N° 35 (1): 189-215, 1999.

BROWN, R. H. Reconstructing Social Theory After the Postmodern Critique. In: SIMONS, H. W.; BILLIG, M. **After Postmodernism: Reconstructing Ideology Critique**. London: Sage Publication Ltd, 1994. p. 12-37

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os Pólos da Prática Metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BURGELMAN, Robert A. Intraorganizational Ecology of Strategy Making and Organizational Adaptation: Theory and Field Research. In: MEINDL, James R.; STUBBART, C.; PORAC, J. F. (Editors). **Cognition within and Between Organizations**. Califórnia: Sage Publications, 1996, p. 405-438.

BURREL, Gibson. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R, HARDY, C; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998, p. 439-462.

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann, 1979.

BURNS, T.; STALKER, G. M. **The Management of Innovation**. London: Tavistock publications, 1961.

CALÀS, Marat B; SMIRCICH, Linda. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R; HARDY, C; NORD, W. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998, p.275-329.

CALDAS, Miguel. Apresentação "Contribuição Teórica". Como assim, cara pálida? **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 43, n. (3): 65-68, jul. / set. 2003.

CAMPOS, Anna Maria. Em Busca de Novos Caminhos para a Teoria de Organização. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, (1): 104-123, jan. / mar. 1981.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Cultura Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, EDUSP, 2003.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão dos Sistemas Vivos**. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARLEIAL, Liana. **Redes Industriais de Subcontratação: Um Enfoque de Sistema Nacional de Inovação**. São Paulo: Hucitec, 2001.

CARRILHO, Manuel Maria. **Jogos de Racionalidade**. Porto: Edições ASA, 1994.

CARROL, Glenn R. A sociological view on why firms differ. **Strategic Management Journal**, California, v. 14: 237—249, 1993.

CARROL, Glenn R.; TEECE, David (Edited by). **Firms, Markets, and Hierarchies: the Transaction Cost Economics Perspectives**. New York: Oxford: Oxford University Press, 1999.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: a agenda de pesquisa do observatório da realidade organizacional.** Recife: EDUFEPE, 2003.

CARVALHO JR., D. de Souza; VERGARA, Sylvia C., *Refletindo sobre as possíveis consequências da análise organizacional apoiada em referências estrangeiras.* **Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro**, v. 30, nº 6, 123-138, nov. /dez. 1996.

CASTELLS, MANUEL. **A SOCIEDADE EM REDE (A ERA DA INFORMAÇÃO:**

ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA). VOL. 1. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1999.

CHAMBERLIN, Edward S. **The Theory of Monopolistic Competition.** 8 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

CHANDLER, Jr. ALFRED D. **O Século eletrônico: a história da evolução da indústria eletrônica e de informática.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. What is a firm? A historical perspective. **European Economic Review**, North-Holland, 36: 483-494, 1992a.

_____. Organizational capabilities and the economic history of the industrial enterprise. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville? v. 6, number 3, 79-100, Summer, 1992b.

_____. **Scale and Scope the Dynamics of Industrial Capitalism.** Cambridge, Mass and London: harvard University Press, 1990.

_____. **THE VISIBLE HAND: THE MANAGERIAL REVOLUTION IN AMERICAN BUSINESS.** CAMBRIDGE: BELKNAP/HARVARD UNIVERSITY PRESS, 1977.

_____. **Strategy and Structure: Chapters in the History of Industrial Enterprises.** Cambridge: the MIT press, 1962.

CHANDLER, JR. A. D; HAGSTRÖM, PETER; SOLVELL, ÖRJAN. **THE DYNAMIC FIRM: THE ROLE OF TECHNOLOGY, STRATEGY, ORGANIZATION, AND REGIONS.** NEW YORK: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1998.

CHANG, Sea Jin. An evolutionary perspective on diversification and corporate restructuring: entry, exit, and economic performance during 1981-89. **Strategic Management Journal**, California, v. 17, 587-611, 1996.

CHANLAT, Jean François. **Ciências Sociais e Management**: Reconciliando o econômico e o social. São Paulo, Atlas, 1999.

CHIA, Robert. Essay: Thirty years on: from organizational structures to the organization of thought. **Organization Studies**, Berlin, 18/4: 685-707, 1997.

_____. From modern to postmodern organizational analysis. **Organization Studies**, Berlin 16/4: 579-604, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. Novas abordagens na Teoria Administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, 19 (2): 27-42, abr./ jun. 1979.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: McGraw Hill, 2002. (Edição Original 1976).

CIBORRA, Cláudio U; SCHNEIDER, Leslie S. Transforming the Routines and Contexts of Management, Work, and Technology. In: ADLER, Paul, **Technology and the Future of Work**. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 269-291.

CLEGG, STEWART R; HARDY, C. ALGUNS OUSAM CHAMÁ-LO DE PODER. IN:

CLEGG, S. R; HARDY, C; NORD, W. R. **HANDBOOK DE ESTUDOS**

ORGANIZACIONAIS.V.2. SÃO PAULO: ATLAS, 2001, P. 260-289.

CLEGG, S.R; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais.V.1.** São Paulo: Atlas, 1998, p. 27-57.

CLEGG, S. R; HARDY, C.; NORD, W. (eds). **Handbook of Organizational Studies**. London: Sage Publications, 1996.

CLEGG, S. R.; GRAY, John T. Metaphors in Organizational Research: of embedded embryos, paradigms and powerful people. In: GRANT, David; OSWICK, Cliff, **Metaphor and Organizations**. London: Sage Publications, Ltd., 1996, p. 74-93.

CLEGG, S. R. et al. management knowledge for the future: innovation, embryos and new paradigms. In: CLEGG, S. R; PALMER, Gill (ed.). **The Politics of Management Knowledge**. London: Sage Publications, 1996, p. 190-236.

CLEGG, S. R.; DUNKERLEY, D. **Organization, Class and Control**. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. In: WILLIAMSON, O. E ; WINTER, S. G. (eds.) **The Nature of the Firm: Origins, Evolution, and Development**. Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 18-33.

COHEN, Michael D; BACDAYAN, Paul. Organizational routines are stored as procedural memory: evidence from a laboratory study. **Organizational Science**, Lithicum, v. 5, n. 4: 554-568, Nov. 1994.

COMMONS, J. R. **Institutional Economics**. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: Há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 19, nº 36, 25-45, set. 2001.

_____. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**, Porto Alegre, UFRGS, 2000. 218f. Tese (Doutorado em Economia)-Escola da Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-Moderna**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2000.

COOK, Karen S.; LEVI, Margaret (Edited). **The limits of rationality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

CORIAT, Benjamin. Incitation, negotiation et confiance: scénarios pour l'avenir du travail industriel. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 1:107-129, jan. /mar. 1997.

_____. **Pensar pelo Avesso: o Modelo Japonês de Trabalho e Organização**. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

CORIAT, B; DOSI, Giovanni. The Nature and Accumulation of Organizational Competence / Capabilities. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, 275-326, jul. / dez. 2002.

CORIAT, B; WEINSTEIN, O. **Les Nouvelles Théories de l'Entreprise**. Paris: Librairie Générale Française, 1995.

CORÓ, Giancarlo. *Distritos e Sistemas de Pequenas Empresas na Transição*. In: URANI, A; COCCO, G; GALVÃO, A. P. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O Caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 147-198.

COUTINHO, Carlos Sidney. **Algumas Considerações sobre a Teoria da Regulação**. Belo Horizonte: Cedeplar / UFMG, 1990.

COZZETO, D.A. *Quantitative Research in Public Administration: a need to address some serious methodological problems*. **Administration and Society**, v. 26, n. (3): 337-343, Nov.1994.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresas**. Petrópolis: Vozes, 1981

CUNHA, Miguel Pina E. *Ecologia Organizacional: Implicações para a Gestão e algumas Pistas para a Superação do seu Caráter Anti-Management*. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 39, n. 4, 21-28, out./dez. 1999.

_____. Organizações, Recursos e a Luta pela Sobrevivência: análise dos Níveis organizacionais e Ecológicos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 33(5): 34-47, set. /out. 1993

CYERT, Richard M; MARCH, James G. **Teoria de las Decisiones Economicas en la Empresa**. México: Herrero Hermanos Sucesores editores, 1965.

CYERT, R. M.; MARCH, James G. **Behavioral Theory of the Firm**. Englewood cliffs: New Jersey, Prentice Hall, 1963.

DALTON, George. Teoria Econômica e Sociedade Primitiva. In: PETERS, Lynn H. **Administração e Sociedade**. São Paulo: Epu/Mec. 1975. p. 81-105.

DAFT, R. L. **Organizações: Teoria e Projetos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

DACIN , M. Tina. Isomorphism in Context: The Power and Prescription of Institutional Norms. **Academy of Management Journal**, Mississippi, v. 40 (1): 46-81, 1997.

DAVIS, Gerald F. Review Symposium: Evolutionary Dynamics of Organizations. In: Baum, Joel A. C.; Sing, J. V. (Eds.). **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 538-550, sept. 1996.

DEEPCHOUSE, DAVID L. DOES ISOMORPHISM LEGITIMATE? **ACADEMY OF MANAGEMENT JOURNAL**, MISSISSIPI, V.39 (4): 1024-1039, 1996.

DEETZ, STANLEY. DESCRIBING DIFFERENCES IN APPROACHES TO ORGANIZATION SCIENCE: RETHINKING BURREL AND MORGAN AND THEIR LEGACY. **ORGANIZATION SCIENCE**, LINTHICUM, V. 7, N. 2: 191-207, MAR. / APR.1996.

DEMO, PEDRO. CONTRIBUIÇÕES MODERNAS E PÓS-MODERNAS PARA A APRENDIZAGEM DE CUNHO RECONSTRUTIVO. **ENSAIO: AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL**, RIO DE JANEIRO, V. 9, N. 30, 7-26, JAN./MAR. 2001A.

_____. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento.** Petrópolis, Vozes, 2001b.

_____. **PESQUISA E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: METODOLOGIA CIENTÍFICA NO CAMINHO DE HABERMAS.** RIO DE JANEIRO, TEMPO BRASILEIRO, 2000A.

_____. **METODOLOGIA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.** SÃO PAULO, ATLAS, 2000B.

DEQUECH, David. *Institutions and Economic Behaviour under uncertainty.* **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 29, nº 4, 551-573, out. / dez. 1999.

DERRIDA, J. **Writing and Difference.** Chicago: University of Chicago Press, 1967. Disponível em: <<http://www.Hydra.umn.edu/derrida/arch.html>>. Acesso em 12 out. de 2003.

_____. **Deconstruction: what is it?** Disponível em: <<http://humanitas.ucsb.edu>>, 1999. Acesso em 12 out de 2003.

_____. **La desconstrucion en las fronteras de la filosofia.** Paidós, México, 1993.

DIEUAIDE, P. “Régulation” et “Évolution” du Capitalisme, une mise en perspective Théorique. **Économies et Sociétés.** Paris, Nº 35, (1): 167-185, 1999.

DiMAGGIO, Paul e POWELL, Walter. *The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields.* **American Sociological Review**, Washington, v. 48, n. 2, 147-160, Apr. 1983.

DOEL, Marcus. *Corpos sem Órgãos: Esquizoanálise e Desconstrução.* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca Fomos Humanos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001, p. 77-110.

DOELLINGER, Carlos Von. *O Desenvolvimento Econômico segundo uma Interpretação Institucionalista.* **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 14 (1): 62-77, jan. /mar. 1980.

DONALDSON, LEX. A POSITIVIST ALTERNATIVE TO THE STRUCTURE-ACTION APPROACH. **ORGANIZATION STUDIES**, BERLIN, 18/1: 77-92, 1997.

_____. **American Anti-Management Theories of Organization: a Critique of Paradigm Proliferation.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **In Defence of Organization Theory: A Reply to the Critics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

DOSI, Giovanni. **Innovation, Organization and Economic Dynamics**. Cheltenham, Uk: Edward Elgar Publishing, 2000.

_____. Hierarchies, markets and power: some foundational issues on the nature of contemporary economic organizations. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 4, n. 1: 1-19, 1995.

DOSI, G.; CORIAT, B. The Institutional Embeddedness of Economic Change: an Appraisal of the “Evolutionary” and “Regulationist” Research Programmes. In: DOSI, Giovanni. **Innovation, Organization and Economic Dynamics: Selected Essays**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000, p. 347-376.

DOSI, G.; TEECE, David J.; WINTER, Sidney. Toward a theory of corporate coherence: preliminary remarks. In: DOSI, Giovanni; GIANNETTI, Renato; TONINELLI, Pier Angelo. **Technology and Enterprise in a Historical Perspective**. Oxford: Clarendon Press, 1992, p. 185-211.

DOW, SHEILA C. MAINSTREAM ECONOMIC METHODOLOGY. **CAMBRIDGE**

JOURNAL OF ECONOMICS, OXFORD/UK. 21, 73-93, 1997.

DUPUY, Claude; GILLY, Jean Pierre. Industrial groups and territories: the case of matra-marconi- space in Toulouse. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford/ UK, v. 23, 207-223, 1999.

DURAND, Rodolphe. Firm selection: an integrative perspective. **Organization Studies**, Berlin, 22/3: 393-417, 2001.

EAGLETON, TERRY. **AS ILUSÕES DO PÓS-MODERNISMO**. RIO DE JANEIRO:

JORGE ZAHAR ED., 1998.

ECCLES, Robert G. The quasi-firm in the construction industry. **Journal of Economic Behavior and Organization**, North-Holland, 2: 335-357, 1981.

ECCLES, R. G.; NOHRIA, Nitin ; BERKLEY, James D. **Assumindo a Responsabilidade: Redescobrimo a Essência da Administração**, Rio de Janeiro, Campus, 1994.

EGGERTSSON, Thráinn. State Reforms and theory of institutional policy, **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n.2 (74): 49-63, abr./jun.1999.

_____. **Economic Behavior and Institutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

EISENHARDT, K. M.; MARTIN, J. A. Dynamics capabilities: What are they? **Strategic Management Journal**, California, 21: 1105- 1121, 2000.

ELSTER, Jon. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ENRIGHT, Michael J. Regional Clusters and firm strategy. In: CHANDLER JR., Alfred et al. **The Dynamic Firm: the Role of Technology, Strategy, Organization, and Regions**. New York: Orford University Press, 1998, p. 315-339.

ENRIQUEZ, EUGÈNE. **A ORGANIZAÇÃO EM ANÁLISE**. PETRÓPOLIS: VOZES,
1997.

FARIA, José Henrique de. **Tecnologia e Processo de Trabalho**. Curitiba: Editora. da UFPR, 1992.

_____. **Comissões de Fábrica: Poder e Trabalho nas Unidades Produtivas**. Curitiba: Criar, 1987.

_____. **Relações de Poder e Formas de Gestão**. Curitiba: Criar Edições / FAE, 1985a.

_____. **O Autoritarismo nas Organizações**. Curitiba: Criar, Edições FAE, 1985b.

FACHIN, Roberto Costa. Transferência de Tecnologia Administrativa, Ensino de Graduação em Administração e o Papel da Pós-Graduação. **Revista de Administração**, São Paulo, 25 (4): 22-28, out. / dez 1990.

FACHIN, Roberto; RODRIGUEZ, Suzana Braga. Nota Técnica: Teorizando sobre Organizações – Vaidades ou Pontos de Vista. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de Estudos Organizacionais**. V.1. São Paulo: Atlas, 1998, p. 99-104.

FARINA, Elizabeth M. M. Q; SCHEMBRI, Antonia. Desregulamentação: a experiência norte-americana. **Pesquisa, Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 2: 325-352, ago.1990.

FARINA, E. M. M. Q; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo, Editora Singular, 1997.

FENSTERSEIFER, P. C. **A EDUCAÇÃO FÍSICA NA CRISE DA MODERNIDADE**.

IJUÍ: ED. UNIJUÍ, 2001.

FERREIRA, J. M. Carvalho et al. **Psicossociologia das Organizações**. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal, 1996.

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FISCHMANN, Adalberto A. **Algumas Aplicações de Ecologia de Empresas**, Faculdade de Economia e Administração, USP, 1972. Tese (Doutorado em Administração)- Faculdade de Economia e Administração, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

FISCHER, Tânia Maria Diederichs. A difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: seis propostas de ensino para o decênio 2000/2010. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, Edição especial, 123-139, 2001.

FONTENELE, Ana Maria de Carvalho. De Mason e seus estudos de casos à firma jogando em um contexto estratégico: uma história do progresso nas teorias da Organização Industrial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, nº 2, p. 32-57, 2000.

_____. *Sobre posições metodológicas na economia e a possível prática do pluralismo como método: um estudo dirigido para as teorias da organização industrial. Archétypon*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 21, 257-289, set. /dez. 1999

_____. **Progresso e Método na História das Teorias da Organização Industrial**. 1995.375f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FOSS, Nicolai J. *The competence-based approach: veblenian ideas in the modern theory of the firm. Cambridge Journal of Economics*, Oxford/ UK, v. 22, n.4, 479-495, 1998.

_____. Evolutionary economics and the theory of the firm: assessments and proposals for research. In: Reijnders, Jan. (Edited by). **Economic and Evolution**. Cheltenham: Edward Elgar, 1997, p. 69-107.

FOSTER, John. *Economics and the self-organization approach: Alfred Marshall revisited. The Economic Journal*, London, 103: 975-991, July.1993.

FOUCAULT, MICHEL. **MICROFÍSICA DO PODER**. RIO DE JANEIRO: EDIÇÕES

GRAAL, 1979.

_____. **VIGIAR E PUNIR: HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NAS PRISÕES**. PETRÓPOLIS:

VOZES, 1977.

_____. **O NASCIMENTO DA CLÍNICA**. RIO DE JANEIRO: FORENSE-

UNIVERSITÁRIA, 1977.

_____. **A ARQUEOLOGIA DO SABER.** PETRÓPOLIS: VOZES, 1972.

_____. **AS PALAVRAS E AS COISAS.** SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1966.

FRIDMAN, Luiz Carlos. **Vertigens Pós-Modernas:** Configurações Institucionais Contemporâneas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

GALVÃO, A. P.; SILVA, Gerardo. **Capitalismo Cognitivo:** trabalho, redes e inovações. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GARCIA, Fernando Coutinho. **Partidos Políticos e Teoria da Organização.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GAYON, Jean. Sélection Naturelle Biologique; Sélection Naturelle Économique: Examen Philosophique d'une Analogie. **Économies et Sociétés.** Paris, nº 35 (1): 107-126, 1999.

GIDDENS, ANTHONY. **MODERNIDADE E IDENTIDADE.** RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR, 2002.

_____. **EM DEFESA DA SOCIOLOGIA: ENSAIOS, INTERPRETAÇÕES E TRÉPLICAS.** SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2001.

_____. **AS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIDADE.** SÃO PAULO: EDITORA DA UNESP, 1991.

_____. PIERSON, C. **CONVERSAS COM ANTHONY GIDDENS: O SENTIDO DA MODERNIDADE.** RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2000.

_____. ULRICH, BECK; LASH, SCOTT. **MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA: POLÍTICA, TRADIÇÃO E ESTÉTICA NA ORDEM SOCIAL MODERNA.** SÃO PAULO: EDITORA DA UNESP, 1997.

GISLAIN, JEAN-JACQUES. LES CONCEPTIONS ÉVOLUTIONNAIRES DE T. VEBLEN

ET J. R. COMMONS. **ÉCONOMIES ET SOCIÉTÉS**, PARIS, Nº 35 (1): 49-67,

JANV.1999.

GHOSHAL, Samantra; MORAN, Peter. Bad for Practice: a critique of the transaction cost theory. **Academy of Management Review**, Missisipi, V. 21, n. 1, 13-47, 1996.

GOLDBAUM, Sérgio. A nova teoria da firma: abrindo a caixa preta. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 9, n. 1(13): 90-110, 1998.

GOLDMAN, Paul. Searching for history in organizational theory: Comment on Kieser. **Organization Science**, Lithicum, v. 5, n. 4, 621-623, nov.1994.

GOMEZ, Pierre-Yves. *Le Gouvernement de l'Entreprise: Modèles Economiques de l'Entreprise et Pratiques de Gestion*. Paris: InterEditions, 1996.

_____. **Qualité et Théorie des Conventions**. Paris: Ed. Econômica, 1994.

GRANDORI, Anna. Back to the future of organization theory. **Organization Studies**, Berlin, 19/4: V- XIII, 1998.

_____. An organizational assessment of interfirm coordination modes. **Organization Studies**, Berlin, 18/6: 897-925, 1997.

_____. Interfirm networks: antecedents, mechanisms and forms. **Organization Studies**, Berlin, 16/2:183-214, 1995.

GRANOVETTER, Mark. Coase encounters and formal models: taking Gibbons Seriously. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 44: 158-162, 1999.

_____. Coase revisited: business groups in the modern economy. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, 93-130, 1995.

_____. *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n° 3: 481-510, nov.1985.

GRANT, Robert M. Toward a knowledge-based theory of the firm. **Strategic Management Journal**, Sussex/UK, v. 17: 109-122, Winter, 1996.

GREINER, Larry E. Evolution and revolution as organizations grow. **Harvard Business Review**, Boston, v. 50, n.4, p 37-46, July. / Aug.1972.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto de A. **Acumulação e Crescimento da Firma**: um Estudo de Organização Industrial. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Organização Industrial: a necessidade de uma teoria. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 9(2): 517-530, ago.1979.

GULATI, Ranjay; NOHRIA, Nitin; ZAHEER, Akbar. Strategic networks. **Strategic Management Journal**, Sussex/UK, 21: 203-215, 2000.

GURISATTI, Paolo. O Nordeste Italiano: Nascimento de um Novo Modelo de Organização Industrial. In: URANI, A; COCCO, G; GALVÃO, A. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O Caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 77-100.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HAECKEL, Ernesto. **História da Criação dos Seres Organizados: Segundo as Leis Naturais**. Porto: Lello e Irmãos, 1961.

HALL, R. L; HITCH, C. Price Theory and Business Behavior. **Oxford Economic Papers**, n. 2, p. 12-45, may. 1939.

HAMMER, Michael. A Empresa Supereficiente. **Exame/ Harvard Business Review**, São Paulo, p. 18-29, abr.2002.

HAMILTON, G. G; FEENSTRA, R. C. Varieties of hierarchies and markets: na introduction. **Industrial and Corporate Change, Oxford**, v. 4, (1): 51-92, 1995.

HANNAN, Michael T.; CARROL, Glenn R. **Dynamics of Organizational Populations: Density, Legitimation and Competition**. New York: Oxford University Press, 1992.

*HANNAN, Michael T; FREEMAN, John. **Organization Ecology**. Cambridge: Mass: Harvard University Press, 1989.*

_____. The Population Ecology of Organizations. **American Journal of Sociology**, Chicago, 82(5): 929-984, 1977.

HANSMANN, Henry. Ownership of the firm. **Journal of Law, Economics, and Organization**. Yale, v. 4, n. 2, 267-304, 1988.

HARNECKER, MARTA. **TORNAR POSSÍVEL O IMPOSSÍVEL: A ESQUERDA NO**

LIMIAR DO SÉCULO XXI. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2000.

HARRES, João Batista Siqueira, Natureza da Ciência e as implicações para a educação científica. In: MORAES, Roque (org.). **Construtivismo e Ensino de Ciências: Reflexões Epistemológicas e Metodológicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 37 - 68.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HASSARD, John. Multiple paradigms and organizational analysis: a case study. **Organization Studies**, Berlin, 12/2: 275-299, 1991.

HASSARD, JOHN; PARKER, MARTIN (EDITED). **POSTMODERNISM AND ORGANIZATIONS**. LONDON: SAGE PUBLICATIONS, 1993.

HATCH, Mary Jo. **Organization Theory: Modern, Symbolic, and Postmodern Perspectives**. New York: Oxford University Press, 1997.

HEDLUND, Gunnar. A model of knowledge management and the n-form corporation. **Strategic Management Journal**, California, v. 15: 73-90, 1994.

HEILBRONER, Robert L. *A história do Pensamento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HESTERLY, William S., LIEBESKIND, Julia; ZENGER, Todor R. organizational economics; an impending revolution in organization theory? **Academy of Management Review**, Mississippi, 15: 402-20, 1990.

HICKSON, David J. The ASQ years then and now through the eyes of a Euro-Brit. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 41:217-228, june. 1996.

HODGSON, Geoffrey M. *Varieties of capitalism and varieties of Economic theory*. In: Hodgson Geoffrey M. (Edited by). *A Modern Reader in Institutional and Evolutionary Economics*. Cheltenham/ UK: Edward Elgar, 2002, p.201-229.

_____. *Introduction*. **Cambridge Journal of Economics**. Oxford/UK, v. 22, n. 4, 397-401, 1998a.

_____. *The approach of institutional economics*. **Journal of Economic Literature**, Nashville, vol. XXXVI, pp. 166-192, mar.1998b.

_____. **Economics and Evolution: bringing life back into economics**. Cambridge and Ann Arbor: Polity Press and University of Michigan, 1993.

HOFFMAN, Daniel. Hierarquias em evolução. **Episteme**, Porto Alegre, v. 3, n. 5: 49-72, 1998.

HOFSTEDE, Geer. An american in Paris: the influence of nationality on organization theories. **Organization Studies**, Berlin, 17/3: 525-537, 1996.

HOPPEN, N. Sistemas de Informação no Brasil: Uma Análise dos Artigos Científicos dos Anos 90. **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, V. 2, nº 3: 151-177. set. /dez. 1998.

HÜHNE, Leda Miranda (org.). **Razões**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1994.

IGLIORI, Danilo Camargo. **Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento**. São Paulo: Iglu: Fapesp, 2001.

INGHAM, Geoffrey. Some recent changes in the relationship between economics and sociology. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford/UK, 20: 243-275, 1996.

ITO, Kiyohiko; ROSE, Elizabeth L. The genealogical structure of Japanese firms: parent-subsidiary relationships. **Strategic Management Journal**, Oxford/UK, v. 15: 35-51, 1994.

JACKSON, Norman; CARTER, Pippa. "Paradigm wars": a response to Hugh Willmott. **Organization Studies**, Berlin, 14/5: 721-725, 1993.

JACQUEMIN, Alexis. *The New Industrial Organization: Market Forces and Strategic Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

JAPIASSU, Hilton. *Questões Epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

_____. *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. São Paulo: Francisco Alves, 1977.

JARVIS, D. S. L. Postmodernism: a Critical Typology. **Politics and Society**, London, v. 26 nº 1, 95-142, mar. 1998.

KAPLAN, E. ANN (ORG.) **O MAL-ESTAR NO PÓS-MODERNISMO: TEORIAS E PRÁTICAS**. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR, 1993.

KASSEM, M. S. Introduction: European versus American Organization Theories. In: HOFSTEDE, G; KASSEM, M. S. (Eds). **European Contributions to Organization Theory**. Assen: van Gorcum, 1976, p. 1-17.

KAY, JOHN A. ECONOMICS AND BUSINESS. **THE ECONOMIC JOURNAL**, OXFORD/UK, V. 101, 57-63, JAN.1991.

KERSTENETZKY, Jacques. **Firmas e Mercados: uma Abordagem Histórico-Institucional ao Problema da Coordenação**, Rio de Janeiro, UFRJ/ Instituto de Economia Industrial, 1995. 180f. Tese (Doutorado em Economia)- Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

KIESER, Alfred. why organization theory needs historical analyses – and how this should be performed. **Organization Science**, Lithicum, v. 5, n. 4, 608-623, nov.1994.

KILDUFF, MARTIN. DECONSTRUCTING ORGANIZATIONS. **ACADEMY OF
MANAGEMENT REVIEW**, MISSISSIPI, V. 18, N.1: 13-31, 1993.

*KIRAT, Therry. Pourquoi une theorie evolutionniste ou changement technologique? **Economie Appliquée**, Grenoble, Tome XLIV, n° 3, pp, 29-57, 1991.*

*KLEIN, David A. **A Gestão Estratégica do Capital Intelectual: Recursos para a Economia Baseada em Conhecimento**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1998.*

KLINK, Jeroen Johannes; COCCO, Giuseppe (orgs.) **A Cidade Região: Regionalismo e Reestruturação do Grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

KNIGHTS, David. Deconstruction: dualism gender and postmodernism revisited. **Organization Studies**, Berlin, 18/1: 1-19, 1997.

KNIGHTS. David; WILLMOTT, H. **The Labour Process Theory**. London: MacMillan, 1990.

KNUDSEN, Christian. The competence view of the firm: What can modern economists learn from Philip Selznick's Sociological Theory of Leadership. In: SCOTT, W. R; CHRISTENSEN, Soren. (Editors). **The Institutional Construction of Organizations: International and Longitudinal Studies**. California: Sage Publications, 1995, p. 135-163.

KOGUT, Bruce. The network as knowledge: generative rules and the emergence of structure. **Strategic Management Journal**, Sussex/UK, 405-425, 2000.

KOGUT, Bruce; ZANDER, Udo, What firms do? Coordination, identity and Learning. **Organization Science**, Lithicum, v. 7, n° 5: 502-518, sept./oct. 1996.

KONDRA, Alex Z; HININGS, C. R., Organizational diversity and change institutional theory. **Organization Studies**, Berlin, 19/5: 743-767, 1998.

KOZA, Mitchel P; LEWIN, Arie Y. The Co-evolution of strategic Alliances. **Organization Science**, Lithicum, vol. 9, number 3, 255-264, may. /june. 1998.

KOZA, Mitchel; THOENING, Jean-Claude. Les approches européennes et Américaines de la théorie des organisations. **Revue Française de Gestion**, Paris, n. 102: 5-14, Janv./ Fév. 1995a.

KOZA, M; THOENING, Jean-Claude. Organizational Theory at the Crossroads: some reflections on European and United States approaches to organizational research. **Organization Science**, Lithicum, v. 6, n° 1: 1-8, jan./ feb. 1995b.

KROGH, GEORGE VON; ROOS, JOHAN. **ORGANIZATIONAL EPISTEMOLOGY**.

LONDON: MACMILLAN PRESS LTD., 1995.

KROGH, George; ROOS, Johan; SLOCUM, K. P. An essay on corporate epistemology. **Strategic Management Journal**, Sussex/UK, v. 15: 53-71, 1994.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 6. edição. São Paulo: Perspectiva, 2001. (Edições Originais 1962; 1970).

_____. Reflexões sobre os meus Críticos. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan, **A Crítica e Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1979, p. 285-343.

KULA, Witold. **Teoria Econômica do Sistema Feudal**. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

_____. Da tipologia de sistemas econômicos. In: FOURASTIÉ, Jacqueline et al. **Economia**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1975, p. 75-140.

KUMAR, K. **DA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL À PÓS-MODERNA**. RIO DE

JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR, 1997.

KUTTNER, Robert. **Tudo À Venda: As Virtudes e os Limites do Mercado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LADRIÈRE, Jean. Prefácio. In: BRUYNE, De; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 9-22.

LAKATOS, Imre. **História da Ciência e suas Reconstruções Racionais**. Lisboa: Edições 70, 1998.

LAKATOS, Imre; Musgrave, Alan. **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

LAM, Alice. Tacit knowledge, organizational learning and societal institutions: an integrated framework. **Organization Studies**, Berlin, 21/3: 487-513, 2000.

LAMAS, Susana Gisela. La importancia del concepto de “integron” para la epistemologia evolutiva. **Episteme**, Porto Alegre, v. 3, nº 6: 280-288, 1998.

LAWRENCE, Paul; LORSCH, Jay. **O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

_____. **As empresas e o ambiente**. Petrópolis: Vozes, 1973.

LAWSON, Clive. Towards a competence theory of the region. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford/UK, 23: 151-166, 1999.

LAZARIC, N; MANGOLTE, Pierre André. Routines in theory and in practice a criticism of the cognitive perspective. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 5: 7-35, jun. 1999.

LEITÃO, Sérgio Proença; MARTINS, Alexandre C. Lima. Organização de aprendizagem e teoria da autoapoiese. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 32(4): 95-109, jul./ago. 1998.

LENGLER, Jorge Francisco Bertinetti; VIEIRA, Marcelo Milano F; FACHIN, Roberto Costa. Um exercício de desconstrução do conceito e da prática de segmentação de mercado inspirado em Woody Allen. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42 (4): 84-92, out./dez. 2002.

LETICHE, Hugo. Postmodernism goes practical. In: LINSTEAD, S; SMALL, R. G.; JEFFUCT, Paul. (Ed). **Understanding Management**. London: Sage Publications, 1996, p. 193-211.

LEVESQUE, Benoit; BOURQUE, Giles L; FORGUES, Éric. *La Sociologie Économique de Langue Française: Originalité et Diversité des Approches. Cahiers Internationaux de Sociologie, Sociologies Économiques. Vs CIII, 265-294, 1997.*

LEVI, Margaret. *Uma lógica da mudança institucional. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 1, p. 79 a 99, 1991.*

LI, Peter Ping. Towards a geocentric framework of organizational form: a holistic, dynamic and paradoxical approach. **Organization Studies**, Berlin, 19/5: 829-861, 1998.

LIMONGI, Fernando. *O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 37, pp. 3-38, 1º sem.1994.*

LINS, Hoyêdo Nunes. *Clusters Industriais, Competitividade e Desenvolvimento Regional: da Experiência à Necessidade de Promoção. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 30, nº 2: 233-265, abr./jun. 2000.*

LINSTEAD, Steve. Deconstruction in the study of organizations. In: HASSARD, John; PARKER, Martin. **Postmodernism and Organizations**. London: Sage Publications, 1993, p. 49-70.

LITTLER, C. **The Labour Process in Capitalist Societies**. London: Tavistock, 1982.

LODI, João Bosco. **Anti-Administração**. São Paulo: Pioneira, 1976a.

_____. **Administração por Objetivos**. 5. Edição. São Paulo: Pioneira, 1976b.

_____. **História da Administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1974.

LOIOLA, Elizabeth. **Agroindústria, Competitividade e Desenvolvimento Regional**. 1998. 380f. Tese (Doutorado em Administração)- Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LOIOLA, Elizabeth; QUEIROZ, Napoleão dos S. Regionalização das Políticas de C e T: Análise de duas Experiências recentes de Planejamento para Gestão Estratégica da Inovação no Nordeste à Luz da Economia dos Custos de Transação. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22, 2002, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador; PGT/USP, 2002.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. *Instituições e mercado: considerações sobre o neo-institucionalismo. Temáticas, Campinas, 3 (5/6): 101-138, jan./dez. 1995.*

LOWNDES, Vivien. Varieties of New Institutionalism: a Critical Appraisal. **Public Administration**, Cambridge-Mass.: v. 74, 181-197, Summer 1996.

LUBISCO, NÍDIA; VIEIRA, SÔNIA CHAGAS. **MANUAL DE ESTILO ACADÊMICO: MONOGRAFIA, DISSERTAÇÕES E TESES. 2EDIÇÃO.SALVADOR: EDUFBA, 2003.**

LUZ, T. R. PARADIGMAS E METODOLOGIAS: NÃO EXISTE PECADO DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR.IN: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 12, 1988, FOZ DO IGUAÇU. **ANAIS ELETRÔNICOS...** FOZ DO IGUAÇU, ANPAD, 1988.

LYOTARD, JEAN-FRANÇOIS. **O PÓS-MODERNO.** RIO DE JANEIRO: JOSÉ OLYMPIO EDITORA, 1988.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L; GONÇALVES, Sandro A. Nota técnica: a Teoria Institucional. In: CLEGG, S. R., HARDY, C; NORD, W. R.; CALDAS, Miguel, FACHIN Roberto; FISCHER, Tânia. **Handbook de Estudos Organizacionais.** v.1, São Paulo, Atlas, 1998, p. 220-226.

MACHADO-DA-SILVA, C. L; FONSECA, Valéria Silva da. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica, **Organizações e Sociedade**, Salvador, 97-114, dez. 1996.

_____.Homogeneização e Diversidade Organizacional: Uma Visão Integrativa. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 17, 1993. Salvador, **Anais....** Salvador: ANPAD, 1993. p.147-159.

MACHADO-DA-SILVA, C. L; CUNHA, Vera Carneiro da; AMBONI, N. *Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil, In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 14,1990, Florianópolis. Anais... Florianópolis, ANPAD,1990, . 11-28.*

MACKECHNEC, Geoffrey; DONNELLY-COX, Gemma. Metaphor in the development of organization theory. In: GRANT, David; OSWICK, Cliff. **Metaphor and Organizations**. London: Sage Publications, 1996, p. 37-52.

MADHOK, Anoop. Cost, value and foreign market entry mode: the transaction and the firm, **Strategic Management Journal**, Sussex/UK, V. 18, 36-91, 1997.

MAGRO, C. et al. (org.) **Humberto Maturana: A Ontologia da Realidade**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1997.

MAKADOK, Richard. Interfirm differences in scale economies and the evolution of market shares. **Strategic Management Journal**, Sussex/UK, 20: 935-952, 1999.

MÄKI, Uskali. Economics with institutions: agenda for methodological enquiry. In: MÄKI, Uskali; GUSTAFFSON, Bo; KNUDSEN, Christian. **Rationality, Institutions and Economic Methodology**. New York: Routledge, 1993, p. 3-42.

_____. The one world and the many theories. In: HODGSON, Geoffrey M. (edited) **A Modern Reader in Institutional and Evolutionary Economics**. CHELTENHAM / UK: Edward Elgan Publishing, 2002, p. 124-135.

MARCH, J. G. Continuity and change in theories of organizational action. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 41: 278-287, jun. 1996.

MARCH, J. G; SIMON, H. A. **Teoria das Organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

MARRIS, Robin; MUELLER, Bennis C. The corporation, competition, and the invisible Hand. **Journal of Economic Literature**, Nashville, vol. XVIII, 32-63, Mar.1980.

MARSDEN, RICHARD; TOWNLEY, BARBARA. THE OWL OF MINERVA:
REFLECTIONS ON THEORY IN PRACTICE. IN: CLEGG, S. R., HARDY, C.; NORD, W.
R. **HANDBOOK OF ORGANIZATIONS STUDIES**. LONDON: SAGE PUBLICATIONS,
1996, P. 659-675.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, G. EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. IN:
ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO. 20, 1996, ANGRA DOS REIS. **ANAIS...** ANGRA DOS REIS,
ANPAD, 1996.

MARX, KARL. MANUSCRITOS ECONÔMICOS – FILOSÓFICOS E OUTROS

TEXTOS ESCOLHIDOS. 3ª EDIÇÃO. SÃO PAULO: ABRIL CULTURAL, 1985.

MASON, Edward S. *Price production policies of large scale enterprise. American Economic Review, Nashville, v. 29, n. 1, p. 64-71, mar. 1939.*

MASTERMAN, Margaret. *A Natureza de um Paradigma. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. São Paulo: Cultrix. Edusp, 1979, p. 72-108.*

MATTA, João Eurico. *Dinâmica de Grupo e Desenvolvimento das Organizações. 2 vls. São Paulo: Pioneira, 1975.*

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. O que diria Popper à Literatura Administrativa de mercado? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, V. 43, n. 1: 60-69, jan./mar. 2003.

MATHEWS, R. C. O. *The Economics of institutions and the sources of growth. The Economic Journal, London, 96 (384): pp. 903-18, dec.1996.*

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *De Máquinas e Seres Vivos: Autopoiese – a Organização do Vivo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.*

MAYHEW, Anne. *On the difficulty of evolutionary analysis. Cambridge Journal of Economics, Oxford/UK, 22, 449-461, 1998.*

MAZZALI, Leonel; COSTA, Vera Mariza H. Miranda. As formas de organização “em rede”: configuração e instrumento de análise da dinâmica industrial recente. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Campinas, v. 17, nº. 4(68) 121-139, out./dez. 1997.

McCLOSKEY, D. N. A Retórica da Economia. In: REGO, José Márcio (org.) **Retórica na Economia**. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 47-80.

MCCOURT, WILLY. DISCUSSION NOTE: USING METAPHORS TO UNDERSTAND

AND TO CHANGE ORGANIZATIONS: A CRITIQUE OF GARETH MORGAN’S

APPROACH. **ORGANIZATIONS STUDIES**, BERLIN, 18/3: 511-522, 1997.

McCRAW, Thomas K. (org.). **Alfred Chandler: Ensaio para uma Teoria Histórica da Grande Empresa**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MCGUIRE, Joseph. **Teorias del Comportamiento Empresarial**. Buenos Aires: “El Ateneo”, 1974.

McKELVEY, Bill. Quasi-natural Organization Science. **Organization Science**, Lithicum, vol. 8, (4): 352-380, July./Aug. 1997.

MÉNARD Claude (edited by). **Institutions, Contracts and Organizations: Perspectives from New Institutional Economics**. Cheltenham, Uk: Edward Elgar Publishing, 2000.

MEYER, Alan D.; TSUI, Anne S.; HININGS C. R. Configurational approaches to organizational analysis. **Academy of Management Journal**, Ithaca, V. 36, 6: 1175-1195, 1993.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, Chicago, 83: 340-363, 1977.

MILGROM, Paul; ROBERTS, John. **Economics, Organization and Management**. New Jersey: Prentice-Hall, 1992.

MINER, Anne S. Organizational evolution and the social ecology of jobs. In: COHEN, M. D.; SPROULL, Lee S. **Organizational Learning**. London: Sage Publications, 1996, p. 376-402.

MINTZBERG, H. **The Structuring of Organizations**: a synthesis of the research. Englewood cliff: Prentice-Hall, 1979.

MINTZBERG, H; AHLSTRAND. Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safari de Estratégia**, Porto Alegre, Bookman, 2000.

MIR, RAZA; WATSON, ANDREW. STRATEGIC MANAGEMENT AND THE

PHILOSOPHY OF SCIENCE: THE CASE FOR A CONSTRUCTIVIST METHODOLOGY.

STRATEGIC MANAGEMENT JOURNAL, SUSSEX/UK, 21: 941-953, 2000.

MITRA, Atul; WINFREY, F. L; MICHALISIN, Michael D. identifying sources of competitive advantage for new form organizations. **Strategic Change**, Nottingham/UK, 7: 81-88, 1998.

MIZRUCHI, Mark S.; FEIN, Lisa C. The social construction of organizational knowledge: a study of the uses of coercive, mimetic and normative isomorphism. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 44: 653-683, 1999.

MONASTÉRIO, Leonardo M. A Metodologia da Economia Evolucionária de Thorstein Veblen. Estudos Cepe, Santa Cruz do Sul, nº 2, 21-42, set. 1995.

MONTEIRO, Angelise Valladares. Competição e Ecologia organizacionais: uma forma alternativa para atender as mudanças. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 2(2): 47- 62, jan. /mar. 1997.

MORGAN, C. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das Organizações: Evolução e Crítica**. 2. edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001a.

_____. Maurício Tragtenberg: Desvendando ideologias. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n° 3: 64 - 68, jul. / set. 2001b.

_____. **Organização e Poder: Empresa, Estado e Escola**. São Paulo: Atlas, 1986a.

_____. **Teoria Geral da Administração**. 12ª edição. São Paulo: Pioneira, 1985.

_____. **Burocracia e Autogestão (a Proposta de Proudhon)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, F. P; CALDAS, Miguel P. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: 1997.

MOTTA, F.P. FREITAS, Maria Ester de. **Vida Psíquica e Organização**. Rio de Janeiro: Editora de FVG, 2000.

MOTTA, F.P. PEREIRA, L. C. B. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MOTTA, PAULO ROBERTO. **TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL: A TEORIA E A PRÁTICA DE INOVAR**. RIO DE JANEIRO: QUALITYMARK, ED., 1997.

_____. **GESTÃO CONTEMPORÂNEA: A CIÊNCIA E A ARTE DE SER DIRIGENTE**.
RIO DE JANEIRO: RECORD, 1993.

_____. **VISÃO CONTEMPORÂNEA DA TEORIA ADMINISTRATIVA**. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, RIO DE JANEIRO, 13 (1): 7-29, JAN. / MAR. 1979.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Notas a respeito da Escola Francesa da Regulação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n° 2, 120-136, abr./jun. 1993.

NAVEIRA, Ruben Baver. Caos e complexidade nas organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 32(5): 69 - 80, set. /out. 1998.

NELSON, Richard R. **The Sources of Economic Growth**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996.

_____. *Recent Evolutionary Theorizing about Economic Change. Journal of Economic Literature*, Nashville, V. XXXIII, p. 48-90, mar.1995.

_____. Why do firms differ, and how does it matter? *Strategic Management Journal*, Sussex/UK, 12: 67-74, Winter, 1991.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.

NIETZSCHE, F. W. (1844-1900) **Obras Incompletas**. 3. Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka .**Criação de Conhecimento na Empresa: como as Empresas Geram a Dinâmica da Inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NOORDERHAVEN, Niels. The argumentational texture of transaction cost Economics. *Organization Studies*, Berlin, 16/4: 605-623, 1995.

NOOTEBOOM, Bart. Innovation, learning and industrial organization. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford/UK, 23: 127-150, 1999.

NORTH, Douglas. El desempeño economico a b largo del tiempo. *El trimestre Economico*, Mexico, v. 61, n. 4, 567-583, oct./dic. 1994.

_____. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Structure and Change in Economic History**. New York: W.W. Norton and Campany, 1981.

_____. *Structure and Performance: the task of economic history. Journal of Economic Literature*, Nashville, vol. XVI, 963-978, sept.1978.

OLIVER, Christine. Strategic reponses to institutional process. *Academy of Management Review*, Mississipi, 16: 145-179, 1991.

OLIVER, Amalya; EBERS, Mark. Networking Network Studies: An Analysis of Conceptual Configurations in the Study of Inter-Organizational Relationships. *Organization Studies*, Berlin, 19 / 4, 549-583, 1998.

ORLÉAN, André (direction). *Analyse Économique des Conventions*. Paris: Press Universitaires de France, 1994.

_____. *Pour une Approche Cognitive des Conventions Économiques. Revue Économique, Paris, v. 40, n° 2, 241-272, 1989.*

ORLEÁN, André; DUPUY, J. P. Introduction. **Revue Économique**, Paris, v. 40, n° 2, 141-145, 1989.

OSBORN, Richard D.; HAGEDOORN, John. The Institutionalization and Evolutionary Dynamics of Interorganizational Alliances and Networks. **Academy of Management Journal**, Mississippi, v. 40, n.2, 261-278, 1997.

OUCHI, William. **Sociedade M: a Força do Trabalho em Equipe**. São Paulo: Nobel, 1985.

PAGNANI, Éolo M. **A Subcontratação na Pequena e Média Empresa**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

PAIXÃO, ANTONIO LUIZ. AÇÃO, ORGANIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO: PROBLEMAS DE TEORIA. **TEORIA E SOCIEDADE**, BELO HORIZONTE, Nº 1, 87-104, 1997.

PANICCIA, Ivana. *One, a Hundred, Thousands of Industrial Districts: Organizational Variety in Local Networks of Small and Medium-sized Enterprises. Organization Studies, Berlin, 19/4: 667-699, 1998.*

PARK, Man – Seop; KAYATEKIN, Serap A., McCloskey, economics as conversation, and Sprachethik **Cambridge Journal of Economics**, Oxford/UK, 25, 565-580, 2000.

PARKER, Martins. *Critique in the name of what? Postmodernism and critical approaches to organization. Organization Studies, Berlin, 16/4: 553-564, 1995.*

PARSONS, Talcott. **O Sistema das Sociedades Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PEGORADO, OLINTO A. RAZÃO HERMENÊUTICA. IN: HÜHNE, LEDA M. **RAZÕES**. RIO DE JANEIRO: UAPÊ, 1994, P. 123-138.

PENROSE, EDITH. **THE THEORY OF THE GROWTH OF THE FIRM**. OXFORD: BASIL BLACKWELL, 1959.

PEREIRA, M. José L. Bretas, **Mudanças nas Instituições**. São Paulo: Nobel, 1988.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação – a Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERROW, Charles. **Complex Organizations: a Critical Essay**. Third Edition. New York: McGraw-hill, 1986.

PESSALI, HUÁSCAR FIALHO; FERNANDEZ, RAMÓN GARCIA. TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO E ABORDAGENS EVOLUCIONISTAS: ANÁLISE E PERSPECTIVAS DE UM PROGRAMA DE PESQUISA PLURALISTA. **REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA**. SÃO PAULO, V. 21, Nº 2 (82): 99-116, ABR./JUN. 2001.

PETERS, MICHAEL. **PÓS-ESTRUTURALISMO E FILOSOFIA DA DIFERENÇA** (UMA INTRODUÇÃO). BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA, 2000.

*PFEFFER, Jeffrey. Barriers to the Advance of Organizational Science: Paradigm Development as a Dependent Variable. **Academy of Management Review**, Mississipi, v. 18, nº 4, 599-620, 1993.*

*PFEFFER, Jeffrey; SALANCIK, Gerald. **The External Control of Organizations: a Resource Dependence Perspective**. New York: Hasper e Row, 1978.*

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento**: Ensaio sobre as Relações entre as Regulações Orgânicas e os Processos Cognoscitivos. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Problemas Gerais da Investigação Interdisciplinar e Mecanismos Comuns**. Amadora: Livraria Bertrand, 1973.

PIORE, M. J; SABEL, C. **The Second Industrial Divide**: Possibilities for Prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa**: Presença na Paisagem Urbana Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

PITELIS, C. N. Transactions costs and the historical evolution of the capitalist firm. **Journal of Economic Issues**, V. XXXII, n. 4: 999-1017, dec.1998.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as Origens da Nossa Época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PONDÉ, João Luiz S. P. **Processos de Seleção, Custos de Transação e a Evolução das Instituições Empresariais**, 2000.155f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

_____. **Coordenação e Aprendizado: Elementos para uma Teoria das Inovações Institucionais nas Firms e nos Mercados**, 1993.152f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

PEPELARD, Marie – Dominique; VERNANT, Denis. **Les Grands Courants de la Philosophie des Sciences**. Paris: Edition du Seuil, mars. 1997.

POPPER, KARL. **LÓGICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**. RIO DE JANEIRO: TEMPO
BRASILEIRO, BRASÍLIA: ED. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1978.

_____. **Conhecimento Objetivo: uma Abordagem Evolucionária**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

PORTER, Michael E . **Sobre Competição**. São Paulo: Atlas, 1999

_____. Clusters and the New Economics of Competition. **Harvard Business Review**, Boston, v. 76, (6): 77-90, nov. /dez. 1998.

PORTER, M. E.; SÖLVELL, Örjan. The role of geography in the process of innovation and the sustainable competitive advantage of firms In: CHANDLER Jr., Alfred; HAGSTROM, Peter; SOLVER, Orjan. **The Dynamics Firm: the Role of Technology, Strategy, Organization and Regions**. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 440-457.

POSSAS, Mário Luiz. A cheia do "mainstream:" comentário sobre os rumos da ciência econômica, **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, nº 1:13-37, jan./jun. 1997.

_____. O projeto teórico da “Escola da Regulação”: alguns comentários. **Novos Estudos**, São Paulo, nº 21: 195-212, jul.1988.

POWELL, W. W; DIMAGGIO, P. J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e Mestres: a Nova Cultura de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

_____. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1998.

PRATES, ANTÔNIO AUGUSTO PEREIRA. ORGANIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO NO
NOVO INSTITUCIONALISMO. **TEORIA E SOCIEDADE**, BELO HORIZONTE, Nº 5,
123-146, JUN. 2000.

PUGH, D. S. et al. A Conceptual Scheme for Organization Analysis. **Administrative Science Quarterly**, v. 8. nº 3, Ithaca, dec.1963.

QUINTELLA, R. H.; DIAS, Camila C.; VASCONCELOS, Brenner. Technology Strategy formulation: aids, methodology and framework of analysis. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 4, nº 10, 117-132, 1997.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RALLET, Alain. A Teoria das Convenções entre os Economistas. **Nexos Econômicos – CME/ UFBA**, Salvador, v. 1. nº 2: 105-119, dez.1999.

RAMOS, Alberto Guerreiro, **A Nova Ciência das Organizações: uma Reconceituação da Riqueza das Sociedades Tradicionais**. 2. edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

_____. **Administração e Estratégia do Desenvolvimento: Elementos de uma Sociologia Especial da Administração**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1966.

RANGLES, W. G. L. et al. **Para uma História Antropológica: a noção de reciprocidade**. Lisboa: Edições 70, 1978.

REED, MICHAEL. TEORIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM CAMPO

HISTORICAMENTE CONTESTADO. IN: CLEGG, S. R; HARDY, C; NORD, W. R.

HANDBOOK DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. SÃO PAULO: ATLAS, 1998, P. 61-

98.

_____. In Praise of Duality and Dualism: Rethinking Agency and Structure in Organizational Analysis. **Organizations Studies**, Berlin, 18/1: 21-42, 1997.

_____. Organizations; modernity: continuity and discontinuity in organization theory. In: HASSARD, John; PARKER, Martin (eds.). **Postmodernism and Organizations**. London: Sage Publications, 1993, p. 163-182.

RICHARDSON, G. B. The organization of industry, **The Economic journal**, Oxford/UK, v. 82, 883-96, 1972.

RICKARDS, TUDOR. **CREATIVITY AND THE MANAGEMENT OF CHANGE**.

OXFORD/ UK: BACKWELL PUBLISHERS, 1999.

RIOS, José Arthur. Organizações. In: SILVA, Benedicto et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 850.

RODRIGUES, Suzana Braga, CARRIERI, Alexandre de Pádua ; LUZ, Talita Ribeiro da. **Tempos de Desconstrução: Evolução e Transformação nas Empresas.** Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEPEAD, 2003.

RODRIGUES, S. B; CARRIERI, A. de Pádua. A Tradição Anglo-saxônica nos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, Edição especial, 81-102, 2001.

RODRIGUES, Suzana Braga e CUNHA, Miguel P. (orgs.) **Novas Perspectivas na Administração de Empresas: uma Coletânea Luso-Brasileira.** São Paulo: Iglu Editora, 2000.

ROSSETO, Carlos Ricardo; ROSSETO, Adriana Marques, A contribuição das perspectivas institucional e da dependência de recursos no estudo da adaptação estratégica organizacional. **Teorias e Evidências Econômicas**, Passo Fundo, v. 7, n. 12, p. 111-136, maio, 1999.

RUEF, Martin. The emergence of organizational forms: a community ecology approach. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 106, nº (3): 658-714, Nov. 2000.

RUTHERFORD, Malcolm,. Veblens´s evolutionary programe: a promise unifulfilled. Cambridge Journal of Economics, Oxford/UK, London, v.22, n. 4, 463-477, 1998.

SALAI, Robert; CHATEL, Elisabeth; RIVAUD-DANSET, Dorothée. **Institutions et Conventions: la Reflexivité de l'Action Économique.** Paris: Editions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.

SALAI, Robert; STORPER, Michael. **Les Mondes de Production: Enquête sur l'Identité Economique de la France.** Paris: Ed de l'école des Hautes Études en Sciences Sociales, 1993.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. **A CRÍTICA DA RAZÃO INDOLENTE: CONTRA O DESPERDÍCIO DA EXPERIÊNCIA.** SÃO PAULO: CORTEZ, 2000.

_____. **INTRODUÇÃO A UMA CIÊNCIA PÓS-MODERNA.** RIO DE JANEIRO: GRAAL, 1989.

SANTOS, JOEL RUFINO DOS. **PAULO E VIRGÍNIA: O LITERÁRIO E O ESOTÉRICO NO BRASIL ATUAL.** RIO DE JANEIRO: ROCCO, 2001.

SATOSHI, Kamata. **Japão: a Outra Face do Milagre.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAVIOTTI, Pier Paolo. **Technological Evolution, Variety and the Economy**. Edward Elgar Press, [199?].

SCHERER, F. M; ROOS, D. **Industrial Market Structure Economic Performance**. Third Edition. Boston: Houghton Mifflin Company, 1990.

SCHMALENSEE, R. *The industrial organization and the economic analysis of modern markets*. In: HILDEBRAND, W. (ed.). **Advances in Economic Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 253-278.

SCOTT, W. R. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 32: 493-511, 1987.

SEARLY, John R. **Mente, Linguagem e Sociedade: filosofia no mundo real**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SELZNICK, Philip. Institutionalism "old" and "new". **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 41: 270-277, 1996.

----- **Leadership in Administration**. New York: Harper and Row, 1957.

SENGENBERGER, W; PIKE, F. Distritos Industriais e Recuperação Econômica Local: Questão de Pesquisa e de Política. In: URANI, A; COCCO, G; GALVÃO, A. P. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O Caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 101-146.

SERVA, Maurício. A Importação de Metodologias Administrativas no Brasil – Uma Análise Semiológica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 26 (4): 128-144. out./dez 1992.

SHAVER, J. Miles; FLYER, Frederick. Agglomeration economies, firm heterogeneity, and foreign, direct investment in the United States. **Strategic Management Journal**, Sussex/UK, 21: 1175-1193, jun. 2000.

SHELANSKI, Howard A.; KLEIN, Peter G. *empirical research in transaction cost economics: a review and assessment*. **The Journal of Law, Economics and Organization**, Oxford, V. 11, 2: 335-361, oct. 1995.

SIEBENEICHLER Flávio B. Encontros e desencontros no caminho da interdisciplinaridade: G. Gusdorf e J. Habermas. In: Habermas et al. Jürgen Habermas: 60 anos. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, (98): 153-180, jul./set. 1989.

SIFFERT FILHO, Nelson Fontes. *A Economia dos Custos de Transação*. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2 (4): 103-127, dez. 1995.

SILVA, Armando Corrêa da. *As categorias como fundamento do conhecimento geográfico*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de. (Orgs). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

SILVEIRA, José Maria F. Jardim da. Análise econômica das convenções: em direção a um modelo geral de coordenação econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, (3): 115-122, dez. 1994.

SILVERMAN, David. **Teoria de las Organizaciones**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1975.

_____. **The Theory of Organisations**. London: Heinemann educational books, 1970.

SIMON, H. A. Organizations and Markets. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, 5-44, 1991.

_____. A racionalidade do processo decisório em empresas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 38, nº 1, 111-142, jan. /mar. 1984.

_____. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

SOJA, EDWARD W. **GEOGRAFIAS PÓS-MODERNAS: A REAFIRMAÇÃO DO ESPAÇO NA TEORIA SOCIAL CRÍTICA**. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR, 1993.

SOKAL, ALAN; BRICMONT, JEAN. **IMPOSTURAS INTELECTUAIS: O ABUSO DA CIÊNCIA PELOS FILOSÓFOS PÓS-MODERNOS**. RIO DE JANEIRO: RECORD, 1999.

SOLER, LÉNA, **INTRODUCTION À L'ÉPISTEMOLOGIE**. PARIS: ELLIPSES EDITION MARKETING, 2000.

SPENDER, J. C. MAKING KNOWLEDGE THE BASIS OF A DYNAMIC THEORY OF THE FIRM. **STRATEGIC MANAGEMENT JOURNAL**, SUSSEX/UK. V. 17: 45-62, WINTER, 1996A.

SPENDER, J. C.; GRANT, ROBERT. KNOWLEDGE AND THE FIRM: OVERVIEW. **STRATEGIC MANAGEMENT JOURNAL**, SUSSEX/UK. V. 17: 5-10, WINTER, 1996B.

STABER, Udo. Interfirm Co-Operation and Competition in Industrial Districts. **Organization Studies**, Berlin, 19/4: 701-724, 1998.

STARKEY, KEN; MCKINLAY, ALAN. AFTERWORD: DECONSTRUCTING ORGANIZATION – DISCIPLINE AND DESIRE. IN: MCKINLAY, ALAN; STARKEY, KEN (ED.). **FOUCAULT, MANAGEMENT AND ORGANIZATION THEORY: FROM PANOPTICON TO TECHNOLOGIES OF SELF**. LONDON: SAGE PUBLICATIONS, 1998, P. 230-241.

STEINBERGER, Marília. A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do (no) espaço urbano. **Revista Bahiana de Estudos Urbanos e Regionais**, Unifacs, Salvador, nº 4: 9-32, maio. 2001.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1995.

STRACHMAN, Eduardo, *Notas Sobre as Organizações*. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, nº 1: 155-178, jun.1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo, (orgs.). **História de Empresas e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Fapesp/Editora Hucitec, 1996.

SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1960.

TEECE, David J. Design issues for innovative firms: bureaucracy, incentives and industrial structure. In: CHANDLER Jr., Alfred; HAGSTRÖM, Peter; SÖLVER, Örjan. **The Dynamics Firm: the Role of Technology, Strategy, Organization and Regions**. New York: Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 134-165.

TEECE, D.J.; RUMELT, R., DOSI, G.; WINTER, S. Understanding corporate coherence: theory and evidence. **Journal of Economic Behavior and Organizations**, North Holland, (23): 1-30, 1994.

_____. The Dynamics of industrial capitalism: perspectives on Alfred Chandler's *Scale and Scope*. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. XXXI: 199-225, mar.1993.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. Redes de aprendizado em sistemas complexos de produção. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, nº 4, 93-105, out./dez. 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Tem Razão a Administração? Ensaios de Teoria Organizacional e Gestão Social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

THÉRET, Bruno. Introdução: A Teoria da Regulação e as Transformações Contemporâneas do Sistema Internacional dos Estados e da Economia Mundial. In: THÉRET, Bruno; BRAGA, José Carlos de Souza. (Orgs). **Regulação Econômica e Globalização**. Campinas: São Paulo, UNICAMP: IE, 1998, p. 7-38.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Administrando a Sobrevivência: Indicadores de Declínio de Revitalização Organizacional em Ambiente Adverso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 25, (4)177-86, out. /dez. 1981.

THOMPSON, James D. **Dinâmica Organizacional: Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa**. São Paulo: MacGraw Hill do Brasil. 1976.

TIGRE, Paulo Bastos. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 3, 67-111, Jan./Jun. de 1998.

*TIROLE, Jean. **The Theory of Industrial Organization**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.*

TOLBERT, Pamela S; ZUCKER, Lynne G. A. Institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R., HARDY, Cynthia; NORD, W. R; CALDAS, Miguel, FACHIN, Miguel; FISCHER, Tânia. **Handbook de Estudos Organizacionais**. V. 1. São Paulo: Atlas, 1998, p. 196-219.

_____. *Institutional environments and resource dependence: sources of administrative structure in institutions of higher education. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, 30: 1-13, 1985.*

TOULMIN, S. *É adequada a distinção entre Ciência normal e Ciência revolucionária? In: Lakatos, I; Musgrave, A. (org.) **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979, p. 49-59. (Edição Original 1970).*

TOYOSHIMA, Sílvia Harumi. *Instituições e Desenvolvimento Econômico – Uma Análise Crítica das Idéias de Douglas North. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 29, n. 1, 95-112, Jan/ Mar 1999.*

TRAGTENBERG, MAURÍCIO. UMA PRÁTICA DE PARTICIPAÇÃO: AS
COLETIVIZAÇÕES NA ESPANHA (1936/1939). IN: VENOZA, ROBERTO (ORG.)
PARTICIPAÇÃO E PARTICIPAÇÕES: ENSAIOS SOBRE AUTOGESTÃO. SÃO
PAULO: EDITORA BABEL CULTURAL, 1987, P. 21-60.

_____. **SOBRE EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SINDICALISMO. SÃO PAULO:**
AUTORES ASSOCIADOS, CORTEZ, 1982.

_____. **ADMINISTRAÇÃO, PODER E IDEOLOGIA. SÃO PAULO: MORAES, 1980.**

_____. **BUROCRACIA E IDEOLOGIA**. SÃO PAULO: ÁTICA, 1977.

_____. A TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO É UMA IDEOLOGIA? **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**, SÃO PAULO, VOL. 11 (4): 7-21, OUT. /DEZ. 1971.

TSOUKAS, HARIDIMOS. THE FIRM AS A DISTRIBUTED KNOWLEDGE SYSTEM: A CONSTRUCTIONIST APPROACH. **STRATEGIC MANAGEMENT JOURNAL**, CALIFÓRNIA. VOL. 17: 11-25, WINTER SPECIAL ISSUE, 1996.

TWOMEY, Paul. Reviving veblenian economic psychology. Cambridge Journal of Economics, Oxford/UK, 22, 433-448, 1998.

ÜSDIKEN, Behlül; PASADEOS, Yorgo. Organizational Analysis in North America and Europe: A Comparison of Co-Citation Networks. **Organization Studies**, Berlin, 16/3 503-526, 1995.

USHER, John M.; Evans, Martin G. Life and death along gasoline alley: Darwinian and Lamarckian processes in a differentiating population. **Academy of Management Journal**, Mississippi, v. 39, n. 5, 1428-1466, 1996.

VARSAVSKY, Oscar. Por uma Política Científica Nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VEBLEN, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? Cambridge Journal of Economics, Oxford/ UK, v. 22, n. 4, 403-414, 1998.

_____. *A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983

_____. *Teoria da Empresa Industrial*. Ed. Globo: Porto Alegre, 1966.

VEIGA, José Elida. Is there a convergence occurring between the evolutionists and the regulationists? **Urpe at Assa**, Chicago, 1-17, jan.1998.

_____. O “fordismo” na acepção Regulacionista. **Revista de Economia Política**. São Paulo, V. 17, n. 3, 63-70, jul./ set. 1997.

VENOSA, Roberto (org). **Participação e Participações**: Ensaio sobre Autogestão. São Paulo: Editora Babel Cultural, 1987.

VERGARA, Sylvia C; CARVALHO Jr., D. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, v. 1. n.6, p. 170- 188, 1995.

VERGARA, Sylvia C; PINTO, Maria Couto Soares, Referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira. **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, Edição especial, vls. 103-121, 2001.

VIANA, Nildo. Individualismo e holismo na metodologia das Ciências Sociais. **Fragmentos de Culturas**, Goiânia, v. 9, n.6, 1259-1282, nov./dez. 1999.

VIEIRA, F. G. D. POR QUEM OS SINOS DOBRAM? UMA ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE MARKETING DO ENANPAD. IN: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DOS PROGRAMAS EM ADMINISTRAÇÃO, 22, 1998, FOZ DO IGUAÇU.

ANAIS ELETRÔNICOS... FOZ DO IGUAÇU, ANPAD, 1998.

WAGNER III, John A. e HOLLENBECK, John R. **Comportamento Organizacional: Criando Vantagem Competitiva**. São Paulo: Saraiva. 1999.

WAHRLICH, Beatriz M. Evolução das Ciências Administrativas na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 13 (1): 31-68, jan. / mar. 1979.

_____. **Uma Análise das Teorias de Organização**. 3. edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

WANDERLEY, Fernando P. Pequenos negócios, industrialização local e redes de relações econômicas: uma revisão bibliográfica em Sociologia Econômica. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 48: 15-49, 2º semestre de 1999.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos de Sociologia Compreensiva**. vol.1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

WEICK, K. **A Psicologia Social da Organização**. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.

WHITLEY, Richard. Dominant forms of Economic Organization in market economies. **Organization Studies**, Berlin, 15/2: 153-182, 1994.

WICKS, David. Institutionalized mindsets of invulnerability: Differentiated institutional fields and the antecedents of organizational crisis. **Organization Studies**, Berlin, 22/4: 659-692, 2001.

WIGLEY, M. A desconstrução do espaço. In: Schnitmann, D. F. (org.) **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1996, p. 152-171.

WILLIAMSON, Oliver E. The New Institutional Economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. XXXVIII, p. 595-613, sept.2000.

_____. Strategy research: governance and competence perspectives. **Strategic Management Journal**, California, 20: 1087-1108, 1999.

_____. The institutions of governance. **The American Economic Review**, Nashville, v. 88, n° 2: 75-79, may. 1998.

_____. Economics and Organization: a primer. **California Management Review**, California, v. 38, 2: 131-146, winter, 1996a.

_____. **The Mechanisms of Governance**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1996b.

_____. The Economic Analysis of Institutions and Organisations: in General and with Respect to Country Studies. Paris, OCDE, 1993a.

_____. THE EVOLVING SCIENCE OF ORGANIZATION. **JOURNAL OF**

INSTITUTIONAL AND THEORETICAL ECONOMICS (JITE), 149/1: 36-63, 1993B.

_____. Transaction Cost Economics and Organization Theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n° 2, 107-156, 1993c.

_____. STRATEGIZING, ECONOMIZING AND ECONOMIC ORGANIZATION.

STRATEGIC MANAGEMENT JOURNAL, SUSSEX/UK, V. 12: 75-94, 1991.

_____. The Economics of Governance: Frameworks and Implications. In: LANGLOIS, Richard N. **Economics as a Process: Essays in the New Institutional Economics**. New York: (edited by). Cambridge University Press, 1986. p. 171-202.

_____. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York: the Free Press, 1985.

_____. The modern corporation: origins, evolution, attributes. **Journal of Economic Literature**, Nashville, vol. XIX, 1537-1568, Dec.1981.

_____. *Markets and Hierarchies: Analysis and Anti-Trust Implications*. New York: Free Press, 1975.

_____. *The vertical integration of production: market failure considerations*. **American Economic Review**, Chicago, 61,112-123, may. 1971.

_____. A model of rational managerial behavior. In: Cyert, R. M.; March, James G. **A Behavioral Theory of the Firm**, New Jersey: Prentice-Hall, 1963, p. 237-252.

WILLMOTT, Hugh. Breaking the paradigm mentality. **Organization Studies**, Berlin, 14/5: 681-719, 1993.

WINTER, S. G. The satisficing Principle in Capability Learning. **Strategic Management Journal**. Sussex/UK. 21: 981-996, 2000.

_____. On Coase, Competence, and the Corporation. In: WILLIAMSON, O. E; WINTER, Sidney G. (ED) **The Nature of the Firm: Origins, Evolution, And Development**. Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 179-195.

WITTELOOSTUIJN, ARJEN VAN. EDITORIAL: ORGANIZATIONAL ECOLOGY HAS A BRIGHT FUTURE. **ORGANIZATION STUDIES**, BERLIN, 21/2: V-XIV, 2000.

WOOD JR., THOMAS. **ORGANIZAÇÕES ESPETACULARES**. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2001.

_____. NOTAS TÉCNICAS. IN: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R.; CALDAS, MIGUEL; FACHIN, ROBERTO; FISCHER. TÂNIA. **HANDBOOK DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**. V. 1. SÃO PAULO: ATLAS, 1998, P. 267-271.

WOODWARD, JOAN. **ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL**. SÃO PAULO: ATLAS, 1977.

_____. **MANAGEMENT AND TECHNOLOGY**. LONDON: HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE, 1958.

ZACCARELLI, S. B; FISCHMANN, A. A; LEME, R. A. S. **Ecologia de Empresas: um Estudo do Ambiente Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1980.

_____. Ecologia de empresas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 12, nº 1, 45-60, abr. / jul. 1977.

ZAFIROWSKI, Milan Z. *Spencer is dead, long live spencer: individualism, holism, and the problem of norms*. **The British Journal of Sociology**, London, v. 54, nº 3, 553-579, sept. 2000.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. *A Economia Institucional de Thorstein Veblen*. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 14(1): 79 -101, jan. /mar. 1980.

ZANOTTI, Gabriel. *Epistemologia da Economia*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

ZUCKER, L. G. Institutional theories of organizations, *Annual Review of Sociology*, Washington, 13: 443-64, 1987.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Organização Ética: um ensaio sobre comportamento e estrutura das organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 2, 123-143, mai./ago. 2002.

_____. Economia das Organizações. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava. (orgs.). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000, p. 23-38.

ZYLBERSZTAJN, Décio; LAZZARINI, Sérgio G; CHADDAD, Fábio R. Percepções de Participação na Conferência Inaugural da Sociedade Internacional de Nova Economia das Instituições. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 86-89, abr./jun.1998.